

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**AGRICULTURA FAMILIAR EM MICROBACIAS DO
NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTRATÉGIAS
DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

RICARDO ALESSANDRO PETINARI

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**AGRICULTURA FAMILIAR EM MICROBACIAS DO
NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTRATÉGIAS
DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Tese submetida à banca examinadora para
obtenção do título de Doutor em Engenharia
Agrícola na área de concentração em
Planejamento e Desenvolvimento Rural
Sustentável.

RICARDO ALESSANDRO PETINARI

Orientador: Prof^o Dr^o Mauro José Andrade Tereso

Co-orientação: Prof^a Dr^a Sônia Maria P. P. Bergamasco

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -
UNICAMP

P445a Petinari, Ricardo Alessandro
Agricultura familiar em microbacias do noroeste do
estado de São Paulo: estratégias de reprodução e
organização / Ricardo Alessandro Petinari.--Campinas,
SP: [s.n.], 2007.

Orientadores: Mauro José Andrade Tereso, Sônia
Maria Pessoa Pereira Bergamasco
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Agricultura familiar. 2. Estratégias. 3. Estrutura
social. 4. Bacias hidrográficas. I. Tereso, Mauro José
Andrade. II. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira.
III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Engenharia Agrícola. IV. Título.

Título em Inglês: Family farm in micro-basins of the northwest of the São
Paulo state: strategies of reproduction and organization

Palavras-chave em Inglês: family farm, Strategies, Rural organization, Micro-
basin

Área de concentração: Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Maria Aparecida Anselmo Tarsitano, Maria Ângela
Fagnani, Vera Mariza Miranda Costa e Nilson Antônio
Modesto Arraes

Data da defesa: 27/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

*À minha esposa Gisele em
especial, pelo incentivo,
auxílio, paciência, carinho e
principalmente amor,*

D
E
D
I
C
O

*Aos meus pais, Oderval e Clarice,
a minha irmã Francieli, pela confiança,
carinho e amor que sempre depositaram
em mim, e pelo estímulo à minha
formação,*

O
F
E
R
E
Ç
O

AGRADECIMENTOS

A DEUS e a NOSSA SENHORA APARECIDA, pela vida e saúde.

À professora Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco pela co-orientação, dedicação, paciência, incentivo e amizade. Por sua disposição em sempre me atender, mesmo com todas suas atividades diárias.

Ao professor Dr. Mauro José Andrade Tereso agradeço pela orientação desta tese, ao acolhimento ao curso de Pós-Graduação, pelo constante estímulo, firmeza e dedicação com que orientou a pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudo, a qual me permitiu dedicação exclusiva para concluir a tese.

À Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, em especial ao Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aos professores Antônio Lázaro Sant'Ana e Julieta Teresa Aier Oliveira pelas sugestões e também grande contribuição ao participarem da Banca do Exame de Qualificação.

Ao Engenheiro Agrônomo da CATI/EDR de Jales Gilberto Pelinson pela atenção, paciência e sugestões ao trabalho, bem como pelo fornecimento dos dados dos municípios, e também a todos os técnicos da CATI de Jales.

Aos Engenheiros Agrônomos e a todos os funcionários das Casas da Agricultura dos municípios pesquisados pelo apoio dado ao trabalho.

Em especial, aos produtores dos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete pela confiança, atenção e colaboração no fornecimento dos dados.

A todos os docentes, que durante o curso, contribuíram para minha formação científica e profissional.

Aos amigos de pós-graduação pelo agradável convívio.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE FOTOS	vii
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO.....	x
ABSTRACT	xi
I. Introdução	1
1.1. O objeto de estudo	5
PRIMEIRA SESSÃO	10
II. Agricultura familiar: do campesinato a moderna produção familiar	10
2.1. As vertentes da agricultura familiar: transformação ou desaparecimento?	10
2.2. O contexto da agricultura familiar	13
2.3. O retrato da agricultura familiar no cenário nacional	17
III. Estratégias de reprodução social e formas de organização rural.....	21
3.1. As estratégias familiares	21
3.2. Pluriatividade da agricultura familiar	23
3.3. Camponês em oposição ao moderno	27
3.4. Organização rural em bases familiares	29
3.4.1. A organização em seus aspectos sociais	29
3.4.2. Sistemas de organização rural	31
SEGUNDA SESSÃO	35
IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
4.1. Histórico da região e dos municípios pesquisados	35
4.2. Área de estudo	38
4.3. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMBH)	38
4.4. Caracterização do EDR de Jales	43
4.5. Caracterização dos municípios escolhidos	49
4.6. Técnicas de pesquisa	64
TERCEIRA SESSÃO	70
V - Características das microbacias hidrográficas dos três municípios estudados	70
5.1. Dados comparativos entre as três microbacias	79
5.2. Características das propriedades pesquisadas	82

5.3. Características dos produtores pesquisados.....	86
QUARTA SESSÃO	89
VI – Trajetórias e estratégias dos produtores pesquisados	89
6.1. Trajetórias de vida dos produtores.....	89
6.2. Estratégias familiares.....	97
6.2.1. O êxodo dos filhos.....	97
6.2.1.1. A caracterização, a saída e a permanência/resistência dos jovens nas propriedades	97
6.2.1.2. Alternativas para a permanência dos filhos.....	103
6.2.1.3. O projeto familiar para os filhos.....	106
6.2.2. As decisões em grau de hierarquia	109
6.2.3. Sucessão	113
6.2.4. Os mecanismos de crescimento patrimonial	118
6.2.5. Renda Familiar	125
6.2.5.1. Renda ligada às atividades agrícolas e pecuárias	125
6.2.5.2. Renda ligada às atividades de pluriatividade.....	128
6.2.5.3. Renda proveniente da previdência rural	133
6.2.6. Diversificação da produção	136
6.2.7. Vida social	145
6.2.8. A mulher e sua inserção nas estratégias familiares	148
6.3. Organização rural	152
6.3.1. A organização da produção	152
6.3.1.1. O setor rural na visão dos produtores	158
6.3.2. A organização do trabalho na propriedade	161
6.3.3. O nível organizacional entre os produtores	168
6.3.3.1. A necessidade do associativismo.....	172
6.3.3.2. Associação dos produtores de leite.....	176
6.3.3.3. O desenrolar do processo associativista e as condições atuais.....	178
6.3.4. A organização na microbacia	185
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196
ANEXO 1.....	206
ANEXO 2.....	212

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Mapa do Estado de São Paulo, com os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) que compõem a região noroeste (Araçatuba, Andradina, Fernandópolis, General Salgado, Jales, São José do Rio Preto e Votuporanga), com destaque aos municípios que compõem o EDR de Jales.....	44
FIGURA 02 - Número e área total das propriedades da região de Jales-SP, 1997.	45
FIGURA 03 – Número de habitantes nas áreas urbanas e rurais dos três municípios pesquisados em 2000, segundo dados do IBGE.....	50
FIGURA 04 – Número e área das propriedades menores que 20 ha nos municípios pesquisados, 1997.....	60
FIGURA 05 – Número e área das propriedades menores que 50 ha nos municípios pesquisados, 1997.....	60
FIGURA 06 – Ilustração da microbacia do Córrego das Três Barras em Marinópolis-SP.....	71
FIGURA 07 – Ilustração da microbacia do Córrego do Cavalo em Santa Albertina-SP.....	74
FIGURA 08 – Ilustração da microbacia do Córrego da Antinha em Santa Salete-SP.....	77
FIGURA 09 – Número e área de propriedades menores que 10 ha nas microbacias hidrográficas estudadas, 2003.....	80
FIGURA 10 – Número e área de propriedades menores que 50 ha nas microbacias hidrográficas estudadas, 2003.....	80
FIGURA 11 – Percentual de pequenos, médios e grandes produtores em cada microbacia hidrográfica.....	81
FIGURA 12 – Grau de escolaridade dos produtores nos três municípios pesquisados.	88
FIGURA 13 – Número de filhos em Marinópolis.....	97
FIGURA 14 – Número de filhos em Santa Albertina.	98
FIGURA 15 – Número de filhos em Santa Salete.....	98
FIGURA 16 – Principais atividades desenvolvidas nas propriedades pesquisadas dos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete, maio de 2005.....	137
FIGURA 17 – Participação em cursos e palestras na casa da agricultura.....	169
FIGURA 18 – Participação de algum tipo de organização.	170

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – "Outdoor" à margem da rodovia Euclides da Cunha (SP320) divulgando o programa de microbacias.....	39
FOTO 2 – Produtor do município de Santa Salete, 2005.....	95
FOTO 3 – Filho de um produtor rural de Santa Salete que trabalha na uva com seu pai, 2006.	104
FOTO 4 – Feira em Jales (denominada “comboio”), 2006.....	131
FOTO 5 – Produtores rurais de Santa Salete, ambos aposentados, 2005.....	134
FOTO 6 – Casa sem habitação em uma propriedade do município de Santa Salete, 2006.....	159
FOTO 7 – Associação dos produtores rurais de Santa Albertina, à direita onde se abriga as máquinas e implementos e à esquerda o local de resfriamento do leite, 2006.....	179
FOTO 8 – Tanques para resfriamento do leite, 2006.....	180
FOTO 9 – Preparo da ração que é utilizada no trato do gado, 2006.....	187

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Classificação dos produtores rurais.....	41
QUADRO 02 – Classificação dos grupos de produtores.....	42
QUADRO 03 – Valor Bruto da Produção dos 14 principais municípios do EDR de Jales nos anos de 2003, 2004 e 2005.....	47
QUADRO 04 – Valor Bruto da Produção das 22 principais atividades desenvolvidas nos 14 principais municípios do EDR de Jales no ano de 2005.....	48
QUADRO 05 – Distribuição dos produtores rurais de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete segundo a origem, 2005.....	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Evolução das áreas ocupadas das principais atividades agropecuárias do EDR de Jales-SP, 1986/2006.....	46
TABELA 02 - Características dos municípios estudados, 2000.....	50

TABELA 03 – Número de pessoas residentes com mais de 10 anos e o índice de alfabetização nos municípios estudados, 2000.	51
TABELA 04 – Número e área das propriedades rurais por grupos de área no município de Marinópolis, 1997.	52
TABELA 05 – Principais atividades pecuárias no município de Marinópolis, 2003.	53
TABELA 06 – Principais atividades agrícolas no município Marinópolis, 2003/06.	54
TABELA 07 – Valor Bruto da Produção das principais atividades agropecuárias. Marinópolis em 2005.	55
TABELA 08 – Número e área das propriedades rurais por grupos de área no município de Santa Albertina, 1997.	56
TABELA 09 – Atividades pecuárias de exploração do solo no município de Santa Albertina em 2003.	56
TABELA 10 – Atividades agrícolas de exploração do solo no município de Santa Albertina, 2003/2006.	57
TABELA 11 – Valor Bruto da Produção das principais atividades agropecuárias do município Santa Albertina em 2005.	58
TABELA 12 – Número e área das propriedades rurais por grupos de área no município de Santa Salete, 1997.	59
TABELA 13 – Atividades pecuárias de exploração do solo no município de Santa Salete em 2003.	61
TABELA 14 – Atividades agrícolas de exploração do solo no município de Santa Salete.	62
TABELA 15 – Valor Bruto da Produção das principais atividades agropecuárias do município Santa Salete em 2005.	63
TABELA 16 – Distribuição do número de produtores selecionados para a pesquisa nos municípios estudados.	64
TABELA 17 – Distribuição do número de produtores selecionados para a pesquisa nos municípios estudados.	67
TABELA 18 – Número e área das propriedades da microbacia do Córrego das Três Barras, 2003.	70
TABELA 19 - Uso da terra e eficiência das explorações agrícolas da microbacia do Córrego das Três Barras, 2003.	72

TABELA 20 – Número e área das propriedades da microbacia do Córrego do Cavalo, 2003.....	73
TABELA 21 - Uso da terra e eficiência das explorações agrícolas da microbacia do Córrego do Cavalo, 2003.....	75
TABELA 22 – Número e área das propriedades da microbacia do Córrego da Antinha, 2003....	76
TABELA 23 - Uso da terra e eficiência das explorações agrícolas na microbacia do Córrego da “Antinha”, 2003.....	78
TABELA 24 – Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas, por extrato de área, na microbacia do Córrego das Três Barras em Marinópolis, 2005.....	82
TABELA 25 – Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas, por extrato de área, na microbacia do Córrego do Cavalo em Santa Albertina, 2005.....	83
TABELA 26 – Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas, por extrato de área, na microbacia do Córrego da Antinha em Santa Salete, 2005.....	84
TABELA 27 - Perfil dos produtores dos três municípios pesquisados.	86
TABELA 28 - Número de filhos que trabalham na propriedade.	99
TABELA 29 – Dono anterior da propriedade.	113
TABELA 30 – Incidência das principais atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nos municípios pesquisados.	125
TABELA 31 – Valores máximos e mínimos de atividades desenvolvidas por propriedade nos três municípios pesquisados, além da porcentagem de atividades máximas e mínimas desenvolvidas.	136

RESUMO

Os diferentes mecanismos de sobrevivência utilizados pela agricultura familiar permitem que esse tipo de agricultura, mesmo em condições adversas, se constitua como um importante setor para o país. Constitui objetivo do presente trabalho analisar as estratégias de reprodução social e organização de agricultores familiares do EDR de Jales-SP, especificamente em três microbacias hidrográficas dos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete. Para a obtenção dos dados relativos à elaboração deste trabalho, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com os produtores dos três municípios, abordando especialmente as estratégias reprodutivas e organizativas desenvolvidas. A base econômica desses produtores está centrada na fruticultura, com destaque para a laranja, e na pecuária leiteira. As diferentes estratégias desenvolvidas pelos produtores, embora apresentem inúmeras configurações, mostram uma interação entre elas sendo freqüentes e variadas. De modo geral, os produtores rurais pesquisados estão buscando alternativas para melhoria das condições de vida em suas propriedades, aliando estratégias de reprodução social e organizativas. Com esses mecanismos pode-se ter uma idéia da cadeia de relações que se constituem em uma situação concreta. As estratégias estão ligadas aos mecanismos de obtenção de renda, relacionados às atividades agrícolas e pecuárias; à sucessão patrimonial, como forma de prolongar o uso da propriedade familiar; às formas de crescimento patrimonial, aliadas à manutenção da propriedade; à diversificação da produção, como alternativa marcante na geração de renda; e a organização rural, em que se sistematizam as atividades em benefício do bem comum.

Palavras-chave: agricultura familiar; estratégias; organização social; microbacia.

ABSTRACT

Different survival mechanisms of family farm makes this type of agriculture a major sector in the country, even in adverse conditions. The present study has as objective analyzing the strategies of social reproduction and organization of family farmers from the EDR (Rural Development Office) in the city of Jales, upstate São Paulo, specifically in three micro-hydrological basins in the municipalities of Marinópolis, Santa Albertina and Santa Salete. In order to gather data to elaborate this study, questionnaires were applied and interviews were accomplished with producers from the three municipalities, particularly on the reproductive and organizational strategies developed. These producers' economic base focuses the fruit growing, particularly orange, and dairy cattle. The different strategies developed by the producers, although showing numerous combinations, show a frequent and varied interaction among them. In general, the rural producers researched are searching for alternatives to improve life conditions in their properties, allying social reproduction and organizational strategies. With these mechanisms one can have an idea of the relationship chain constituting a material situation. The strategies are linked to income mechanisms related to agricultural and cattle raising activities; the property succession as a way to lengthen the family land possession; the ways of asset growing allied to the property maintenance; the production diversification as a remarkable alternative of income generation; and the rural organization in which the activities benefiting common goodness are systematized.

Key-words: family farm; strategies; rural organization; micro-basin.

I. Introdução

A agricultura familiar no Brasil com seu enorme potencial produtivo contribui na geração de renda e postos de trabalho para as famílias que vivem no campo, o que a torna um importante mecanismo para o desenvolvimento rural. Inúmeros trabalhos têm mostrado a importância da agricultura familiar no Brasil, entre eles o desenvolvido pela FAO e o INCRA no ano de 2000, mostrando, principalmente, que apesar das propriedades onde se pratica esse tipo de agricultura ocupar em pouco menos de um terço da área total agrícola do país, elas respondem por quase a metade do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (GUANZIROLI et al, 2002).

No estado de São Paulo, a agricultura familiar também se mostra importante. Um estudo desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola (IEA) de São Paulo, caracterizando as principais regiões do estado em que esse tipo de agricultura mais se destaca, revelou que a região noroeste do estado, especificamente o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR¹) de Jales, é uma das mais representativas em termos de propriedades familiares, sendo esse EDR o único no estado, em que a área ocupada por essas propriedades excede mais da metade do total da área do EDR.

Trata-se de uma região de economia essencialmente agrícola e, desde o início de sua colonização, a cafeicultura e a bovinocultura foram suas principais atividades.

Nas últimas décadas, uma outra atividade também vem ganhando destaque nessa região. É a produção de frutas, que está concentrada, principalmente, em pequenas propriedades. Na maioria delas predomina o trabalho familiar, havendo a contratação de trabalhadores temporários na época da colheita dos frutos. Desta forma, a produção familiar contribui para o sustento da família e gera empregos, proporcionando boas condições de vida para as pessoas.

A produção familiar na agricultura brasileira, e em especial no Estado de São Paulo, em virtude da consolidação do padrão agrícola que se implantou a partir dos anos 70, sofreu um intenso processo de diferenciação social. Neste processo, a agricultura familiar se faz presente no contexto brasileiro, ocupando um espaço representativo tanto em termos sociais,

¹ Escritório de Desenvolvimento Rural (CATI) - Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo.

como econômico, mesmo sob novos padrões de produção, tais como abertura aos mercados com diminuição do autoconsumo, níveis de mecanização e tecnificação relativamente altos (BERGAMASCO, 1993).

Dentre os principais programas governamentais para o desenvolvimento da agricultura no Estado de São Paulo, está o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que busca novas alternativas para se atingir o Desenvolvimento Rural Sustentável, para que o reajustamento da agricultura se faça através de uma orientação planejada e racional. Este processo, que teve início com poucos agricultores, em pequenas áreas e usando os recursos disponíveis, torna mais fácil a obtenção de resultados concretos, contundentes e visíveis, causando impacto nas famílias rurais, além de contribuir para a elevação da auto estima e auto confiança.

Esse programa prevê, além da melhoria do nível de renda do produtor e das condições do meio ambiente, a questão da organização social, no intuito de mostrar aos agricultores que sendo capazes de solucionar pequenos problemas, no presente, sentir-se-ão estimulados a solucionar, no futuro, grandes problemas e a se organizar para conquistarem as soluções dos problemas externos a sua propriedade e comunidade (SÃO PAULO, 2001).

Assim, em virtude da importante presença de agricultores familiares no EDR de Jales (SP) e do programa de microbacias que, em parte, estimula os produtores a se organizarem, este presente trabalho teve como objetivo geral, analisar as estratégias de reprodução social e organização de agricultores familiares desse EDR, especificamente em três microbacias hidrográficas dos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete, respectivamente.

Para o alcance do objetivo procurou-se: como se organizam para a produção e o trabalho na propriedade, bem como comunitariamente; as estratégias de sucessão, decisão e diversificação da produção; os mecanismos de crescimento patrimonial, e a geração de renda, abrangendo alguns aspectos de pluriatividade familiar.

A produção familiar foi analisada partindo-se de pressupostos teóricos² que culminaram na orientação “empírica” da pesquisa, com atenção especial às estratégias³ de reprodução social e organização de agricultores familiares.

² A fundamentação teórica desses pressupostos está amparada em trabalhos de LAMARCHE (1993, 1998).

³ Falar em estratégia é pensar na reprodução “*como ação consciente (não na ótica do individualismo metodológico) e racional de disposições que tendem a reproduzir as condições de sua própria reprodução. Estratégias são ações ordenadas por indivíduos ou grupos (família) que objetivam, em curto ou médio tempo, reproduzir-se e reproduzir condições de reprodução, tendo sempre presente o estado dos mecanismos*”

Ao se estudar as pequenas unidades de produção agrícola, torna-se necessário refletir sobre as famílias para entender o modo como vivem e se organizam para a produção e o trabalho. Neste tipo de produção, a família aparece como base da mão-de-obra utilizada, sendo a estrutura de organização e o processo de trabalho também relacionados a ela.

Dessa forma, adotou-se como hipótese de trabalho que a combinação de diferentes estratégias reprodutivas e organizativas, contudo, ligadas, principalmente, à fruticultura ou à pecuária, ou ainda a ambas, são capazes de gerar renda e manter as famílias no campo, mesmo aquelas que possuem pequenas áreas. No caso da fruticultura, as propriedades familiares são responsáveis pela maior parte da produção frutícola da região de Jales.

Ainda procurou-se testar a hipótese ligada as estratégias específicas, como no caso da questão organizativa, pois o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas fornece subvenções de acordo com as necessidades em comum dos produtores. Para isso os produtores têm que se reunir em grupos de, no mínimo, cinco pessoas. Assim, questionava-se se a formação dos grupos ocorria em função do Programa disponibilizar os benefícios ou a organização seria uma consequência natural entre esses produtores e com isto um fator independente de qualquer auxílio por parte do poder público.

Quando se busca entender as características da exploração familiar é de fundamental importância o estudo das relações envolvendo propriedade, trabalho e família, pois todas se relacionam entre si. Neste sentido, WOORTMANN (1990) menciona que não é possível se pensar a terra sem relacioná-la à família, como também não é possível se pensar a família sem o trabalho e a produção. Trata-se da clássica conceituação de CHAYANOV (1966).

Para a presente pesquisa partiu-se de uma revisão bibliográfica sobre a região a ser estudada, procurando caracterizar todo o universo. Também, abordou-se a delimitação da agricultura familiar, o universo em que se insere, os enfoques teóricos sobre sua viabilidade, além de seus modos de vida e das estratégias desenvolvidas.

Junto aos técnicos da CATI – Regional de Jales foram levantadas informações referentes a cada município estudado, como também sobre a região. Foram buscadas informações junto às publicações do IBGE, ao Projeto Lupa (Levantamento Censitário das

de reprodução disponível (o peso e a importância da tradição e sua vinculação ao processo moderno de [con]viver e produzir)" TEDESCO, 1998, p. 14).

Unidades de Produção Agrícola), à Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análises de Dados), Casas de Agricultura e Prefeituras.

Para melhor compreensão do universo dos agricultores familiares este trabalho foi dividido em quatro sessões.

Na primeira são abordadas as questões teóricas, subdivididas em duas partes. A primeira refere-se ao universo da agricultura familiar e a segunda refere-se às estratégias familiares que culminam nos modos de vida e organização dos agricultores familiares.

Desse modo, apresenta-se primeiramente uma análise da agricultura familiar, sob a visão de autores como Marx e Chayanov. O primeiro analisa a transformação desse tipo de agricultura na ótica do seu desaparecimento, e o segundo na perspectiva de sua dinâmica interna. A seguir, a agricultura familiar é abordada através das conceituações teóricas, buscando-se um retrato da mesma no cenário nacional, atentando-se principalmente para sua importância na geração de renda e trabalho.

Em uma segunda parte é abordado o contexto das estratégias familiares, como forma de reprodução das famílias rurais, sendo a pluriatividade analisada como parte dessas estratégias, onde a diversidade contribui para a sobrevivência da agricultura familiar, definindo assim os modos de vida desses agricultores. Aliada às estratégias, encontra-se a questão da organização rural, onde se inserem mecanismos que vão desde a organização do trabalho na própria propriedade, bem como no tocante a algum nível organizacional entre produtores.

A segunda sessão descreve os procedimentos metodológicos, com a caracterização da área de estudo e as técnicas utilizadas na pesquisa. A caracterização das microbacias dos municípios, das propriedades e dos produtores pesquisadas é abordada na terceira sessão.

A análise das estratégias de reprodução e organização dos produtores familiares do EDR de Jales-SP, tendo-se como parâmetros diversas conceituações sobre os tópicos abordados, está apresentada na quarta sessão. Os dados foram ordenados de forma a expressar a elaboração das estratégias familiares, relacionando-as às decisões, sucessão, crescimento patrimonial, renda e diversificação, além das estratégias ligadas à organização da produção, do trabalho e comunitária.

1.1. O objeto de estudo

A agricultura familiar no Brasil vem, cada vez mais, ganhando força e destaque no cenário nacional, pois contribui, em muito, na geração de empregos e no fortalecimento do desenvolvimento local. Na discussão de uma agricultura familiar capaz de alcançar o desenvolvimento rural sustentável, muitos têm sido os esforços de pesquisadores e instituições governamentais, gerando novos conceitos e propostas.

Tratar da agricultura familiar não significa apenas abordar a pequena produção, limitando-se à idéia do modelo familiar “farmerizado⁴”. É no estudo da diversidade de relações, que abrange a agricultura familiar, que se pode identificar os elementos inibidores ou incentivadores do desenvolvimento agrícola (FLORES e CARDOSO, 1999).

LAMARCHE (1998) classifica a agricultura familiar como categoria ampla, sendo caracterizada por grande diversidade interna. Neste sentido, SANT`ANA et al. (2000) menciona que:

“Mais importante que buscar um sistema de classificação detalhado e rígido ou de dirigir conjecturas sobre o futuro da agricultura familiar, há a necessidade de se conhecer melhor a grande diversidade de processos específicos e de (re)construir metodologias que permitam compará-los, não a partir da construção de modelos ou tipos ideais (que buscam reter apenas o que pretensamente seria a essência ou os elementos estruturantes do fenômeno), mas em sua especificidade complexa, pois a consistência de qualquer generalidade que o pesquisador consegue alcançar surge da delicadeza de suas distinções, não da amplidão das suas abstrações” (SANT`ANA et al., 2000, p. 4).

A realização de diagnósticos qualitativos sobre a realidade social é de grande importância, segundo SPERRY (1999), pois valoriza os conhecimentos dos agricultores, aproximam as áreas de pesquisa entre si e essas com os agricultores; tratando o homem simples do campo, não mais como um objeto a observar, medir e pesar.

A ampliação do conhecimento sobre as diversas inserções específicas dos grupos de produtores familiares se faz necessária, segundo SANT`ANA et al. (2000), buscando-se

⁴ Transformação da agricultura familiar que perde as características do campesinato, não mais centrada na produção de subsistência e sim na moderna produção familiar, utilizando insumos modernos e a intensificação da mecanização, com características do capitalismo, ou seja, tende a eficiência quanto mais próxima do capitalismo.

analisar não só os aspectos mais visíveis da articulação ou aqueles que são dominantes, mas também as particularidades e os aspectos simbólicos, culturais e subjetivos envolvidos em cada situação concreta.

Desta forma, procura-se a percepção das estratégias familiares, no sentido de exercício do senso prático de agentes sociais que visam concretizar projetos, promovendo a desconstrução de conceitos centrados na atividade trabalho, como cita BOURDIEU (1997), em função da realidade assim exigir.

É neste sentido que se investigou neste trabalho, o estudo das estratégias dos produtores familiares do EDR de Jales. Estes produtores vivem em pequenas áreas com suas famílias, tendo sua propriedade como principal fonte de renda. A região de Jales, constituída basicamente por propriedades com área inferior a 50 ha, como demonstra FRANCISCO et al., 1997, onde predomina o trabalho familiar, foi escolhida pela fundamental importância que essas propriedades têm para a vida das famílias e por se destacar como uma das principais regiões no estado de São Paulo, em relação à forte presença de produtores familiares.

SAMPAIO (2004) menciona que as famílias podem adotar as mais variadas configurações de estratégias e isso decorre dos diferentes graus de adaptação que cada unidade familiar adota, como, por exemplo, a disponibilidade de recursos econômicos, projetos para o grupo familiar, apego aos valores tradicionais e grau de limitações ligadas aos recursos naturais e à mão-de-obra disponível em cada momento ou local. No intuito de se compreender, ainda, as decisões tomadas pelos agricultores faz-se necessária a compreensão global da exploração agrícola, em que certas estratégias se relacionem com outros fatores, como o âmbito das variações na intensidade de trabalho, o recrutamento/êxodo dos membros da família, a ampliação ou a redução do consumo e a diversificação, redução ou intensificação da produção.

Diversificando a produção, os agricultores podem ter mais opções de produtos a serem vendidos e também uma forma de assegurar o autoconsumo familiar. Essa diversidade parece não estar relacionada a uma causa específica, mas associada a fatores diversos, resultantes de um processo de ajustamento da unidade produtiva operado pela família (BRANDENBURG, 1999).

Aliada a essa diversidade de produção encontram-se, também, outras formas de rendimento não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária, como é o caso

da pluriatividade. A pluriatividade se constitui na utilização de práticas não-agrícolas capazes de proporcionar rendas aos agricultores, elencada como uma das estratégias de reprodução social, sendo capaz de mantê-los no campo.

Segundo SOUZA (2002), acreditava-se que as rendas obtidas fora da propriedade satisfariam as necessidades do produtor, que então substituiria a atividade agrícola como principal fonte de renda pelas obtidas fora da propriedade, e isso poderia acarretar na perda de identidade do agricultor. Porém, algum tempo depois se percebe que a pluriatividade não era um fator de exclusão do agricultor da atividade agrícola e sim uma alternativa que passou a garantir a sua reprodução social e econômica.

A articulação da família com o trabalho fora da propriedade, em que pese uma diversidade de situações, se dá pela crescente expansão das atividades industriais e de serviços no meio rural ou nos centros urbanos próximos de fácil acesso, bem como pela tendência da exploração converter-se de familiar para individual, liberando os filhos, e até mesmo as esposas, para procurar trabalho fora da agricultura (BAPTISTA, 1994).

Para LAMARCHE (1998) a pluriatividade é uma estratégia adaptativa das unidades de produção, ocorrendo em virtude de dificuldades próprias de algumas camadas de produtores agrícolas, crise do mundo rural ou da sociedade local, ou uma escolha de um modo de vida particular, perfeitamente estável e que tende a se reproduzir.

Ainda segundo expõe o autor, as estratégias familiares estão intimamente relacionadas com o conceito de reprodução e são respostas dadas por cada membro da família à necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução, a do grupo, bem como da unidade de produção em si.

A reprodução da agricultura familiar é, então, um processo dinâmico de perpetuação de uma entidade coletiva, sendo que esta ocorre através de transformações e adaptações no âmbito da sociedade, que deve ser considerada em toda a sua diversidade e complexidade, ou seja, é o modo como os agricultores utilizam ou operacionalizam os recursos produtivos e as relações com os mercados, em concordância não apenas com as variáveis estruturais (terra, capital e trabalho), mas também com uma série de fatores sociais, econômicos e demográficos (ANTUNIASSI, 1993).

A autora menciona ainda que as estratégias familiares em torno da organização do trabalho se relacionam à divisão do mesmo entre os diversos membros da família e, à

intensidade da utilização das diferentes frações de mão-de-obra, tanto na unidade de produção quanto fora dela, incluindo as migrações sazonais e temporais. Nesse processo, uma das estratégias de resistência da família é a saída de alguns membros, em busca de trabalho assalariado nos centros urbanos.

Geralmente, são os filhos que buscam esses novos horizontes, aliado talvez às incertezas que ameaçam o setor rural, buscando, porventura, uma maior segurança fora do setor agrícola. Porém, os filhos que permanecem trabalhando com os pais na propriedade, geralmente os mais velhos, acabam ficando com a propriedade após a morte de seus pais, seja por doação total, como relata WOORTMANN (1995), ou por compra da parte dos irmãos.

Segundo HEREDIA (1977), o pequeno agricultor é definido pelo trabalho que realiza na terra, sendo que a perda desta implica no seu desaparecimento como categoria social. Ele nasceu ligado a ela e esta deve ser passada a seus filhos. Nesse sentido mostra-se a necessidade da sua continuidade ligado ao trabalho na terra. Através do processo de herança da terra muitos agricultores encontraram estratégias para a continuidade da propriedade familiar e conseqüentemente da sua própria reprodução.

O processo sucessório pode conduzir a conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna até a questão do viés de gênero que tende a acompanhar esses processos. O afastamento destas questões acaba atrasando a definição dos arranjos familiares necessários, que envolvem tanto o herdeiro e a continuidade da unidade de produção paterna, quanto o destino dos demais irmãos não-sucessores. A divisão das terras torna-se inevitável a partir da lei que garante o direito de herança a todos os filhos, mas pode ser contrabalançado com estratégias que o grupo utiliza (SCHIAVO, 1997).

Em algumas regiões a divisão da herança se dá de forma igualitária entre os herdeiros e em outras não, ou seja, em algumas regiões do país há a preferência em se deixar o patrimônio para os filhos homens excluindo as filhas do processo de herança, pois as formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, geográfico, econômico, etc (CARNEIRO, 2004). Quando ocorre a divisão igualitária da propriedade, na prática a terra da mulher passa a ser domínio do marido, portanto a herança não chega às mãos da esposa (WOORTMANN, 1995).

Segundo a autora, a “questão sucessória” na agricultura surge quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias envolvidas neste processo.

Aliada às estratégias de reprodução estão as de caráter organizativo, que vão desde o trabalho na propriedade como também as de cunho comunitário, em que os produtores se articulam para conseguirem melhorar suas condições de vida. A organização rural é uma excelente alternativa para inserir o produtor rural no processo contínuo e acelerado de globalização pelo qual o mundo passa.

A organização desses pequenos produtores torna-se um mecanismo viável e, em muitos casos, a melhor saída para buscarem a inserção, que seja mais vantajosa, no mundo capitalista. Os agricultores familiares têm passado por algumas transformações, ou seja, estão modernizando sua agricultura em relação aos aspectos técnicos e econômicos através de uma maior eficiência produtiva, gerencial e organizacional (RIGOLIN, 2000).

No EDR de Jales, percebe-se que os produtores tendem a realizar algumas práticas relacionadas à propriedade de forma individual e não coletiva, talvez em virtude dos maus exemplos ocorridos na região⁵ e que desestimularam os produtores, muito embora haja esforços para tentar mudar esse quadro. Neste sentido, pode-se citar a comercialização de produtos frutícolas, em que cada produtor pratica a venda de forma isolada e na maioria das vezes, recebendo baixos preços pelos produtos, ocorrendo casos também de não receberem nada pela venda. A união de pequenos agricultores em uma organização formal ou informal é de fundamental importância, com isto é possível ampliar os horizontes de produção, agregar valor aos produtos e melhorar o preço recebido pelos mesmos.

Desta forma, no estudo das relações que envolvem as famílias e suas propriedades, muitas vezes passadas de pais para filhos, que se buscou entender como essas pessoas vivem, se organizam para a produção, para o trabalho, para a venda de seus produtos, ou seja, um retrato dos produtores rurais do EDR de Jales.

⁵ Como foi o caso da Cooperativa Jales (denominada anteriormente AVIRJAL), que comercializava boa parte da uva dos produtores da região e da Cooperjal (Cooperativa Agropecuária Mista e Eletrificação da Região de Jales) que desempenhava atividades ligadas a eletrificação rural e, posteriormente, também desenvolvendo atividades com leite.

PRIMEIRA SESSÃO

II. Agricultura familiar: do campesinato à moderna produção familiar

A agricultura familiar, principalmente na última década, vem ganhando grande destaque frente às diversas áreas de pesquisa no Brasil. Os pesquisadores despertaram para a importância econômica e social dessa categoria no desenvolvimento do Brasil, país que genericamente pode se chamado de rural, devido suas vastas extensões agrícolas.

Diversos autores como WANDERLEY (1995), ABRAMOVAY (1997), BERGAMASCO (1995), KAGEYAMA (1991), entre outros, tem trabalhado com a agricultura familiar no Brasil, abordando os mais variados universos dessa categoria. Porém, o termo “agricultura familiar” ganhou maior destaque no Brasil, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política pública implementada pelo governo federal e direcionada aos produtores rurais, que enquadra os mesmos em diferentes grupos, para assim tornarem-se beneficiários de tal política.

A agricultura familiar em virtude da sua relevância para a agricultura do nosso país, será abordada aqui a partir das diversas configurações teóricas que foram dadas ao termo “campesinato” com o decorrer dos anos, bem como suas estratégias de reprodução e a forma de se organizarem, para enfrentar as situações econômicas e sociais.

2.1. As vertentes da agricultura familiar: transformação ou desaparecimento?

Em seus estudos sobre classes sociais, MARX (1968) constatou que o camponês não aparece como classe social constituída. LÊNIN (1936) e KAUTSKY (1968) compartilham a mesma idéia, baseados na realidade dos seus contextos históricos, também previram a diferenciação interna do campesinato, pois, para eles, no processo de diferenciação social, a grande maioria tenderia a proletarização, enquanto uma pequena parcela se tornaria capitalista.

CHAYANOV (1966) vê o campesinato como uma classe social em que as famílias camponesas produzem a maior parte do que consomem, garantindo deste modo seus meios de subsistência, ocorrendo bem mais uma troca com a natureza do que uma troca com a

sociedade. O autor denomina ainda o campesinato, como um representante do individualismo⁶ e que o seu afastamento das reivindicações do operariado distanciou-o das reflexões acerca dessa categoria.

Acreditando ser o campesinato um modo de produção mercantil simples⁷, diferente do modo de produção capitalista, CHAYANOV⁸ (1966) nos passa a visão de que produzindo para si próprio, o camponês não se preocupa com as necessidades do mercado, destinando a este apenas parte de sua produção, e ainda assim, quando o excedente for significativo e não afetar o balanço alimentar da família. Os camponeses entram no mercado de uma forma simplificada e para aquisição de bens que não produzem.

Através de uma síntese dos trabalhos de Chayanov é possível verificar a relevância que é dada à análise da produção familiar, uma vez que algumas práticas adotadas por essa categoria como o autoconsumo, podem ser explicadas como um tipo de estratégia de sobrevivência, o que seria difícil de ser analisado a partir de um estudo do modo capitalista de produção.

KAUTSKY (1968) não vê na produção mercantil simples, meios para se reproduzir frente ao avanço do capitalismo. Para o autor, o desenvolvimento da agricultura ocorria paralelamente ao da indústria e que, a agricultura, sendo ela camponesa ou capitalista, deixava cada vez mais de ter um papel na sociedade, sendo submetida à indústria, que delineava de forma cada vez mais marcante a lei da evolução agrícola. Em seu entendimento, a exploração camponesa estava ameaçada por duas razões: o parcelamento e a grande exploração, o que conseqüentemente acarretaria para a agricultura e a indústria a exploração capitalista e a proletarianização. Tentando “visualizar” seus entendimentos, constatou que não se devia esperar na agricultura, nem o fim da grande exploração e nem o da pequena, e sim uma tendência universal, a proletarianização, como também a oscilação constante entre os avanços da pequena exploração como os da grande.

⁶ O isolamento que mantinha os camponeses afastados da cidade e, além do mais afastados, uns dos outros, contribuía para a grande dissociação existente entre os mesmos (MARX, 1968).

⁷ Na visão de SERVOLIN (1972, p.51), a produção mercantil simples pode ser definida por dois pressupostos principais: “o trabalhador direto é proprietário de todos os meios de produção; o processo de produção é organizado por ele em função dele mesmo e de sua profissão. O produto de seu trabalho lhe pertence na totalidade. O objetivo da produção não é a obtenção do lucro, mas a sobrevivência do trabalhador e de sua família, e a reprodução dos meios de produção necessários para sua sobrevivência”. O autor utiliza o termo ainda para caracterizar a economia camponesa como um modo de produção específico, voltado para a sobrevivência da família, através da utilização de técnicas intensivas e mão-de-obra familiar, podendo desta forma proteger-se da concorrência da exploração capitalista, embora essa coexistência pressuponha, na maioria das vezes, uma submissão a ela.

⁸ Foi um dos primeiros autores a levantar a discussão do campesinato, no início do século XX, como sendo um modo de produção não capitalista.

O autor não seguia a mesma linha de pensamento que Chayanov sobre a produção mercantil simples, e acreditava que um dos motivos para a não continuidade da exploração camponesa era a inferioridade, principalmente técnica, da pequena em relação a grande propriedade. O processo de desenvolvimento da agricultura através do modo capitalista de produção levaria à sobreposição da grande propriedade sobre a pequena, pois a grande ao contrário da pequena, poderia alcançar melhores preços no mercado, menor custo em função de transportar uma grande quantidade de produtos, além de ter acesso mais facilitado ao crédito. A pouca quantidade de alimentos produzidos pelos camponeses, o que gera trabalhadores subnutridos e incapazes de se sustentarem, os obrigaria a uma condição degradante para garantir a sua própria sobrevivência (KAUTSKY, 1968).

Quanto ao campesinato brasileiro, QUEIROZ (1976) relata que o mesmo está fadado ao desaparecimento⁹, pois a tendência da agricultura é de organizar-se cada vez mais sob a forma capitalista, voltada para o lucro e para o mercado. Essa mudança é observada primeiramente no nível do consumo: o camponês consumia produtos por ele próprio produzidos e só secundariamente adquiria produtos do mercado. Na medida em que há uma maior interferência das cidades na vida do camponês, seus hábitos de consumo vão se alterando, acarretando em uma das causas de sua decadência.

Diferentemente, AMIN e VERGOPOLUS (1986), levantam como um dos caminhos e como tendência, a questão de que a pequena produção não desapareceria nem se marginalizaria. Ao contrário, ela tenderia à eficiência quanto mais próxima estivesse do capitalismo, e isto se daria através dos CAI's (Complexos Agro-Industriais), e por conseguinte, através da cooperação e incorporação dos mesmos. Para eles, a saída seria a transformação do pequeno produtor em um “trabalhador do capital”, ou seja, o pequeno produtor se integraria à produção industrial nas “quase integrações verticais”. Isto conferiria uma funcionalidade ao processo das cadeias produtivas muito maior do que seria obtido através da empresa capitalista, com trabalho assalariado.

⁹ O termo “fadado ao desaparecimento”, segundo a autora, ocorre quando o lavrador se dispõe a plantar para vender e o destino de sua produção, além da organização do trabalho se modificam, ou seja, somente os braços da família não são suficientes para atender essa nova organização.

2.2. O contexto da agricultura familiar

Muitos têm sido os trabalhos de pesquisa envolvendo a agricultura familiar e nos mais diversos campos deste tema. As pesquisas sobre este tipo de agricultura têm mostrado resultados expressivos no Brasil, tanto em nível social quanto econômico. Para que o fortalecimento da produção familiar possa alcançar êxito há a necessidade de se ultrapassar os velhos conceitos de agricultura de baixa renda, pequena produção e agricultura de subsistência, denominada de campesinato por volta dos anos 60.

O conceito de campesinato era utilizado para designar uma diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso a terra, em oposição ao latifúndio, apresentando-se em diversas denominações como: parceiros, foreiros, arrendatários, moradores, proprietários sitiantes, ocupantes, pequenos produtores, entre outros. Quanto à dimensão teórica do termo campesinato, o mesmo era utilizado também, segundo TEIXEIRA (1998), tanto nas análises sobre a definição de modo de produção e sua dinâmica de funcionamento, assim como na organização dos processos produtivos e do trabalho. Ainda segundo a autora, não é possível definir uma categoria teórica capaz de abranger todas as formas produtivas camponesas, mas sim, várias definições históricas, de acordo com cada formação social com seu respectivo estágio de desenvolvimento.

Na década de 80 o termo pequeno produtor passou a ser mais utilizado, em relação ao termo campesinato, apesar de ser considerado por muitos como associado a “atrasado”, “pouco eficiente” e “produtor de subsistência”. Para MARTINS (1983), o termo campesinato, foi substituído pela expressão pequeno produtor por apresentar um enfoque mais econômico e menos político, no contexto em que se instalou o processo de modernização da agricultura e a ditadura militar, os quais representavam o fortalecimento da empresa capitalista rural e a negação das lutas políticas.

A maior parte dos estudos que atualmente vêm envolvendo o meio rural deixou de abordar o termo campesinato, passando a centralizar as análises na noção de “agricultura familiar” e ainda “pequeno produtor”, pois consideram que essas novas abordagens designam melhor os produtores atuais, ou seja, produtores que se integraram ao mercado e à sociedade, além de se profissionalizarem, e assim perdendo algumas relações com os traços

característicos do camponês (autonomia, relações de parentesco, reciprocidade, além dos outros vínculos que caracterizam este tipo de produtor) TEIXEIRA (1998).

WANDERLEY (1999) e LAMARCHE (1993) vêem a agricultura familiar como aquela em que a família, assume o trabalho na propriedade e ao mesmo tempo é detentora dos meios de produção¹⁰.

“O conceito de exploração familiar, que procura apreender a importância da pequena produção, não tendo como base categorias estritamente econômicas, necessariamente se contrapõe à noção de empresa agrícola exclusivamente voltada ao mercado, que utiliza tecnologia de ponta e quase totalmente dependente da sociedade global, e mais, apresentando uma relação familiar nula no que se relaciona à exploração agropecuária”. (CARMO, 1998, p.10).

Embora o termo “agricultura familiar” contenha o que possa ser pequena produção, este é analisado por diversos ângulos, recebendo variadas classificações que abordam a condição de reprodução do grupo, as condições objetivas de produção, as concepções históricas, e a posição ocupada na área rural ou econômica como um todo.

“A utilização da noção agricultura familiar, significou uma mudança qualitativa no enfoque classificatório, pois deslocou o centro da análise da área física (tamanho) ou dos valores econômicos gerados, para as relações sociais que são estabelecidas no processo produtivo e na vida desses produtores. As pesquisas de abrangência geral (que trabalham com os dados agregados do Brasil ou de um determinado Estado), devido à ausência de informações mais precisas, não puderam avançar muito e limitaram-se em utilizar as variáveis ligadas a condição do

¹⁰ SANT'ANA (2003) acredita ser necessário acrescentar nessa definição “ou de parte deles”, em virtude da terra poder ser explorada por pequenos arrendatários, posseiros e parceiros, e nesse caso a família não é possuidora da terra. Dados do projeto de cooperação técnica INCRA/FAO realizado em 2000 mostrando a situação dos agricultores familiares, segundo a condição de uso da terra, revelam que 74,6% são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes.

produtor e ao tipo de mão-de-obra utilizada no estabelecimento ou imóvel rural” (SANT’ANA, 2003, p.16).

Abordar a pequena produção, a agricultura de baixa renda ou de subsistência envolve um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades, ou seja, aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições precárias, que conta com técnicas tradicionais, que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos e que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito (ABRAMOVAY, 1997).

A produção familiar, dada as suas características de diversificação/integração de atividades agropecuárias, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável. É fundamental, porém, que seja alvo de uma política estruturada e implementada para este fim. Um novo padrão de desenvolvimento definido pela auto-sustentabilidade potencializa a participação da agricultura familiar na oferta agrícola, embora não seja um segmento homogêneo (CARMO, 1998).

Seis características básicas da agricultura familiar são definidas por GASSON e ERRINGTON (1993), tais como: a gestão é feita pelos proprietários, os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família, e os membros da família vivem na unidade produtiva¹¹.

Na maioria das definições sobre agricultura familiar, sempre encontra-se a família relacionada ao trabalho e a questões de ordem cultural, ideológica e de parentesco. Como menciona TEIXEIRA (1998), o agricultor familiar é visto como *homoeconomicus*, que se relaciona com a sociedade a partir da lógica do mercado (produtividade e rentabilidade crescentes).

O contexto da agricultura familiar no Brasil pode ser dividido em duas fases cronológicas distintas a partir dos anos 70. No primeiro momento, anos 70/80, baseado em Chayanov, que encarava a agricultura como um espaço de produção familiar, entendida como

¹¹ A definição proposta por tais pesquisadores não leva em conta o tamanho e a capacidade geradora de renda das unidades produtivas, e que as características descritas pelos mesmos não ocorrem em todos os casos, pois há casos em que os membros da família não vivem na unidade produtiva e também pessoas que não são da família estarem envolvidas no padrão sucessório.

organização produtiva, provida de uma certa lógica e assim capaz de resistir as imposições do capitalismo. Em um segundo momento, que ocorreu a partir do início dos anos 90, baseado no modelo originado nos Estados Unidos, e que o produtor familiar é visto como um capitalista em ascensão, após a independência deste país (GERMER, 2002).

Deste modo, o modelo norte-americano é o oposto ao proposto por Chayanov, ou seja, enquanto este último defendia que o produtor familiar tinha por virtude resistir as transformações inovadoras do capitalismo, o norte-americano tinha por finalidade a sua predominância.

A grande diversidade em que se insere a agricultura familiar permite a sua classificação como categoria ampla, no entanto, as tentativas de classificar a agricultura familiar não são raras, tampouco há consenso neste sentido.

Os fatores constitutivos desta classificação expressam a condição social, econômica, cultural e histórica dos agentes estudados, mostrando a heterogeneidade da produção familiar brasileira.

Baseada em dados do Censo Agropecuário de 1995/96 a pesquisa INCRA/FAO (2003) realizada no ano de 2000, delimitou uma tipologia através da diferenciação socioeconômica, e classificou os produtores em capitalizados (consolidados), em processo de capitalização (em processo de consolidação), em descapitalização (estagnados) e descapitalizados (periféricos), atribuindo, respectivamente, a cada um como tipos A, B, C e D. O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO coordenado por Guanzirolli, considera como familiares os estabelecimentos que atendam, simultaneamente, aos seguintes critérios: o produtor deve coordenar diretamente os trabalhos, o trabalho familiar tem que ser maior que o trabalho contratado, e a área total do estabelecimento deve ser igual ou menor a um valor ponderado médio de 15 módulos fiscais, valor este que corresponde à área máxima regional.

A “agricultura familiar” deve ser vista como grande detentora de influência econômica e social. Neste tipo de agricultura, o capital pertence à família e o processo produtivo é assegurado pelos proprietários e, apesar do tamanho das unidades produtivas e de sua capacidade geradora de renda, apresentam importante participação na oferta agrícola (ABRAMOVAY, 1997).

2.3. O retrato da agricultura familiar no cenário nacional

LAMARCHE (1993) afirma que a agricultura familiar é um segmento que pode ser encontrado em diversas partes do mundo, sob diversas formas, podendo se apresentar sob diferentes aspectos, ser muito próxima ao modelo camponês ou integrada ao mercado.

O desempenho da agricultura familiar depende, sobretudo, da sua base material de produção, como a fertilidade do solo, o ambiente socioeconômico onde atua e a formação dos agricultores, com destaque para o acesso ao crédito, à compra de insumos, à informação, aos mercados diversificados e “*aos meios materiais de exercício de cidadania (escola, saúde, assistência técnica, etc.)*” (ABRAMOVAY, 1997).

O Brasil, até meados do século passado - XX -, dava pouca importância para a agricultura familiar no cenário econômico nacional, em virtude de manter um desenvolvimento voltado para a concentração dos meios de produção e nas capacidades produtivas de exploração individual, o que acarretou a marginalização e até desaparecimento de muitas explorações familiares e a instalação de uma elite de produtores a qual o pequeno produtor era subordinado.

A agricultura familiar gera empregos e renda. Este fato pode ser constatado no trabalho desenvolvido por GUANZIROLI et al. (2000), que citam a agricultura familiar como a principal geradora de postos de trabalho no meio rural, respondendo por 5,5 milhões de pessoas ocupadas em todo o Brasil. Resultados obtidos pela Sondagem Agropecuária da Fundação Getúlio Vargas e o Sebrae¹² mostram que o número de trabalhadores nas pequenas propriedades aumentou 86% em 2001, sendo que da média de 6,7 pessoas por estabelecimento, 3,6 pessoas são empregados familiares e 3,1 pessoas são contratadas fora do núcleo familiar. Esta pesquisa considerou como pequenos produtores estabelecimentos que variavam de 10 a 100 ha. Mesmo não sendo a área definidora da categoria agricultura familiar, pode-se encontrar neste estrato (10-100 ha.) uma importante quantidade desses agricultores.

A partir dos dados do Censo Agropecuário de 1980 para o Brasil, BERGAMASCO (1993) mostra que dos 5,1 milhões de estabelecimentos rurais no país as unidades familiares representam 71,6% e aquelas, dentre essas que utilizam apenas mão-de-obra familiar, ou seja, tipicamente familiares, representam 43,7% do total de unidades familiares. A participação dos

¹² Folha de São Paulo, São Paulo, 19 fev. 2002. Agrofólia, p.B12.

estabelecimentos familiares puros¹³ em termos de área total dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em 1980, era de 13,3%. Em 1985, este valor sobe para 18,8%¹⁴. Estas unidades que usam somente o trabalho familiar, embora ocupassem em 1980 pouco mais de 40% da área total, geravam aproximadamente 50% do valor da produção e abrigavam quase 75% do pessoal ocupado na agricultura. É importante ressaltar que esta é uma formação heterogênea, constituída por categorias com diferentes capacidades de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los (LAMARCHE, 1993).

BERGAMASCO (1995) tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1989, realizou um estudo sobre agricultores familiares envolvendo várias regiões do Brasil, consideradas representativas para o país. Constatou a existência de 13.882.707 pessoas ocupadas na agricultura brasileira, das quais 58,3% eram trabalhadores familiares¹⁵. A maior incidência destes, encontrava-se na região nordeste I (Maranhão e Piauí), e no extremo sul do país (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Tal fato pode ser explicado, em função dos estados que compõem a região centro-sul do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, apresentarem uma agricultura mais modernizada/tecnificada em relação às outras regiões. A este respeito WANDERLEY (1995), afirma que, em virtude da agricultura familiar estar organizada em função dos equipamentos e das modernas técnicas de produção, não há necessidade de se utilizar o trabalho de várias pessoas da família, sendo necessário poucas pessoas para realizar o mesmo trabalho que seus antecessores realizavam.

Ainda de acordo com a pesquisa de BERGAMASCO (1995), quando se considerou a participação da mão-de-obra familiar nas atividades agropecuárias em termos absolutos e percentuais, em três atividades principais, como culturas (temporárias e permanentes), pecuária e outras, constatou-se que os produtores familiares encontram-se predominantemente nas atividades de culturas (83%), e em certas regiões, como o nordeste, cerca de 90% da mão-de-obra familiar dedica-se às lavouras permanentes e temporárias.

As relações envolvendo o trabalho e a família no Brasil revelam a importância que a propriedade rural tem para a família, como local de trabalho. Não levando em conta aquelas famílias que possuem filhos com idade ideal para o trabalho, a maioria delas conta com o

¹³ São estabelecimentos que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor, ou seja, tanto mão-de-obra temporária quanto permanente.

¹⁴ KAGEYAMA (1991) baseada no Censo Agropecuário de 1985.

¹⁵ Diferentemente do Censo Agropecuário, a PNAD classifica as pessoas ocupadas na agricultura em nove categorias, sendo que, os trabalhadores por conta própria, parceiros por conta própria, e membros não remunerados da família, constituem-se nos agricultores familiares.

trabalho dos filhos, principalmente os homens, pois as mulheres, geralmente, realizam trabalhos ligados às atividades domésticas.

A potencialidade econômica da produção familiar está expressa nos números estatísticos que são levantados pelo Governo. Um projeto com grande destaque foi o de cooperação técnica entre o INCRA e a FAO, concluído em 2000 por Guanzirolli e colaboradores, retratando a situação da agricultura familiar no Brasil com dados do Censo Agropecuário de 1995/96. Dos quase 5 milhões de estabelecimentos rurais existentes no Brasil, 4.139.369, ou seja, 85,2% são estabelecimentos de agricultores familiares. Eles ocupam 30,5% da área agrícola total e respondem por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, tendo recebido apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura (INCRA/FAO, 2003).

“A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do Pessoal Ocupado (PO). Dos 17,3 milhões de PO na agricultura brasileira, 13.780.201 estão empregados na agricultura familiar” (INCRA/FAO, 2003, p.24).

Os agricultores familiares, segundo o projeto INCRA/FAO (2003) realizado em 2000, contratam apenas 4% do total de Unidades de Trabalho Familiar¹⁶ utilizadas na agricultura familiar. O restante do trabalho é desenvolvido pelos membros da família do próprio agricultor. Os agricultores patronais apresentam uma relação inversa, 78,5% do total das Unidades de Trabalho utilizadas no estabelecimento são contratadas.

A pesquisa mostrou ainda que:

“Os agricultores familiares produzem 24% do Valor Bruto de Produção total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja e 46% do trigo, 58% da

¹⁶ Unidades de Trabalho Familiar é a soma do número de pessoas ocupadas da família com 14 anos e mais e da metade do número de pessoas ocupadas da família com menos de 14 anos.

banana, 27% da laranja e 47% da uva, 25% do café e 10% do VBP da cana-de-açúcar” (INCRA/FAO, 2003, p.31).

A produção agrícola dos pequenos produtores é destacada, por CARMO (1998), como um dos pontos importantes no cenário nacional, pois estes produtores respondem por grande parte da produção do mercado interno, mesmo sem incorporarem as tecnologias da modernização conservadora ou incorporando-as parcialmente.

A produção familiar tem grande importância para produção de alimento para o mercado interno e mesmo tendo baixa produtividade apresentam grande utilização do solo, enquanto que os latifúndios, em virtude de possuírem grande montante de terras, não conseguem explorar o que possuem (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

LAMARCHE (1993) e CARMO (1998) analisam a produção familiar como ideal para o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, em virtude das características de diversificação/integração de atividades animais e vegetais e, fundamentalmente, por trabalhar em menores escalas.

“A agropecuária de base familiar pode, ainda, ocupar espaço no mercado com produtos diferenciados, agregando-lhes valor a partir do uso de tecnologias adequadas e com novas estratégias de acesso ao mercado, que vão ao encontro dos anseios do consumidor atual. A produtividade e a qualidade dos produtos são parâmetros essenciais para sua competitividade e manutenção no mercado” (OLIVETTI et al., 2000, p.25).

Comparando a agricultura familiar com a empresarial, enquanto esta última emprega uma pessoa a cada 60 hectares, a familiar necessita de apenas 9 hectares para empregar o mesmo número de pessoas (Embrapa, 1998, citado por OLIVETTI et al., 2000).

No Brasil, os agricultores familiares geram empregos: 7 em cada 10 no campo são responsáveis por uma boa parte da produção agrícola nacional, distribuem melhor a renda e, principalmente, potencializam a economia local nos municípios onde vivem (BRASIL, 2002).

III. Estratégias de reprodução social e formas de organização rural

Alguns traços característicos da agricultura familiar, como o acesso a terra, à propriedade dos meios de produção e ao trabalho familiar, são mencionados por WANDERLEY (1998) como importantes para a sua reprodução social, bem como aspectos ligados à adoção de inovações tecnológicas, especialização, paralelamente ao autoconsumo, migração ou proletarização parcial da família (poderia ser inserida nesse contexto de estratégias, a pluriatividade e as práticas não agrícolas, como forma de garantir sua autonomia).

Essas atividades tradicionais não agrícolas, segundo COUTO (1999), quando inseridas de forma estruturada em uma nova realidade rural brasileira podem ser elencadas como parte de estratégias da agricultura familiar.

3.1. As estratégias familiares

A sobrevivência da agricultura familiar nas sociedades modernas, em virtude das transformações pelas quais passou, não causou uma ruptura total e definitiva desse modelo de agricultura, pois até mesmo o agricultor moderno capitalizado e adaptado as constantes mudanças impostas pela sociedade, mantém certas tradições camponesas que são fundamentais para o seu sucesso (WANDERLEY, 1999).

No contexto em que vive a agricultura familiar, pela busca da superação das barreiras e desafios impostos pela sociedade, *“cada decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos novos projetos que ocorrerão no porvir”* (LAMARCHE, 1993, p.19).

Os produtores familiares em função de depender, muitas vezes, de produtos que não podem produzir, possuir pequenas áreas e não ter escala de produção nem disponibilidade de mão-de-obra, acabam adotando estratégias específicas (SANT`ANA, 2003). O autor enfatiza que as estratégias adotadas pelos produtores familiares, que:

“buscam dentro do circuito da produção agropecuária a sua reprodução, incluem, além da tecnificação e da integração à agroindústria, a diversificação da produção, a introdução de inovações no processo de

comercialização, a participação em mercados diferenciados ou especializados e formas de organização criativas que procuram superar as dificuldades do cooperativismo e associativismo tradicional” (SANT’ANA, 2003, p.32).

TEDESCO (1998) define estratégias como um conjunto de ações conscientes e racionais, onde as pessoas ou grupos têm por objetivo reproduzir-se e reproduzir condições de reprodução, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir.

Para SANT’ANA (2003), as estratégias

“(…) expressam e são expressão de um modo de vida; buscam configurar e, ao mesmo tempo, sofrem mediação desse modo de vida. É o modo de vida que dá um certo sentido às inter-relações entre as estratégias, embora nem sempre seja produto de escolhas racionais e lógicas e, como elemento histórico, esteja em permanente construção”.

Estratégia pode também ser entendida como toda seleção de caminhos alternativos de ação (recursos táticos¹⁷) por sua virtualidade para produzir resultados futuros (objetivos estratégicos) em situações de incertezas. Relacionada à família, esta concepção de comportamento estratégico permite definir as estratégias familiares como dotações de recursos e materiais relacionados entre si por parentesco (consangüíneo e afim) com a finalidade de maximizar sua atitude para adaptar-se a entornos materiais e sociais (MEDINA e CALVO, 1997).

ANTUNIASSI (1993) estudando as estratégias familiares em núcleos de reforma agrária, cita que as mesmas são fundamentais para se entender o processo de inserção e sobrevivência dos trabalhadores rurais nos núcleos de reforma agrária. As estratégias familiares são os contínuos ajustes observados nas práticas adaptativas dos grupos familiares, pois muitos trabalhadores só conseguiram permanecer no assentamento em função de estarem agrupados. E foi essa união que proporcionou aos trabalhadores o desenvolvimento de certas estratégias para que sobrevivessem no assentamento, como a estratégia de organização do

¹⁷ Entende-se por recursos táticos a habilidade de se conseguir a solução para as barreiras que surgem em nosso cotidiano.

trabalho, pois o grupo familiar quando dispunha de certa quantidade de mão-de-obra, tinha condições de produzir, pelo menos, para o autoconsumo.

Em estudos sobre pequenos agricultores modernizados, BRUMER e ARISTIMUNHO (1995) puderam constatar que as estratégias desenvolvidas por esses, seja direta ou indiretamente, buscam resolver os problemas que envolvem a falta de terra. Essas estratégias abrangem, principalmente, a produção diversificada para compor a renda não monetária, servindo também para compensar os baixos rendimentos obtidos com as culturas principais. Em determinados casos resultam na obtenção de recursos para o estabelecimento, tão vitais quanto àqueles das culturas consideradas principais.

A diversificação das atividades é uma estratégia, frequentemente, adotada pela maioria dos agricultores brasileiros, de tal forma, que esta se constitui em uma de suas principais características. Esta diversificação se destina, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, como também garantir o autoconsumo. WANDERLEY (1995), estudando agricultores familiares em três regiões do Brasil, pode constatar que 65% dos produtores entrevistados adquiriam no mercado apenas um quarto de suas necessidades alimentares, sendo que o restante era oriundo do próprio estabelecimento.

MEDINA e CALVO (1997) ressaltam que não se pode centrar o conceito de estratégias familiares nos objetivos estratégicos (que podem não existir enquanto tais) nem na natureza de suas relações (cooperativas, competitivas ou conflitivas) com as demais famílias, devendo o núcleo essencial desse conceito recair, principalmente, sobre a margem de variação dos meios que se encontram à disposição da família.

3.2. Pluriatividade na agricultura familiar

A pluriatividade será analisada aqui como uma dentre as estratégias de sobrevivência, aonde a diversidade vem se constituindo como uma importante estratégia para a sobrevivência da agricultura familiar.

O termo pluriatividade, surgiu quando sociólogos franceses, em meados de 1960, detectaram que agricultores familiares, durante os meses de inverno, exerciam atividades relacionadas ao esporte e turismo, paralelamente as atividades agrícolas. Essa diversificação, chamada de pluriatividade, trouxe para a discussão da sociologia rural situações bem mais

complexas, em função de se analisar a agricultura familiar a partir de outros pressupostos (COUTO, 1999).

No meio rural, hoje, as atividades não agrícolas vêm tomando conta dos afazeres dos agricultores devido a questões relacionadas à falta de recursos financeiros, meios de locomoção, distância das cidades, entre outros, porém não são recentes, pois antigamente esses eram obrigados a fabricarem seus próprios utensílios domésticos e buscar alternativas viáveis para o sustento da família. No Brasil, o tema pluriatividade começou a se debatido no início dos anos 90, principalmente pelos pesquisadores ligados às áreas de Sociologia e Economia Rural, como GRAZIANO DA SILVA (1996), SCHNEIDER (1995), ANJOS (1995), CARNEIRO (1997), entre outros.

Os agricultores familiares que buscam a diversificação em suas propriedades são aqueles que:

“[...] sós ou com seus filhos e esposas dedicam-se, parcial ou integralmente, a alguma atividade paralela à agricultura. [...] a filha trabalha como empregada doméstica; o filho como assalariado em alguma fábrica; o pai como pedreiro; a mãe como costureira” (COUTO, 1999, p.64).

No Projeto de Caracterização do Novo Rural Brasileiro, GRAZIANO DA SILVA (2002) observou que nas pequenas e médias propriedades a gestão das mesmas está individualizando-se, em que o pai e/ou um dos filhos ficam encarregados da propriedade, enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade. O autor menciona ainda, que em virtude de não se ter mais todos os membros da família relacionados com trabalho agrícola na propriedade, esta família deixa de se identificar apenas com as atividades agrícolas e a exploração pecuária, passando o patrimônio familiar a incluir mais coisas que “as terras”. Desta forma, a família passa a ter outros negócios, em geral não-agrícolas, como parte de sua estratégia de sobrevivência.

Com isto, a renda familiar deixou de ser exclusivamente agrícola ou pecuária, pois há membros da família que trabalham fora em atividades não ligadas à agropecuária e que contribuem para a composição da renda familiar. Desta forma, há uma combinação das rendas

agrícolas com as não agrícolas para o sustento da família, ou seja, a renda não agrícola passa a fazer parte também da renda familiar e em certos casos, se constituindo como a principal fonte de renda familiar.

Os membros da família, geralmente, exercem as atividades em outros locais de trabalho, que não a propriedade da família, mas residindo na mesma e contribuindo para que haja uma união familiar, em que todos contribuem para o sustento da família. Existe também atividade não agrícola, em que membros da família trabalham na própria propriedade, como é o caso: “*das costureiras, das rendeiras, dos artesãos; dos pesque-pague; das propriedades rurais que se transformam em hotéis-fazenda em fins de semana ou durante as férias*” (COUTO, 1999, p.64).

GRAZIANO DA SILVA (1996) vê as atividades não agrícolas no meio rural, como talvez, a única estratégia possível e fundamental para reter as famílias no campo, além de elevar seu nível de renda. É em função disto, que as instituições internacionais estão insistindo em retomar a idéia de desenvolvimento rural, o que de certa forma impulsiona atividades que, conseqüentemente, geram novas ocupações (não necessariamente empregos) e aumento da renda das pessoas, porém, o agricultor, em virtude dessas novas ocupações, com o tempo, perderá sua característica de produzir alimentos, voltando-se somente a outras atividades não agrícolas.

Em contraposição, outros autores como WANDERLEY (1995), LAMARCHE (1998), BERGAMASCO (1993), ALENTEJANO (1999), entre de outros, defendem que o produtor mesmo realizando atividades não agrícolas, não perderá sua qualidade de produzir alimentos, apenas reorganiza seu tempo para poder conseguir uma complementação da renda familiar. Também não há um deslocamento único para o não agrícola, mas uma combinação de rendas e atividades, que geralmente reforçam o agrícola ou até mesmo uma apropriação de distintas fases de uma cadeia produtiva.

A pluriatividade não deve ser considerada como a única ou a mais importante saída para a sobrevivência das famílias no meio rural (ALENTEJANO, 1999). O que deve haver são políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pois em alguns casos a produção agrícola pode trazer melhores resultados. Esta última, quando bem orientada e organizada por técnicos capacitados, nas etapas que vão desde o plantio até a comercialização, ou seja,

abrangendo toda a cadeia produtiva, traz excelentes resultados para os agricultores que assim podem se dedicar única e exclusivamente à produção agrícola.

LAMARCHE (1993) entende que o trabalho externo de cada membro da família não é uma estratégia familiar e sim uma iniciativa individual, que visa a reprodução de toda a família e para qual é revertida, parcial ou integralmente, à renda obtida com a atividade. O autor menciona ainda que é comum os pais ajudarem financeiramente filhos que foram viver longe da família e filhos que moram longe ajudar financeiramente os pais.

O trabalho externo, segundo WANDERLEY (1995) não representa um sinal de redução da qualidade de agricultor, mas uma estratégia de utilização da força de trabalho em função dos meios disponíveis, não se caracterizando, portanto, um abandono da atividade rural.

Entende-se que através da pluriatividade é possível ampliar os horizontes sobre a noção de agricultura familiar, pois são relações que agricultores encontram entre a agricultura e o rural não-agrícola, para gerir a família, buscando desta forma novas possibilidades de renda. A pluriatividade como alternativa de melhoria da renda da família é praticada desde quando a agricultura existe, porém, só passaram a dar “valor” acadêmico a tais relações há alguns anos atrás. O pequeno agricultor, ou seja, aquele que vive em pequenas áreas, embora busque alternativas de rendas fora de sua propriedade, dificilmente deixa a terra de lado, ou seja, o valor simbólico que esta tem para o mesmo, pois é lá que, geralmente, foi criado por seus pais, e é lá que espera criar seus filhos.

Dessa maneira, as atividades não-agrícolas representam uma importante fonte de renda e emprego para a população rural, e como mencionam autores como TEIXEIRA (1998), a pluriatividade é fato, sendo uma realidade na maioria dos países capitalistas e podendo ser apontada como uma das soluções para o futuro da agricultura familiar, que de certa forma vem sendo desmantelada pelo modelo produtivista.

A pluriatividade nos leva a refletir sobre as questões de reprodução da agricultura familiar, assim como o desenvolvimento rural, que passa a ser pensado não mais como a única estratégia para o emprego e a pobreza no meio rural, em virtude das novas alternativas de renda para as famílias do campo.

3.3. Camponês em oposição ao moderno

Antigamente as relações entre a família e os locais de moradia eram analisadas a partir da perspectiva de sua funcionalidade para o capital, enquanto mecanismos viabilizadores da reprodução da força de trabalho, recebendo a designação de estratégias de sobrevivência, porém, nos novos estudos o foco da análise passa a ser a dinâmica cultural e o universo simbólico no interior da qual essas práticas são estruturadas. Esses arranjos de relações regidos por regras próprias em que se articulam práticas, valores e tradições recebe a denominação de modos de vida.

TELLES (1992) relata modos de vida como a forma

“[...] como homens e mulheres constroem a representação sobre sua condição e o mundo no qual estão mergulhados, conferem sentido e razão de ser as suas vidas, elaboram identidades, definem prioridades e projetos de vida, estabelecem critérios e regras na organização de suas vidas cotidianas, suas formas de sociabilidade, de expressão cultural e religiosa, bem como o sentido de justiça e de ordem que constroem para suas vidas e por onde enuncia uma visão própria sobre a sociedade, à lei e o poder [...]” (TELLES, 1992, p.54)

Sucintamente, modos de vida seria a objetivação de um certo curso histórico, abrangendo política, economia e ideologia; cultura, tradições e códigos morais, envolvendo *“as relações sociais e as experiências vividas em espaços diversos e nas quais se tem os registros de formas de expressão de subjetividade em que se articulam [...] interesses e razões, vontades e paixões”* TELLES (1992, p.90).

A relação entre condições materiais de vida, cultura e experiências vividas não é homogênea, evidente e muito menos transparente, como bem explica TELLES (1992), mas é isso que constrói o que se poderia definir como eficácia explicativa da noção de modo de vida.

O estudo sobre modos de vida surgiu da preocupação dos pensadores socialistas do século XIX com as condições morais, sociais e físicas da população laboriosa, tida como

perigosa, no início da industrialização. Surgiram desta forma as pesquisas sobre os padrões de vida, habitação e organização familiar, em virtude da preocupação com a miséria urbana, a desordem moral e o sistema de fábrica (LOBO, 1992).

Foi através de se procurar entender o dinamismo das pessoas que então viviam nas cidades, buscando entender as estratégias das famílias trabalhadoras e suas formas de reprodução que surgiu o tema “modos de vida”. Para Durham (citado por LOBO, 1992, p.9)

“[...] a família é vista enquanto unidade de reprodução, consumo e rendimento, e a vida familiar como elaboração de uma estratégia que, jogando com a mão-de-obra disponível entre atividade remunerada e trabalho doméstico, procura assegurar um determinado nível e modo de consumo” (LOBO, 1992, p.9)

FERRANTE (2001) tem trabalhado com o conceito de modos de vida como um espaço de articulação de práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais e de mecanismos de decisão política.

A temática dos modos de vida é vista como resultante do declínio do estruturalismo, inserindo-se no contexto dos conceitos totalizantes e dos sistemas abrangentes (LOBO, 1992). Analisada por SANT`ANA (2003), essa temática remete ao questionamento de que as estruturas sociais determinam os modos de vida e de que as condutas, explicam a forma particular assumida em uma situação concreta por essas estruturas.

O autor observa ainda que o conceito modos de vida não se limita aos indicadores das condições materiais de vida e trabalho, modo de ser, pensar e agir do indivíduo, ele é muito mais abrangente.

“É o modo de vida que dá um certo sentido às interrelações entre as estratégias, embora nem sempre seja produto de escolhas racionais e lógicas e, como elemento histórico, esteja em permanente construção. [...] As estratégias [...] expressam e são expressão de um modo de vida; buscam configurar e, ao mesmo tempo, sofrem mediação desse modo de vida” (SANT`ANA, 2003, p. 44).

3.4. Organização rural em bases familiares

São muitas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no Brasil, principalmente quanto a comercialização dos produtos, tecnologias adequadas, acesso ao crédito e subsídios agrícolas, sendo este último tão comum em alguns países europeus. Neste enfoque, CARMO (1998) afirma que se faz necessária a criação de políticas agrícolas diferenciadas, voltadas para a agricultura familiar, implicando no reconhecimento do espaço dessa categoria de agricultores dentro das políticas públicas, em virtude de ser ainda pequena a força política desses agricultores. E para que esses agricultores familiares alcancem êxito naquilo que fazem, é necessário, ou seja, de fundamental importância, a união dos mesmos em algum tipo de organização, como uma associação, por exemplo.

Entende-se que cada unidade de produção familiar possui um padrão diferenciado no tocante à organização do trabalho, e como menciona CHAYANOV (1981), envolve todos os membros da família, orientados para um esforço coletivo em torno da reprodução social da família.

A partir da década de 80 percebem-se algumas alterações na ação do Estado, que segundo COSTA e RIBEIRO (2000), dizem respeito às políticas de desenvolvimento rural, em função das mudanças ocorridas no plano institucional, nas estratégias de políticas sociais e, principalmente, com a emergência de um novo padrão de organização dos pequenos produtores rurais, caracterizado pelo apelo à participação e à co-gestão.

Assim como PICOLI e SGUAREZI (2003), que abordaram a organização rural familiar como uma forma de gestão, onde as diferentes atividades são desenvolvidas nas propriedades rurais pelos membros da família, entende-se que também pode ser uma prática em conjunto, onde os produtores se articulam para conseguirem melhorar suas condições de vida.

3.4.1. A organização em seus aspectos sociais

Organização é a ciência e a arte destinada a possibilitar às instituições humanas a consecução dos seus objetivos pessoais e coletivos, com eficiência e eficácia. O termo

“organização”, etimologicamente, procede do grego organon, que significa “órgão” (MATTOS, 1975).

Ainda de acordo com o autor, a organização é considerada por algumas pessoas como ciência política, em face de lidar com as atividades dos empreendimentos humanos, estruturando-os e regulando-lhes o funcionamento, através da construção de mecanismos e instrumentos de toda ordem e natureza. Outras pessoas, porém, entendem a organização como ciência própria e independente, como ramo individualizado das ciências sociais, pois se relaciona com todos os aspectos da vida individual e coletiva.

MILLER (1993) acredita que quanto mais se pensa na estrutura de uma sociedade em termos abstratos como um grupo de relações ou padrões ideais, torna-se de fundamental importância pensar separadamente na organização social em termos de atividades concretas. É na rede de relações inter-humanas, que se estende no tempo e no espaço, onde se encontra o princípio da continuidade da sociedade, enquanto que é no conjunto de todas as atividades sociais realizadas numa dada sociedade humana, a um determinado tempo, que se encontra o princípio da variação ou da mudança, pois aí é viabilizada a avaliação das situações e a participação da escolha individual.

As formas de organização de um grupo estão em um universo de determinações econômicas, sociais e políticas embora não se trate de estruturas fixas. Elas se concretizam como conjunto de ações articuladas que intervêm na realidade. Nesta intervenção organizada, o grupo transforma a realidade, o que vai suscitar novas respostas por parte deste grupo (QUEVEDO, 1995).

Segundo ETZIONI (1974), as organizações podem ser criadas para dois tipos de finalidade: múltipla e única. As organizações com finalidade múltipla, focadas no meio rural, podem se direcionar à compra de insumos, assistência técnica para os produtores, comercialização, além de muitos outros fins. Já as organizações com finalidade única direcionam-se a um único tipo de atividade, como o de comercialização de um único produto, por exemplo.

As organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) com o fim de atingir objetivos específicos; sua razão de ser é servir a esses objetivos. Os objetivos das organizações têm muitas funções, pois apresenta uma situação futura, indicam uma orientação que a organização deve seguir. Os objetivos constituem, também, uma fonte de legitimidade que

justifica as atividades de uma organização e, na verdade, até sua existência (ETZIONI, 1974). De maneira geral, a organização pode ser definida como toda forma de associação humana para a consecução de um certo objetivo comum, ou seja, é um esforço associado (MATTOS, 1975).

Em virtude das mudanças que o país vem passando nos últimos anos, resultantes do processo de globalização, fica evidente a necessidade dos produtores familiares se unirem para sobreviver diante de tais mudanças. A união de produtores, formando as associações ou cooperativas, torna mais fácil a luta contra os problemas e, além do mais, proporciona o desenvolvimento da região onde as mesmas estão inseridas (SOARES et al., 2000).

3.4.2. Sistemas de organização rural

Procurou-se abordar as diversas formas de organização encontradas no meio rural, entre eles o sistema cooperativista, que teve início em meados do século XIX com uma proposta de mudança do sistema capitalista, conforme narra SCHNEIDER (1981), e suas desvantagens, que se tornaram tão enérgicas com o desencadear da Revolução Industrial. O início dessa mudança gradativa da sociedade não seria a luta de classes, mas o apelo natural à racionalidade da organização cooperativista, que se instituiria sobre o capitalismo.

Porém, segundo o autor, a história se encarregou de demonstrar que não passava de um sonho e a dialética da interação entre o movimento cooperativista e as forças impulsionadoras do capitalismo, não só frustraram a proposta de transformação da sociedade, como permitiram o englobamento do cooperativismo na expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado.

O surgimento das cooperativas no Brasil ocorreu no final do século XIX, sendo disseminadas pelo país progressivamente. Na década de 60 chegaram ao auge e logo em seguida, devido a fatores políticos e econômicos, ocorreu um declínio desse tipo de organização, porém, o número de associados por cooperativa aumentou.

Concomitantemente, com as transformações econômicas, sociais e políticas provocadas pela industrialização, surgiram diferentes modelos de cooperativas: de crédito, de produção agrícola, de serviços, de consumo e de trabalho, sempre voltadas para os mesmos princípios.

Segundo FLORES e CARDOSO (1999), mesmo com todas essas transformações, o cooperativismo, como processo organizativo, é promotor da ascensão econômica dentro do

modelo de produção familiar. O agricultor, quando organizado, adquire condições de participar do processo de transformação pelo qual passa a agricultura e de acompanhar cada mudança, não ficando em desvantagem quanto aos outros sistemas agrícolas mais organizados.

Outra modo de organização predominante no meio rural é o associativismo que, segundo SOARES et al. (2000), é visto como uma organização menos formal do que uma cooperativa, na qual um grupo de pessoas se une por objetivos específicos. O associativismo favorece a integração social, o auto conhecimento no que diz respeito a aptidões de organização e não implica em responsabilidade solidária, ao contrário de uma cooperativa. A participação é voluntária e não há a interferência do Estado ou organizações oficiais.

As cooperativas e as associações buscam o mesmo objetivo em comum, que é a melhoria das condições de vida dos produtores, com a venda dos produtos em grupo, o que melhora os preços de venda e acaba com intermediários, compra de insumos também em grupo, o que torna o preço por unidade muito mais barato, pois se compra direto da fábrica. Porém, o fator principal que as diferencia é o lucro.

Na cooperativa o lucro ou o prejuízo, ao final do ano, são repassados aos produtores cooperados, já a associação não visa lucro, esse ou prejuízo é do próprio produtor e se ela deixar de existir o produtor não tem qualquer ônus, ao contrário da cooperativa em que os cooperados respondem pelos ônus em igualdade de condições, como se fosse uma empresa privada.

De acordo com SOARES et al. (2000), nas regiões onde há predominância de agricultores familiares, vem ocorrendo um aumento significativo do número de associações, que se deve à conscientização dos produtores de que unidos poderão resolver seus problemas, principalmente pelo fato destes serem comum a todos. Por exemplo, em assentamentos rurais as famílias se organizam de duas formas. A primeira forma é constituída por aquelas que produzem alimentos em parte de seu lote para o autoconsumo e o restante da área é destinado ao plantio de culturas de acordo com as atividades produtivas desenvolvidas pela cooperativa. A segunda forma de organização é aquela onde as famílias produzem de forma individualizada, sendo que as ações coletivas ocorrem apenas para compra de insumos e venda da produção (RIGOLIN, 2000).

QUEVEDO (1995), estudando as diversas relações organizacionais entre produtores familiares, em assentamentos rurais de Itaberá-SP, pode constatar diversos níveis de organização, desde formas mais simples até as mais complexas. Identificou os grupos constituídos por vizinhos, parentes ou amigos, cujo objetivo é a compra de implementos agrícolas, comercialização de produtos ou o auxílio mútuo no trabalho. Este tipo de organização engloba um pequeno número de famílias e o uso da terra é feito de forma individual.

Outra modo de organização observada pelo autor foi a associação, que é composta geralmente por um ou mais representantes de cada família. A associação tem por objetivo a organização da produção de seus associados, aquisição de insumos e máquinas agrícolas, comercialização dos seus produtos, facilitar o acesso a créditos, a execução da contabilidade e o encaminhamento de questões relacionadas ao assentamento aos órgãos públicos. Já a cooperativa, constitui-se em outra forma de organização, onde os objetivos referem-se à organização do trabalho e à produção coletiva na agricultura. Ao contrário da associação, a cooperativa apresenta fins lucrativos e funciona como uma empresa, possuindo registro na junta comercial do Estado, com emissão de nota fiscal e contabilidade oficial.

A organização familiar de cada propriedade rural também é elencada como um sistema de organização, que pode ser visto como um conjunto de atividades desenvolvidas na propriedade rural, por membros da família, onde a atividade principal é a produção agrícola voltada para sua sobrevivência, e destinando o excedente para o mercado.

QUEVEDO (1995) observou uma forma de organização familiar, na qual cada família se organizava, no seu lote, de modo a manter a tradição de pequeno produtor e utilizando apenas a mão-de-obra familiar para explorar a unidade produtiva.

Através de um estudo realizado em um assentamento rural no município de Porto Feliz-SP, D'INCAO (1991) expõe a importância de se compreender a lógica da combinação racional que os trabalhadores têm do uso dos fatores de produção dos quais dispõem, ao explorar seus lotes de forma individual:

“A maioria investe num cultivo perene que lhes assegura uma renda monetária anual, a médio prazo – banana, café, cítricos, gado, etc. Simultaneamente desenvolvem cultivos de produtos destinados

predominantemente ao consumo doméstico – galinha, ovos, porcos, legumes, verduras, etc. Pouco a pouco vão adequando os produtos aos quais foram parcialmente induzidos – arroz, feijão e milho – à lógica da agricultura camponesa. (...) Alguns já planejaram os seus lotes a partir da definição da própria autonomia no processo de comercialização (...) Finalmente, quase todos administram de forma bastante racional, o uso da mão-de-obra familiar (...) aparecendo combinações de atividades urbanas e rurais que são bastante sugestivas de novas formas de organização da produção” (D’INCAO, 1991, p.92).

A combinação de estratégias reprodutivas e organizativas se torna um mecanismo necessário no contexto em que se inserem os produtores familiares. Estes buscam se orientar em atividades que permitam sua sobrevivência no meio rural, contudo, ordenando variadas formas de produção, diversificando suas atividades, como também a obtenção de fontes de renda não ligadas à agricultura ou ligadas indiretamente. Aliada as estratégias produtivas podem-se verificar aquelas decorrentes de questões organizativas, em que os produtores procuram se organizarem em busca de melhorias em suas condições de vida, seja individualmente com a família na propriedade ou comunitariamente. Assim, ao final deste trabalho espera-se identificar que a combinação dessas estratégias pode fazer com que o agricultor familiar tenha condições de sobreviver no campo, dando continuidade, desta forma, a manutenção da pequena produção.

SEGUNDA SESSÃO

IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. Histórico da região e dos municípios pesquisados

A região noroeste paulista corresponde a aproximadamente 60,5% da área total da região oeste do Estado de São Paulo, segundo KAMEYAMA (1969). A abertura da região oeste paulista teve início no fim do século XIX, com a introdução da cultura do café, que foi a base da economia regional até o início da década de 40, quando começou a sua decadência. A expansão geográfica do Estado de São Paulo é marcada por duas etapas, a primeira com a “caça aos índios” e a descoberta das minas nos séculos XVII e XVIII, a segunda etapa é marcada com o café na segunda metade do século XIX, na busca de terras mais férteis e cultiváveis. Nessa época, as cidades mais importantes do interior paulista tinham sua economia voltada para o cultivo do café. Com o grande desempenho dessa cultura no final do século XIX, fez-se necessária a construção de estradas de ferro para o escoamento da produção, com finalidade estritamente comercial. As estradas de ferro, além de contribuírem para o escoamento da produção, também serviram de linhas de penetração para o povoamento do interior do estado, além de se constituir em instrumentos de valorização econômica e pioneirismo. As principais estradas rodoviárias que seguiam para o interior do estado, geralmente acompanhavam as estradas de ferro, como é o caso das atuais “Washington Luis” (paralela à estrada de ferro Araraquarense), “Marechal Rondon” (paralela à estrada de ferro Noroeste) e “Raposo Tavares” (paralela à estrada de ferro Sorocabana).

Em 1890, surge uma nova estrada de ferro, “*Araraquarense*”, que prometia civilização ao vasto sertão de São José do Rio Preto. Esta estrada, partindo de Araraquara, foi intitulada “*estrada exploradora*”. KAMEYAMA (1969) menciona que até então as estradas caminhavam para regiões já povoadas, e agora o prolongamento dos trilhos se fez juntamente com a exploração das regiões novas, antes mesmo do próprio povoamento. Em 1912, a estrada de ferro *Araraquarense*¹⁸ atinge São José do Rio Preto e em 1920, a estrada de ferro *Noroeste*, chega até as proximidades do Rio Paraná. Nesta época, a região noroeste começa a se povoar, sendo este o primeiro caso em São Paulo, onde a estrada precede o povoamento. Dessa

¹⁸ Esta estrada, ao contrário da Noroeste, seguiu por áreas já povoadas e até o início da década de 40 estava “parada” em Mirassol.

maneira, surgem inúmeras povoações que vão se transformando em grandes centros de trabalho, sendo as grandes fazendas, recém-abertas, responsáveis pelo progresso dessas povoações. O aumento dos trilhos de uma cidade para outra, causa grande choque, no início, para a cidade pioneira, mas depois de um certo tempo os terrenos dessa localidade são valorizados, desenvolve-se o comércio, além da chegada de novos desbravadores.

Ainda de acordo com KAMEYAMA (1969), em 1929 com a crise mundial do café, os agricultores da região oeste procuraram diversificar suas produções, buscando alternativas como a cultura do algodoeiro. O algodão constituiu-se a cultura mais plantada, principalmente, na região de São José do Rio Preto. Na região de Araçatuba, como havia o predomínio de grandes fazendas de café, as mesmas acabaram sendo transformadas em grandes áreas de pastagens, sendo a pecuária de corte a principal atividade.

Referindo-se à região noroeste do estado de São Paulo, que corresponde ao norte da região oeste paulista, mais precisamente a região do EDR de Jales, TERRA (1997) menciona que o processo de ocupação dessa região ocorreu a partir da década de 20 através da expansão cafeeira e da bovinocultura no Estado. Além do café, as culturas do amendoim e algodão tiveram uma relativa importância econômica na região. A expansão do café ocupou grande parte da região de Jales até início dos anos 80 quando havia 26 milhões de pés desta rubiácea. A partir daí, somado ao longo período de estiagem, a queda no consumo mundial, a grande quantidade de café estocado, os problemas com nematóides, além dos decorrentes das variações climáticas que afetaram muito a produtividade da cultura, ocorreu a decadência da lavoura cafeeira na região, reduzida a 14 milhões de pés de café em 1985.

A crise cafeeira acabou por delinear três grupos de produtores: o primeiro de produtores com áreas maiores, em que a pecuária passou a ser a atividade principal; o segundo manteve a cultura do cafeeiro, aliada a outras atividades de subsistência, e o terceiro grupo, o mais importante para o processo de diversificação, que erradicou ou manteve o cafeeiro como atividade secundária, procurando alternativas mais rentáveis, principalmente na fruticultura e olericultura (Gielfi et al., citado por TARSITANO, 2001).

Os três municípios da região noroeste paulista, que fazem parte da presente pesquisa, têm origens semelhantes a maior parte dos municípios dessa região. O café era a principal cultura nesses municípios e, como narrado anteriormente, com a crise dessa cultura, outras foram implantadas, além das pastagens. O município de Marinópolis foi fundado pelo

agricultor espanhol Antônio Marin Cruz, proprietário de uma gleba de terras próprias para o cultivo de café. Sua economia sempre esteve voltada para o café, o grande responsável pelo seu desenvolvimento e pela criação do distrito em terras do município de Pereira Barreto, em 18 de fevereiro de 1959. Em 28 de fevereiro de 1964 obteve sua autonomia político-administrativa, tornando-se município.

A origem do município de Santa Albertina encontra-se em um povoado fundado por Belizário de Almeida, em 27 de abril de 1947, em terras doadas pela família Schimidt. Em 24 de junho de 1948 foi lançada a pedra fundamental e erguido um cruzeiro. O nome Santa Albertina foi escolhido pelo doador das terras, Francisco Schimidt, em homenagem à sua mãe. O povoado cresceu e tornou-se distrito do município de Jales em 30 de dezembro de 1953, sendo elevado à categoria de município apenas seis anos mais tarde, em 18 de fevereiro de 1959.

A história do município¹⁹ de Santa Salete iniciou-se no período compreendido entre os anos de 1816 e 1822, com a descoberta dos índios caingangues, pelo naturalista August de Saint-Hilaire. Entre 1830 e 1840 a expedição de Patrício Lopes de Souza tomou para si uma grande parte de terra que abrangia o território dos atuais municípios de Santa Fé do Sul, Jales e parte de Palmeira D'Oeste. Nessas terras, onde havia meeiros de Patrício de Souza, iniciou-se a criação de gado e a agricultura exclusivamente de subsistência. A luta com os índios prolongou-se até 1912, quando foram vencidos e expulsos de suas terras. Em 1946, a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização – CAIC e uma subsidiária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro compraram parte da fazenda e, posteriormente, dividiram-na em glebas e uma delas transformou-se no município de Santa Salete. Tornou-se distrito em 28 de fevereiro de 1964, com sede no povoado do mesmo nome, em terras do município de Urânia e território desmembrado desse mesmo município e, em 30 de dezembro de 1993, passou a município.

¹⁹ O histórico dos três municípios foi obtido junto à fundação SEADE, através do endereço <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/perfil/fontnota.ksh>.

4.2. Área de estudo

Foi definida como região de estudo o noroeste do Estado de São Paulo, por conta da importante presença da agricultura familiar e em especial o EDR de Jales, pela presença mais significativa da agricultura familiar, quando comparado a outros EDR's paulistas. Estudos realizados por CARVALHO e KUHN (1999), caracterizando a agricultura familiar no estado de São Paulo, mostram que o EDR de Jales, é o único do estado em que a área ocupada pelas propriedades com menos de 50ha, excede 50% do total, chegando a 77% aproximadamente das propriedades.

Dentre os municípios que fazem parte deste EDR, três foram escolhidos para fazerem parte da pesquisa: Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete. O critério de escolha baseou-se nos municípios que mais se destacam, no EDR de Jales, em termos de subvenções em Projetos Comunitários (Projetos de Empreendimento Comunitário – PEC) e Projetos Individuais (Projetos Individuais da Propriedade – PIP) do Programa de Microbacias Hidrográficas do governo paulista²⁰, segundo técnicos da CATI/EDR de Jales. A microbacia de Marinópolis foi escolhida pelo respectivo programa, entre as quatro do Estado de São Paulo, como representativa da região noroeste, para o monitoramento da água dos córregos, solo, flora e fauna.

Como o tema a ser abordado neste trabalho refere-se à organização rural e estratégias familiares, bem como a existência no EDR de Jales do programa de microbacias, que de certa forma contribui para a organização dos produtores, a delimitação do universo da pesquisa se deu junto aos produtores que fazem parte deste programa, mais especificamente, aqueles inseridos dentro das microbacias de cada município e que estão envolvidos com as práticas organizativas.

4.3. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMBH)

Criado oficialmente em 1998, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas surgiu em virtude das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, principalmente, quanto

²⁰ Estes projetos, como se verá adiante, estão inseridos no subcomponente Assistência Técnica e Extensão Rural e abordam a questão de práticas organizativas, coletivas (comunitárias) no caso do PEC e individuais no caso PIP, organização esta de produtores familiares que será analisada neste estudo. Para que o produtor possa receber a subvenção do programa de microbacias, no caso do subcomponente Assistência Técnica e Extensão Rural, inicialmente, são levantados, por um técnico da casa da agricultura do município, os problemas/necessidades na propriedade e se tais problemas/necessidades, estiverem inseridos como subvenção dentro do subcomponente, é elaborado o PIP, no caso de ser o problema/necessidade só de uma propriedade, ou o PEC, quando os problemas/necessidades forem comuns a várias propriedades. De certa forma, esses projetos têm por objetivo incentivar os produtores a se organizarem, seja, dentro de suas propriedades ou coletivamente, com outros produtores.

à degradação dos recursos naturais. Esse programa foi proposto pelo Governo do Estado de São Paulo, com o apoio do Banco Mundial, para propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, através de sistemas de produção agropecuária que garantam a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a quantidade e a qualidade das águas, além da melhoria nos níveis de renda e aumento da produtividade.

Com a implantação do programa, os problemas de degradação de recursos naturais são enfrentados de forma global e integrada. Com isto, a erosão, presente nas propriedades agrícolas, controlada de forma conjunta, garante a conservação do solo e do seu potencial produtivo em todas as áreas da microbacia. Da mesma forma, é possível evitar também que se agravem os problemas de erosão causados pelas estradas rurais e, ao mesmo tempo, reduzir os custos com sua manutenção. As famílias de produtores rurais da microbacia compartilham os recursos naturais e devem buscar em conjunto a solução dos problemas que impedem o desenvolvimento da comunidade.



FOTO 1 – "Outdoor" à margem da rodovia Euclides da Cunha (SP320) divulgando o programa de microbacias.

O objetivo desses sistemas de produção é reduzir o uso de agrotóxicos, diminuir os riscos de poluição dos recursos naturais, contaminação de alimentos e intoxicação dos agricultores e trabalhadores rurais.

A introdução de novas tecnologias e a conscientização dos agricultores, e de suas famílias, para a preservação e conservação dos recursos naturais nas microbacias, aliadas ao fortalecimento da organização dos produtores e à capacitação para gestão adequada das propriedades, possibilitam maior produção, produtos de melhor qualidade, maior valor agregado, com equilíbrio do meio ambiente.

O programa de microbacias tem início com poucos agricultores e em pequenas áreas, utilizando-se os recursos disponíveis, tornando mais fácil a obtenção de resultados concretos, contundentes e visíveis, causando impacto nas famílias rurais, além de contribuir para a elevação da auto-estima e autoconfiança. Isto vem mostrar aos agricultores que sendo capazes de solucionar pequenas dificuldades, no presente, sentir-se-ão estimulados a solucionar, no futuro, grandes problemas, que ocorrerem externamente à sua propriedade e comunidade, e a se organizarem para conquistarem tais soluções (SÃO PAULO, 1998).

No EDR de Jales o programa foi implantado inicialmente em alguns municípios, porém, em 2004 quase todos possuíam um programa de microbacia em desenvolvimento. Este programa prevê, além da melhoria do nível de renda do produtor e condições do meio ambiente, a questão da organização social, onde todos os fatores colaboram para melhoria das condições de vida das comunidades agrícolas. Para melhor desenvolvimento dos objetivos que prevê o Programa de Microbacias, este foi dividido em vários subcomponentes, para assim atender às necessidades específicas de cada caso. No tocante à organização rural existem dois subcomponentes que abrangem essa área: “Organização Rural” e “Assistência Técnica e Extensão Rural”.

No subcomponente Organização Rural é explorada a questão do fortalecimento das organizações formalizadas legalmente, existentes dentro de uma microbacia, sejam elas associações ou outras formas de organização. Dentro desse subcomponente existe um projeto que se destina a atender esse fortalecimento, que é o Projeto de Fortalecimento Institucional (PFI)²¹. O subcomponente Assistência Técnica e Extensão Rural destina-se ao auxílio dos produtores rurais, por técnicos capacitados, quanto às práticas agrícolas realizadas na propriedade. Dentro desse subcomponente existem dois projetos que visam atender aos produtores: “Projeto de Empreendimento Comunitário (PEC) e o Projeto Individual da

²¹ Através do Projeto de Fortalecimento Institucional (PFI) é possível o acesso a alguns benefícios, como aquisição de equipamentos fundamentais ao apoio logístico dessas organizações e a contratação de serviços para o seu fortalecimento.

Propriedade (PIP)”. Esse último projeto tem por finalidade organizar melhor as práticas desenvolvidas na propriedade e definir algumas outras para torná-la mais produtiva. Já o Projeto de Empreendimento Comunitário estimula os produtores rurais, que tenham problemas em comum, a se organizarem, para conseguir o benefício do Programa.

Para fazer parte desses projetos, os produtores precisam pertencer a uma determinada microbacia hidrográfica. Para efeito do programa de microbacia, os produtores são classificados em pequeno, médio ou grande, segundo a área total da propriedade explorada como proprietário, arrendatário ou parceiro; fonte de renda; utilização da mão-de-obra familiar e local de residência. No Quadro 1, constam as categorias de produtores rurais e respectivos critérios de classificação.

QUADRO 1 – Classificação dos produtores rurais²²

CATEGORIA	CRITÉRIO
PEQUENO	<ul style="list-style-type: none"> • área total explorada até 50 ha e • 80% ou mais da renda familiar proveniente da agropecuária e • possuir até dois empregados permanentes e • residir na propriedade ou no máximo no município limítrofe
MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> • área total explorada de 51 a 200 ha ou • área explorada menor que 51 ha, e que não atende aos critérios de fonte de renda e/ou mão-de-obra familiar e/ou local de residência, necessários para a classificação como pequeno produtor
GRANDE	<ul style="list-style-type: none"> • área total explorada maior que 200 ha.

Fonte: SÃO PAULO, 1998.

Dentro do Projeto Individual da Propriedade, são também considerados beneficiários os arrendatários e parceiros, quando o prazo mínimo de arrendamento ou parceria de área na microbacia seja de 3 (três) anos, a partir da data do investimento. Para fins de enquadramento do arrendatário ou parceiro na classificação do Quadro 1, foi considerada a área total, por ele, explorada. As práticas individuais amparadas pelo subcomponente Assistência Técnica e Extensão Rural são: adubação verde, cercas para proteção de mananciais e práticas de controle de erosão, como terraceamento e faixa de retenção.

²² Os critérios utilizados pelo Programa de Microbacias para a definição das categorias de produtores, são muito parecidos aos adotados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para a definição dos produtores beneficiários do Programa de Crédito, principalmente a categoria de pequeno produtor. Essa categoria tem grande semelhança com os produtores classificados como “GRUPO D” no PRONAF, em virtude de permitir aos mesmos ter até dois empregados permanentes.

No Projeto de Empreendimento Comunitário, os beneficiários precisam estar organizados em grupos, sejam formais ou informais. Os grupos são classificados em função da participação de pequenos produtores, conforme Quadro 2.

QUADRO 2 – Classificação dos grupos de produtores

PÚBLICO	CRITÉRIO
GRUPO 1	Grupo constituído por, no mínimo, 60% de pequenos produtores
GRUPO 2	Grupo constituído por menos de 60% de pequenos produtores

As práticas comunitárias amparadas pelo subcomponente Assistência Técnica e Extensão Rural são: construção de abastecedouros e aquisição de equipamentos.

O Projeto Individual da Propriedade (PIP) é um instrumento que o técnico da extensão rural tem para planejar o uso/manejo da propriedade respeitando a capacidade de uso do solo. Através dele podem ser recomendadas diversas práticas, já mencionadas anteriormente, que podem até mesmo ser amparadas pelo Programa.

Esse projeto (PIP) é realizado após a visita à propriedade, quando se levantam as condições gerais (ambiental, sistema de produção, etc) da mesma. O técnico da Casa da Agricultura diagnostica a situação e faz um croqui localizando os diversos talhões, determinando as classes de capacidade de uso do solo desses talhões. Com o diagnóstico, o técnico propõe a adoção de algumas práticas e faz recomendações para resolver os problemas levantados. Se as práticas individuais ou os problemas levantados forem previstos no Programa e estiverem elencadas como subvenção²³, essa pode ser solicitada.

No Projeto de Empreendimento Comunitário, os produtores rurais que possuem problemas em comum, organizam-se em grupos de pelo menos 5 produtores rurais⁶ e solicitam o empreendimento necessário, adequando-se a capacidade produtiva do equipamento ou obra. Para isso, é necessário que haja os PIPs de cada propriedade para identificação dos problemas. Como acontece no caso do PIP, se a solução para os problemas for prevista no Programa e estiver enquadrada como subvenção, ao adquirirem implementos ou construírem os poços (abastecedouros) é solicitada a subvenção através do Programa.

²³ Auxílio financeiro concedido aos produtores, pelo poder público, visando custear parte das atividades a serem desenvolvidas como adubação verde, cercas para proteção de mananciais e práticas de controle de erosão, como terraceamento e faixa de retenção. Além, da construção de abastecedouros e aquisição de equipamentos agrícolas.

⁶ Não há limite do número de produtores, na maioria dos casos os grupos são de 5 (cinco) produtores, mas há casos de grupos com 20 (vinte) produtores.

Esses projetos têm por objetivo incentivar os produtores na questão da organização, seja familiar ou em grupo. No caso específico do PEC a organização ocorre tanto no momento de conseguir o benefício, quanto após a obtenção, ou seja, eles necessitam se organizar para fazer o uso do que foi conseguido. Este incentivo tem por finalidade despertar nos produtores a importância da sua união, para que no futuro, quando tiverem dificuldades, e o programa de microbacias não estiver mais em funcionamento, eles se organizem para solucionar tais problemas. Desta forma, eles verão que a prática organizativa é a melhor forma para que todos tenham melhores condições de vida.

O custo do benefício vai depender muito da classificação que o produtor se enquadra, podendo ser totalmente financiado pelo programa de microbacias ou apenas uma parte deste. No caso do PEC, o montante não financiado deve ser rateado entre os produtores participantes.

4.4. Caracterização do EDR de Jales

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Jales (ou Regional de Jales), cuja sede dista 600 km da capital do Estado, abrange 22 municípios em uma área de 311.733,2 ha. Deste EDR fazem parte os seguintes municípios: Aparecida D'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil (Figura 01).

A região selecionada fazia parte da Divisão Regional Agrícola – DIRA de São José do Rio Preto, uma das 14 regiões agrícolas do estado de São Paulo. Através de Resolução de 03/01/97 o Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo estabeleceu que o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) é uma Unidade Administrativa da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) / Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que substitui as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAS) e Delegacias Agrícolas. Ao todo são 40 Escritórios Regionais Agrícolas ou EDR's distribuídos por todo o estado.

Os dados apresentados a seguir, concernentes à estrutura agrária do EDR de Jales referem-se aos resultados do Projeto Lupa (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária) utilizando a unidade de produção agropecuária (UPA) que

“corresponde normalmente ao imóvel rural, entendido como o conjunto de propriedades contíguas do(s) mesmo(s) proprietário(s)” (FRANCISCO et al., 1997).

No que diz respeito à estratificação fundiária da região observa-se pela Figura 02 que 59% (4.968) do número total de UPA's (8.403), possui área inferior a 20 ha ocupando apenas 15,5% (48.316,30 ha) da área total da região de Jales (311.733,2 ha). Também se observa que 86% do total de propriedades possuem área inferior a 50 ha ocupando 38% da área total. Por outro lado, 0,66% do número total de propriedades rurais com mais de 500 ha detém quase 20% da área total.

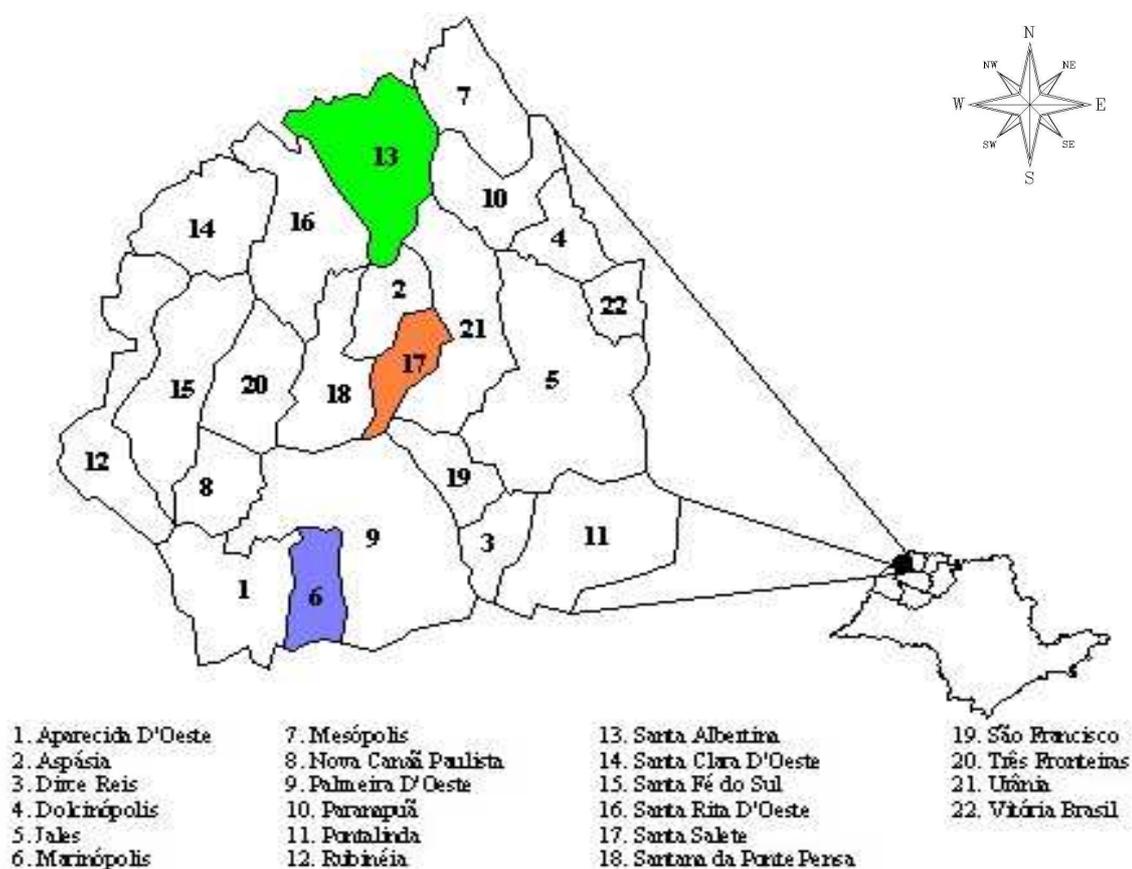


FIGURA 01. Mapa do Estado de São Paulo, com os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) que compõem a região noroeste (Araçatuba, Andradina, Fernandópolis, General Salgado, Jales, São José do Rio Preto e Votuporanga), com destaque aos municípios que compõem o EDR de Jales.

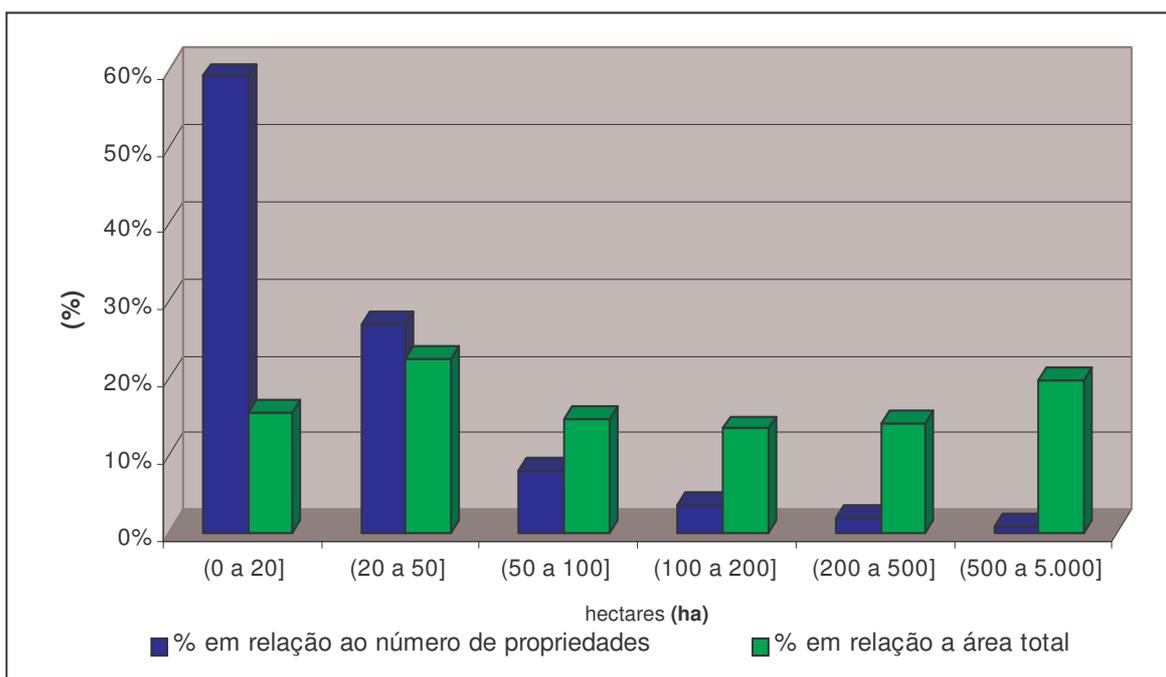


FIGURA 02. Número e área total das propriedades da região de Jales-SP, 1997.

Fonte: LUPA/EDR/CATI de Jales, 1997.

Esta estrutura agrária, onde predominam imóveis rurais com áreas inferiores a 20 ha, que levou ao desenvolvimento da olericultura e da fruticultura na região, permitindo que 88% do número total de UPA's tenham familiares do proprietário trabalhando na propriedade, que 24% contratem trabalhadores permanentes e que 38% do número total de UPA's apresentem trabalhadores temporários (FRANCISCO et al., 1997).

A diversificação agrícola revitalizou as pequenas propriedades rurais permitindo bons resultados econômicos e a permanência de muitas famílias na zona rural, enquanto outras mesmo tendo migrado para os centros urbanos, continuaram a trabalhar nas propriedades. Em 1980, 39% da população da região de Jales residia no setor rural, ao passo que em 1996 esse número diminuiu para 20%, sendo esse êxodo maior em municípios em que o processo de diversificação agrícola foi menos intenso (PELINSON, 2000).

Como mencionado, a fruticultura e a olericultura foram as responsáveis pela diversificação da produção nas pequenas propriedades rurais. Fazendo-se um resgate do surgimento dessa diversificação, pode-se notar, através da Tabela 01, que em 1986 a área ocupada com fruticultura era insignificante (1,05%), aumentando nove anos mais tarde tal participação para 6,4%, em 2000 para 8,24% e caindo quase a metade desse valor em 2006,

para 4,62%. Em termos de área, as culturas da laranja, banana, limão, manga e uva se destacam. A área ocupada com banana, especialmente a variedade Maçã, cresceu bastante nos últimos anos e hoje a região é considerada a maior produtora de banana Maçã do estado de São Paulo, muito embora em 2006 tenha ocorrido uma grande diminuição da área plantada, talvez em virtude do ataque de doenças, principalmente o “mal-de-sigatoka”, que faz da cultura, uma cultura nômade, não permanecendo mais que dois anos em um mesmo local.

TABELA 01. Evolução das áreas ocupadas das principais atividades agropecuárias do EDR de Jales-SP, 1986/2006.

Atividades	Anos e Áreas (em hectare e %)							
	1986		1995		2000		2006*	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Café	49.000	15,72	6.203	1,99	6.050	1,94	3.549	1,14
Laranja	2.800	0,9	13.500	4,33	14.230	4,56	9.380	3,01
Uva Fina	24	0,01	1.040	0,33	1.200	0,38	909	0,29
Uva Niagara	--	--	20	0,01	42	0,01	261	0,08
Banana	--	--	1.717	0,55	3.500	1,12	1.571	0,50
Manga	290	0,09	1.581	0,51	2.161	0,7	1.039	0,33
Limão	150	0,05	1.485	0,48	3.350	1,07	977	0,31
Anonáceas	--	--	435	0,14	800	0,26	147	0,05
Seringueira	30	0,01	791	0,25	830	0,27	1.328	0,43
Coco	--	--	170	0,05	430	0,14	132	0,04
Milho	--	--	14.635	4,69	10.800	3,46	9.270	2,97
Algodão	--	--	7.720	2,48	3.330	1,07	3.297	1,06
Arroz	--	--	1.174	0,38	1.180	0,38	464	0,15
Feijão	--	--	849	0,27	1.350	0,43	749	0,24
Soja	--	--	563	0,18	620	0,2	991	0,32
Pastagens	--	--	241.964	77,62	232.760	74,67	250.249	80,28
Outras	--	--	17.886	5,74	29.100	9,34	27.421	8,80
Total	311.733		311.733	100	311.733	100	311.733	100

Fonte: EDR/CATI de Jales, 1986/2006.

-- ausência de dados

* situação em abril de 2006

Outras culturas como a do coqueiro, videira, limoeiro e anonáceas (principalmente pinha e atemóia), também tiveram aumentos expressivos em termos de área plantada de 1995 a 2000, porém em 2006 verificou-se uma diminuição dessas áreas. Nesse caso, o baixo preço recebido pela venda desses produtos é o principal fator apontado pelos produtores. O limão tem seu preço muito reduzido no período da entressafra, que coincide com a época das chuvas

no final/início do ano, já a uva teve uma redução muito grande também devido aos baixos preços recebidos, com isto houve grande redução da área, porém, de 2004 para cá, novos plantios estão surgindo, pois os preços alcançados foram satisfatórios, o que reanimou os produtores. Já as anonáceas, principalmente a pinha, os produtores reclamam das doenças e também dos preços recebidos, um produtor mencionou que se ele vender R\$1.000,00 em pinha para a CEAGESP em São Paulo, vem uma fatura para ele de R\$480,00, ou seja, ele recebe líquido menos da metade do valor da venda.

Até o ano 2000 percebeu-se uma diminuição da área ocupada com pastagens, mesmo representando 74,67% da área total, porém em 2006 nota-se um aumento da área de pastagem, em virtude da diminuição de outros plantios, totalizando 80,28% da área total do EDR, a maior nos últimos 11 anos.

Em termos de Valor Bruto da Produção (VBP), conforme Quadro 3, pode-se verificar que o município de Jales se destaca no EDR, seguido por Palmeira D'Oeste e Santa Albertina. Os outros dois municípios, Marinópolis e Santa Salete, que fazem parte desta pesquisa, ficaram em sétimo e décimo lugares em termos de Valor Bruto da Produção.

QUADRO 03 – Valor Bruto da Produção dos 14 principais municípios do EDR de Jales nos anos de 2003, 2004 e 2005.

MUNICÍPIOS	2003	2004	2005
Jales	36.032.174,42	34.494.159,92	36.131.424,00
Palmeira D'Oeste	34.054.015,80	35.325.156,06	35.391.741,00
Santa Albertina	24.759.284,50	23.651.801,60	21.422.011,00
Urânia	19.936.812,50	20.834.690,50	18.942.091,00
Paranapuã	13.274.409,42	19.467.063,87	18.607.268,50
Pontalinda	21.223.051,69	22.691.903,64	17.681.709,00
Marinópolis	11.420.927,65	13.637.192,46	11.910.805,50
Mesópolis	13.772.520,44	13.984.602,92	10.191.215,00
Aspásia	13.638.692,52	13.221.739,64	8.972.820,50
Santa Salete	9.906.473,75	9.206.937,44	8.904.708,00
São Francisco	6.625.134,89	10.887.923,37	7.899.039,00
Dirce Reis	7.701.649,78	5.811.717,32	6.840.888,00
Vitória Brasil	6.616.183,86	6.991.134,12	5.736.182,50
Dolcinópolis	5.535.994,80	5.498.999,26	5.268.420,00
TOTAL VB PROD. (R\$)	224.497.326,01	235.705.022,12	213.900.323,00

Fonte: EDR/CATI de Jales.

Já o Quadro 4 mostra o valor bruto da produção das vinte e duas principais atividades desenvolvidas nos quatorze municípios descritos no Quadro 3, em 2005. O grande destaque é para a pecuária de corte, seguida pela laranja, uva e o leite.

QUADRO 04 – Valor Bruto da Produção das 22 principais atividades desenvolvidas nos 14 principais municípios do EDR de Jales no ano de 2005.

Produto	Valor Bruto da Produção (R\$)
Bovinos para abate	74.669.315,00
Laranja	50.247.502,50
Uva comum para mesa	15.981.390,00
Leite tipo C	14.150.400,00
Limão	13.944.420,00
Algodão	8.065.683,00
Tomate	7.156.300,00
Área de capim para semente	4.395.600,00
Banana	3.429.250,00
Milho	2.694.880,00
Poncã	2.649.000,00
Abóbora seca	2.242.600,00
Café	2.073.420,00
Seringueira	1.944.305,00
Suínos para abate	1.716.560,00
Soja	1.341.900,00
Cana para indústria	1.032.000,00
Mandioca para indústria	765.450,00
Feijão	711.818,80
Manga	516.250,00
Apicultores	375.800,00
Abacaxi	340.000,00

Fonte: EDR/CATI de Jales.

O principal motivo para as atividades ligadas a pecuária se destacarem, no caso a de corte e a leiteira, está ligado a grande porcentagem de área de pastagem que o EDR de Jales apresenta, como se verificou na Tabela 1, embora, o EDR possua grande porcentagem de pequenas propriedades, como se verifica na estratificação fundiária, Figura 2.

Somando-se o valor bruto da produção, apenas, das 10 principais atividades tem-se um total de R\$192.039.860,50, desse valor, relacionando-se as atividades ligadas a fruticultura - laranja, uva, limão e banana – tem-se uma participação das frutas em torno de 44% do valor

mencionado acima, já a pecuária – corte e leite - representa 46% desse valor. Esses dados de valor bruto da produção vêm mostrar os dois principais ramos de atividades desenvolvidos no EDR de Jales, ou seja, a pecuária e a fruticultura.

Essas duas atividades, que mais se destacam no EDR de Jales tanto em termos de área, como em valor bruto da produção, são também as principais observadas nas propriedades do EDR, como poderá ser verificado através dos dados da pesquisa levantados junto às propriedades.

4.5. Caracterização dos municípios escolhidos

Os municípios escolhidos para fazerem parte da pesquisa foram: Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete. Esta escolha deveu-se ao fato destes municípios se destacarem em números de planos aprovados no tocante a práticas comunitárias e individuais, previstas como subvenção no subcomponente “Assistência Técnica e Extensão Rural” do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do governo paulista.

A seguir serão analisados alguns dados estatísticos, referentes a cada município, levantados pelo IBGE, projeto LUPA, CATI – Regional de Jales, prefeituras, entre outros.

A Figura 2 mostra a população total nos 3 municípios, bem como o número de pessoas residentes na área urbana e rural, segundo dados do IBGE (2000).

Analisando-se os dados da Tabela 02, assim como a Figura 03, pode-se verificar que o município de Santa Salete é o menos populoso e o mais rural, tendo mais da metade da população, aproximadamente 61%, vivendo na área rural, enquanto Santa Albertina é o mais populoso e urbano de todos. Tal fato poderia estar relacionado a este município possuir área territorial três vezes maior do que os outros municípios, ou seja, 274,29 km², e apresentar um núcleo urbano bem maior, atraindo com isto, conseqüentemente, um maior contingente populacional para a área urbana. O município de Santa Salete possui a segunda maior extensão territorial entre os 3 municípios com 79,15 km², porém, 1,05 km² a mais do que o de menor extensão territorial, que é Marinópolis, com 78,1 km². Diferentemente de Santa Albertina, Santa Salete possui o menor núcleo urbano dos 3 municípios, o que justifica a presença de maior número de pessoas no campo, pois há pouca disponibilidade de postos de trabalho na cidade, fazendo com que as pessoas permaneçam no campo.

TABELA 02 - Características dos municípios estudados, 2000.

Descrição	Marinópolis	Santa Albertina	Santa Salete
Empresas com CNPJ atuantes - unidade territorial	54	132	13
Pessoal ocupado - unidades locais	237	463	91
Domicílios particulares permanentes	640	1.815	426

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, 2000.

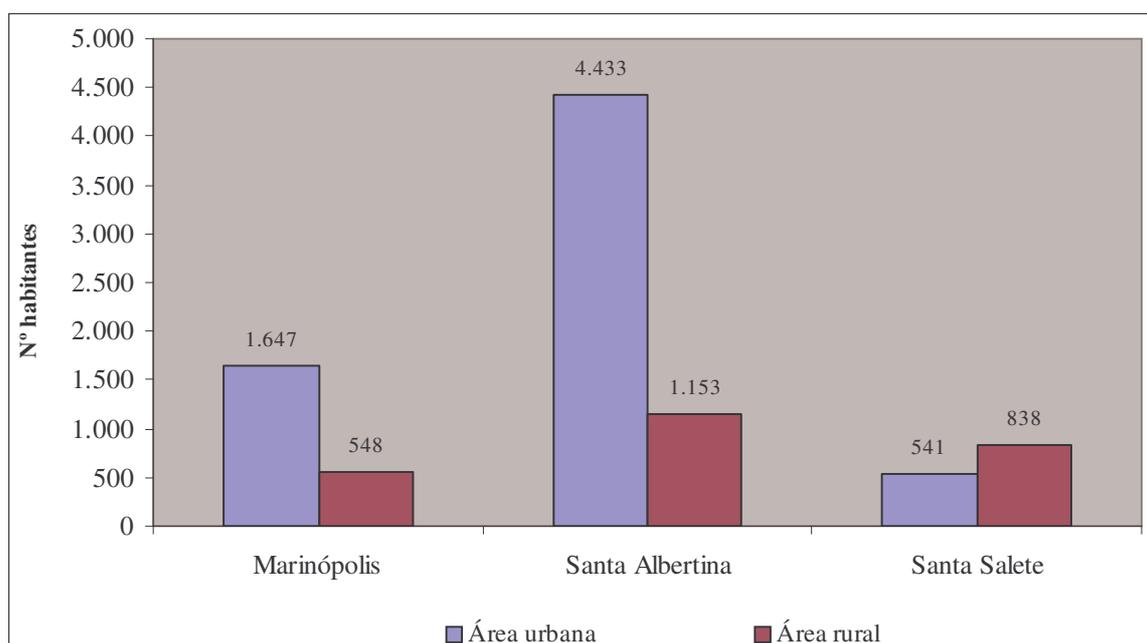


FIGURA 03 – Número de habitantes nas áreas urbanas e rurais dos três municípios pesquisados em 2000, segundo dados do IBGE.

Marinópolis, muito embora, tendo a menor área territorial entre os municípios, possui um número maior de habitantes em relação à Santa Salete. O fato de Marinópolis ter a menor área territorial entre os municípios e não possuir um maior contingente de pessoas residentes no campo, como Santa Salete, pode ser devido este município apresentar um maior núcleo urbano do que este último, com isto, proporcionando uma maior disponibilidade de trabalho para as pessoas na cidade, o que faz com que as mesmas venham a residir neste local.

A Tabela 02 traz algumas informações sobre os municípios que podem auxiliar na explicação da distribuição das pessoas nos mesmos, em relação ao local de moradia. Pode-se

verificar, que Santa Albertina possui um maior número de empresas atuantes na área urbana em relação aos outros municípios, empregando, conseqüentemente, uma quantidade maior de pessoas. O município tendo oferta de empregos, as pessoas se vêm atraídas pelos mesmos e acabam indo morar próximo ao local de trabalho, aumentando desta maneira o número de domicílios na área urbana e contribuindo também para o aumento da população nessa área.

No município de Marinópolis justifica-se o maior número de pessoas na área urbana em relação a rural, visto que este tem cerca de 40 empresas a mais do que Santa Salete, proporcionando uma maior oferta de empregos e atraindo, com isto, um maior contingente populacional para a área urbana, para suprir os mesmos. Também o número de domicílios nos dois municípios, em Marinópolis 640 e Santa Salete 426 é demonstrativo dessa relação.

A Tabela 03 mostra dados referentes ao nível educacional nos municípios estudados, ou seja, o número de pessoas residentes nos municípios com mais de 10 anos e que eram alfabetizadas em 2000. Pelos dados apresentados, pode-se verificar que Santa Salete apresentou uma relação maior entre o número de habitantes e o número de pessoas alfabetizadas, em torno de 77%, seguido de Santa Albertina com 75% e Marinópolis com 69%. Porém, valores bem inferiores ao da taxa de alfabetização do Brasil que é de 86,4%, segundo a mesma fonte.

TABELA 03 – Número de pessoas residentes com mais de 10 anos e o índice de alfabetização nos municípios estudados, 2000.

Municípios	Marinópolis	Santa Albertina	Santa Salete
	(Número de habitantes)		
Nº total de pessoas	2.195	5.586	1.379
Pessoas alfabetizadas	1.520	4.175	1.066
% em relação ao total	69%	75%	77%

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, 2000.

4.5.1. - Características das estruturas agrárias dos municípios pesquisados

Os dados referentes às estruturas agrárias dos municípios estudados, foram obtidos a partir dos dados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (LUPA), coordenado por PINO et al., 1997, realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Também foram levantados alguns dados junto a técnicos do EDR/CATI de Jales.

Serão apresentados os dados referentes à estrutura fundiária e também aqueles das principais atividades agrícolas de exploração do solo em cada município.

A) Marinópolis

O município de Marinópolis é banhado pelo Rio São José dos Dourados, com área inundada da usina hidrelétrica de Ilha Solteira-SP. De um total de 170 propriedades do município, segundo dados do LUPA/97, 100% das mesmas estão envolvidas com atividades agropecuárias, basicamente a fruticultura, com grande destaque para citros, uva e banana, além da pecuária de corte e leite.

Marinópolis, segundo SANT`ANA (2003), desde décadas passadas apresentou perfil essencialmente agrícola e, a partir dos anos 90 a fruticultura passa a ganhar grande importância no município, tanto em termos de área quanto de produção.

A Tabela 04 apresenta a estratificação fundiária das propriedades rurais do município de Marinópolis.

TABELA 04 – Número e área das propriedades rurais por grupos de área no município de Marinópolis, 1997.

Grupos de área	Propriedades		Área total	
	nº	%	nº hectares	%
1 a 10 ha	46	27,06%	312,90	4,08%
10 a 20 ha	42	24,71%	626,00	8,17%
20 a 50 ha	45	26,47%	1.465,70	19,12%
50 a 100 ha	21	12,35%	1.511,90	19,72%
100 a 200 ha	9	5,29%	1.111,60	14,50%
200 a 500 ha	7	4,12%	2.637,60	34,41%
500 a 1.000 ha	-	-	-	-
1.000 a 2.000 ha	-	-	-	-
TOTAL	170	100,00%	7.665,70	100,00%

Fonte: PINO et al., 1997.

Pela análise da Tabela 04, pode-se verificar que os grupos de área com até 20 ha, no município de Marinópolis, representam 51,76% do total de propriedades e ocupam apenas 12,25% da área total do município. Verificou-se da análise das propriedades com até 50 ha um aumento significativo da participação das mesmas no total, ou seja, 78,24%, porém, a participação destas na área total do município ainda é pequena, 31,37%.

SANT`ANA (2003) fazendo uma síntese dos dados dos Censos de 1970 e 1996 do IBGE, referente à Marinópolis, mostrou que os estabelecimentos²⁴ com menos de 20 ha ocupavam 27,2% da área total do município em 1970 e passaram a ocupar 14,3% em 1996, o número de estabelecimentos também apresentou grande diminuição passando de 83,6% para 59,3%. O autor menciona ainda, que os estabelecimentos com área entre 20 e 50 ha sofreram pequenas oscilações tanto em número quanto em área e, a porção dessa última perdida pelos estabelecimentos menores que 20 ha foi absorvida pelos estabelecimentos com área de até 50 ha. Com isto a redução da participação dos estabelecimentos com área de até 50ha no município não foi muito intensa, passando de 95,7% (nº) e 45,1% (área) em 1970, para 83,6% e 35,6% em 1996, respectivamente.

A Tabela 05 traz as principais atividades pecuárias, e a Tabela 06 as principais atividades agrícolas, desenvolvidas pelos agricultores no município de Marinópolis, de acordo com os dados do EDR/CATI de Jales.

TABELA 05 – Principais atividades pecuárias no município de Marinópolis, 2003.

Exploração pecuária	Rebanho (cabeça)	Produção
Bovinocultura de corte	3.800	16.000 @/ano
Bovinocultura de leite	600	500.000 lts/ano
Bovinocultura mista	1.900	300.000 lts/ano

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

²⁴ Estabelecimento é entendido como todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária. Já a unidade de produção agropecuária (UPA) é entendida como o conjunto de propriedades contíguas do(s) mesmo(s) proprietário(s).

Em termos de área ocupada a pecuária é a principal atividade de exploração do solo em Marinópolis, como acontece em todo EDR de Jales, conforme já mostrado na Tabela 01. De acordo com dados do LUPA/97, 5.534,50 hectares eram constituídos por braquiária, o que correspondia cerca de 72,20% da área do município. Porém, ao se verificar a Tabela 07, que traz o valor bruto da produção do município de Marinópolis, observou-se que a cultura da laranja se destaca como a principal geradora de renda para os produtores do município, seguida pela pecuária de corte, ou bovinos para abate.

TABELA 06 – Principais atividades agrícolas no município Marinópolis, 2003/06.

Exploração agrícola	Produção em 2003	Produção em 2006*
Algodão	10.400 @	3.000 @
Anona (fr.do conde)	600.000 frutos	660.000 frutos
Arroz de sequeiro e várzea	-	150 sc.60kg
Banana	1.700 t	800t
Café	900 sc.60kg	30 sc.60kg
Cana para forragem	-	2.200 t
Feijão da seca	-	800 sc.60kg
Laranja	350.000 cx.40,8kg	630.000 cx.40,8kg
Limão	64.000 cx.40,8kg	88.000 cx.40,8kg
Mandioca p/ indústria	-	120 t
Mandioca para mesa	-	3.750 cx.25kg
Manga	-	15.000 cx.K 22kg
Milho	6.500 sc.60kg	5.000 sc.60kg
Seringueira	32.000 kg coágulo	98.000 kg coágulo
Uva fina para mesa	120.000 cx.7kg	135.000 cx.7kg

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003/2006.

* dados parciais levantados até abril de 2006.

Esses dados vêm mostrar a importância que a fruticultura tem para o município, pois dos quatro principais produtos em termos de valor bruto da produção, três deles são frutas, sendo que só estes três produtos representam aproximadamente 67% do valor bruto de produção do município, ocupando uma área quase três vezes menor do que a de pastagem.

TABELA 07 – Valor Bruto da Produção das principais atividades agropecuárias. Marinópolis em 2005.

Produto	Valor Bruto da Produção (R\$)
Laranja	6.540.300,00
Bovinos para abate	2.762.784,00
Limão	840.000,00
Uva fina para mesa	581.940,00
Leite tipo C	320.000,00
Algodão	194.400,00
Área de capim para semente	180.000,00
Seringueira	142.100,00
Banana	82.500,00
Milho	81.600,00
Feijão da seca	73.344,00
Manga	37.500,00
Suínos para abate	30.100,00
Mandioca para mesa	22.500,00
Apicultores	10.150,00
Arroz de sequeiro e várzea	6.187,50
Café	5.400,00
Total	11.910.805,50

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2005.

B) Santa Albertina

O município de Santa Albertina é banhado pelo reservatório da represa hidrelétrica de Ilha Solteira, na divisa com o Estado de Minas Gerais. De acordo com os dados do Projeto LUPA/97 (PINO et al., 1997), da totalidade de 570 propriedades rurais, todas estão envolvidas com atividades agropecuárias, com destaque para a bovinocultura de leite e corte, cultivo do milho, citros e banana.

A Tabela 08 apresenta a estratificação fundiária do município de Santa Albertina, a Tabela 09 as atividades pecuárias e a Tabela 10 as atividades agrícolas de exploração do solo.

TABELA 08 – Número e área das propriedades rurais por grupos de área no município de Santa Albertina, 1997.

Grupos de área	Propriedades		Área total	
	nº	%	nº hectares	%
1 a 10 ha	143	25,09%	772,60	3,33%
10 a 20 ha	172	30,18%	2.558,60	11,01%
20 a 50 ha	159	27,89%	5.017,40	21,59%
50 a 100 ha	57	10,00%	4.081,20	17,57%
100 a 200 ha	24	4,21%	3.501,50	15,07%
200 a 500 ha	11	1,93%	3.317,70	14,28%
500 a 1000 ha	2	0,35%	1.260,70	5,43%
1000 a 2000 ha	2	0,35%	2.724,90	11,73%
TOTAL	570	100,00%	23.234,60	100,00%

Fonte: PINO et al., 1997.

Santa Albertina é o município que possui o maior número de propriedades, 570 ao todo, e ocupa uma faixa intermediária em relação aos outros dois municípios quanto à participação das propriedades, tanto em número quanto na área total do município. Através da Tabela 08, verificou-se que as propriedades com área de até 20 ha representam 55,26% do total e ocupam 14,34% da área total, já para os estratos de área de até 50 ha, ocorre um aumento da participação das propriedades no número total, ou seja, elas passam a representar 83,16% do total das mesmas e ocupam 35,93% da área total.

Analisando a Tabela 09, pode-se verificar, da mesma foram como em Marinópolis, que a área com pastagem também é a principal ocupação do solo em Santa Albertina, pois de acordo com dados do LUPA/97 18.289,60 hectares eram constituídos por capim, cerca de 78,71% da área do município.

TABELA 09 – Atividades pecuárias de exploração do solo no município de Santa Albertina em 2003.

Exploração pecuária	Rebanho (cabeça)	Produção
Bovinocultura de corte	8.177	91.000 @/ano
Bovinocultura de leite	5.450	4.500.000 lts/ano
Bovinocultura mista	5.545	3.000.000 lts/ano

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

TABELA 10 – Atividades agrícolas de exploração do solo no município de Santa Albertina, 2003/2006.

Exploração agrícola	Produção em 2003	Produção em 2006*
Algodão	361.000 @	144.600 @
Arroz de sequeiro	1.425 sc.60kg	250 sc.60kg
Banana	2.700 t	-
Café	230 sc.60kg	-
Cana para forragem	-	10.000 t
Laranja	250.000 cx.40,8kg	437.500 cx.40,8kg
Limão	219.000 cx.40,8kg	120.000 cx.40,8kg
Mandioca para mesa	-	9.600 cx.25kg
Milho em grão	38.100 sc.60kg	12.000 sc.60kg
Milho para silagem	26.400 t	-
Poncã	-	1.600 cx.40,8kg
Seringueira	45.000 kg coágulo	110.000 kg coágulo
Sorgo forrageiro	-	400 t
Sorgo vassoura	-	5 t
Uva comum de mesa	6.000 cx.6kg	-
Uva de mesa	18.000 cx.7kg	-

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003/2006.

* dados parciais levantados até abril de 2006.

Com relação às culturas agrícolas, Tabela 10, o algodão e o milho são os que mais se sobressaem em termos de área plantada, segundo dados do EDR/CATI de Jales, porém considerando-se os dados de valor bruto da produção, Tabela 11, a segunda principal atividade desenvolvida no município é a laranja, com destaque também para o limão e a banana²⁵.

Diferentemente de Marinópolis, em Santa Albertina as atividades de origem pecuária, corte e leite, são as que mais contribuem na composição do valor bruto da produção, respondendo por aproximadamente 53% do valor total, já as frutas como a laranja, limão, banana, uva e poncã, representam cerca de 30% do valor bruto total.

Os dados de valores de produção das atividades de origem pecuária, bem como a predominância da ocupação do solo se constituir predominantemente de pastagem, vêm

²⁵ Assim como em Marinópolis, a principal variedade de banana plantada no município é a banana-maçã, que também vem tendo aumento da área plantada.

mostrar, em tese, a forte característica do município para pecuária. Embora em Marinópolis essa regra não seja observada, pois 72% da área do município é constituída por pastagem e a fruticultura representa aproximadamente 67% do total do valor bruto de produção daquele município.

TABELA 11 – Valor Bruto da Produção das principais atividades agropecuárias do município Santa Albertina em 2005.

Produto	Valor Bruto da Produção (R\$)
Bovinos para abate	7.769.376,00
Laranja	5.070.000,00
Leite tipo C	3.600.000,00
Algodão	2.808.000,00
Limão	1.260.000,00
Área de capim para semente	180.000,00
Banana	165.000,00
Seringueira	159.500,00
Milho	144.000,00
Suínos para abate	108.360,00
Uva fina para mesa	54.900,00
Mandioca para mesa	27.000,00
Poncã	24.000,00
Café	18.000,00
Apicultores	13.500,00
Tomate envarado	13.500,00
Arroz de sequeiro e várzea	6.875,00
Total	21.422.011,00

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2005.

C) Santa Salete

O município de Santa Salete está localizado no divisor de águas das Bacias Hidrográficas do Turvo Grande e São José dos Dourados. De acordo com os dados do Projeto LUPA/97 (PINO et al., 1997), da totalidade de 256 propriedades rurais, todas estão envolvidas com atividades agropecuárias, sendo a fruticultura, a pecuária de corte, leite e mista as principais atividades.

A Tabela 12 apresenta a estratificação fundiária das propriedades rurais do município de Santa Salete, a Tabela 13 as atividades pecuárias de exploração do solo e a Tabela 14 as atividades agrícolas de exploração do solo.

TABELA 12 – Número e área das propriedades rurais por grupos de área no município de Santa Salete, 1997.

Grupos de área	Propriedades		Área total	
	nº	%	nº hectares	%
1 a 10 ha	62	24,60%	445,70	5,54%
10 a 20 ha	80	31,75%	1.106,40	13,76%
20 a 50 ha	90	35,71%	2.722,50	33,85%
50 a 100 ha	14	5,56%	963,50	11,98%
100 a 200 ha	4	1,59%	501,10	6,23%
200 a 500 ha	0	0,00%	0,00	0,00%
500 a 1000 ha	1	0,40%	726,00	9,03%
1000 a 2000 ha	1	0,40%	1.577,60	19,62%
TOTAL	252	100,00%	8.042,80	100,00%

Fonte: PINO et al., 1997.

Santa Salete, dentre os municípios analisados, é o que tem a maior participação tanto em número de propriedades quanto em termos de área, para ambos estratos de área, ou seja, até 20 ha e até 50 ha., Figuras 04 e 05, respectivamente. Em Santa Salete, conforme pode-se verificar na Tabela 12, as propriedades com área de até 20 ha representam 56,35% do total e ocupam 19,30% da área total, já para os estratos de área de até 50 ha, há uma grande participação das propriedades no número total, ou seja, elas passam a representar 92,06% do total, ocupando 53,15% da área.

Pela análise das estruturas fundiárias dos municípios pode-se verificar que Santa Salete, praticamente tendo a mesma extensão territorial quanto Marinópolis, possui um maior número de propriedades, 252 ao todo, 82 a mais do que Marinópolis. Isso mostra que em Santa Salete há uma maior pulverização da área total do município e que o número maior de propriedades é representado por aqueles estratos de área com até 50 ha, que perfazem aproximadamente 92% do total. Porém, mesmo essas propriedades representando quase que a totalidade do município, ocupam cerca de 53% da área do mesmo e apenas duas propriedades, que representam menos de 1% do total, abrangem quase 30% da área do município.

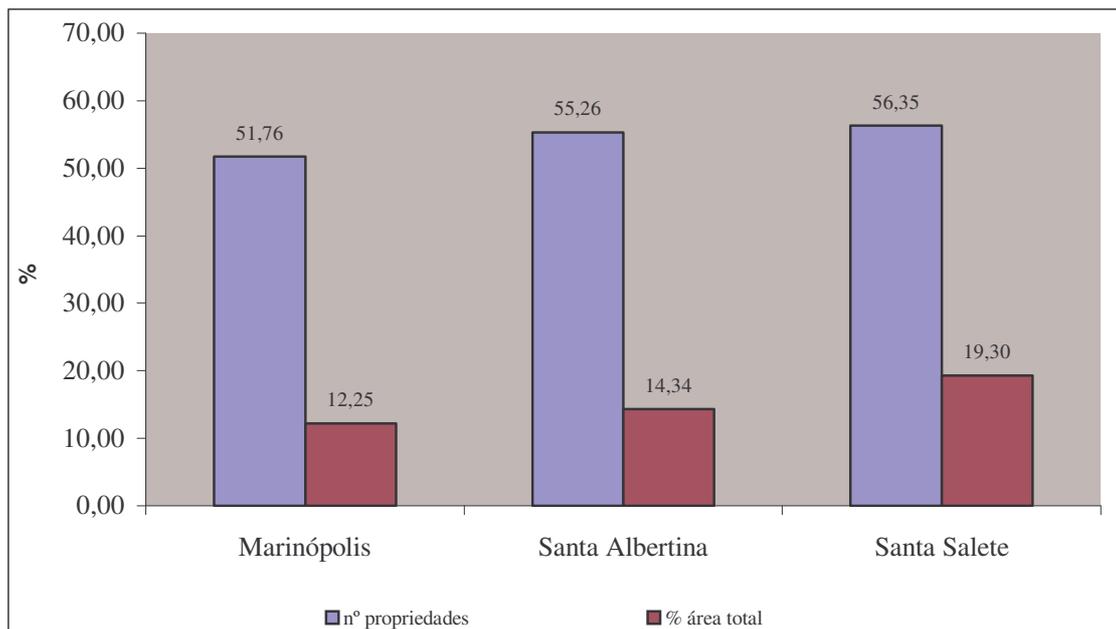


FIGURA 04 – Número e área das propriedades menores que 20 ha nos municípios pesquisados, 1997.

Fonte: PINO et al., 1997.

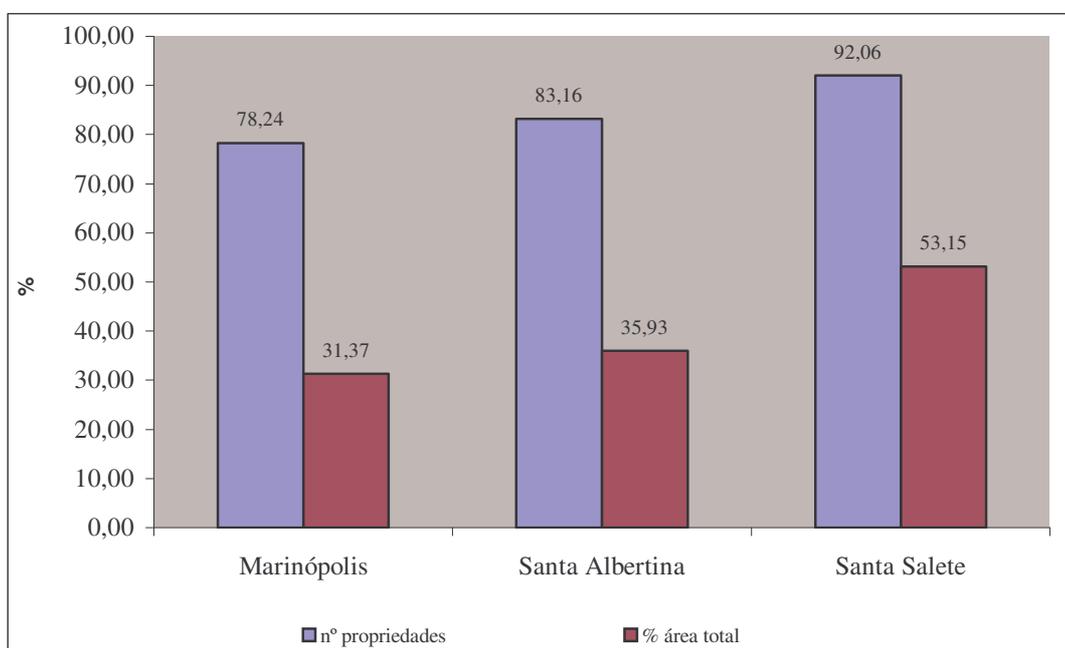


FIGURA 05 – Número e área das propriedades menores que 50 ha nos municípios pesquisados, 1997.

Fonte: PINO et al., 1997.

Os dados da Tabela 13 permitem verificar que, assim como nos outros dois municípios, a área com pastagem também é a principal ocupação do solo em Santa Salete. Dados do LUPA/97 mostram que 5.896,30 hectares eram constituídos por braquiária, cerca de 73,31% da área do município.

TABELA 13 – Atividades pecuárias de exploração do solo no município de Santa Salete em 2003.

Exploração pecuária	Rebanho (cabeça)	Produção
Bovinocultura de corte	1.565	25.040 @/ano
Bovinocultura de leite	1.000	2.200.000 lts/ano
Bovinocultura mista	10.425	-

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

Dentre as culturas agrícolas (Tabela 14), as frutícolas têm bastante destaque no município, principalmente a laranja, o limão e a uva. Verificando a Tabela 15, que traz o valor bruto da produção do município de Santa Salete, observa-se que, como em Marinópolis, a cultura da laranja se destaca como a principal geradora de renda para os produtores do município, seguida pela pecuária de corte, ou bovinos para abate.

Embora o valor bruto da produção das frutícolas represente 52% do valor total bruto da produção, ele pode ser considerado alto em virtude de se ter uma gama maior de atividades agrícolas desenvolvidas no município, em comparação aos outros dois estudados, Marinópolis e Santa Albertina. E também devido o valor bruto da produção pecuária, corte e leite que representa aproximadamente 38% do valor total, ser baixo, quando em comparação a proporção de área de pastagem do município.

TABELA 14 – Atividades agrícolas de exploração do solo no município de Santa Salete.

Exploração agrícola	Produção em 2003	Produção em 2006*
Algodão	3.850 @	2.800 @
Atemóia	90.000 frutos	2.000 frutos
Anona (fruto do conde)	-	100.000 frutos
Arroz de sequeiro e várzea	-	80 sc 60 kg
Banana	600 t	-
Café	1.080 sc 60 kg	-
Cana para forragem	-	4.000 t
Côco-da-bahia	300.000 frutos	135.000 frutos
Eucalipto	601.200 m3	-
Feijão da seca	-	240 sc 60 kg
Jiló	-	3.000 cx.K 19kg
Laranja	431.250 cx.40,8kg	340.000 cx.40,8kg
Lichia	28 cx.5kg	200 cx.5kg
Limão	100.000 cx.40,8kg	-
Mamão	-	2.000 cx.dupla 25kg
Manga	16.273 cx.K 22kg	24.000 cx.K 22kg
Maracujá	-	600 cx.K 16kg
Milho em grão	3.600 sc 60 kg	7.800 sc 60 kg
Milho para silagem	1.100 t	-
Pinha	1.225.00	-
Poncã	10.000 cx.40,8kg	10.000 cx.40,8kg
Seringueira	-	36.000 kg coágulo
Tangerina	2.338 cx.40,8kg	3.000 cx.40,8kg
Uva comum de mesa	30.407 cx.6kg	20.000 cx.6kg
Uva rústica	23.146 cx.7kg	60.000 cx.7kg

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003/2006.

* dados parciais levantados até abril de 2006.

O valor bruto total de produção do município de Santa Salete vem mostrar que há uma maior diversificação na exploração agrícola quando em comparação aos outros dois municípios, e isso se explica em parte pela estratificação fundiária do município, em que aproximadamente 92% das propriedades possuem até 50 ha.

Com isto, nas propriedades onde se predomina a agricultura familiar, a fruticultura se mostra como a principal atividade desenvolvida nesses locais, embora outras atividades

também tenham importância, porém secundárias em termos de geração de renda, como a pecuária leiteira, como se verá melhor na discussão dos dados primários coletados a campo.

TABELA 15 – Valor Bruto da Produção das principais atividades agropecuárias do município Santa Salete em 2005.

Produto	Valor Bruto da Produção (R\$)
Laranja	3.447.600,00
Bovinos para abate	2.476.478,00
Leite tipo C	880.000,00
Limão	546.000,00
Uva fina para mesa	329.400,00
Abóbora seca	300.000,00
Poncã	150.000,00
Milho	138.080,00
Tomate envarado	112.050,00
Uva comum para mesa	109.800,00
Quiabo	60.000,00
Café	57.600,00
Algodão	54.000,00
Seringueira	52.200,00
Tangerina (cravo - satsuma)	45.000,00
Apicultores	25.000,00
Manga	20.000,00
Pimentão	18.000,00
Área de capim para semente	18.000,00
Suínos para abate	17.200,00
Mamão	14.000,00
Abobrinha	10.140,00
Berinjela	9.900,00
Pepino	9.360,00
Alface	4.900,00
Total	8.904.708,00

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2005.

4.6. Técnicas de pesquisa

Para captar a complexidade em que vive a agricultura familiar, este trabalho foi desenvolvido através de uma metodologia capaz de reconstruir os processos sociais, considerando a realidade como um todo e incorporando a perspectiva histórica dos processos de acordo com PERONDI e KIOTA (2000).

Junto aos técnicos do EDR de Jales, mais precisamente aqueles responsáveis pelos municípios, foram feitas entrevistas com o objetivo de identificar os produtores que participam do programa de microbacias, especificamente, aqueles ligados às práticas organizativas, tanto individuais como coletivas, inseridas como subvenções dentro do subcomponente Assistência Técnica e Extensão Rural, assim como aqueles que não participam destas práticas, mas que estão inseridos na microbacia, no sentido de se procurar entender, junto a esses produtores, o porquê de não participarem do programa e tentar estabelecer uma comparação entre estes e aqueles que participam.

Para poder entender o universo desses produtores, foi elaborado um questionário e como critério para aplicação do mesmo foi sorteado 25% do total de produtores com número mínimo de 20 em cada microbacia, caso o valor fosse inferior a este, conforme Tabela 16. Do valor total obtido, metade dos questionários foi aplicada junto aos produtores participantes das práticas organizativas e a outra metade junto aos produtores não participantes do programa de microbacias hidrográficas, mas que estão na microbacia. O sorteio dos produtores foi realizado ao acaso.

TABELA 16 – Distribuição do número de produtores selecionados para a pesquisa nos municípios estudados.

Microbacias	Nº de produtores na MBH	25% do total de produtores	Metade do total	Total de questionários
Marinópolis	68	17*	10	20
Santa Albertina	102	26	13	26
Santa Salete	109	28	14	28
Total	279	71	37	74

*17 corresponde a 25%, porém, como o mínimo é 20, a metade deverá ser de 10 questionários.

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

O critério definido permitiu selecionar uma amostra de produtores proporcional ao total dos mesmos em cada microbacia. O questionário teve como finalidade a definição dos produtores que foram submetidos, posteriormente, às entrevistas, para obtenção dos dados em profundidade. Foram aplicados 74 questionários ao todo, conforme pode ser observado no Quadro 05, sendo 20 na microbacia de Marinópolis, 26 na microbacia de Santa Albertina e 28 na microbacia de Santa Salete.

A obtenção dos dados através da aplicação dos questionários ocorreu entre fevereiro a junho de 2005, incluindo nesse período algumas complementações que se fizeram necessárias. No tocante às entrevistas e histórias de vida os dados foram obtidos no período de dezembro de 2005 a novembro de 2006, e assim como no caso dos questionários, o período considerado compreendeu também as complementações que se fizeram necessárias.

Os questionários abordaram questões demográficas, sócio-econômicas, de produção e organizativas. As questões demográficas tiveram como finalidade o conhecimento do ambiente familiar, número de pessoas residentes na propriedade, idade, escolaridade, profissão, entre outras. Quanto às questões sócio-econômicas, estas procuraram retratar o número de pessoas da família que trabalham na propriedade e/ou fora dela, quem são essas pessoas e qual a composição da renda familiar.

Buscou-se elencar, nas questões referentes à produção, as atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade, quantidade produzida, preços recebidos, além de outras informações. No tocante as questões organizativas, estas abordaram o grupo e a(s) prática(s) em que o produtor está envolvido, tempo de participação no programa, o motivo da participação ou da não participação, se participava de algum tipo de associação, cooperativa ou qualquer outra forma de organização, seja para prática de compra de insumos, venda dos seus produtos ou qualquer outro fim envolvendo as atividades na propriedade.

No tocante a segunda etapa de campo que foi a parte relacionada às entrevistas, estas abordou a história de vida dos produtores e questões mais específicas ligadas às estratégias familiares e as práticas organizativas dos produtores.

Dentre as estratégias analisaram-se aquelas relacionadas às decisões/hierarquia, a sucessão, o crescimento patrimonial, a renda familiar, a diversificação da produção, além dos aspectos ligados a vida social. Quanto as práticas organizativas abordou-se a organização da produção na propriedade, a organização do trabalho na propriedade, o nível organizacional

entre os produtores, a organização na microbacia, os porquês da participação ou da não participação no programa, as expectativas que tinham no início e depois e algumas questões de cunho político relacionadas a organização e a visão dos produtores.

A entrevista, por definição, é um método de obtenção de informações através de uma conversa profissional com um indivíduo para fins de pesquisa, sendo considerada uma técnica para a investigação em campo. Ela se diferencia da simples conversa devido ser previamente planejada, no intuito de se chegar a um objetivo específico através do uso de técnicas adequadas (ALMEIDA, 1989).

Alguns autores, como QUEIROZ (1988), acreditam que a entrevista pode decorrer de uma conversa em que o pesquisador, mediante assuntos pré-estabelecidos, conduz a entrevista, neste caso não havendo necessidade do Porém, deve ocorrer uma interação entre o entrevistador e o entrevistado. Neste trabalho foram realizadas entrevistas diretivas, ou seja, com perguntas pré-definidas, mediante a utilização de um roteiro de entrevista comum a todos os entrevistados, sem diferenciação por microbacia. Em virtude do andamento da entrevista o entrevistador, apesar do roteiro conter perguntas direcionadas que o limitaria, realizou algumas outras adicionais para a complementação dos dados, e em alguns casos não se obedeceu à ordem cronológica do roteiro, devido ao surgimento dos assuntos colocados pelos produtores, porém, no decorrer da conversa os questionamentos iam sendo abordados de modo que todo o conteúdo programado fosse cumprido.

As entrevistas foram aplicadas, principalmente, com o chefe da família (homem ou mulher), ocorrendo alguns casos em que houve a participação de outros membros da família (pai, esposa, filhos e outros). A gravação dessas entrevistas durava em média uma hora, porém algumas chegaram a duas horas e meia. O contato com os produtores foi mais fácil, já que estes conheciam o pesquisador. Ressalta-se que em algumas propriedades foram necessárias várias visitas, pois o produtor não era encontrado.

A seleção dos produtores para entrevista baseou-se em uma análise qualitativa vez que não houve, estatisticamente, diferença significativa entre os grupos de produtores nos municípios estudados. Assim, para aplicação das entrevistas decidiu-se selecionar 30% dos produtores que foram submetidos aos questionários e como critério para seleção desses produtores utilizou-se:

1º O mesmo critério para aplicação dos questionários, ou seja, metade dos produtores participantes do programa de microbacias e a outra metade de produtores não participantes desse programa;

2º Renda familiar relacionada à atividade agropecuária²⁶;

3º Ser dono da propriedade ou pertencente à família;

4º A área explorada até 50 ha;

Secundariamente, procurou-se identificar pelo menos 15% dos produtores já pesquisados, que se enquadrassem nos critérios descritos anteriormente e, que tivessem um caráter diferenciador na produção e desenvolvessem alguma atividade não agrícola, mas diretamente ligada à produção na propriedade;

Foram realizadas 24 entrevistas²⁷, conforme pode ser observado na Tabela 17.

TABELA 17 – Distribuição do número de produtores selecionados para a pesquisa nos municípios estudados.

Microbacias	Nº de produtores na MBH	Total de questionários	Total de entrevistas
Marinópolis	68	20	6
Santa Albertina	102	26	8
Santa Salete	109	28	10
Total	279	74	24

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Como os produtores que fizeram parte desta pesquisa possuem um caráter diferenciado em relação aos outros produtores do EDR, por estarem inseridos em uma região geográfica, que é a microbacia, e por ter uma política pública voltada para essa região específica, que é o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMBH), o conhecimento de suas estratégias foi de fundamental importância para se entender o mecanismo de reprodução dos mesmos, seja pelo caráter diferenciador que essas estratégias puderam apresentar, como pela

²⁶ O PRONAF em 1999 considerava que 80% da renda familiar deveria ser proveniente da atividade agropecuária, contudo, tempos depois, esse critério foi abolido para os grupos A, B e C, com modificação para o grupo D.

²⁷ Embora 30% dos questionários representem um número abaixo do total de entrevistas aplicadas, optou-se por 24 entrevistas, porque em alguns casos, como em Santa Salete, essa porcentagem representava um número ímpar e como se estabeleceu que seria entrevistada metade dos produtores participantes do programa e metade não participante, o número de produtores tinha que ser um número par. Assim, o número de produtores entrevistados em Santa Salete subiu de 8,4 para 10 produtores.

questão do caráter organizacional, e desta forma contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo era o de que as estratégias de reprodução social e organização dos produtores estudados abrangessem tanto os aspectos produtivos, de comercialização, de crédito e de administração, como também outros aspectos ligados à vida social, aos valores e à cultura dos produtores (relações familiares, relações comunitárias tradicionais, tipo de partilha, migração e outros.), incluindo desta forma as representações e as práticas produzidas para conviver com estas condições.

Nos questionários abordaram-se questões gerais relativas às estratégias familiares e práticas organizativas, como, por exemplo, a participação em algum tipo de associação, cooperativa. Já as entrevistas foram mais direcionadas e tiveram por objetivo compreender as relações existentes entre os membros das famílias ou com terceiros, e conhecer o processo organizacional, bem como o antes e o depois do movimento em direção a uma associação ou cooperativa.

Na segunda etapa de campo utilizou-se também o método de história de vida que, de acordo com SPERRY (1999), é uma técnica de investigação social que permite recuperar informações a serem analisadas de forma quantitativa ou qualitativa. Apesar de basear-se em depoimentos pessoais, não se propõe a apresentar histórias orais, mas busca reconstituir a trajetória de grupos sociais, valendo-se do método biográfico. É uma técnica que utiliza recursos oferecidos por diversos métodos.

Na história de vida é o narrador quem decide o que relatar, apesar do pesquisador implicitamente dirigir a conversa, sendo ele o fio condutor dessa conversa. A história de vida, segundo QUEIROZ (1988), é definida como o relato de um narrador sobre sua existência no tempo. O pesquisador procura não interferir durante a narração, porém o comando é seu, pois foi ele quem determinou o tema da pesquisa, sem impor, no entanto, temas ao narrador que os abordará ou não segundo seus critérios.

A utilização da “história de vida” teve como finalidade resgatar a trajetória de vida das famílias e seu modo de vida, além do mecanismo de obtenção da terra. Neste sentido procurou-se entender as origens das famílias, ou seja, as regiões, as questões ligadas a estrutura familiar, bem como a de seus antepassados.

Como recurso para obtenção dos dados acerca das histórias de vida utilizou-se a gravação em fitas microcassetes, aliado às anotações de campo. As transcrições das fitas foram feitas “*ipsis literis*”, depois analisadas por microbacia e comparativamente entre os municípios, utilizando-se, para isso, a transcrição de trechos dessas histórias de vidas.

Com todos os dados coletados, questionários, entrevistas e histórias de vida, e após suas tabulações, realizou-se uma análise discursiva desses, de forma a atender aos objetivos propostos no trabalho.

TERCEIRA SESSÃO

V - Características das microbacias hidrográficas dos três municípios estudados

Os produtores que foram submetidos à aplicação dos questionários, em quase sua totalidade, possuem propriedades com área de até 50 ha. Os dados referentes às microbacias hidrográficas nos municípios estudados, foram obtidos junto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Jales, além de informações fornecidas pelos agrônomos das Casas de Agricultura dos referidos municípios e que atuam diretamente nas referidas microbacias.

Serão apresentados os dados referentes à estrutura fundiária e também aqueles das principais atividades agrícolas de exploração do solo, especificamente, em cada microbacia hidrográfica estudada.

A) Marinópolis

O plano de microbacia existente no município de Marinópolis é o do Córrego das Três Barras, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio São José dos Dourados, abrangendo uma área de 1.800 hectares, sendo que a sede do município faz parte da microbacia (Figura 06).

A Tabela 18 apresenta a estrutura fundiária das propriedades que compõem a microbacia hidrográfica.

TABELA 18 – Número e área das propriedades da microbacia do Córrego das Três Barras, 2003.

Estratificação	Propriedades		Área total	
	Número	%	nº hectares	%
Até 10 ha	23	34,00	161,80	5,50
10 a 50	34	50,00	905,60	34,00
50 a 100	06	9,00	379,80	21,00
100 a 200	04	6,00	457,90	28,50
200 a 500	01	1,00	479,80	11,00
TOTAL	68	100	2.384,90²⁸	100

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

²⁸ A área excedente, 584,90 ha, refere-se a existência de propriedades que tem seus limites além da área da microbacia, e uma propriedade de 479,8 ha possui apenas 30 ha na microbacia.

Pela análise da Tabela 18 verificou-se que os grupos de área com até 10 ha, na microbacia do Córrego das Três Barras do município de Marinópolis, representam 34,0% do total de propriedades, ocupando apenas 5,5% de toda a área da microbacia. Aumentando a análise para as propriedades com até 50 ha, percebeu-se um acréscimo significativo das mesmas no total, ou seja, 84,0%, porém, a participação destas na área total da microbacia ainda é pequena, 39,5%.

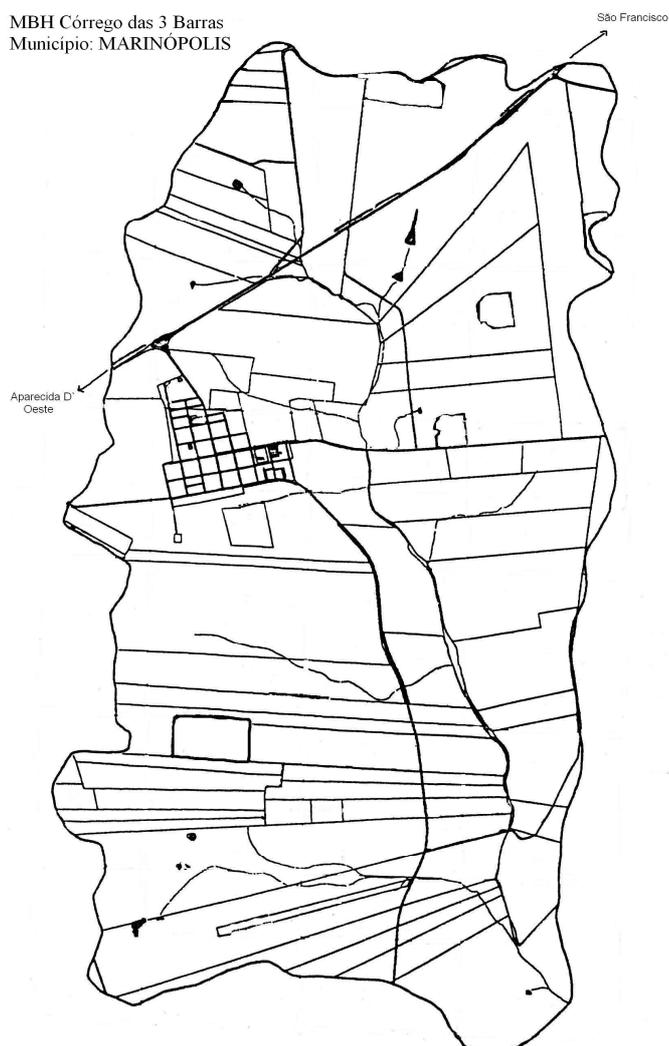


FIGURA 06 – Ilustração da Microbacia do Córrego das Três Barras em Marinópolis-SP.

A Tabela 19 traz o uso das terras, a eficiência das explorações agrícola e pecuária, das propriedades localizadas na microbacia.

TABELA 19 - Uso da terra e eficiência das explorações agrícolas da microbacia do Córrego das Três Barras, 2003.

Exploração Agrícola	Área (ha)/ Rebanho (cabeça)	Nº de Produtores	Produção	Produtividade
Laranja	403,00	45	269.404 cxs	2 cx/pé
Banana	115,00	20	1.149 ton.	10 ton./ha
Limão	66,00	29	62.832 cxs	4 cx/pé
Café	45,60	16	700 scs	15 sc/1000 pés
Pinha	30,00	16	400.000 frutos	60 frutos/pé
Uva	25,40	12	84.582 cxs	5 cx/pé
Bovinocultura de corte	800	10	4.560 @/ano	16 @/ha
Bovinocultura de leite	300	8	100.900 lts/ano	6 lts/vaca/dia
Bovinocultura mista	900	28	75.000 lts/ano	3 lts/vaca/dia

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

Dentre as atividades de exploração do solo, a pecuária destaca-se como a principal atividade, porém, não é possível quantificar com precisão o número de hectares, mas estima-se que a maior parte da microbacia seja constituída por pastagem. Assim, como ocorre em todo o município, na microbacia também predomina entre as principais culturas, a laranja e a banana, principalmente a banana-maçã, além de outras, como limão e café.

As propriedades que compõem a microbacia, em geral, são pequenas propriedades que exploram a fruticultura e que, normalmente, cultivam mais de um tipo de fruta. Os animais são criados em pastagens sem o uso de irrigação e em alguns casos, na época da falta de chuvas, são alimentados com silagem de milho e cana-de-açúcar, já aqueles animais com maior potencial de produção de leite e os de confinamento, são alimentados com ração.

Segundo os técnicos²⁹ da CATI – Regional de Jales, os produtores que compõem a microbacia participam de eventos promovidos pela Casa da Agricultura, e aproximadamente, 63% dos mesmos fazem parte de uma associação de produtores do município. Na microbacia, porém, não existe nenhuma associação. De modo geral, a base econômica da microbacia

²⁹ Comunicação pessoal

hidrográfica está centrada na produção de laranja, limão, uva, banana-maçã e pecuária. A laranja e o limão são produzidos para o consumo *in natura*, sendo comercializados por empresas ligadas a essa área, existentes no município. A uva produzida também é destinada para mesa, sendo comercializada na CEASA de Campinas e CEAGESP de São Paulo. A banana vem ocupando o espaço dos citros que estão sendo erradicados e, também na reforma das pastagens, sendo comercializada principalmente no mercado da grande São Paulo, por compradores (intermediários) da região. A pecuária desenvolvida se dá em pastagens degradadas, devido ao pastejo intensivo e sem os devidos tratamentos culturais, como a utilização de corretivos e fertilizantes. No tocante as explorações agrícolas desenvolvidas na microbacia, é feito o uso indiscriminado de agrotóxicos por parte dos agricultores, sendo que, na maioria das vezes, essas aplicações se fazem sem orientação técnica e também sem nenhum tipo de critério.

B) Santa Albertina

O plano de microbacia existente no município de Santa Albertina é o do Córrego do Cavalo, que faz parte da bacia hidrográfica do Rio Grande, abrangendo uma área de 3.616 hectares (incluindo neste total, estradas, córregos e grande parte da zona urbana). A sede do município faz parte da microbacia hidrográfica do Córrego do Cavalo (Figura 07).

A Tabela 20 apresenta a estrutura fundiária da microbacia hidrográfica.

TABELA 20 – Número e área das propriedades da microbacia do Córrego do Cavalo, 2003.

Estratificação	Propriedades		Área total	
	número	%	nº hectares	%
Até 10 ha	34	33,00	189,70	5,50
10 a 50	50	49,00	1.166,60	34,00
50 a 100	11	11,00	722,70	21,00
100 a 200	06	6,00	975,10	28,50
200 a 500	01	1,00	369,40	11,00
TOTAL	102	100,00	3.423,50³⁰	100,00

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

³⁰ O restante 192,50 ha da área total de 3.616 ha, refere-se as áreas de estradas, rodovias e zona urbana.

Através da análise da estrutura fundiária da microbacia é possível verificar que as propriedades menores que 10 ha representam 33,00% do total e ocupam 5,50% do total da área da microbacia. No estrato de área de até 50 ha, tem-se um acréscimo de 16 pontos percentuais no total de propriedades, em relação ao estrato de 10 ha, passando, então, essas propriedades a representar 82,00% do total e ocupando 39,50% da área total da microbacia.

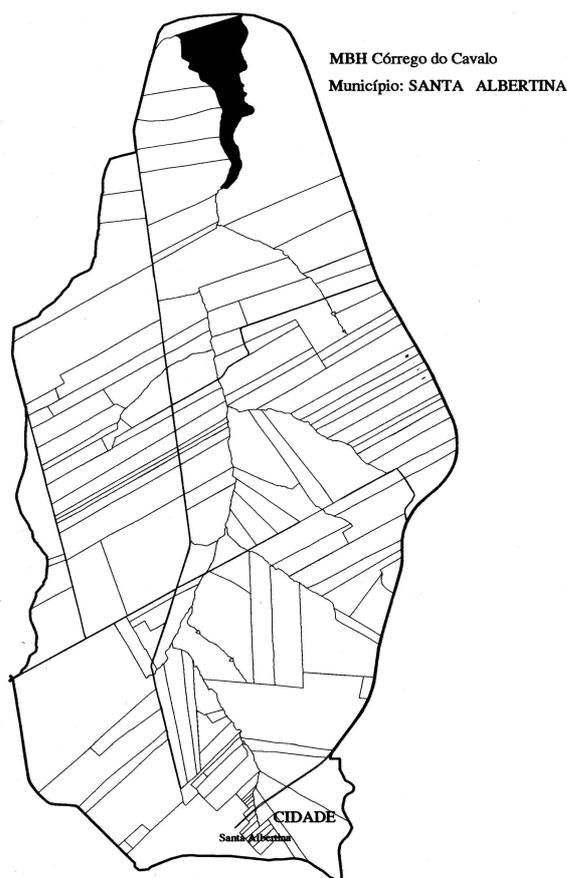


FIGURA 07 – Ilustração da Microbacia do Córrego do Cavalo em Santa Albertina-SP.

A Tabela 21 traz o uso atual das terras, a eficiência das explorações agrícola e pecuária, das propriedades localizadas na microbacia.

TABELA 21 - Uso da terra e eficiência das explorações agrícolas da microbacia do Córrego do Cavalo, 2003.

Exploração Agrícola	Área (ha)/ Rebanho (cabeça)	Nº de Produtores	Produção	Produtividade
Milho silagem	199,10	27	4.580 ton.	23 ton/ha
Algodão	188,10	17	24.453 @	136 @/ha
Laranja	165,60	6	138.000 cx	2,5 cx/pé
Banana	80,60	5	806 ton.	10 ton./ha
Limão	57,10	25	49.000 cx	3 cx/pé
Bovinocultura de corte	1.700	38	10.000 @/ano	13 @/ha
Bovinocultura de leite	750	40	1.950.000 lts/ano	6,5 lts/vaca/dia
Bovinocultura mista	800	15	1.600.000 lts/ano	5 lts/vaca/dia

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

Assim como em toda extensão territorial do município de Santa Albertina, a pecuária também é a principal atividade na microbacia, sendo a área com pastagem a principal ocupação do solo. Com relação as principais culturas predominantes no município, na microbacia também ocorre a mesma situação, entre elas o algodão e o milho. Quantos às culturas frutícolas destacam-se a laranja e a banana-maçã.

As propriedades que compõem a microbacia, geralmente, são pequenas propriedades que cultivam milho para produção de silagem, silagem esta destinada a alimentação dos animais na época de falta de chuvas. O algodão e a banana são utilizados na reforma de pastagens, já os citros como diversificação das culturas. Os animais são criados em regime de pastagens cultivadas sem irrigação e alimentados com silagem de milho, cana-de-açúcar e ração, sendo esta última para animais com maior potencial de produção de leite.

Segundo os técnicos³¹ da CATI – Regional de Jales, os produtores que compõem a microbacia participam ativamente de cursos e palestras promovidos pela Casa da Agricultura, e fazem parte de uma associação de produtores do município.

De modo geral, a base econômica da microbacia está voltada para a produção de algodão, milho, limão, laranja, banana e pecuária. O algodão é plantado na reforma de pastagens, o milho, cerca de 80%, é utilizado para silagem, sendo que cada produtor de leite cultiva em média 4 ha de milho para silagem. Os produtores da microbacia vêm diversificando

³¹ Comunicação pessoal

suas atividades com o plantio de frutícolas, entre elas laranja, limão e banana-maçã. No tocante a pecuária, a leiteira mostra-se, economicamente, como de fundamental importância para os produtores, porém, a alimentação destes animais se dá em pastagens degradadas, necessitando a utilização de corretivos e fertilizantes.

Outro problema também relatado, pelos técnicos, é o da falta de água nas propriedades para os animais beberem, vez que são muito compridas e os córregos possuem pouca água, em função do assoreamento provocado pelas águas pluviais e por não existir matas ciliares nas margens dos córregos, que de certa forma reduziria o problema.

C) Santa Salete

O plano de microbacia existente no município de Santa Salete é o do Córrego da “Antinha”, que faz parte da bacia hidrográfica do Turvo Grande, abrangendo uma área de 2.500 hectares³². A sede do município fica a 3,5 km da nascente principal do córrego da antinha (Figura 08).

A Tabela 22 apresenta a estrutura fundiária da microbacia hidrográfica.

TABELA 22 – Número e área das propriedades da microbacia do Córrego da Antinha, 2003.

Estratificação	Propriedades		Área total	
	número	%	nº hectares	%
Até 10 ha	27	24,60	164,20	6,90
10 a 50	74	67,60	1.515,20	64,20
50 a 100	07	6,90	534,60	22,70
100 a 200	01	0,90	146,00	6,20
TOTAL	109	100,00	2.360,00³³	100,00

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

A estrutura fundiária revela que mais de 90% das propriedades existentes na microbacia são consideradas pequenas, ocupando aproximadamente 71% de toda a área da microbacia.

³² O município de Santa Salete faz divisa com os municípios de Aspásia e Urânia, e devido o córrego da antinha desaguar no córrego da anta, no município de Aspásia, a área da microbacia do córrego da antinha abrange parte do município de Aspásia, cerca de 420 ha.

³³ O restante 192,50 ha da área total de 3.616 ha, refere-se as áreas de estradas, rodovias e zona urbana.

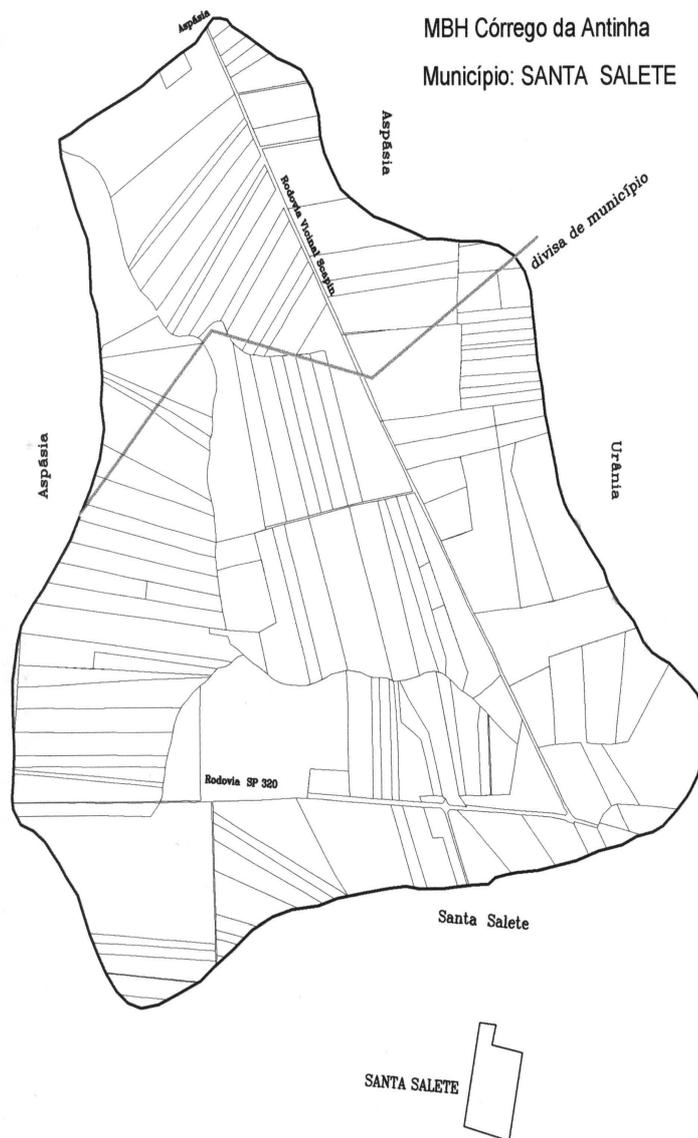


FIGURA 08 – Ilustração da Microbacia do Córrego da Antinha em Santa Salete-SP.

A análise das propriedades com estratos de área de até 10 ha, mostram que as mesmas representam, apenas, 24,60% do total, ocupando uma área de 6,90%. Expandindo-se a análise para o estrato de até 50 ha, verificou-se um acréscimo de 67,60 pontos percentuais no total de propriedades, em relação ao estrato de 10 ha, passando, então, essas propriedades a representar 92,20% do total e ocupando 71,10% de toda a área da microbacia.

A Tabela 23 traz o uso das terras, a eficiência das explorações agrícola e pecuária, das propriedades localizadas na microbacia.

TABELA 23 - Uso da terra e eficiência das explorações agrícolas na microbacia do Córrego da “Antinha”, 2003.

Exploração Agrícola	Área (ha)/ Rebanho (cabeça)	Nº de Produtores	Produção	Produtividade
Pastagem	1.389,10	82	-	-
Laranja	150,80	21	107.701 cx	2,5 cx/pé
Café	61,70	29	925,5 sc	15 sc/ha
Milho para grão	46,50	10	2.092 sc	45 sc/ha
Uva fina de mesa	22,90	19	897,68 ton.	5 cx/pé
Milho para silagem	15,10	03	415,25 ton.	27,5 ton./ha
Limão	11,40	08	32.569 cx/27 kg	3 cx/pé
Anonáceas	8,80	08	124.080 frutos	14.100 frutos/ha
Manga	8,70	07	243 ton.	27,96 ton.
Uva rústica	6,80	02	444,20 ton.	2 cx/pé
Algodão	5,00	1	550 @	110 @/ha
Lichia	1,30	01	140 kg	107 kg/ha
Banana	0,90	01	9,54 ton.	10,6 ton./ha
Caqui	0,60	01	400 kg	660 kg/ha
Côco-da-bahia	0,50	01	7.800 frutos	15.600 frutos/ha
Maracujá	0,10	01	90 cx/16 kg	937 cx/ha
Bovinocultura corte	440	8	7.040 @/ano	16 @/cab./ano
Bovinocultura de leite	87	30	190.530 lts/ano	6 lts/vaca/dia
Bovinocultura mista	1.733	62	-	-

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

A área de pastagem tem significativa participação na área da microbacia, ocupando aproximadamente 55,00% da área, assim como ocorre nas outras microbacias. Dentre as culturas agrícolas que predominam, a da laranja se destaca como a principal da microbacia em termos de área plantada, seguida pelo café e o milho. A uva de mesa, uma das principais frutícolas do EDR em termos econômicos, aparece com boa área plantada, ficando atrás, em relação ao número de produtores, da cultura da laranja e do café.

As propriedades que compõem a microbacia, de modo geral, são pequenas propriedades que diversificam a produção, mas com baixo uso de tecnologia. A agricultura é

desenvolvida de forma tradicional (sistema convencional), ou seja, uso indiscriminado de grade e arado, o que favorece a degradação do solo. A criação de bovinos ocorre em regime de pastagens extensivas e sem a utilização de corretivos e fertilizantes, o que acarreta pastagens mal desenvolvidas. Na época de falta de chuvas, os produtores normalmente utilizam a silagem de milho, a cana-de-açúcar e ração, para o trato dos bovinos, sendo esta última para animais com maior potencial de produção de leite.

Segundo os técnicos³⁴ da CATI – Regional de Jales, os produtores que compõem a microbacia participam ativamente de eventos promovidos pela Casa da Agricultura, e fazem parte de uma associação de produtores do município. Na área da microbacia existia uma associação, porém, a mesma foi desativa. De forma geral, a Microbacia do Córrego da Antinha se caracteriza pela diversificação de exploração das atividades rurais, principalmente a fruticultura. A fruticultura do município possui: laranja, pinha, atemóia, uva, coco-da-bahia, banana, manga, lichia, limão, etc. Além da fruticultura tem-se na área da microbacia milho, algodão, café e uma vasta área de pastagem.

O grande problema da microbacia é semelhante a todos os outros municípios, ou seja, falta de organização dos produtores no momento de comercializar seus produtos e também na compra de insumos, o que poderia melhorar um pouco as condições dos produtores, caso realizassem em conjunto tais práticas. A produção das culturas ocorre em condições com pouca disponibilidade de chuvas, desconhecimento de tecnologias e a dificuldade de adoção de práticas conservacionistas aliados à falta de capital para investimento, acarretando em baixas produtividades e lucratividade das culturas. A microbacia é constituída basicamente por pequenos produtores, geralmente de famílias simples e humildes com alguns problemas sociais, como o analfabetismo.

5.1. Dados comparativos entre as três microbacias

Estabelecendo-se uma comparação entre o número e área das propriedades para o estrato de área com até 10 ha., e também para o estrato de área com até 50 ha., verificou-se que a microbacia de Marinópolis (Córrego das Três Barras), em relação às outras microbacias, é a que tem a maior participação em número de propriedades para o estrato de área de até 10 ha (Figura 09). Porém, em termos de área, a microbacia do município de Santa Salete (Córrego da Antinha) apresenta o maior valor para este estrato.

³⁴ Comunicação pessoal

Quando se estende a análise para o estrato de área das propriedades com até 50 ha., a microbacia de Santa Salete é a que mais se destaca, tanto em número de propriedades, quanto em área. Esses valores, quando comparados aos das outras microbacias, mostram a grande presença das propriedades com área de até 50 ha, como se pode observar na Figura 10.

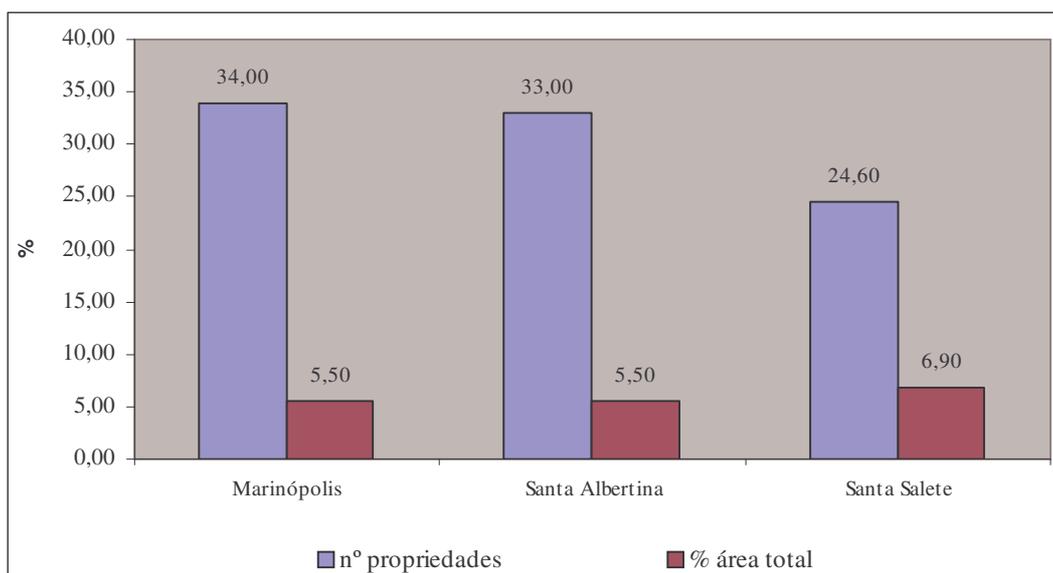


FIGURA 09 – Número e área de propriedades menores que 10 ha nas microbacias hidrográficas estudadas, 2003.

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

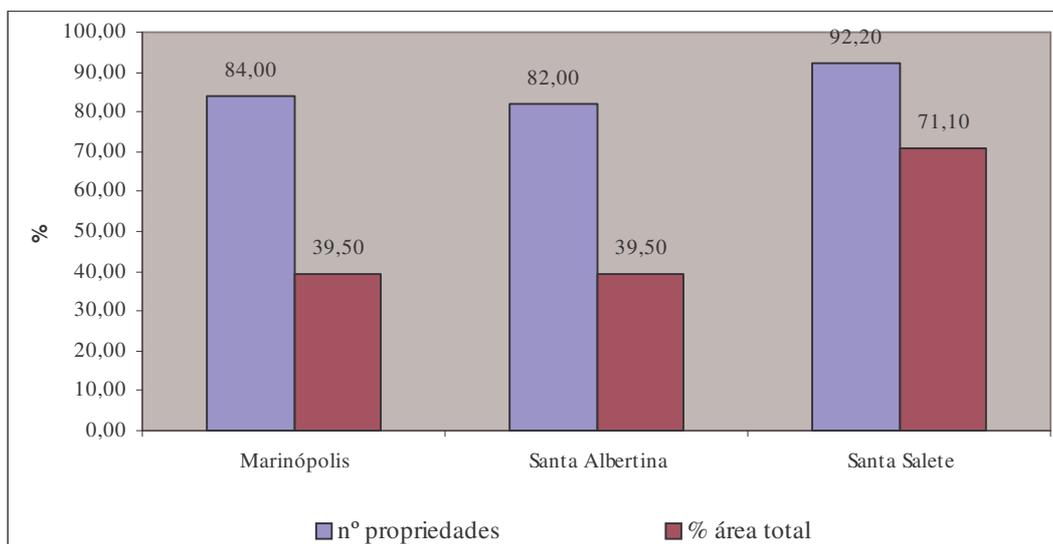


FIGURA 10 – Número e área de propriedades menores que 50 ha nas microbacias hidrográficas estudadas, 2003.

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

Quanto à classificação dos produtores em função do uso da terra³⁵, pode-se verificar que na microbacia de Marinópolis, conforme Figura 11, que os pequenos representam 60% dos produtores, os médios 34% e os grandes apenas 6%. Na microbacia de Santa Albertina os pequenos totalizam 66%, os médios 29,00% e os grandes 5,00%. Já em Santa Salete, os produtores da microbacia considerados pequenos perfazem 69,70% do total, os médios 29,40% e os grandes 0,90%.

Em relação às outras microbacias, a do Córrego das Três Barras (Marinópolis) é a que possui maior percentual de médios e grandes produtores, já a microbacia do Córrego da “Antinha” (Santa Salete) é a que mais se destaca em pequenos produtores, com 69,70% dos mesmos, vez que também apresentou o maior percentual de propriedades, por microbacia, para estratos de área de até 50 ha. Já a microbacia do Córrego do Cavalo (Santa Albertina) permaneceu em patamar intermediário em relação às outras duas microbacias.

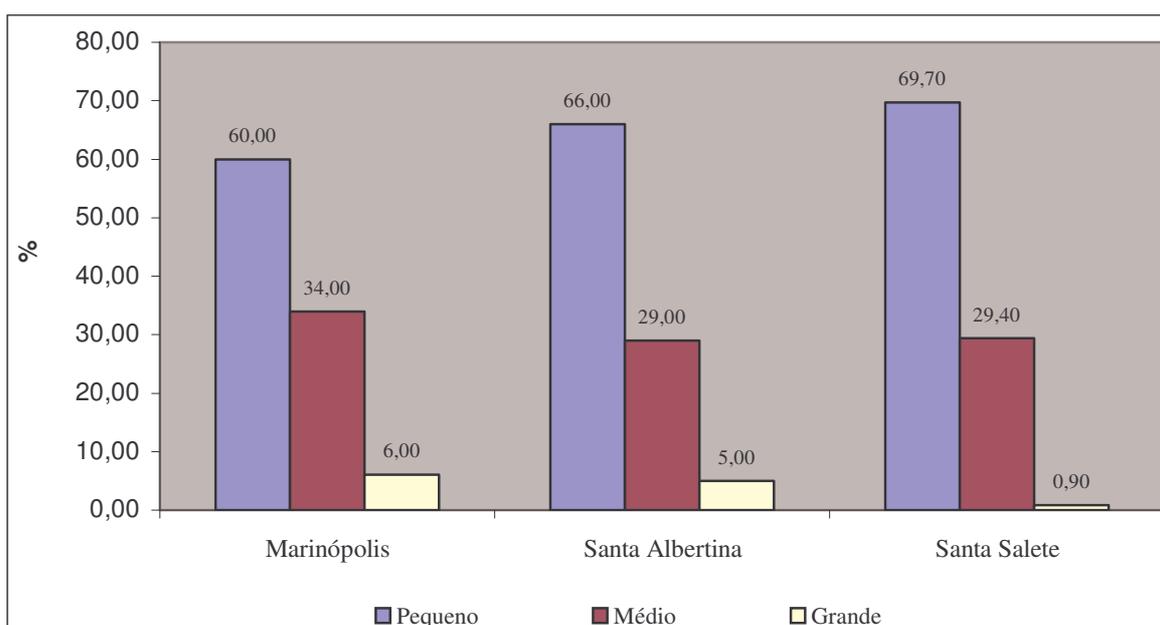


FIGURA 11 – Percentual de pequenos, médios e grandes produtores em cada microbacia hidrográfica.

Fonte: EDR/CATI de Jales, 2003.

³⁵ Essa classificação segue os parâmetros descritos no Quadro 01, referente ao programa de microbacias. A classificação dos produtores do EDR de Jales foi elaborada pelos técnicos da CATI.

5.2. Características das propriedades pesquisadas

A) Marinópolis

Nesse município, 80% dos produtores que participaram da pesquisa residem nas propriedades, sendo também 80% destas próprias ou pertencentes à família (irmãos), e 20% dos produtores são parceiros (ou meeiros). A maior parte das propriedades, como pode ser verificado na Tabela 24, possui área de até 50 ha³⁶.

TABELA 24 – Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas, por extrato de área, na microbacia do Córrego das Três Barras em Marinópolis, 2005.

Estratificação	Propriedades	Área total das propriedades
	Número	ha
Até 10 ha	4	25,65
10 a 50	15	375,22
50 a 100	0	0,00
100 a 200	1	113,00
TOTAL	20	513,87

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Pode-se verificar, pela Tabela 24, que os grupos de área das propriedades com até 10 ha, representam 20,0% das mesmas, ocupando apenas 4,99% de toda a área pesquisada. Analisando-se as propriedades com área entre 10 e 50 ha, verificou-se um aumento significativo na participação total, em torno de 75,00%, aumentando também, consideravelmente, a participação na área total, que é de 73,02%.

A base econômica dos produtores está centrada principalmente na produção de laranja, limão, uva, pinha e pecuária de leite. Todas as frutas produzidas são comercializadas, *in natura*, com atravessadores do município, que as levam para os grandes centros. No tocante as explorações agrícolas desenvolvidas nas propriedades, notou-se que há um uso indiscriminado de agrotóxicos e que, essas aplicações se fazem sem orientação técnica.

³⁶ Apenas uma das propriedades pesquisadas, tinha área total maior do que 50 ha, cerca de 113 ha, porém a área explorada era de 24,20 ha.

B) Santa Albertina

Dos produtores que participaram da pesquisa, 69% residem nas propriedades e o restante na cidade. Noventa e seis por cento das propriedades são próprias, ou seja, vinte e cinco delas e apenas uma, 4% do total, ainda pertence à família (irmãos). Porém, não foi constatado nenhum caso de parceria (ou meeiros), diferentemente de Marinópolis.

Aproximadamente 88% dos produtores possuem propriedades com área de até 50 ha e apenas três propriedades, 11,54%, tinham área total maior do que 50 ha, que totalizavam aproximadamente 171 ha.

Através da análise da Tabela 25, verificou-se que as propriedades com área de até 10 ha representam quase 35% do total das pesquisadas, número superior ao observado em Marinópolis, ocupando aproximadamente 15% da área pesquisada. Já as propriedades com área entre 10 e 50 ha simbolizam 53,85% do total de pesquisadas, valor cerca de 20% inferior ao observado em Marinópolis para esse mesmo estrato de área, sendo que essas propriedades ocupam 53,79% da área total pesquisada.

TABELA 25 – Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas, por extrato de área, na microbacia do Córrego do Cavalo em Santa Albertina, 2005.

Estratificação	Propriedades	Área total das propriedades
	Número	ha
Até 10 ha.	9	84,10
10 a 50	14	296,45
50 a 100	3	170,61
100 a 200	0	0,00
TOTAL	26	551,16

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Os produtores têm como principais atividades econômicas a pecuária leiteira, de corte e a produção de algodão. Como o município possui uma associação de produtores de leite, esse produto é quase que todo comercializado, *in natura*, por essa associação, com um laticínio de Santa Fé do Sul. Verificou-se apenas um caso em que o produtor entrega direto para outro laticínio, pois como produz grande quantidade do produto e já entregava para esse laticínio antes de ser criada a associação, resolveu continuar como estava. Quanto ao algodão,

a produção é toda comercializada, no próprio município, com duas algodojeiras instaladas no local.

C) Santa Salete

Em Santa Salete, dos 28 produtores que participaram da pesquisa, apenas um produtor não morava na área rural, ou seja, 96% residem nas propriedades, sendo esse o maior valor observado em relação aos outros dois municípios. Quanto as propriedades, 86% são próprias e o restante, 14%, pertence à família (irmãos). Assim como em Santa Albertina, não foi constatado parceiros (ou meeiros) que exploravam as propriedades.

Os dados da pesquisa mostraram que 92,86% das propriedades possuem área de até 50 ha, ou seja, 26 e apenas duas ultrapassam essa quantia, porém, a área explorada dessas propriedades é menor que 50 ha.

Verificou-se pela análise da Tabela 26, que as propriedades com área de até 10 ha representam apenas 17,86% do total das pesquisadas, valor próximo ao encontrado em Marinópolis que foi de 20% e bem inferior ao de Santa Albertina, em que se constatou quase 35% das propriedades com esse estrato de área. Quanto às propriedades com área entre 10 e até 50 ha., essas representam 75% do total de pesquisadas, mesmo valor encontrado em Marinópolis, e cerca de 20% superior ao observado em Santa Albertina. As propriedades desse estrato de área ocupam 61,18% da área total pesquisada, enquanto que, as de até 10 ha., apenas 4,76%.

TABELA 26 – Distribuição do número e área das propriedades pesquisadas, por extrato de área, na microbacia do Córrego da Antinha em Santa Salete, 2005.

Estratificação	Propriedades	Área total das propriedades
	Número	ha
Até 10 ha.	5	34,83
10 a 50	21	447,53
50 a 100	1	96,20
100 a 200	1	153,00
TOTAL	28	731,56

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

As propriedades se sobressaem na produção de leite e laranja, com destaque também para a pecuária de corte e uva. Os produtores de leite entregam sua produção para a associação do município, já no caso das frutas, é o próprio produtor que vende seu produto, geralmente, com um intermediário da região, que faz a revenda para a CEAGESP e o CEASA.

Fazendo-se uma análise das propriedades dos três municípios pesquisados, pode-se verificar que percentualmente, Marinópolis e Santa Salete em muito se equiparam, enquanto Santa Albertina apresenta valores diferentes desses dois municípios. Por exemplo, as propriedades com até 10 ha., em Marinópolis e Santa Salete representam 20 e 17,86%, enquanto que em Santa Albertina esse percentual é de 34,62%. Quanto as propriedades que possuem entre 10 e 50 ha., Marinópolis e Santa Salete apresentam o mesmo valor, 75%, enquanto em Santa Albertina esse mesmo valor é de 57,69%. Já para as propriedades com área entre 100 a 200 hectares, Marinópolis tem um percentual, dentre as pesquisadas, de 5%, enquanto Santa Salete 3,57%, e em Santa Albertina não foi observada nenhuma propriedade que possuísse área entre 100 e 200 hectares.

Com relação à área explorada das propriedades, essa variou entre 10,85 e 19,09 hectares, sendo o menor valor ocorrido em Marinópolis e o maior em Santa Salete. Os valores de área explorada podem estar associados a porcentagem de propriedades do município com área de até 50 hectares, pois em Marinópolis essas representam 78,24%, em Santa Albertina 83,16% e em Santa Salete 92,06%, já que em termos de área territorial a de Santa Albertina é três vezes superior a de Santa Salete.

Como se pode verificar, Santa Albertina tem um percentual de propriedades com área de até 10 ha muito superior ao dos outros dois municípios, alcançando quase que o dobro de Santa Salete. Uma das prováveis explicações para tal fato, pode ser devido ao sorteio realizado para se determinar os produtores que seriam pesquisados no primeiro momento, da aplicação dos questionários, que se deu ao acaso. Já que, ao observar-se a estratificação fundiária dos municípios, verificou-se que todos apresentam, praticamente, o mesmo percentual dessas propriedades. Dentro da microbacia, ocorrem quase que os mesmos percentuais de propriedades com até 10 ha nos três municípios, em torno de 33%, sendo que em Santa Salete esse percentual é um pouco menor, 24%, muito embora dentre as propriedades pesquisadas, com até 10 ha., apresente valor próximo ao de Marinópolis.

5.3. Características dos produtores pesquisados

Analisando os produtores dos três municípios pesquisados quanto à idade, tempo na região, tempo de trabalho na área, bem como a área média explorada, constatou-se que a idade média geral dos produtores foi de aproximadamente 58 anos. SANT'ANA (2003) analisando os produtores de Marinópolis verificou que a idade média desses era de 61 anos, valor superior ao encontrado nesta pesquisa, embora o autor tenha utilizado como critério de escolha, produtores com mais de 30 anos de trabalho na agricultura. Neste trabalho, a escolha ocorreu dentre os produtores que participavam do programa de microbacias, por sorteio. Porém, quando se compara a idade média obtida neste trabalho em Marinópolis, com a idade média geral dos produtores dos três municípios estudados, pode-se constatar que não houve grande variação, pois em Santa Albertina e Santa Salete a idade média dos produtores foi em torno de 60 anos, o que contribuiu para a elevação da média geral de idade (Tabela 27).

TABELA 27 - Perfil dos produtores dos três municípios pesquisados.

ITEM	Marinópolis	Santa Albertina	Santa Salete
Nº total de produtores pesquisados	20	26	28
Média de idade dos produtores (anos)	55,25	59,80	60,04
Tempo médio (anos) na região	46,75	40,73	40,46
Tempo médio de trabalho na área atual (anos)	36,50	20,00	34,54

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Em média, 31% dos produtores possuem idade entre 51 e 60 anos. A menor idade observada foi de 28 anos e a maior de 87 anos. Em Marinópolis, 30% dos produtores são nascidos no município, em Santa Albertina esse número é de 27%, e em Santa Salete esse percentual cai para 18%.

Observou-se também na Tabela 27 que o tempo médio de trabalho na área atual é bem elevado dentre os produtores dos três municípios com exceção de Santa Albertina em que o tempo médio ficou entre 10 a 15 anos abaixo da média. E em Marinópolis e Santa Salete esse tempo ficou em torno de 35 anos, valor bem superior aos 31 anos observado por SANT'ANA (2003) em Marinópolis, podendo tal diferença, ocorrido por se estudar uma região específica

do município, ou seja, a microbacia, e o autor mencionado abrangeu em sua pesquisa o município todo.

O nível de escolaridade dos produtores de Marinópolis, assim como dos outros dois municípios, se concentra até a quarta série do primeiro grau (antigo primário), sendo o percentual de produtores de 30%, valor semelhante aos 29,6% encontrados por SANT'ANA (2003) nesse mesmo município. Em Santa Albertina o percentual de produtores que estudaram até a quarta série foi próximo ao de Marinópolis, 30,77%, e em Santa Salete esse percentual sobe para 50%, ou seja, a metade dos produtores, talvez devido ao fato de apresentarem a maior média de idade em relação aos outros dois municípios (Figura 12).

O motivo de boa parte dos produtores ter estudado até a quarta série do primeiro grau, se deve ao fato de morarem na área rural, onde o ensino ia até a quarta série do primeiro grau, *“nóis tirava diploma do quarto ano e depois nóis parava”*(DM73). Com isto, para poderem continuar estudando tinham que se deslocarem até as cidades e como essas ficavam muito distantes de suas casas, tornava-se difícil, pois não havia transporte. O único meio era a pé ou a cavalo o que tomava boa parte do dia, sendo outro empecilho o fato que tinham que ajudar no serviço da propriedade.

“(...) eu tava no quarto ano lá e nem não fez o quarto ano, eu já tava meio grande já, nóis viêmo em setembro para cá, eu falei áh, aí eu não fui na escola mais. Também era difícil né, porque ia de a pé ou a cavalo, era 8 quilômetros de distância a escola de onde nóis morava, então não fui mais (SP57).

Houve produtores que mencionaram a facilidade para se estudar atualmente: *“Hoje as peruas da prefeitura vem buscá os menino aqui na porta de casa, não precisa nem í lá na estrada esperá, hoje tá mais fácil...”* (DM73).

Em Marinópolis onde a média de idade foi a menor, a porcentagem de analfabetos também acompanhou essa tendência, sendo de apenas 5% dos produtores, enquanto que em Santa Albertina observou-se um total de 15,38%. Esse município foi o único município que apresentou dois produtores com grau de escolaridade de nível superior. Um deles formou-se em administração de empresas e o outro em ciências contábeis, porém, não exercem a profissão e se dedicam a pecuária leiteira.

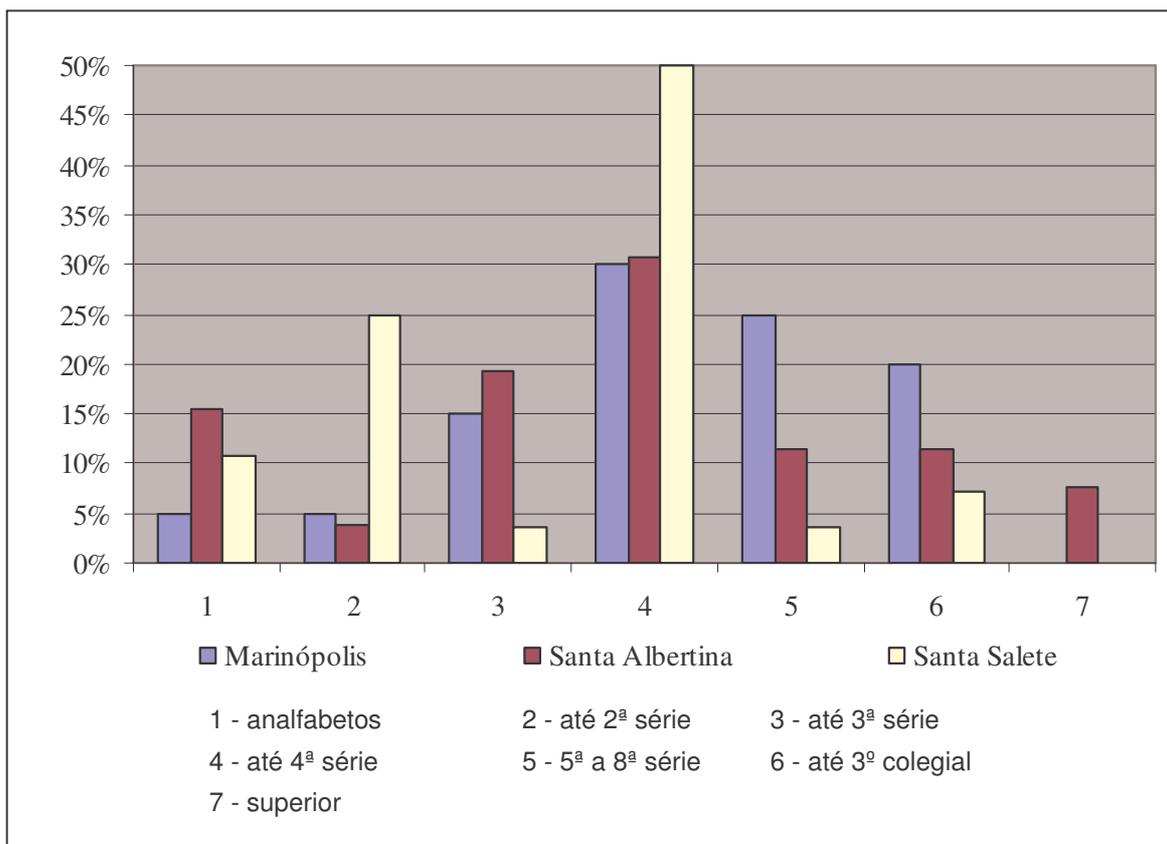


FIGURA 12 – Grau de escolaridade dos produtores nos três municípios pesquisados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Mesmo que o nível de escolaridade dos produtores se concentre até a quarta série do primeiro grau nos três municípios, os produtores vêm se utilizando de modernas técnicas produção. No tocante a fruticultura que predomina, principalmente, em Marinópolis e exige complexas práticas de manejo, os produtores sempre estão participando de palestras e cursos promovidos pela Casa da Agricultura, além de contar com o apoio dos técnicos. Em Santa Albertina onde predomina a pecuária leiteira os produtores utilizam técnicas de armazenagem da ração que é dada aos animais, com a construção de silo, garantindo o alimento desses animais na época da seca. Outra técnica desenvolvida é o pastejo rotacionado, que em alguns casos, conta com o apoio de técnicos da EMBRAPA, além dos técnicos da Casa da Agricultura.

Em Santa Salete onde se tem uma mescla entre pecuária leiteira e fruticultura, com maior tendência a esta última, os produtores também desenvolvem técnicas modernas de produção como nos outros dois municípios e além de contar com o apoio dos técnicos da Casa da Agricultura contam também com técnicos de empresas de revenda de defensivos agrícolas, sediadas em Jales.

QUARTA SESSÃO

VI – Trajetórias e estratégias dos produtores pesquisados

6.1. Trajetórias de vida dos produtores

Os produtores, em geral, são originários de cidadezinhas da região de São José do Rio Preto por volta de 1945 a 1950. Inicialmente plantavam café, desenvolviam pecuária leiteira e cultivavam alimentos para consumo próprio, como arroz, feijão e milho. Porém, com a decadência do café no final dos anos 70, início dos anos 80, muitos partiram para a pecuária, com destaque para a leiteira, outros para o plantio de algodão e milho, além de frutas, sendo a laranja a principal delas.

Em Marinópolis, dos vinte produtores, 30% nasceram no município, 10% em municípios vizinhos como Palmeira D'Oeste, 15% na região de Araçatuba, 25% nasceu na região de São José do Rio Preto e os 20% restantes em outros estados ou em outro país, como o Japão, conforme Quadro 05.

QUADRO 05 – Distribuição dos produtores rurais de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete segundo a origem, 2005.

Macrorregião	Número de produtores		
	Marinópolis	Santa Albertina	Santa Salete
Alagoas	-	1	-
Bahia	1	2	3
Ceará	-	1	-
Japão	1	-	-
Marinópolis	8	-	-
Minas Gerais	1	-	1
Noroeste do Estado de São Paulo ³⁷	8	10	17
Santa Albertina	-	7	-
Santa Salete	-	-	5
São Paulo (outras regiões do estado)	1	5	2
Total	20	26	28

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

³⁷ Refere-se a outros municípios da região noroeste, porém, diferentes dos pesquisados.

Como mencionado, boa parte dos produtores nasceram no próprio município de Marinópolis e muitos deles residem no mesmo local (propriedade) desde o nascimento. Porém, seus pais vieram de outras regiões com o propósito de explorar novas áreas. Alguns dos pais desses produtores vieram para Marinópolis ainda solteiros ou recém-casados. Deixaram a casa dos pais em busca de suas próprias trajetórias, constituindo novas famílias. Os produtores que moram nas propriedades são todos casados e informaram que mesmo após o casamento continuaram morando com os pais, depois vieram os filhos, porém esses, segundo depoimento dos produtores, não parecem seguir o mesmo caminho deles.

“Eu sou nascido aqui, faz 49 anos, não foi nessa casa, foi numa casa antiga que tinha ali embaixo. Meu pai quando veio para cá morava em Nova Granada, o pai dele, meu avô, tinha uma propriedade lá, depois vendeu e comprou essa daqui, e eles vieram para cá. Aí meu pai casô e continuô na propriedade. Quando meu avô morreu, meu pai comprou a parte de duas irmã, depois meu pai morreu e fez doação para mim e para minha irmã, mas a gente não mexeu em nada não. Aí sempre morei aqui, toda vida, só sai para passeá. Casei e móro aqui, aí já vem os menino né...” (JC49).

Mesmo aqueles produtores que não nasceram em Marinópolis, estão há muitos anos na região, como é o caso de um produtor (JI75) que veio da região de Araçatuba. Quando moço, seu pai tinha uma propriedade em Penápolis e ele fazia algumas viagens com o caminhão de seu pai, e foi numa dessas viagens que ele conheceu a região de Marinópolis. Ele se interessou pela região e comprou uma propriedade no município e se mudou com a esposa e os filhos. Plantou café, como a maior parte dos produtores da época, depois porém, com o passar dos anos, substituiu o café por laranja.

Houve produtores que nasceram na região de São José do Rio Preto, como é o caso do Sr. SD58, vieram para a região de Marinópolis ainda pequenos, com no máximo 3 anos de idade. Nos seus municípios de origem, também moravam na área rural e seus pais eram empregados ou meeiros/parceiros na cultura do café que ao conseguirem algumas economias, compravam suas próprias propriedades. Chegando à região, como já trabalhavam com café e também devido a esta cultura estar proporcionando bons rendimentos, plantavam café e culturas de subsistência. Com o passar dos anos a produção de café foi diminuindo e no início da década de 80 muitos produtores arrancaram suas plantações e partiram para a fruticultura, em especial a laranja.

Outros produtores, como o Sr.RS60, são nascidos em outros estados, como a Bahia, e vindo para a região ainda crianças e ali construindo suas vidas.

“Nasci no estado da Bahia né, de lá vim com dois meses de idade, aí meu pai morô num monte de cidadinha aqui da região, e em 58 viemos para Marinópolis, naquela época nós era em 7 irmão, depois foi nascendo mais aqui, no fim quando meu pai foi embora era 17 irmãos já. Meu pai foi para lá porque aqui fracassô o serviço, mexia com umas rocinha, meu pai não tinha propriedade, trabalhava de volante para um e para outro né, tinha uma charretinha e trabalhava de oveiro né, comprava galinha, comprava frango né, vendia folha, tomate, essas coisa e nós colhia café, carpia para um, carpia para outro. Ele foi para Americana, morei lá e fiquei um ano e pouco lá, aí chegou aqui eu casei. Lá em Americana foi empregando aqueles moleque, foi empregando um, empregando outro lá naquelas firma, aí depois casaram também e ficaram por lá. Eu casei e morei no sítio do meu sogro, nós tocava café e pagava renda para ele, e eu arredava terra para plantar roça também. Aí eu comprei essa chacrinha e continuei trabalhando de meeiro, aí o café foi acabando né, não chovia mais e o café foi acabando, aí foi arrancando o café e plantando laranja no lugar do café, e hoje é tudo laranja” (RS60).

Em Santa Albertina 27% dos produtores nasceram no próprio município, 39% na região de São José do Rio Preto, e os 34% restantes nasceram em outras regiões do estado de São Paulo ou em outros estados (Quadro 05).

Assim como observado em Marinópolis, os produtores que nasceram no município de Santa Albertina, tinham pais ou avós que moravam em outras regiões do estado, geralmente próximas a São José do Rio Preto, e depois vieram para o município. Esses pais ou avós também trabalhavam como parceiros (ou meeiros) em outras propriedades e, após conseguirem algumas economias, compravam suas próprias propriedades.

O café era a principal atividade desenvolvida pelos produtores que chegavam, porém, com o passar dos anos e a decadência do café, deram preferência a algumas culturas como o algodão e o milho, além da pecuária de corte e a leiteira. Hoje, porém, os produtores têm suas atividades direcionadas, principalmente, para a pecuária leiteira.

“Eu nasci lá em Macaubal, sai de lá com 5 anos de idade e lá morava no sítio também eu era molequinho mais eu lembro que era sítio, nós nunca moramo na cidade e depois de lá nós viemo para cá, num sítio ali embaixo do seu Joaquim, toquemo café ali no sítio dele de

meeiro, foi aí que nós consegui comprá um pedacinho de terra. Aí nós mudamo para Urânia e lá tocava café, depois o pai vendeu lá e comprou esse sítio aqui, lá em Urânia era só café, naquela época não chovia, parô de produzi, então desanimô, isso foi em 90/95 aí até 2001, depois em 2001 nós veio prá esse sítio aqui, e sempre na lida do cabo seco. Aí eu fui juntando um dinheirinho e comprei as parte das minha irmã e tá até hoje aqui. Quando eu vim para cá eu parei de mexer com roça, veneno muito caro, preço ruim, aí o cara desanima, aí virou para o pasto, tira o leitinho para vendê, para sobrevivê, não sobra, dá para comê e bebê” (JP56).

Dos que vieram da região de São José do Rio Preto, a maior parte chegou a Santa Albertina ainda pequenos, outros recém-nascidos. Antes de mudarem para Santa Albertina com seus pais, também residiam na área rural.

“Nasci em Rio Preto, sempre no sítio, aí eu vim para cá com 3 meses de idade, aí em agosto/setembro de 1951 nós mudamos para cá, mas só que não nesse sítio, num outro indo para o porto, nesta mesma estrada né, depois em 93 eu comprei esse sítio e vim para cá, mas sozinho, meu pai ficou com o dele lá. Naquela época comprava das companhia né, a companhia tinha feito as gleba de terra, os loteamento e então comprava com condições de pagamento de 2, 3 anos, dava parcela né, meu pai comprou 7,5 alqueires e derrubou o mato e plantou café, depois o café começou a não produzir mais, veio doença, praga, (...) aí começou a arrancar o café e plantar roça, plantava algodão, milho, arroz. Depois que cabô o café plantou roça 3 a 4 anos, aí o algodão começou fracassar, aí parou com o algodão e plantou pasto, aí começou no leite” (LA54).

Um outro produtor que também veio da região de São José do Rio Preto menciona que veio para Santa Albertina com 4 a 5 anos de idade, devido seu pai ter comprado uma propriedade no município. Com o passar dos anos ele casou e conseguiu comprar uma chácara, que depois foi trocada numa propriedade maior. Assim, como outros produtores, também plantava café, e com a decadência do café tentou outras culturas, porém, sem sucesso. Formou áreas de pastagem e hoje se dedica a produção de leite.

Em Santa Salete, 18% dos produtores nasceram no município, outros 18% em municípios vizinhos como Jales e Santa Fé do Sul, 3% na região de Araçatuba, 40% são nascidos na região de São José do Rio Preto e os 21% restantes nasceram em outros estados ou em outras regiões do Estado de São Paulo (Quadro 05).

Tanto em Santa Salete como em Santa Albertina a região de São José do Rio Preto é apontada como a de origem de boa parte dos produtores, porém, dos que nasceram em Santa Salete, seus pais vieram de outras regiões do estado ou até de outros estados. Um produtor que nasceu no município, afirmou que desde o nascimento continua morando na mesma propriedade e que espera sair dali só depois de morrer:

“Eu não tive trajetória, foi só aqui. Nasci, quando foi para nascê, acho que levaram em Jales, aí já vim para cá, era uma casa no fundo, de pau, depois fizemo essa e nunca mudei. E acho que não sei não, acho que só o dia que abutuá o palitó. O povo fala que tem que mudá, que pega azá num lugá só, sei lá, mas meu pai mudou para cá em 1948 ou 49, aqui era puro mato, aí depois duns 4 a 5 ano eu nasci, eu tive mais 4 irmãos mas faleceram miúdo, na época não levava as mulher para fazê prevenção, pré-natal essas coisa. Aí ía derrubando o mato e plantando café, eu lembro que minha mãe me deixava dentro do ranchinho na roça para ela carpi, porque saia broto de tabóca prá caramba, aí o café foi acabando, tem uns pé ainda, mas foi fracassando e começou a plantar roça, milho, algodão, feijão, essas coisa, e hoje nosso forte é a fruta” (AF53).

Um produtor que veio da região de São José do Rio Preto também menciona que derrubaram o mato para plantar café e que quando vieram para a região, trouxeram as sementes de café para preparar as mudas. Com o tempo, ele e os irmãos, foram trabalhando e conseguiram comprar outras propriedades na região:

“Eu nasci em Itajobi, lá morava na roça e fiquei lá até com 15 anos e aí eu vim para cá nesse sítio. Não é aquela casa, é uma que tá prabaixo daquele pé de tamarindo lá. Era uma casa pequena e nós era em bastante, depois fizemo aquela outra em 3 a 4 anos, meu pai faleceu e aí nós fizemo aquela lá. Pegamo a madeira daquela e juntamo mais madeira que nós tava roçando o mato, aqui era puro mato. Cabamo de fazê a casa, só que aí nós pegamo madeira cerrada, só as porta que era meio feio né, dava para fazê é lógico, mais nós era pouca gente e tava começando né. Lá em Itajobi nós morava numa propriedade de sociedade com meus tios, irmãos da finada minha mãe, depois eles repartiram a sociedade e nós foi morá numa fazenda para sê meeiro de café. De lá, depois em 52, aí compramo aqui e viemo para cá, já trouxemo semente panhada de café de lá né. Nós despolpava ela para fazê o plantio, aqui era terra de mato, terra boa, não é essa corredeira igual tem hoje, aí nós plantamo café e foi tocando, sei que conseguimo, trabalhando em cima de 12 alqueire,

comprá 147, mas foi aos poucos, depois, faz uns 16 anos nós repartimos essas terra entre os irmão” (DM73).

Assim como ocorreu nos outros dois municípios, os produtores que vinham para a região de Santa Salete também tinham como principal atividade o cultivo do café. Geralmente, como as terras ainda não tinham sido desbravadas, derrubavam o mato e plantavam café e algumas outras culturas para o sustento da família. Com o passar dos anos, vários fatores contribuíram para a decadência dos cafeeiros, surgiram doenças que até então não existiam, a adubação tornava-se necessária e devido a isso os produtores tiveram os custos de produção aumentados, os preços de mercado do café caíram, além das chuvas que se tornaram irregulares, principalmente na época das floradas. Devido a todos esses fatores os produtores começaram a erradicar o café e optar por outras culturas, além da pecuária, porém hoje, o que se observou foi a predominância de atividades frutícolas, como a laranja, a uva, e ainda a pecuária de leite.

“Eu nasci na região de Andradina né, vivi lá até os seis anos de idade, morava no sítio, meu pai tinha propriedade lá, aí meu pai vendeu lá e comprou no Paraná, Umuarama, no auge do café. Aí ficamos dois anos e sete meses lá, deu uma geadá, acabou com tudo né. Aí meu pai vendeu lá e comprou aqui né, continuamo no sítio também, na roça, tocando roça e tirando leite. Aí eu fiquei no sítio até os 19 anos, depois eu fui para a polícia, fiquei na polícia militar do estado de São Paulo 10 anos. Eu trabalhei em São Paulo, depois eu vim para a região de Jales, depois eu fiz um curso e fui para a polícia rodoviária, fiquei trabalhando em Rio Claro e Piracicaba até 1984, aí eu perdi meu pai novo, meu pai tinha 60 anos, aí eu pedi exoneração e vim embora para cá e continuei no sítio e até hoje tô aqui. Meu pai faleceu novo, assim meio de repente com aneurisma cerebral e tinha 13 filhos, só tinha 3 casado, 10 em casa, eu era o mais velho dos homens, era tudo pequeno, então eu tinha que vir embora, não me arrependo, compramo mais propriedade, começamo trabalhá, meu pai tinha duas propriedade, tinha um gadinho bom, um trator, começamo trabalhar, nós era em bastante. Aí comprei essa propriedade aqui que era do meu avô, eu comprei a parte dos outros e tamo aí lutano para sobrevivê, fui político, fui vereador dois mandato, e hoje tiro leite e planto milho verde para vender nas quitanda e nos mercado” (IC50).

Um fato que os produtores faziam questão de destacar era que quando crianças já trabalhavam na roça e isso aconteceu em todos os municípios. Com 6 a 7 anos, em alguns

casos até 5, quando iam levar almoço para seus pais que estavam trabalhando na roça, já ficavam por lá para ajudar. Faziam serviços leves, como limpar os troncos dos pés de café, pois como eram pequenos tinham facilidade para entrar embaixo dos pés e realizar tal serviço, o que de certa forma desonerava seus pais de fazê-lo.

Percebe-se entre os agricultores vários pontos em comuns, um deles é que, em média, 40% dos produtores nasceram na região de São José do Rio Preto e hoje se encontram morando nesses respectivos municípios. Isso pode ser devido a região, na época, ainda ter áreas a serem desbravadas, o que era ideal para a prática da agricultura “artesanal”, pois os solos eram férteis e as chuvas eram bem distribuídas, proporcionando grandes produções. Como a faixa etária média é de cinquenta e cinco anos, estimou-se que essa migração para a região tenha ocorrido por volta de 1945 a 1950, com as famílias procurando melhores condições de sobrevivência.

Outro ponto a ser destacado é que a maior parte dos produtores, ou do pai deles, que vieram para a região do EDR de Jales, trabalhavam quase sempre como meeiros nas cidades próximas a São José do Rio Preto, que era uma cidade maior. Então as pequenas cidades, como Engenheiro Schmidt, Cedral, Macaubal, Nova Granada, surgiram próximas a essas grandes cidades e também devido ao avanço da estrada de ferro.



FOTO 2 – Produtor do município de Santa Salete, 2005.

Esses produtores procuravam a região do EDR de Jales, pois segundo eles, aqui era “sertão”, ou seja, só existia mato e devido a isso o preço da terra era menor. Desta forma, como o café estava em alta, os produtores vinham para a região de Jales, derrubavam o mato e plantavam, principalmente café, visto que os solos da região, tradicionalmente, são solos férteis e ainda eram recém-desbravados, respondendo muito bem ao plantio das culturas.

Alguns outros produtores vieram para trabalhar como meeiros na cultura do café. No final da década de 40 e início de 50:

“Prá cá era tudo sertão, tudo mato. Quando o pai mudou para cá em 49, isso aqui não tinha nem estrada, era picada no meio do mato. De Jales aqui, mais ou menos 50 km, gastava um dia com caminhãozinho, aqueles chevrolézinho, caminhãozinho antigo” (SD58).

“Quando nós viémos para cá era tudo mato, essa estrada era uma picada, não passava carro nem nada, depois é que foi, no final de 51, abrindo mais era foice, machado e enxadão, máquina não ía” (LA54).

“Meu pai entrou aqui em 48 ou 49, aqui nesse sertão, era puro sertão aqui (...). Para í em Jales era um picadão, meu pai ía de cavalo, não tinha como í, tinha que í a cavalo, naquelas picada, no meio daqueles tabocal. Derrubado tudo no machado (...), se vê, tem toco de aroeira aí, se vê que corta para cima, depois o cara dá mais raso, então se vê que tem cortado em cima e embaixo” (AF53).

As histórias narradas em muito se assemelham, quanto às características da região. Geralmente a mesma região de origem, o trabalho com a cultura do café, os obstáculos encontrados na época, hoje as dificuldades de falta de chuva, baixo preço dos produtos produzidos por eles, os jovens que estão indo embora para as grandes cidades, a permanência nas propriedades apenas do casal. As propriedades que tem frutas estão com um horizonte melhor do que as de pecuária leiteira, a aposentadoria se constituindo como uma das formas para se manter no campo, o apego pela terra, enfim, vidas iguais, histórias diferentes:

“(...) cada um é uma história, mas todo mundo é a mesma coisa, a situação financeira, o jeito de trabalhar, a falta de chuva. As histórias são diferentes, mas a vida é mais ou menos igual” (Esposa do produtor JD62).

6.2. Estratégias familiares

6.2.1. O êxodo dos filhos

6.2.1.1. A caracterização, a saída e a permanência/resistência dos jovens nas propriedades

Com relação aos filhos dos produtores nos três municípios, inicialmente cabe a caracterização desses filhos, quanto ao número e a força de trabalho na propriedade. Assim, em função desses dados, procurar entender os mecanismos de permanência ou saída desses filhos nas propriedades.

Em Marinópolis, apenas 5% dos produtores tinham um filho, 60% tinham dois filhos, 20% tinham três filhos, 10% tinham quatro filhos e 5% tinham mais de cinco filhos, não sendo verificado nenhum caso em que os produtores tivessem 5 filhos, conforme se pode observar na Figura 13. Desta forma, a média em Marinópolis foi de 2,6 filhos por produtor.

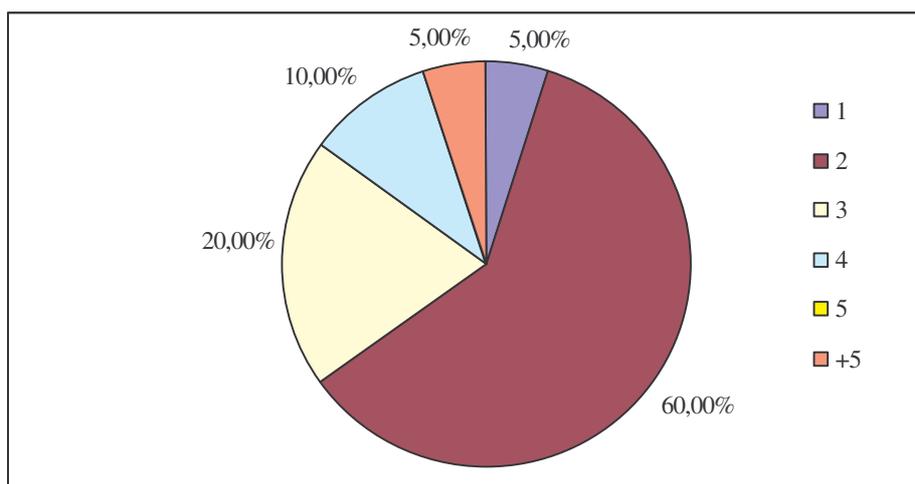


FIGURA 13 – Número de filhos em Marinópolis.

Em Santa Albertina a média de filhos foi de 2,5 por produtor³⁸, valor semelhante ao encontrado em Marinópolis, porém, o número de produtores que possuem dois filhos caiu quase que a metade, para 30,77%, como se verifica na Figura 14. Produtores que tinham apenas um filho totalizaram 26,92%, 23,08% dos produtores tinham três filhos, 7,69% quatro filhos, 3,85% cinco filhos e 7,69% mais de cinco filhos. Nesse município observou-se uma maior igualdade entre produtores com um, dois e três filhos, o que já não ocorreu em Marinópolis.

³⁸ Mesmo valor observado por SOUZA (2002), que trabalhou com agricultores familiares da região de Araraquara-SP.

No município de Santa Salete, a média de filhos por produtor foi 3,1, valor superior aos dos outros dois municípios. Três filhos foi a resposta de 32,14% dos produtores, diferentemente dos outros dois municípios, em que dois filhos foi o principal percentual observado. Um filho foi a resposta de 14,29% dos produtores, 21,43% disseram ter dois filhos, 14,29% quatro filhos, 7,14% cinco filhos e 10,71% mais de cinco filhos, como se verifica na Figura 15.

Filhos numerosos é uma exigência na relação conjugal, já que sua mão-de-obra dentro da propriedade começa quando atingem a idade de 7 ou 8 anos. Muitos filhos são bem vindos dentro da família como um fator de mão-de-obra, por outro lado tornam-se uma ameaça à integridade do patrimônio, devido a sua excessiva fragmentação.

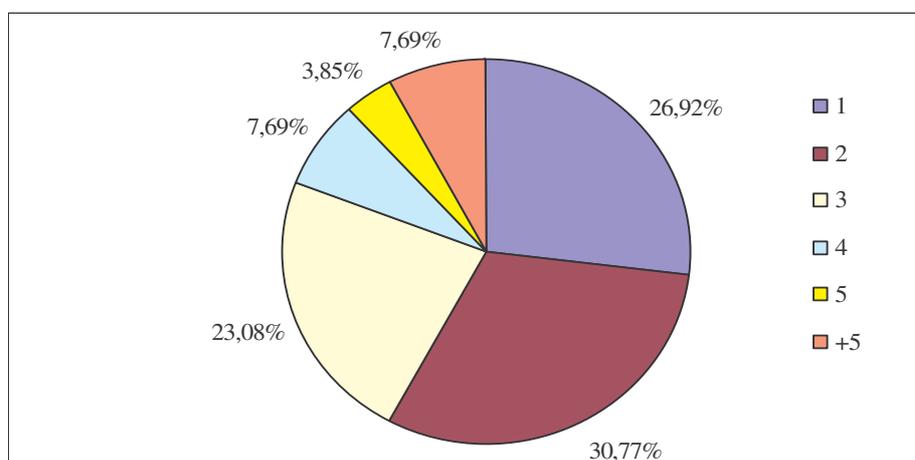


FIGURA 14 – Número de filhos em Santa Albertina.

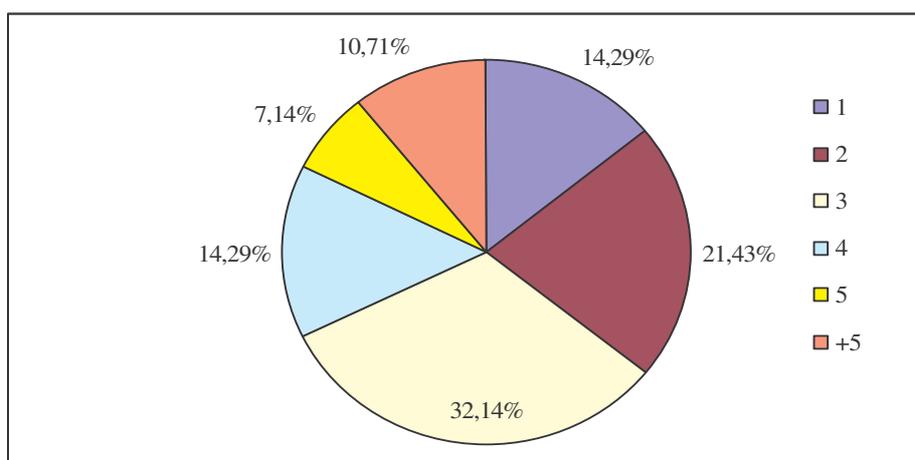


FIGURA 15 – Número de filhos em Santa Salete.

Um dado interessante é que tanto em Santa Albertina como em Santa Salete, as diferenças percentuais entre um, dois e três filhos foram próximas, mínima de 3,85% e máxima de 17,85%, ao contrário de Marinópolis em que a diferença percentual entre um e dois filhos foi de 55%. Todos os produtores tinham filhos e na média dos três municípios, 37,40% dos produtores disseram ter dois filhos.

Observa-se que em Marinópolis, Tabela 28, 65% dos filhos não trabalham na propriedade, ou por terem se casado e ido morar em outro local, ou por estudarem em outras cidades. Em média, aproximadamente, 22% das famílias tinham apenas um filho que trabalhava na propriedade, 9% dois filhos e 5% três filhos trabalhando, sendo que quatro filhos ou mais foi observado, apenas, em uma propriedade de Santa Salete.

TABELA 28 - Número de filhos que trabalham na propriedade.

	Número de filhos				
	0	1	2	3	4
Marinópolis	65,00%	20,00%	10,00%	5,00%	0,00%
Santa Albertina	76,92%	19,23%	0,00%	3,85%	0,00%
Santa Salete	42,86%	28,57%	17,86%	7,14%	3,57%
Média	61,59%	22,60%	9,29%	5,33%	1,19%

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

Os jovens, ou melhor, os filhos, pelo que se pôde notar estão tendo pouco incentivo para continuarem no campo. Essa é a opinião de muitos produtores:

“Os jovens estão sumindo do campo e indo para fora, não tem apoio dos governos. Eu acho que nem tem mais jovem trabalhando na roça, parece. Hora que acabar essas pessoas mais de idade, não sei quem vai trabalhar. Tem muito pouco jovem trabalhando na roça, mais é assim, filho ou neto de quem tem a propriedade que se vê trabalhando aqui, o restante tá tudo prô comércio, vai chegar uma hora que não vai mais se achá mão-de-obra, porque eles tem que cair fora, é Americana, Jundiá, São Paulo né, que é para onde a turma apela” (SD58).

O exôdo dos filhos quase sempre é vontade do próprio pai:

“Eu mesmo, meus filhos eu não quero mais roça para eles. Acho que nós somos a última geração que vai guentar a roça. Nosso país é muito ingrato na agricultura né, tem hora que parece que você acerta um ano, aí você fala ôpa, chega no outro ano, aquilo que

você ganhou, você quase perde. Então, meu filho tem 12 anos e a minha filha 9, já vão para roça comigo para aprendê que dinheiro é difícil, mas eu vou fazê eles estudá, estudá para pegá uma profissão, não sofrê igual eu não. Sítio vai ser só para passear e divertir” (JA41).

Segundo os produtores não está existindo incentivo para as pessoas ficarem no campo, por isso que os jovens estão indo para a cidade, e até os mais velhos, devido lá ter mais oportunidade de emprego.

“Vai chegá um tempo que o governo vai tê que pagá para os do sítio ficá no sítio, porque tá indo tudo para a cidade” (Esposa do produtor RS60).

Em Santa Albertina o número de filhos que não trabalha é de quase 77%, conforme Tabela 29, valor bem maior do que o observado em Marinópolis. Em 19,23% das propriedades encontra-se um filho trabalhando com a família, e em 3,85% eram três filhos trabalhando.

O fato dessa grande quantidade de filhos não estar trabalhando com suas famílias, em parte liga-se ao fato das propriedades serem pequenas, a falta de mecanismos para aumentar a renda, em parte pelo desfavorecimento da política agrícola e também devido ao fato dos jovens, talvez por suas próprias índoles ou até pelas “atratividades” das grandes cidades, buscarem novos horizontes e tentarem “construir sua vida” em outro local.

“(…) Inclusive a rapaziadinha vai se formando e vai tudo embora. A cidade é pequena, não tem nada para trabalhá, vai tudo embora, vai sumindo, vai abandonando os pai. No sítio não tá ficando mais ninguém, a rapaziadinha pegô a idade que se formô, vai embora, vai para a cidade grande, ninguém quê sabê mais de sítio. Aqui não tem futuro, vai ficá aqui só para bebê e comê na marra? Então tem que se mandá. Meu sobrinho, (...) falô para mim: o quê que eu vou fazê aqui padrim, aqui vou trabalhá por dia para os outro, um dia trabalho aqui, outro dia trabalho lá, acabo com a minha motinha, acabo com meu dinheiro, no fim não tenho mais a moto, não tenho dinheiro para comprá outra, então vou procurá emprego. Aí conseguiu entrá na Coca em Rio Preto, é o que faz a rapaziadinha, moça” (JP56).

No município de Santa Salete foi onde se constatou o menor índice, em relação aos outros dois municípios, de filhos que não trabalham nas propriedades, sendo de aproximadamente 43%.

Nesse município, há mais filhos trabalhando junto com suas famílias, sendo que em 28,75% dos casos um filho trabalhava, em 17,86% dois filhos, em 7,14% três filhos e em 3,57% quatro filhos. Dentre o total de produtores dos três municípios, não foi encontrado mais

de cinco filhos trabalhando, embora tivesse ocorrido caso de produtores com mais de cinco filhos, sendo a predominância dos que trabalham nas propriedades de filhos homens³⁹.

As incertezas com a agricultura, o risco que se corre pode, às vezes, explicar o êxodo dos jovens. Fato como o que ocorreu em Santa Salete em que vários agricultores do município venderam a laranja para um comprador e esse se mudou da cidade e não pagou nenhum produtor, são relatados pelos agricultores. Segundo eles há muita insegurança na agricultura, a começar com o clima, depois em produzir bem e, por último, em vender bem e receber.

“Os jovens não tão querendo mais ficá no sítio não. Talvez gosta, que nem meus filhos gostam do sítio, mas eles vê o sacrifício que é, não digo físico, mas principalmente, é uma constante preocupação, hoje, do cara que tem uma propriedade. Não é como quem tem uma atividade remunerada. (...) na agricultura você planta mas não é uma certeza, corre risco de tudo lado, depois você vende, como aconteceu esses dia aí, a empresa que comprava laranja deu problema e muita gente aí perdeu a colheita. É insegurança do começo ao fim, você vê no caso da uva, poda e fica naquela preocupação se vai vim carga, depois aquela preocupação com o tempo e o clima para não dá avaria né. Aí você vai colhê, aí sê tem que tirá um produto bom, porque senão você não vende, aí você tem aquela preocupação de achá um comprador certo, que paga, rapaz... Então, como que os jovens podem ficar no sítio” (AN42).

Talvez muitos desses jovens até tenham vontade de continuar trabalhando na propriedade com suas famílias, mas vendo a luta de seus pais para conseguir sobreviver, a constante preocupação com os diversos fatores que influem na atividade e o fato de buscarem suas próprias independências financeiras acabam abandonando a agricultura e buscando oportunidades de trabalho na cidade, onde os rendimentos da atividade remunerada não são tão instáveis quanto os do campo.

A política agrícola desfavorável é constantemente citada. No caso do leite, um produtor mencionou que, fica muito difícil vender um litro de leite a trinta centavos, esse valor quase se equipara ao custo de produção, desta forma, está se pagando para produzir o leite. Nesse caso, o melhor para os jovens é conseguir um serviço de diarista na cidade que compensa muito mais.

A própria esposa de um produtor descontente com a situação vivida na agricultura, relatou que se fosse cerca de 20 anos mais nova já estava morando na cidade, pois no campo é

³⁹ Nos outros dois municípios também se constatou essa predominância.

muito sofrimento. A venda do que é produzido, em muitos casos, não cobre os custos de produção, compensa comprar os alimentos do que produzi-los.

“Se eu fosse uns 20 anos mais nova, eu tinha me mandado para a cidade, até hoje mesmo se tivé oportunidade, eu me mando daqui. Prá quê ficá sofrêno aqui, não é por trabalhá no serviço pesado, é o tempo que não ajuda a gente e tudo o que se planta não tem valor. Se você planta uma roça, você vai coiê ela, você põe ela na ponta do lápis, você compra ela, você tá pagando para trabalhá. Tem um rapaizinho lá, o ano trasado, ele plantô 6 alqueires de algodão, ele tirô um dinheirinho e comprô uma caminhonete. Quando foi o ano passado ele plantô de novo, teve que vendê a caminhonete e tirar mais 6 mil limpinho do bolso quando acabô a colheita” (Esposa do produtor SP57).

Além da falta de oportunidade de trabalho, está muito difícil a agricultura, pois ocorre discriminação se a pessoa morar no campo: *“(...) um rapaz que é da agricultura precisa sê meio prá frente, porque senão é até difícil arrumá namorada, tem discriminação até nisso, a realidade é essa”* (DM64).

À medida que os filhos terminam o segundo grau, muitos querem cursar uma faculdade, outros até mesmo gostariam de permanecer no campo, porém, não existem oportunidades de emprego para esses jovens, seja nos municípios, que já são pequenos, ou na própria propriedade com a família.

Os filhos que saem para fazer faculdade, quando a terminam, geralmente ficam próximos do local onde se formaram, pois nos seus municípios de origem não existe retorno econômico para as suas atividades. Com isto, acabam morando longe da família.

“(...) você analisá do começo da vila⁴⁰, da entrada de Santa Albertina, mais ou menos aqui em cima, mais uns quatro quilômetros daqui para frente. Eu te pergunto? Daqui 5 anos, 10 anos, não sei como vai ficá aqui, porque não tem rapaz mais no sítio, não existe, não tem. (...) eu tinha meu menino, foi embora. Aqui embaixo tinha 3, dois já caiu fora, um não foi mas... Meu sobrinho tá indo também, o vizinho ali também tem 1 que já saiu, tá no quarto ano de medicina, a outra também tá tentando, fazendo cursinho e também logo vai. Então, não vai ficando mais ninguém, vai ficando a veiarada, vai tudo morrê. Ou os filhos volta para cá, coisa que eu acho difícil, vão vendê ou põe uma família para morá aqui” (PB57).

⁴⁰ Os produtores quando falam “vila”, referem-se à cidade da qual sua propriedade está mais próxima, e onde ele geralmente paga suas contas, faz compras para casa, entre outras coisas.

A dinâmica do êxodo dos jovens, também como uma estratégia, é um processo complexo com várias causas que “comandado, às vezes, pelo fracasso de algumas estratégias produtivas, nutre-se da necessidade de evacuar o excesso de braços”, é, também, “resposta positiva ao chamado da cidade, busca de novos espaços de liberdade” e “fuga diante das incertezas que ameaçam o mundo rural” para “garantir aos filhos uma segurança talvez maior fora do setor agrícola” Concluiu-se, nesse mesmo estudo, que tanto a pluriatividade como o êxodo dos filhos em alguns lugares estudados, inclusive no Brasil, são atitudes negativas em relação à sociedade local, pois o emprego externo traduz-se no fracasso ou impossibilidade de optar por outras alternativas mais agrícolas e locais (LAMARCHE, 1998).

6.2.1.2. Alternativas para a permanência dos filhos

Para que os jovens pudessem continuar no campo, os produtores dos três municípios pesquisados disseram que o governo precisaria dar mais incentivo a agricultura familiar, através de políticas agrícolas mais favoráveis, pois as atuais não estão sendo benéficas a eles.

“Uma política agrícola bem definida né, porque hoje, hoje o PRONAF é só propaganda, vai mexer com o PRONAF, não tem. Não sei onde eles colocam, soltô não sei quantos milhão, você vai lá e não tem. Eu acho que tinha que ser financiamento barato para a agricultura, para o cara ter condições de produzir e pagar. Porque o financiamento que eles fazem hoje para nós, é pagar e quebrá, se você for pegar mesmo prá tudo, você quebra, você pega e não dá conta de pagá” (JI75).

Os juros dos financiamentos para as “lavoura⁴¹” deveriam ser menores e com mais tempo para pagar, pois assim teriam condições de produzir e pagar o que tomaram emprestado. Estabelecer um preço mínimo de venda para os produtos, de modo que o produtor possa ter segurança na venda e certeza de cobrir os custos de produção, além de criar uma política de zoneamento, para que não ocorresse excesso de produção, com isto o produtor poderia ter lucro e ficaria estimulado a continuar na atividade, bem como seu filho, pois o incentivo é a remuneração, é a pessoa ter lucro.

“Se o governo não incentivá mais o produtor rural, para ele não tê tanto prejuízo, porque planta esse ano e aí hora que vai vendê não tem preço, os juros do banco é muito caro

⁴¹ Na linguagem dos produtores lavoura ou roça significa apenas o plantio de milho, arroz, algodão e feijão. Quando se trata de uma outra cultura, eles tratam ela pelo nome como por exemplo, café, laranja, limão, uva.

e tudo que você vai comprá para a lavoura é tudo muito caro. (...) então, o que fazê para os nossos jovens ficá aqui? A família tem que tê um incentivo para sabê que ela vai tê lucro, porque aqui na roça o filho pode estudá também, pode tê uma formação. Nós aqui, esse povo que viveu, nasceu nos ano 40, 50, não tem formação (...), ninguém teve oportunidade de estudá, mas por que a pessoa que tá aqui no sítio não pode ser um advogado trabalhando na propriedade? (...) só que é um sonho, que só por Deus, é muito difícil chegar a ser realidade” (Esposa do JD62).

No entanto, verificaram-se casos opostos de permanência dos jovens.

Uma alternativa que pôde ser notada, mostrando-se viável, e que se configura como uma importante estratégia para que os filhos permaneçam trabalhando com suas famílias, foi observada em Santa Salete. Nas propriedades em que a fruticultura é a principal atividade econômica, principalmente naquelas que se tinha uva, verificou-se que a maior parte dos filhos(as), permanece para ajudar a família, conseguindo uma renda suficiente para sua independência financeira, não necessitando, com isto, buscar oportunidades de emprego nas cidades.



FOTO 3 – Filho de um produtor rural de Santa Salete que trabalha na uva com seu pai, 2006.

Segundo FAYET (2001), a fruticultura tem uma perspectiva de mercado muito mais favorável do que os grãos, tanto no país como no mercado de exportação. Em virtude da

diversidade climática e das novas tecnologias existentes no Brasil, é possível produzir praticamente o ano inteiro, o que não ocorre nas principais regiões fruticultoras do mundo. A fruticultura demanda mão-de-obra intensiva e qualificada, fixando o homem no campo, e na maioria dos casos permite boas condições de vida para uma família que tenha pequena propriedade.

O Programa de Apoio à Produção e Exportação de Frutas, Hortaliças, Flores e Plantas Ornamentais, citado por PINAZZA (1999), aponta as características da produção frutícola que tem um forte potencial de desenvolvimento: 1) cada hectare plantado com frutas e hortaliças gera entre três e seis empregos diretos, enquanto que nas culturas tradicionais essa relação é de um emprego por hectare; 2) cada hectare plantado com frutas pode gerar renda superior a dois mil dólares, contra menos de quinhentos dólares alcançados nas culturas tradicionais; 3) podem ser ampliadas através da fruticultura, as receitas tributárias do poder público; 4) aumenta-se a possibilidade de exportar; a geração de emprego reduz o êxodo rural, diminuindo o crescimento populacional dos grandes centros urbanos; 5) a possibilidade do uso intensivo de mão-de-obra feminina.

Talvez a fruticultura por ser uma atividade adequada e rentável para pequenas áreas, resulte em fatores benéficos para que os filhos não necessitem abandonar o campo. Embora a laranja se mostre como a principal atividade agrícola em Santa Salete, contudo proporcionando boa rentabilidade, ela não necessita de mão-de-obra intensa como a uva e também devido ao fato de precisar de uma área em torno de quatro vezes maior para obter o mesmo valor bruto de produção alcançado pela viticultura.

Assim, a uva em pequenas áreas consegue empregar um número maior de pessoas e proporcionar uma rentabilidade satisfatória aos produtores, muito embora em anos anteriores os preços recebidos pela venda do produto tenha sido desfavorável.

“(...) Aqui na região tem muita rapazeada de 20, 20 e tantos ano trabalhando no sítio. Na cabeceira nossa aí tem um rapaz, ali tem 2 moças e 1 rapaz, tá tudo na uva. No trevo da Aspásia tem um que tem 3 a 4 menino, rapaz já, tudo na uva. Lá onde o meu menino trabalhava, nos Peres, vai a mãe, 2 moça, o rapaz também, trabalha tudo lá, tudo sorteiro também. Ali na Anta tem uns par de sítio, tem tudo rapazeada e na uva” (AF53).

A região oeste do estado de São Paulo, da qual a noroeste integra, vem se destacando na produção de frutas, e segundo o Programa Setorial Integrado de Promoção de Exportações

de Sucos Tropicais elaborado pela Associação das Indústrias Processadoras de Frutos Tropicais, esta região é apontada como um dos principais pólos de frutas tropicais no Brasil (RUGGIERO, 2001).

6.2.1.3. O projeto familiar para os filhos

Embora tenha se verificado que boa parte dos filhos não esteja ficando nas propriedades, essa permanência, ainda que pretendida pelas famílias, não é estimulada pelos pais, que incentivam seus filhos a estudarem e irem tentar a vida na cidade, pois desejam ver os filhos em condições melhores do que a deles, seja em bem-estar, condições de trabalho e até mesmo financeiramente.

“O filho fez faculdade e trabalha na polícia federal no Paraná e a filha está terminando direito este ano. Eu tinha idéia de sempre estudar eles, porque a roça é duro. Eles sempre tiveram boa vontade, quiseram estudar. Aí a gente deu apoio, hoje tem que ter um estudo, se não tiver não vira, o cara sem estudo hoje tá ferrado, não vira. Só prá nós mesmo que já tá velho e já tá no ramo aqui, porque tem que ser no estudo” (SD58).

A oportunidade de estudo para os filhos foi dada em alguns casos, mas por iniciativa pessoal, os filhos optaram em continuar com seus pais:

“Meus filhos quando eram pequenos, tanto o menino quanto a menina, que é mais nova do que ele, não ajudavam na roça não. Eu incentivava eles a estudá, a menina se formô, mas o filho não quis estudá, a chance foi para os dois, mas ele não quis. Ele foi até o colegial e ela fez ciência da computação. (...) Eu sempre falo para ele, você teve a opção, você não quis, então agora... Ele fala, mas o senhor estudô e ficô aqui no sítio, mas eu fiz opção, se caso o sítio ficasse ruim eu tinha um curso, mas você não, você não estudô, se você saí do sítio o que você vai fazê? (LA54).

Muitas vezes os pais são contrariados em sua vontade de que os filhos saiam para estudar fora, mas continuam a insistir quando os netos chegam na idade de sair.

“(...) A minha filha quando tinha condição de í estudá em São Paulo, ela não quis í, ela falô, eu não vô para São Paulo não, porque lá é muito tumultuado, vou ficá por aqui, se eu não pegá aula aqui, vou trabalhá com o pai na roça. Casô e depois? Nós tem dois neto que mora aqui, eu acho que eles tem que fazê faculdade e í embora para a cidade, porque aqui no sítio é dá murro em ponta de faca, porque não tem solução” (Esposa do produtor DM73).

O filho de um produtor menciona que preferiu continuar trabalhando na propriedade da família ao invés de fazer faculdade e tentar conseguir um emprego na cidade, porque acha que não conseguiria ficar o dia trancado dentro de um escritório. Embora more na cidade, disse que só vai à sua casa para dormir e que já no outro dia bem cedo está de volta ao sítio.

Em outros casos a condição financeira pesou mais do que o desejo dos pais de verem seus filhos cursando uma faculdade, pois a renda da propriedade não era suficiente. Também as dificuldades de transporte foi citada como impedimento da saída dos filhos para estudar.

“(...) dava 5 quilômetros da minha casa na pista, na vendinha lá. Tinha que trazê ela 5 quilômetros todo dia para pegá o ônibus, depois buscá de novo, era difícil né, complicado, não tinha jeito. O dia que tava chovendo, a estrada lá era crítica, você precisava ir no barro empurrá o carro do que andá dentro dele. Então ela não fez faculdade por causa disso. Mas eu tinha vontade que ela fizesse faculade e ela também tinha vontade de fazer, mas como não tinha jeito ela não obrigô nós não. (...) (JP56).

Percebe-se na fala do produtor da sua vontade em estudar a filha, de proporcionar melhor condição de vida para ela, em comparação com a dele e da esposa, porém, não por opção, mas por falta de alternativa, a filha não pode prosseguir os estudos e por isso continuou com na propriedade até casar-se.

A esposa de um produtor relata que seu filho não gostava de estudar e queria ficar na propriedade com a família, mas devido ele ter sofrido um acidente ficou com um problema na perna, e pensando no bem-estar de seu filho, mesmo contra a vontade dele, o fez tentar a vida na cidade.

“Teve um filho meu que não queria ir embora de jeito nenhum, aí eu catei a rôpa dele e, um mês antes dele ir embora, mandei embora, na frente. (...). Ele foi, ficou seis meses sem vim em casa para ver se ele acostumava lá. Aí Deus ajudou que deu certo e ele ficô, porque ele sofreu um acidente, (...) ele tem uma perna seis centímetros mais curta uma da outra. Como que eu vô deixá uma pessoa trabalhá na roça, que nem nós trabalha aqui, numa situação dessa? Sabendo que mais tarde ele vai ficá numa cadeira de roda. Então ele tem que ir procurá um serviço aonde ele vai tê um registro com carteira, onde ele vai tê um plano de saúde, que nem ele tem agora, para ele podê tratá dele (...), então foi por isso que eu mandei meu filho embora” (Esposa do JD62).

A permanência dos filhos na propriedade é possível, como se observou em Santa Salete, através da adoção de estratégias produtivas ligadas a fruticultura, como o cultivo da uva, por exemplo.

Assim, analisando-se o contexto da permanência ou saída dos filhos, pode-se notar que, em parte, deve-se aos pais o incentivo para a saída, mas em alguns casos depende da própria vontade dos filhos, da sua vontade de procurar novos horizontes, de tentar mudar de vida com o estudo ou buscar oportunidades de emprego fora da unidade produtiva.

6.2.2. As decisões em grau de hierarquia

As decisões nas propriedades, de uma forma geral, são tomadas em conjunto pelos membros da família, porém, na maior parte dos casos, a escolha da atividade a ser desenvolvida é de iniciativa do chefe da família, opinando a família na viabilidade da escolha.

“A gente conversa com a mãe né, conversa com o irmão, eu falo né, nós tem que plantar, vamos supor, um pedaço de café, um pedaço de laranja, tem que diversificar né. (...) eu falo pra ele o que nós tem que plantá né, dá as idéia pra no futuro as coisa melhorá, porque se não plantá, no futuro vai complicando né” (JC49).

MENDRAS (1978) relata que uma das características do grupo doméstico é a estabilidade e o alicerce patrimonial, em que a presença do patriarca marca o elemento de coesão e estruturação do grupo, sendo que a tomada de decisão, referente ao processo produtivo, por ele são acatadas pelo grupo.

GARCIA JUNIOR (1989) observou nos sítiantes do Nordeste que os homens controlam as decisões sobre a produção da unidade doméstica. À mulher cabem as decisões da casa, a reprodução das condições sociais de consumo. Elas são responsáveis, além do trabalho na lavoura, pelas hortas e criação de pequenos animais que dotam a unidade doméstica de instrumentos de reserva.

Os técnicos da extensão rural, como os agrônomos das Casas da Agricultura dos municípios, exercem muita influência na tomada de decisões dos produtores rurais. Eles orientam os produtores de modo que possam obter o máximo retorno da atividade. Em uma das propriedades, os técnicos da EMBRAPA tiveram forte influência na tomada de decisão de um produtor de leite de Santa Albertina, pois devido a eles esse produtor fez rotação de pastagem, e há cinco anos continua tal prática, e consegue em pequena área obter uma maior produção de suas vacas.

Há casos em que os filhos têm importante papel na tomada de decisão do produtor, são geralmente filhos que são casados, que trabalham junto com os pais, ou moram na cidade e vem trabalhar no sítio.

Os filhos também podem ser os responsáveis pela escolha, mas primeiramente tal escolha é passada pelo crivo do chefe da família, aí só então é que se dará, ou não, o início da atividade. Isto se dá em casos que os proprietários têm idade avançada.

“É o filho que mais decide, porque nós dois não trabalha mais. Ele é que fala, vamo plantá pai, e se o pai fala vamo plantá, ele vai buscá as coisa e planta” (Esposa do produtor DM73).

Neste sentido SANT’ANA (2003) relata, quando do estudo das estratégias familiares, que os filhos, por sua vez, costumam pedir a opinião e o aval do pai quando vão tomar alguma decisão importante. Trata-se mais de um ritual de reafirmação do respeito à autoridade do patriarca (ou matriarca), do que capacidade efetiva deste dar a palavra final e exercer o poder no caso de divergência.

A tomada de decisão, segundo LAMARCHE (1993), é resultante de duas forças, uma em que pesa a tradição pelo que tem sido praticado há décadas, ou seja, o peso do passado, e a outra, o fascínio por um futuro materializado pelos novos projetos, como os novos horizontes planejados para a propriedade pelos filhos.

A esse respeito, SCHNEIDER (2003) menciona que:

“É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente as contingências e situações objetivas” (SCHNEIDER, 2003, p. 109).

COUTO (1999) estudando estratégias de produtores familiares em Minas Gerais observou que os grupos domésticos demonstraram ser fortemente patriarcais e determinadas

decisões, referentes aos aspectos financeiros, comerciais e técnicos, são tomados pelo chefe da família.

Bem como a autora, também se observou que a comercialização dos produtos, geralmente, ficava a cargo do chefe da família, porém, em alguns casos os filhos são os responsáveis por essa etapa. Talvez por terem estudado um pouco mais que seus pais e com isto ter uma visão melhor das condições do mercado ou até mesmo por saber lidar melhor com as pessoas que compram suas mercadorias, ou ainda, também devido a idade um pouco avançada dos pais. Este fato fica claro em um depoimento de um produtor de Santa Salete:

“Que nem a uva, quem mais labutô e vim com os compradô era meu filho, ele cuidô. Mais é ele, eu cuido, mas não gosto de mexê muito com esse trem. Ele liga, recebe, liga para os cara (...)” (AF53).

Nos dias atuais vêm ocorrendo uma tendência de se transferir a gestão das decisões da propriedade para os filhos, devido esses, geralmente, terem maior grau de instrução do que seus pais. Em algumas situações, mesmo quando o pai continua apto para o trabalho, as atividades que envolvem maiores riscos para o patrimônio familiar, como compra e venda, financiamentos e as decisões sobre mudanças de atividades, passam a ser de responsabilidade dos filhos (SANT’ANA, 2003).

A principal fonte dos recursos obtidos pelos produtores vem do PRONAF, sendo que a maioria pertence ao grupo C, e alguns casos ao grupo D. Há produtores que obtém recurso junto ao BANESPA e outros ainda, como o caso de um produtor de leite de Santa Albertina, que produz em média mil litros por dia, recebe financiamento do próprio laticínio. O laticínio fornece crédito ao produtor para plantio, tratos culturais, entre outros e vai descontando mensalmente da produção de leite, com isto, o produtor obtém crédito com maior facilidade, os juros são mais baixos e pode pagar com sua produção.

A participação nas reuniões da associação de produtores rurais⁴², geralmente, é função do chefe da família, mas em alguns casos as mulheres também participam. Os produtores afirmaram que participam das reuniões e decisões das associações, porém, em determinados casos, como no depoimento da esposa de um produtor, se a reunião coincidir com o horário do culto na igreja, a preferência é por este:

⁴² Em Marinópolis existe uma associação de produtores rurais de máquinas e implementos agrícolas e a de produtores de leite, assim como em em Santa Albertina e em Santa Salete só tem a associação de produtores de leite, pois a prefeitura tem as máquinas e implementos agrícolas e realiza os serviços nas propriedades, não necessitando, deste modo, de uma associação para isto.

“Se tivé reunião na associação junto com a igreja, nós vai na igreja. (...) depois quem vai conta o resultado prá gente, a gente fica sabendo. A última que teve nós fômo, porque não tinha igreja” (Esposa do produtor AM70).

Assim, como expõe HEREDIA (1977), percebeu-se que as famílias se organizam de modo que o gerenciamento da propriedade fique a cargo do grupo familiar, em que as tarefas são divididas entre seus membros. Cada um desses membros ocupa um lugar, reconhecido por todos, como necessário para a subsistência do grupo doméstico no seu conjunto.

6.2.3. Sucessão

No tocante a sucessão, em um primeiro momento abordou-se a questão de quem era o proprietário anterior. Neste sentido, em Marinópolis, 60% dos produtores afirmaram que receberam as propriedades de seus pais como herança, resultado bem próximo ocorrido em Santa Salete, com 57,14%. Porém, em Santa Albertina, o que mais predominou foi que os produtores compraram a propriedade de uma terceira pessoa, sendo assim, o processo hereditário não foi observado tão intensamente como nos outros dois municípios.

Resultados semelhantes ao de Marinópolis e Santa Salete foram obtidos SANT'ANA (2003), em que a grande maioria dos produtores da região noroeste do Estado de São Paulo pesquisados por esse autor, inclusive produtores do município de Marinópolis, aproximadamente 60%, dos chefes de famílias recebeu alguma herança na forma de terra dos pais ou, em frequência bem menor, do sogro.

Em Marinópolis, conforme se pode verificar na Tabela 29, das propriedades que não foram recebidas dos pais através de herança, 20% foram adquiridas de uma terceira pessoa e 20% eram arrendatários, sendo que somente nesse município se observou arrendatários entre os produtores pesquisados. Já em Santa Salete se observa quase que a mesma proporção de Marinópolis, em relação às propriedades adquiridas mediante herança, porém, a outra única forma de aquisição foi de uma terceira pessoa. Em Santa Albertina a aquisição de uma terceira pessoa foi a principal afirmação dos produtores em 65,38% dos casos, a aquisição devido a herança do pai foi de 19,23% e do sogro, ou seja, nesse caso era a esposa a responsável pela herança, 15,38%.

TABELA 29 – Dono anterior da propriedade.

	Proprietário anterior				
	Pai	Sogro	Familiares	3ª pessoa	arrendatário
Marinópolis	60,00%	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
Santa Albertina	19,23%	15,38%	0,00%	65,38%	0,00%
Santa Salete	57,14%	0,00%	0,00%	42,86%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

WOORTMANN, (1995) estudando comparativamente produtores do Sul e do Nordeste constatou que embora haja variação sobre qual(is) filhos serão beneficiados, em praticamente

todos os casos prevalece a exclusão parcial ou total das mulheres (embora estas recebam formalmente um dote ou compensação), porém, com maior tendência à primogenitura. No caso das alianças matrimoniais há uma tendência de se acentuar a endogamia ligada ao parentesco consangüíneo ou ritual (compadrio), de forma a se preservar as raízes patrimoniais e evitar a fragmentação da unidade de produção. Em alguns casos, além da influência cultural, os diferentes padrões de transmissão da herança podem estar relacionados também ao número de filhos e à situação econômica do produtor (LAMARCHE, 1998).

“Apesar da igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito sobre a herança estabelecida pelo Código Civil Brasileiro, as regras culturais (os códigos costumeiros) modificam a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo - a família -, que se impõe aos interesses individuais. Essa prática torna-se realidade quando o que está em jogo é a manutenção da integridade do patrimônio como condição para o funcionamento da unidade de produção e a reprodução de uma identidade social sustentada na terra e no trabalho agrícola” (CARNEIRO, p. 2, 2004).

TEDESCO (1998) observou que se houver desistência por parte dos filhos da participação do trabalho na unidade familiar, no sentido de buscarem alternativas de emprego na cidade, as possibilidades de herança desse filho ficam comprometidas, pois segundo a pesquisa do autor, só tem direito à herança quem realmente faz parte da rede de relações familiares que envolva o trabalho, pois ela é fruto do vínculo direto do parentesco.

Dentre os produtores da região estudada neste trabalho, diferentemente ao observado pelos autores mencionados acima, constatou-se que a sucessão obedecerá à partição igualitária entre os filhos, mesmo existindo, em algumas propriedades, filhos que ficaram e ajudam no trabalho diário. Esses, segundo os produtores, receberão a mesma parte daquele que foi viver e trabalhar na cidade.

Em uma propriedade apenas, o produtor, possuindo cinco filhos e tendo somente um que o ajuda e mora no local, respondeu que pretende deixar para esse filho o seu patrimônio, pois segundo ele, os outros ele ajudou com os estudos e esse, como não quis estudar e continuou no sítio, ficará com a terra.

(...) nas estratégias matrimoniais, os processos de herança são flexíveis, o que não necessariamente quer dizer que seguem regras costumeiras e, muito menos, do sistema

jurídico. Os vários tipos, modelos e desvios de herança (indivisa, igualitária, divisível, diversidade de bens, etc.) não possuem normas claras; são adaptações de estratégias familiares num jogo em que se combinam elementos internos e externos (TEDESCO, 1998, p. 133)

SANT'ANA (2003) menciona que,

“No caso de divisão igualitária, aqueles que estão trabalhando na área, muitas vezes, compram as partes que caberiam aos irmãos que deixaram a propriedade precocemente (irmãs que casaram ainda adolescentes ou saíram para estudar; irmãos que mudaram de atividade, foram para propriedade do sogro ou construíram patrimônio próprio significativo). Essas aquisições evitam o excessivo parcelamento das propriedades e cumprem também a função de não entregar para “estranhos” o patrimônio que foi construído pela família e que tem um valor sentimental (SANT'ANA, 2003, p.98).

Pelo que se pôde perceber, a propriedade, nos casos em que foram adquiridas mediante herança, é vista como um bem “afetivo”⁴³ por ter sido proveniente de seus antecessores. Sendo que a maioria, nos três municípios, afirmou não ter intenção de vender a propriedade e que isso nunca havia passado pela cabeça deles, porém, venderiam só se fosse para comprar outra maior, caso contrário não.

“Hoje eu não vendo não, sabe por quê? Porque hoje vamos supor, eu e os meu filhos nós tamo empregado aqui né, apesar que a coisa tá difícil (...), nós leva uma vida tranquila né, então nós têm emprego aqui. Então hoje, nós não pode nem pensá em vendê, se nós saí, o que nós vamo fazê na cidade não é? Com a idade que nós tá não tem jeito né. (...) Vendê terra não adianta né, terra é uma coisa segura, para toda a vida”” (JI75).

Um outro produtor mencionou que para dar estudo aos filhos ele venderia a propriedade, tanto é que ele já tinha vendido outras duas, porém, um pouco menores do que ele tem hoje. Até relata a conversa que teve com uma pessoa conhecida sua, que dizia não ajudar os filhos:

“(...) não arrependo de ter vendido. (...) e se eu tivesse só esse, eu vendia também, vendia formava eles, depois que eles tivessem formado, trabalhando, eles tratavam dos velho,

⁴³ Segundo TEDESCO (1998) o herdeiro não herda só a terra, herda também um compromisso, uma moralidade da terra, expressa na relutância de vender as coisas antigas.

ué! Outro dia um cara falou assim, pô, mas você vendeu dois sítios, não compensa, eu não ajudo filho a se formar. O cara tem um bar alí na vila, eu falei olha, você está pensando errado, é um conceito erradíssimo o que você está fazendo, você tem mais que ajudar, eu falei, a hora que você estiver velho, esse butequinho aqui não vai muito longe, Marinópolis acaba, isso aqui não vai dar mais nada. Aí você vê teu filho pastando atrás de um serviço e ganhando uma mixaria, porque ele poderia tá formado e ganhando bem, vivendo bem. Você vai ver e vai lembrar da nossa conversa de hoje e vai falar que eu tinha razão. Então, outro dia ele olhou ni mim meio sem graça, acho que ele pensou na besteira que ele falou” (SD58).

Já um outro produtor, dentro da mesma idéia do depoimento acima, menciona que é uma decisão muito difícil vender a propriedade para estudar os filhos, embora segundo ele o estudo seja a melhor herança que um pai possa deixar para os filhos. Mas ele pensa que não se deve vender, o melhor é trabalhar em cima da terra e conseguir obter renda suficiente para poder auxiliar os filhos no estudo e desta forma não precisar vender, pois hoje em dia o emprego está muito difícil e é outra batalha depois que se forma em uma faculdade. Então como ele relatou *“que nós tem que chegá o reio aí e prantá, e coiê, e fazê né, prá estudá eles” (JC49).*

Em Santa Albertina um produtor que ajudou suas duas filhas a cursarem faculdade e agora seu filho mais novo, disse que pensaria em vender a propriedade se fosse para ajudar as filhas a abrirem algum comércio na área em que se formaram, pois elas estavam trabalhando, dentro da área da formação delas, mas como empregadas. Caso contrário, por algum outro motivo ele não pensaria em vender, a não ser que fosse para comprar uma outra maior.

SANT’ANA (2003) também observou que alguns produtores com um pouco mais de recursos ajudavam os filhos, independentemente de terem estudado, a montar um negócio em outros ramos de atividade não ligados à agricultura, com isto os filhos desligavam-se completamente da propriedade.

Outros produtores admitiram a hipótese de vender suas propriedades, porém, apenas se não conseguissem mais sobreviver da renda proveniente dali.

“A idéia não é vendê, (...) mas uma das coisa que eu penso em levá a vendê, é se as condições climáticas da região ficá totalmente desfavoráveis, tem que vez que passa isso pela cabeça. (...) do resto, vendê para montá um comércio, para estudar os filhos não, é lógico que eu vou ajudá eles, mas eles tem que trabalhá também” (AN42).

Houve casos de produtores em Santa Albertina, segundo relato dos próprios produtores entrevistados, de pessoas que devido ao fracasso, principalmente, com a cultura do algodão e milho, foram a cada ano vendendo parte de suas propriedades, chegando a um ponto de ter que abandonar o campo e procurar emprego na cidade.

Um produtor quando indagado sobre o motivo que o levaria a vender a propriedade, respondeu que ultimamente ele até pensava em vendê-la. Porém, quando foi questionado sobre vender e fazer o quê? Ele disse que o problema era esse e em seguida houve uma longa pausa e seus olhos se encheram de lágrimas. Ele disse que o filho, que mora com ele e o ajuda, estava pensando em comprar um trator e trabalhar como terceirizado em uma usina de açúcar e álcool que irá se instalar na região, em seguida houve nova pausa e ele começou a chorar novamente.

Esse depoimento foi um dos mais marcantes, dentre todos os outros 23, pois o produtor tem uma propriedade de 38 alqueires, ele e o filho trabalham sozinhos e se dedicam única e exclusivamente a pecuária leiteira, e devido ao preço do leite que estava baixo, passavam por dificuldades. O que chamou a atenção, não foi só devido ao fato da propriedade ser grande e o produtor passar por dificuldades, diferentemente de algumas outras propriedades bem menores e que exploram frutas, mas a simplicidade do produtor, pois era um senhor de 64 anos, relatando sua vida, suas dificuldades e expressando suas emoções, diante de uma pessoa com menos da metade da sua idade e que o tinha visto uma única vez, quando da aplicação dos questionários.

As lágrimas desse produtor revelam o apego que ele tem pela terra, pois ela é fruto do trabalho dele e de seus irmãos quando o pai deles era vivo. Com a morte do pai, as terras que eles conseguiram comprar, foram dívidas igualmente entre os irmãos. Assim, percebe-se que aquela propriedade representa a vida dele, o quanto ele e seus irmãos trabalharam para adquiri-la e a possibilidade de vendê-la, em virtude das dificuldades e também por não ter mais condições de realizar qualquer tipo de serviço, devido à idade e a saúde debilitada, deve ter o remetido ao seu passado e por isso vieram as lágrimas.

O relatado acima, de que a propriedade foi comprada com o trabalho do produtor e dos seus irmãos quando o pai era vivo, também foi observado em várias outras ocasiões, porém, só no município de Santa Salete. Era comum sairmos pelo campo e encontrar propriedades de irmãos dos produtores já visitados, porém, como mencionado em nenhum outro município pesquisado isso foi observado.

6.2.4. Os mecanismos de crescimento patrimonial

Pelo que seu pôde notar dos mecanismos de crescimento patrimonial dos produtores dos três municípios é que esses se inserem, além da aquisição de bens, como estratégias que visem à manutenção desses bens e algumas possíveis mudanças para melhor adequação dos meios de produção.

Conforme relatado pela maior parte dos produtores, hoje em dia está muito difícil para se sobreviver com a renda da propriedade, é fundamental fazer alguma economia na época em que as condições de preço, clima, mercado, estão favoráveis, para que no momento de crise se tenha condições de manter o capital:

“(...) Porque na hora que tá bom você pode esperar que fica ruim, quando tá ruim você tem que esperá que o trem vai ficá bom né! A coisa tá assim, a gente vem persistindo e é por isso que a gente sobreviveu até hoje em cima desses 5 alqueire. Porque muita gente, com muito mais terra do que eu, cabô com tudo, caba vendendo, foi tudo embora e por fim ficô pió né!” (JD62).

A preocupação com possíveis contas a pagar gera nos produtores um receio de endividamento, pois tanto a agricultura como a pecuária, dependendo da atividade desenvolvida pode gerar despesas maiores do que a receita, fazendo com que o produtor se endivide, como ocorreu com muitos produtores de algodão dos município de Santa Albertina. Em 2004 a arroba do algodão foi vendida em média a R\$23,00, o que proporcionou uma boa rentabilidade aos produtores, com isto, no ano seguinte, 2005, aumentaram a área plantada e devido a condições climáticas, e importação por parte do governo brasileiro, o preço da arroba caiu para R\$11,00.

Com isto, muitos produtores se endividaram e sem alternativa, tiveram que vender suas propriedades para poder saldar as contas. Então os produtores ficam receosos com as incertezas do meio rural:

“Tá meio complicado hoje para o povo do sítio, plantá roça, não precisa nem pensá em plantá roça, do jeito que tá a situação, pode até melhorá. Muda o presidente lá, muda umas norma, melhora. Mas na situação que se encontra hoje, roça é complicado. O algodão o ano passado (2004), o meu primo plantô e vendeu a R\$24,00 no começo a @ do algodão, ele ganhô. Ele plantô 30 alqueires e parece que ele livrô 80 a 90 mil reais, livre. E esse ano ele plantô a mesma terra, o dinheiro que ele livrô o ano passado, ele gastô tudo agora e perdeu

mais um pouco em cima, perdeu tudo! Começa que a produção caiu pela metade e o preço também caiu. Na agricultura e na pecuária é tudo a mesma coisa, só que ultimamente tá vindo ano seguido tudo ruim” (IM53).

Antigamente, segundo relato dos produtores, na época de seus pais, avós, tudo o que era consumido pela família produzia-se na propriedade, as chuvas eram frequentes, o clima também ajudava, plantava-se alguma cultura e no momento de vender os preços eram bons. O café mesmo, segundo relatos, era uma atividade rentável e que empregava várias famílias em uma mesma propriedade, porém, hoje, mesmo a situação do pequeno produtor não sendo das melhores, houve depoimentos mencionando que se o pequeno produtor souber trabalhar, administrar bem sua propriedade, ele não precisa abandoná-la e tentar a vida na cidade, no meio rural ele tem condições de sobreviver, desde que seja a família trabalhando.

WANDERLEY (1995) destaca que o acesso à terra é o eixo central das estratégias dos produtores e de suas famílias, porém, aqueles com menor poder aquisitivo também desenvolvem estratégias produtivas valorizando sua condição de agricultor, mantendo sua identidade profissional. Nesses casos a manutenção do patrimônio familiar e o desenvolvimento de atividades agrícolas constituem seus projetos de vida.

Assim, como já relatado, os mecanismos de crescimento patrimonial centram-se em tentar conduzir a propriedade da melhor forma possível, sem desvirtuar do necessário para a sobrevivência. Depoimentos que relataram crescimento patrimonial remetiam à décadas passadas:

“(...) a gente viveu muito bem na época que consorciava café e o gado. Então a gente levantava cedo, eu teve época que levantava 3 horas da madrugada, eu e o finado meu irmão, então os dois que começô tirá leite. A gente lutava, depois já saia do curral e ia pô café, teve época na irmandade de nós saí em 5 para tirá leite, depois voltava com 12 latão de leite (...), aí ia em casa armoçá, aí partia para o café e até que tinha sol tava lá. Mas a gente tem que agradecê isso porque a gente conseguiu alguma coisa, de 12 alqueire nós repartimo 147 alqueire, aí depois que o pai morreu nós repartiu entre a irmandade” (DM64).

Desta forma, houve quase que um consenso entre os produtores sobre a época do café, ou seja, quando se tinha café era possível adquirir mais terra, muitos relataram que famílias trabalhando como empregados nas propriedades conseguiam comprar seu próprio pedaço de terra e deixavam de ser empregados. Quando indagados à respeito da possibilidade de hoje

conseguir adquirir mais terra com a renda proveniente da agricultura ou pecuária, todos foram unânimes em dizer que isso não é possível, a não ser que haja políticas agrícolas que venham a favorece-los.

Porém, em termos de bens de produção, verificou-se que há produtores que vêm adquirindo equipamentos devido o auxílio de financiamentos. O programa de microbacias hidrográficas também possibilitou a aquisição desses equipamentos, já que custeava até 70% desses, restando aos produtores os 30% restantes, ainda divididos em grupo de cinco produtores.

RIBEIRO (1986) estudando a dinâmica da multiplicação do patrimônio a partir de pouco, ou quase nada, verificou que as riquezas surgem das atividades marginais, com negócios e vendas, mas não da produção de mantimentos. Para aumentar o patrimônio, os lavradores se utilizam de métodos como migração, negócios, parcerias e criação de gado. Conclui o autor que o patrimônio pode materializar-se de quatro formas: (1) compra de bens materiais negociáveis (carros e equipamentos); (2) na forma de gado; (3) compra de herança da família (a baixo preço); e (4) compra de terras de pessoas de fora da família (a preço de mercado).

No tocante aos mecanismos que levaram os produtores a adquirirem suas propriedades, ou seja, o modo pelo qual obteram-nas, se procurou entender todo esse processo, que envolvia desde a aquisição por recursos próprios a agregação de partes oriundas de herança.

No estudo da sucessão verificou que em Santa Albertina um maior número de produtores que adquiriram a propriedade de terceiros, seguido de escalas decrescentes por Santa Salete e Marinópolis. Nesses casos, os produtores mencionaram que muito trabalho e algumas economias, permitiram a aquisição dessas propriedades e em alguns casos, que foram comprando partes até se chegar ao que se tem hoje.

“Eu trabalhava de arrendatário, arrendava. (...) o sítio, essa casa e esse carro, foi tirado com dinheiro do café, (...) a gente vinha juntando dinheiro né, aplicando um dinheirinho, até juntá para comprá. Nós tocava café de meia, tinha lugá que era meia, outros era 40%, era eu a mulher e os dois filhos, um homem e uma mulher (...)” (RS60).

SANT’ANA (2003) já mencionava que esses processos de aquisição ocorriam ainda nas décadas 60/70 e eram baseados em regras da época: metade do valor era pago de imediato ou na colheita próxima e a outra parte um ano depois, sem qualquer tipo de correção

monetária ou juros. Em outros casos o prazo se estendia por dois ou três anos, e a própria produção da área contribuía para gerar o capital necessário para o pagamento das parcelas vincendas:

“(...) quando a gente casô, aí a gente plantou uma rocinha lá na fazenda onde nós morava e fez um dinheirinho (...). Aí a gente entrou aqui, porque naquele tempo era fácil, eu comprei isso e paguei 5 mil cruzeiro naquela época, mas eu entrei com mil só e quatro eu trabalhei para pagá, e foi onde a gente trabalhou para pagar e graças à Deus deu certo” (JD62).

A aquisição de terras pelos produtores, geralmente, ocorria em função de uma colheita bem sucedida em termos de quantidade e preço, além de economias que eram acumuladas durante certo período de tempo.

“(...) O sítio, essa casa e esse carro, foi tirado com dinheiro do café, (...) a gente vinha juntando dinheiro né, aplicando um dinheirinho, até juntá para comprá. Nós tocava café de meia, tinha lugá que era meia, outros era 40%, era eu a mulher e os dois filhos, um homem e uma mulher (...)” (OB62).

Absolutamente todos os produtores reclamavam das dificuldades quem enfrentam no setor rural, da falta de apoio dos governantes, dos juros altos, preços de venda dos produtos que não cobrem os custos, preços de insumos caros, entre outros. Relataram ainda que na agricultura, atualmente, só se consegue renda para a sobrevivência.

“(...) Já foi a época que se comprava propriedade, nós compramos graças à Deus. O pai faleceu, ele deixou duas propriedade e hoje nós temos quatro, os irmãos né. Duas que o pai deixô, a outra e essa chácara, que nós adquirimo trabalhando na roça, tirando leite, plantando algodão. Sabe, de 1984 a 1990, nós adquirimo isso tudo, conseguimos comprá um trator novo, mas hoje dá trabalho para você mantê ele, arrumá. Hoje em dia tá difícil, então, pode ser que melhore, mas não tenho esperança não” (IC50).

Porém, se tivessem condições financeiras, seja alguma economia ou o dinheiro resultado de uma boa safra, mais da metade dos produtores, cerca de 70%, afirmou que o melhor investimento que poderiam fazer hoje em dia seria em terra. Essa resposta expressa o sentimento que essas pessoas têm pelo rural, talvez até por terem nascido e sempre morarem nessas áreas, ou por não gostarem da cidade, até mesmo pela carência de outras opções, como a falta de conhecimento para montar e administrar um comércio, ou ainda por não terem outra

profissão e o trabalho que conseguem desenvolver relacionar-se somente com o rural. Talvez se essa mesma pergunta fosse realizada para pessoas residentes na cidade, quase a totalidade não mencionaria a compra de propriedades na área rural.

“Eu sempre falei, se eu tivesse dinheiro, que nem muitos têm, meu capital é terra. Porque terra é sempre terra, porque hoje tá valendo um tanto, amanhã pode tá 20, 30, ela é assim. Ela tá lá em cima, ela pode cair para baixo, mas sempre o capital tá aí. Tendo terra mémo funciona, uma coisa ou outra, gado, umas coisinha que vareia, dá para se virá também, mas tem que ter terra” (ST75).

Segundo LAMARCHE (1998) 89% dos produtores familiares brasileiros se destacaram pelo desejo de obterem/adquirirem mais terra quando em comparação a produtores de outros países, sendo que 65% conseguiram ampliar sua área e continuam dispostos a manter o ritmo de expansão, e 24% aqueles que sonham com áreas maiores, porém não se sujeitam a vender a propriedade e comprar outra numa região maior.

Outros produtores, porém, entendem que a melhor forma para investir suas possíveis economias seria na melhoria das condições da propriedade, como a reforma da casa, cercas, carro, trator e até ainda em investimentos que proporcionariam aumento de renda, como no caso de produtores de leite, com a compra de mais vacas e ordenhadeira.

“Eu ía trocá o trator né, comprar um trator mais né, esse aí é, como se fala, o volante dele não é hidráulico, ía comprar uma máquina melhor de passá veneno, ía comprá umas vaca boa de leite né, ía melhorá o gado né, eu ía fazê essas melhorias na parte né. A casa tá boa né, eu ía nessas parte” (JC49).

Um produtor disse que ele não pensava em comprar mais terra não, pois não tinha condições de trabalhar mais na roça em função da idade, ele tinha sim que manter o que ele já possuía, porém, ele acreditava que o investimento em indústria seria um bom negócio, pois a indústria, segundo ele, é a base de tudo. No entanto, ele acreditava que para isso a pessoa precisava ser capacitada e ter visão de negócios, para ter uma boa administração, pois não adianta ter uma indústria e não souber administrar, que não daria certo e menciona: *“é como o cara ter um avião e não sabê pilotá”*.

Verificaram-se as mais variadas opiniões no sentido de crescimento patrimonial, porém a predominância foi a de se adquirir mais terra. Desta forma, percebe-se pelos depoimentos dos produtores que mesmo pela idade de alguns, condições de sobrevivência, o desejo de

empregar o dinheiro em um bem que eles sabem que não terão problemas e que servirá de certa forma, para a sobrevivência dos filhos ou um meio em que possam se apoiar para realizar suas metas futuras.

Pode ser considerada também como uma forma de crescimento patrimonial as mudanças e/ou melhorias que foram sendo realizadas na propriedade desde sua aquisição⁴⁴ e que tornaram possíveis sua exploração da forma como se realiza atualmente. Verificou-se que muitas mudanças ocorreram. Antigamente, quando da aquisição da propriedade, o que se predominava nos três municípios era a cultura do café e esse relato foi unânime.

Porém, com o passar dos anos essa cultura foi definhando, pois a terra foi perdendo a fertilidade e como a adubação não era uma prática constante, associada ainda ao aumento da incidência de doenças, a cultura foi deixada de lado. A sua substituição se deu por outras, entre elas a laranja, principalmente em Marinópolis e Santa Salete.

“No começo eu plantava roça lá, teve um pedacinho de café, que era de quando eu comprei, mais foi pouco tempo também, aí o café foi acabando né, fracassô porque não chovia mais, não dava mais café, aí foi rancando os café e plantando laranja no lugar do café. Já faz uns 20 anos que eu plantei laranja. A gente ia plantando conforme alcançava o poder, a gente não podia, agora formô tudo. Tem que dá o passo que a perna agüenta” (RS60).

Já em Santa Albertina a preferência dos produtores após a retirada do café foi por culturas anuais, entre elas o algodão e o milho, e em menores escalas o arroz e o feijão. Porém, a pastagem acabou predominando nessa região, e entre os outros dois municípios pesquisados foi o que apresentou uma maior proporção de pastagem. Com isto, devido ao predomínio dessas pastagens a pecuária se destaca nesse município, tanto a de corte como a de leite.

“Aqui toda vida a maior parte foi pasto, eu só prantei roça 2 anos aqui, no começo quando eu vim prá cá. Aí depois, eu já parti para o gado né e tocava uma parte de roça para fora, arrendada. Mais aqui sempre foi uns 80% de pasto, essa base, tiro um pedacinho para plantar milho né, a única coisa que a gente deixava era essa parte do plantio do milho. De brejo tem um pedacinho aí embaixo, tem uma nascente d’água, eu já fiz o reflorestamento da nascente, tô cuidando. Então, a minha parte tô fazendo, todo mundo tem que fazê a dele, só eu não vou consegui consertá” (JD62).

⁴⁴ A aquisição aqui é entendida tanto para aqueles que adquiriram a propriedade de uma terceira pessoa, como também aquele resultante de herança familiar.

Quanto as possíveis melhorias a serem realizadas, os produtores afirmaram não necessitar dessas nas propriedades, porém, alguns mencionaram que gostariam de fazer uma casa nova, outros melhorar a infra-estrutura para melhor adequação da atividade desenvolvida, principalmente no caso do leite. Houve produtores que expressaram o desejo de aumento da área plantada e reforma da pastagem, para com isto melhorar a renda.

“A única coisa seria mexê no barracão, tenho o barracão, dá para tirá leite e tudo. Tô pensando assim, fazê uma sala de ordenha, melhorá. Porque o seguinte, você agacha, levanta, agacha, levanta, isso vai acabando com a coluna da gente, as costas, as perna né. Eu não tenho problema de varizes, mas meu irmão que é mais novo, começa estorá as varizes, então se fazê uma sala de ordenha né, não tem erro. Então eu falei para ele, o ano que vem, se Deus quisé, nós tem uns boizinho, uns garrote, eu falei, nós engorda aqueles garrote e com o dinheiro deles faz uma sala de ordenha né, não fica muito caro, é isso daí, a melhoria seria para isso” (PB57).

6.2.5. Renda Familiar

Constatou-se que a renda familiar dos produtores pode ser caracterizada em três grupos, aquelas provenientes de atividades ligadas às atividades agrícolas e pecuárias, as relacionadas à pluriatividade e aquelas oriundas da previdência rural.

6.2.5.1. Renda ligada às atividades agrícolas e pecuárias

Dentre as rendas provenientes das atividades agrícolas e pecuárias, verificou-se que em função dos municípios, uma se destaca mais do que a outra. Analisando a Tabela 30⁴⁵, constatou-se que em Marinópolis há uma maior porcentagem de atividades, por propriedade, ligadas as práticas agrícolas em relação às atividades pecuárias e essas atividades estão mais relacionadas à fruticultura, principalmente a laranja. Em Santa Albertina ocorre uma inversão, nesse município a renda dos produtores está mais direcionada as atividades pecuárias:

A minha renda vem só aqui do sítio mesmo, só do leite. Se tivesse alguma outra renda era bom, mais é só daqui mesmo. A cidade é lugar pequeno, é difícil emprego né. (...) antes a minha esposa trabalhava, mais depois que entrou esse prefeito aqui, ele dispensou ela” (JP56).

TABELA 30 – Incidência das principais atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nos municípios pesquisados.

	uva	pinha	laranja	pec. de leite	limão	pec. de corte	algodão	café	outros
Marinópolis	30%	20%	70%	15%	45%	5%	15%	10%	0%
Santa Albertina	0%	0%	0%	69%	0%	35%	15%	4%	4%
Santa Salete	25%	4%	43%	57%	4%	29%	0%	14%	4%

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda no município de Santa Albertina, um produtor tem uma estratégia interessante para ajudar a compor a renda familiar, já que ele e a esposa são aposentados. Ele mora com a esposa em uma casa simples na cidade e tem uma pequena propriedade rural a 5 km de sua residência. Todo dia pela manhã ele vai de bicicleta ao sítio, lá ele tira o leite, coloca o tambor

⁴⁵ A Tabela 30 traz a porcentagem de atividades desenvolvidas nas propriedades que foram pesquisados, implicando que uma propriedade possa ter mais de uma atividade, ou seja, a porcentagem é por atividade e por município, e não pelo total de atividades.

e a bicicleta no carrinho de tração animal e traz o leite para sua casa na cidade. Chegando lá, ele e a esposa, coam o leite e o distribui em vasilhames, depois ele sai novamente de bicicleta distribuindo o leite para algumas pessoas que são seus fregueses há tempos.

Apesar da produção diária de leite não ser muita, ele consegue vender esse leite por um preço duas vezes maior ao dos produtores que entregam leite diretamente para associação. Com isto, mesmo a renda do leite não sendo alta, em torno de meio salário mínimo, ela contribui em muito na composição da renda familiar, que somada as aposentadorias dele e da esposa perfazem a renda total familiar.

Segundo o produtor se a sua quantidade de leite produzida fosse maior, ele não teria condições de entregar todo seu leite na rua, embora já tenha pensado nisso. A cidade é pequena e também tem mais outras duas pessoas que fazem esse mesmo tipo de entrega de leite na rua, o que faz com que diminua a freguesia. Porém, se a cidade fosse maior, ele acredita que poderia ter mais pessoas comprando seu leite.

Em relação aos outros produtores de leite do município, esse produtor adotou uma estratégia mais compensatória do que entregar o leite direto para associação, pois recebe o dobro do valor pago pela associação, porém, se a sua produção diária fosse maior ele teria que entregar o excedente para a associação e aí seguir o mesmo caminho dos demais produtores de leite do município.

Em Santa Salete tem-se uma mescla de rendas provenientes de atividades pecuárias e agrícolas, embora a pecuária se destaque pouco mais. Nesse município, embora a atividade “pecuária leiteira” se sobressaia mais do que as outras, ela, porém, em termos de geração de renda, perde para as frutas. Talvez devido ao fato das frutas apresentarem um melhor preço ou o leite estar com preço baixo no momento da pesquisa.

Em boa parte das propriedades pesquisadas a pecuária leiteira se constituía como uma renda secundária, pois existia sempre o cultivo de uma frutífera, que se destacava como a principal renda, como mencionado por um produtor:

“A minha renda vem só daqui do sítio mesmo, das uva e de outras coisa do sítio, das veis um saquinho de café, um pouquinho de laranja. Tinha pinha há uns dois anos atrás, deu uns troquinho, agora já mandei arrancá, deu gomose e não teve jeito mémo, virô um amarelão, passamo veneno, mas que, foi pos quiabo mémo. Mas o que segura a renda mémo é a uva, com o dinheiro que nós faz nela, tem que controlá para até vim a outra safra, sempre

sobra né. Que nem esse ano se Deus ajudá que sobra um troquinho do café né, lá para o meio do ano, junho, julho. Depois tem um pouco de laranja, é pouco mas sempre vai dá uns troco, é pouco. E assim vai indo até vim a outra, outra veis” (AF53).

A safra da uva na região vai do final de julho até o final de dezembro, e maior parte das pequenas propriedades tem nessa frutícola a principal fonte de renda. Deste modo, os produtores têm que passar o ano só com o dinheiro que fizeram durante a colheita da uva, esperando chegar a nova safra, para com isto, ter uma nova renda. Porém, ocorreram muitos casos, de produtores que abandonaram seus parreirais, vendaram a propriedade e foram para a cidade, pois até 2004 os preços recebidos por eles pela venda do kg da uva eram baixos, que acabava nem cobrindo os custos de produção. Algumas vezes os produtores acabavam por nem receber o que vendiam, devido às pessoas de má fé que se aproveitavam da simplicidade dos produtores. Devido a esses fatores, muitos produtores se endividaram, venderam as propriedades ou as abandonaram e foram embora para a cidade, porém, nos dias atuais, os preços recebidos melhoraram e os viticultores estão contentes com a produção da uva. A renda gerada com essa produção permite manter o filho desse produtor trabalhando com ele e conseguindo uma boa renda para cada um:

“Aqui a renda mensal conforme fô vai saí uns 1.000 real mais ou menos, entre eu e meu filho. Qué dizê, uma base. Até agora o dinheiro da uva veio tudo embolado, fazia, come, coisa. Agora eu vô pegá, a hora que nós apurá as coisa, pegá e dá um tanto para ele, comprá o que ele qué. Que nem essas nuvia que matô, essas três é dele, então vai passá essas três para ele, para ele se virá né” (AF53).

Em Santa Salete observou-se a estratégia de um produtor familiar que vive com a renda de 13,5 hectares. Ele tem como atividade principal a pecuária leiteira, porém, em virtude dessa atividade ele idealizou uma outra, em que vende a espiga de milho verde e aproveita a planta para dar como alimento às vacas. Segundo ele, a renda obtida com a venda do milho está sendo muito importante para a composição da renda familiar:

“Todos os dias quando tem milho verde a gente entrega, (...) às vezes pega e você fica 30 dias entregando milho todo dia, cedo e a tarde. (...) De milho no mês, se tirá uma tabela no mês, dá umas 700 dúzias de milho, já o leite vareia muito, teve época de tirá 200 litros por dia. Nós já chegamos a 200 litros/dia e hoje o leite tá ruim (...). O leite sempre foi a minha atividade principal, a renda dele sempre foi maior, porque nós chegô recebê até mais de

3.000 real de pagamento do leite, enquanto que hoje nós tá recebendo mil e pouco por mês, então hoje, o milho tá mais rentoso do que o leite e tá segurando as pontas” (IC50).

O caso deste produtor é bem interessante, a sua atividade principal é a pecuária de leite e ele produz também milho verde, sendo essa sua atividade secundária. O milho verde ele produz porque após extrair a espiga, tritura a planta para dar de alimento às vacas, aproveitando também, desta forma, o subproduto do milho. Porém, como o preço do leite caiu muito no final do ano, 2005, a venda do milho verde estava mostrando-se muito mais rentável ao produtor do que a venda do leite.

Com isto, a estratégia utilizada por esse produtor, de vender o milho verde e aproveitar o resto da planta para tratar as vacas, vem se constituindo como sua principal fonte de renda e quem sabe, podendo deixar de ser sua atividade secundária e passar a ser a principal, conforme se comportar o preço do leite.

6.2.5.2. Renda decorrente das atividades de pluriatividade

A agricultura familiar pluriativa tem um caráter multidimensional, em que a renda das atividades não-agrícolas “complementa” a renda agrícola possibilitando assim que as famílias permaneçam no campo, mantendo e/ou capitalizando suas propriedades de modo a torná-las competitivas, dentro do novo formato de produção agrícola.

FERRANTE (2001), estudando alguns assentamentos rurais no estado de São Paulo, afirma que nas pequenas propriedades vem ocorrendo uma constante reordenação da produção com tendência à pluriatividade, combinando-se as experiências de articulação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas, aonde a fruticultura vem ganhando cada vez mais espaço, como parte das estratégias de agricultores familiares em permanecer na terra.

No município de Marinópolis, 25% dos produtores exerciam algum tipo de pluriatividade, sendo que 80% dos que exerciam a atividade era para complemento da renda familiar e 20% como a principal fonte de renda familiar.

Houve casos em que a esposa trabalhava na prefeitura, outros em que o proprietário era quem trabalhava na prefeitura, outros em que os filhos trabalhavam na cidade e ajudavam no sustento da casa e outros ainda em que a esposa trabalhava no comércio. Porém, todos eles residindo na área rural.

A pluriatividade e o trabalho externo que a família pode vir a exercer não indicam uma degradação da atividade familiar, ao contrário, significam estratégias utilizadas pelos grupos para a reprodução da família e da propriedade (WANDERLEY, 1999). GRAZIANO DA SILVA (2002) menciona que a atividade agropecuária está se tornando uma atividade de tempo parcial para o crescente conjunto de famílias que resistem e permanecem no meio rural.

Com um percentual pouco inferior ao de Marinópolis, em Santa Albertina constatou-se que 15% dos produtores pesquisados desempenhavam algum tipo de atividade relacionada à pluriatividade, entre elas o comércio na cidade, outros casos em que os filhos trabalhavam e ajudavam no sustento da casa, porém, a metade dos produtores ligados a pluriatividade mora na cidade.

Já em Santa Salete tem-se 21% dos produtores desenvolvendo algum tipo de pluriatividade, sendo que destes, 67% é para o complemento da renda familiar, e 33% como principal fonte de renda familiar. As principais atividades não agrícolas observadas, foram funcionário da prefeitura, filhos que trabalham fora, mas ajudam no sustento da casa, fabricação de doces caseiros, queijos e farinha de mandioca para venda em feiras. Assim como em Marinópolis, todos os produtores pesquisados quanto à pluriatividade moravam na propriedade.

As atividades desenvolvidas pelas pessoas residentes no meio rural estão deixando de ser essencialmente agrícolas ou pecuárias, vem ocorrendo uma “especialização” dessas atividades, ou seja, a busca de novas alternativas para se prover a renda familiar e com isto não abandonar o campo. Percebe-se que as atividades, que até então eram agrícolas ou pecuárias estão dando lugar as atividades voltadas ao lazer, à prestação de serviços, processamento de produtos, indústria, fazendo com que ocorra uma diminuição dos limites entre o rural e o urbano.

No caso das propriedades em que se tem significativa participação de fontes de renda não-agrícola na constituição das rendas das famílias rurais, o trabalho externo vem se constituindo em uma das alternativas, como menciona WANDERLEY (1999), o trabalho externo torna-se, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como da própria unidade familiar.

Neste sentido, um produtor de Marinópolis mencionou:

“Eu e ela somos aposentados e tem duas filhas que mora aqui com nós e dão aula na cidade. Mais as nossa aposentadoria não dá para nada, malemá para comprá os remédios que nós toma. É elas duas quem mais sustenta a casa. Se fosse viver de renda só da propriedade, eu já tinha me mandado daqui já, faz é tempo. Não dá, né, prá custear as despesas que dá, precisa bastante e a renda é pouca” (ST75).

SANT’ANA (2003) também observou que quando os filhos trabalham fora, em determinadas situações, eles se tornam os principais provedores da casa, sendo suas contribuições essenciais para o sustento da família.

No presente trabalho, quando da restrição da amostra de produtores, ou seja, os que foram submetidos às entrevistas, apenas em duas propriedades constataram-se a pluriatividade, uma em Marinópolis e outra em Santa Salete.

Entre os que não exercem a pluriatividade, estão aqueles que não realizam outra atividade porque não sabem fazer nada além das atividades agrícolas, ou seja, esses produtores que praticam somente atividades agrícolas as realizam não por preconceito ou receio de exercer outra atividade, mas por acreditarem que não têm outras habilidades além da agricultura. Porém, em alguns casos, talvez por necessidade, essa especialização agrícola é deixada de lado para se garantir a sobrevivência.

Em Marinópolis, como mencionado acima, o produtor e sua esposa são aposentados e ainda tem uma pequena renda da venda de limão e de alguns pés de manga, porém, são as filhas, ambas solteiras e professoras, que moram com eles na propriedade e dão aula na cidade, que contribuem com a maior parte da renda familiar. Desta forma, esse trabalho externo se constitui em uma estratégia necessária para a composição da renda familiar, vez que a propriedade é pequena e o chefe da família e sua esposa já estão com idade avançada e, devido a isso, não conseguem mais obter muita renda com as atividades agrícolas ou pecuárias, a exceção da aposentadoria que recebem.

A outra família que desenvolve atividade que se enquadra em termos de pluriatividade é de Santa Salete. Eles possuem uma propriedade pequena, desenvolvem a pecuária leiteira em pequena escala, cultivam milho, para trato dos animais e consumo próprio, além de mandioca. Na propriedade residem 5 pessoas, três adultos e duas crianças, e todos de certa forma contribuem com parte de seu trabalho nas atividades desenvolvidas. Da mandioca eles fazem farinha e do leite, a exceção do que é entregue a associação, eles fazem doce de leite e queijo,

também produzem alguns outros tipos de doces caseiros como o doce de abóbora, e ainda pimenta em conserva.

Todos esses produtos são processados para serem vendidos aos sábados em uma feira na cidade de Jales, distando 20 km da propriedade. Foram extraídas partes dos depoimentos dos membros da família, que relatam suas estratégias:

“Hoje aqui nós tá produzino mais é mandioca, nós faz farinha né, mandioca e leite. Todo dia, do leite que nós manda para a associação, nós tira um pouco para fazer queijo. Só na sexta-feira que tira, mas não manda para a associação, porque aí faz doce de leite para vender no comboio⁴⁶ em Jales. (...) a farinha vende na feira também e meu cunhado sempre pega um pouco, e entrega nos mercado de Parmeira D`Oeste. (...) no comboio nós começamos em 89, quando o meu pai morreu.” (SP57).



FOTO 4 – Feira em Jales (denominada “comboio”), 2006.

Segundo KIYOTA e GOMES (1999) a feira é um importante canal de comercialização para os agricultores familiares, porém, as maiores dificuldades dos produtores para participar da feira estão na disponibilidade de produtos durante o ano todo, no dispêndio para a

⁴⁶ O comboio é uma feira organizada pela prefeitura municipal de Jales todos os sábados, onde os próprios produtores rurais levam seus produtos para vender diretamente aos consumidores. O local é bem tradicional no município, tanto que a prefeitura cobriu o local, fez sanitários, um salão fechado para quem vende carne, lingüiça, entre outros, cadastrou todos os feirantes, e muitos destes vêm de municípios vizinhos para vender seus produtos, como ocorre com este produtor.

preparação das mercadorias e no transporte destas. Ela é a forma de comercialização mais efetiva, uma vez que a venda representa o recurso financeiro direto, em dinheiro, o que viabiliza a programação de despesas e novos investimentos.

A esposa desse produtor relata como começou a produzir doces para vender na feira:

“Lá na associação tem vez que vem alguém dá curso, (...) e aí a mulher que deu o curso falou assim, que se daqui saí alguém que vive com o que é ensinado aqui, para ela seria uma glória. E eu tenho vontade de encontrá a Alba e falá para ela que ela lutô tanto comigo para colocá a farinha no mercado, mas é difícil né (...). E hoje nós tá vivo disso daí, porque eu faço doce né, eu aprendi doce de bastante tipo né, eu faço, vendo, qué dizê que eu tô sobrevivêno disso daí. (...). No caso do doce ele falo (marido), acha você vai vendê esse doce na feira? Ah, mas se eu não levá, eu não sei se eu vendo, e foi a contra vontade dele, ele falô, eu quero vê o quê você vai fazê com esses doces? Aí vendeu três barras e voltou três, aí ele falou, não falei. Eu falei, é o começo. Hoje sê leva 50 vende, 40 vende, então é de í levá. (...) a farinha mémo, a farinha eu pegava um pouquinho e ponhava um pouco para cada freguês, sabe, então ponhava na compra e eles levava. Foi onde nós, nossa... Pegô uma freguesia de farinha, você precisa de vê, foi por isso, então, a modo do outro, tem que tê o jogo de cintura, vai indo.” (Esposa do produtor SP57).

Analisando todo o contexto que foi mencionado, a respeito das atividades desenvolvidas por essa família pode-se notar que as estratégias familiares culminam na busca por inserção em novos mercados como resposta às dificuldades financeiras, na tentativa de reduzir os riscos da atividade agrícola e ainda, uma resposta às oportunidades surgidas nos mercados de trabalho e de produtos.

Um dos exemplos de busca por novos mercados está ocorrendo no EDR de Jales, contando com o apoio do poder público, através do “Projeto integrado de apoio a agroindústria familiar solidária do município de Jales”.

Nesse projeto estão sendo desenvolvidos cursos para os produtores rurais, entre eles o de desidratação de frutas, outro sobre suco e vinho, atendendo principalmente um grupo de produtores que vem se dedicando a tais produtos, bem como um curso de polpa de frutas. Um outro diferencial desse projeto é que além da parte técnica, está sendo dado apoio aos produtores na parte de gestão e organização.

6.2.5.3. Renda proveniente da previdência rural

Dentre as “forças marginais”, os aposentados são os que asseguram uma renda mensal, além de serem produtivos, pois, enquanto tiverem condições físicas não deixarão de trabalhar (WOORTMANN, 1990).

Um dado interessante relacionado à fonte de renda dos produtores é que mais da metade dos produtores pesquisados em Santa Albertina, ou seja, 53,85% são aposentados e na maior parte das propriedades a aposentadoria é considerada a principal fonte de renda familiar.

BROSE (2000) abordando políticas públicas voltadas ao setor rural, menciona que a ampliação da aposentadoria do(a) trabalhador(ra) rural e a universalização do sistema a partir de 1992, que incluiu as mulheres, reduzindo o limite de idade e elevando o benefício ao valor do salário mínimo, causaram alto impacto na distribuição de renda e na ativação dos espaços econômicos locais, principalmente para aqueles produtores rurais que tinham suas economias de bases familiares.

Em um estudo, SILVA e DELGADO (2000), comparando a região sul e a nordeste em termos de previdência rural, verificaram que o perfil sócioeconômico do beneficiário da previdência rural é morador de espaço rural ou microurbano contíguo, possuem baixa escolaridade, predominância de idosos e relações de trabalho marcadamente associadas ao regime de economia familiar, com fraca participação de assalariados e diaristas.

“(...) porque hoje nós dois tá aposentado, o salário mínimo é pouco, de fato, mas tá bom né, é claro, ajuda. Então, a nossa renda vem do leite e graças à Deus a essa aposentadoria. Nós dois graças à Deus somos aposentados, ela ajuda bem né” (Esposa do produtor AM70).

Os benefícios da previdência social naqueles municípios de base essencialmente agrícola, ou seja, em que a economia está ligada diretamente as atividades agrícolas, as aposentadorias rurais representam a principal fonte de renda daquele local, sendo que em alguns casos, o comércio local tem maior movimentação nos dias de recebimentos das aposentadorias.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada citados por SUGAMOSTO e DOUSTDAR (2000) revelam que os benefícios da aposentadoria rural nas regiões mais pobres e em pequenos municípios, possibilitam melhorias nas condições de vida das pessoas devido ao acréscimo da renda monetária.

“A renda familiar vem da aposentadoria, se não fosse a aposentadoria nós já tava morto já, não tem nenhuma renda. Café esse ano vai dá uns 40 saco de 500 pé, a laranja vai começá a produzi agora. Até agora foi só despesa com a laranja, hora que começá vai melhorá um pouquinho. A aposentadoria dá para nós vivê, só em dois né, mas as veis ainda tem que ajudá os filho” (HZ83).

Esse produtor mora sozinho com a esposa e, apesar da idade, ainda tira um pouco de leite para beber, fazer queijo ou algum doce para o consumo familiar. Como mencionou, ele tem laranja plantada e cuida sozinho dos tratos dessa cultura, até o final de 2004 passava veneno sozinho nessa laranja, com a máquina costal, porém, com o crescimento das plantas a pulverização é realizada com trator.

Em Santa Salete o percentual de aposentados também é bem próximo ao de Santa Albertina, em torno de 47%, já em Marinópolis esse valor cai bastante e é de apenas 15%.



FOTO 5 – Produtores rurais de Santa Salete, ambos aposentados, 2005.

Santa Albertina apresenta o maior percentual de aposentados, pois em torno de 50% dos produtores possuem idade entre 61 e 90 anos, em Santa Salete esse percentual cai para 43% e em Marinópolis é de 30%.

De modo geral, nas propriedades dos três municípios, em que se tem a aposentadoria como fonte de renda, ela se constitui como o principal recurso para o sustento familiar.

Geralmente, marido e mulher são aposentados, e a renda proveniente dessas duas aposentadorias é capaz de fazer com que essas famílias ainda possam permanecer no campo.

DELGADO (2000) estudando a previdência rural observou que houve uma revitalização da agricultura familiar devido a inclusão dos produtores familiares na previdência rural, desde sua implantação em 1992. Observou-se ainda que, em metade das propriedades pesquisadas, a atividade agropecuária permaneceu-se como estratégia de reprodução econômica dessas propriedades e, em geral, têm o aposentado como responsável, na condição de chefe da casa.

“O leite ajuda bem na renda, com o dinheiro dele dá para pagar a água, a luz, mas só dinheiro dele não seria suficiente, se não fosse a aposentadoria, nós não vivia não, tinha que trabalhar por dia para pode ajuntá mais dinheiro” (OB62).

DELGADO e CARDOSO JÚNIOR (2000) analisando as condições de vida das famílias auxiliadas pela previdência rural constataram efeitos importantes da aposentadoria rural. Um efeito que mais se destacou foi o aumento da renda domiciliar das famílias que obtiveram ao menos um benefício assistencial, trazendo melhorias para as condições familiares de reprodução econômica e social. As famílias estudadas dispunham de limitadas fontes de renda provenientes das ocupações, que são os meios de subsistência do grupo familiar. A aposentadoria veio somar-se a esses meios, ampliando o potencial produtivo da economia familiar.

Os autores constataram ainda, que o benefício previdenciário representa, no mínimo, 70% da renda domiciliar para as famílias situadas na faixa de zero a três salários-mínimos de renda total e cerca de 30% para os domicílios que se situam na faixa de renda mensal entre 5 e 10 salários mínimos.

Essa constatação mostra a importância da aposentadoria para a composição da renda familiar rural e que, em metade dos casos, a renda da aposentadoria é utilizada para manutenção e custeio das atividades produtivas nas propriedades, funcionando como uma espécie de crédito agrícola.

Assim, a aposentadoria se constitui em um mecanismo de renda compensatória, vindo somar-se a outras fontes de renda familiar, porém, em alguns casos, essa aposentadoria constitui-se na principal fonte de renda. Devido as adversidades, as famílias desenvolvem estratégias múltiplas de sobrevivência, que passam pelo desenvolvimento de atividades produtivas ligadas basicamente à agricultura e à pecuária.

6.2.6. Diversificação da produção

Para a pequena propriedade em que se predomina a agricultura familiar, a diversificação da produção pode ser uma boa saída para a sobrevivência das famílias no campo, e essa diversificação pode ser observada nos três municípios. Conforme Tabela 31 pode-se verificar que Marinópolis e Santa Salete apresentaram maior número de atividades por propriedade, porém, quando se compara a média de atividades, em Marinópolis tem-se 2,15 atividades por propriedade. Em 15% das propriedades de Marinópolis encontrou-se um máximo de quatro diversificações e em 30% verificou-se apenas uma atividade.

SANT'ANA (2003) trabalhando com a diversificação no município de Marinópolis constatou também um grande número de diversificação de atividades, com predominância de cinco atividades desenvolvidas por propriedade. Valor esse próximo ao encontrado na presente pesquisa, porém algumas variações podem ocorrer em virtude de se estudar uma região delimitada do município, a microbacia, enquanto que a pesquisa do autor procurou abranger o município como um todo.

TABELA 31 – Valores máximos e mínimos de atividades desenvolvidas por propriedade nos três municípios pesquisados, além da porcentagem de atividades máximas e mínimas desenvolvidas.

	máximo de atividades	% de propried. c/ máx. de ativid.	mínimo de atividades	% de propried. c/ min. de ativid.
Marinópolis	4	15,00	1	30,00
Santa Albertina	3	3,85	1	73,08
Santa Salete	4	3,57	1	39,29

Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

A atividade que mais se destacou em Marinópolis, conforme se pode verificar na Figura 16, dentre as 20 propriedades pesquisadas, foi a cultura da laranja, presente em 70% das propriedades, seguida pelo limão (45%) e a uva, esta presente em 30%.

Segundo os produtores, quem tem propriedade maior, tem mais possibilidade de diversificação de atividades, pois nas propriedades pequenas, como o espaço é menor, se o

produtor for diversificar ele não consegue realizar todos os tratos culturais necessários, que diferem de cultura para cultura. Com isto se terá um produto de qualidade inferior, e que certamente não vai alcançar um bom preço. Então, de acordo com os produtores, poucas atividades é a melhor saída para a pequena propriedade, pois com isto é possível se conseguir um produto de boa qualidade e obter melhores preços.

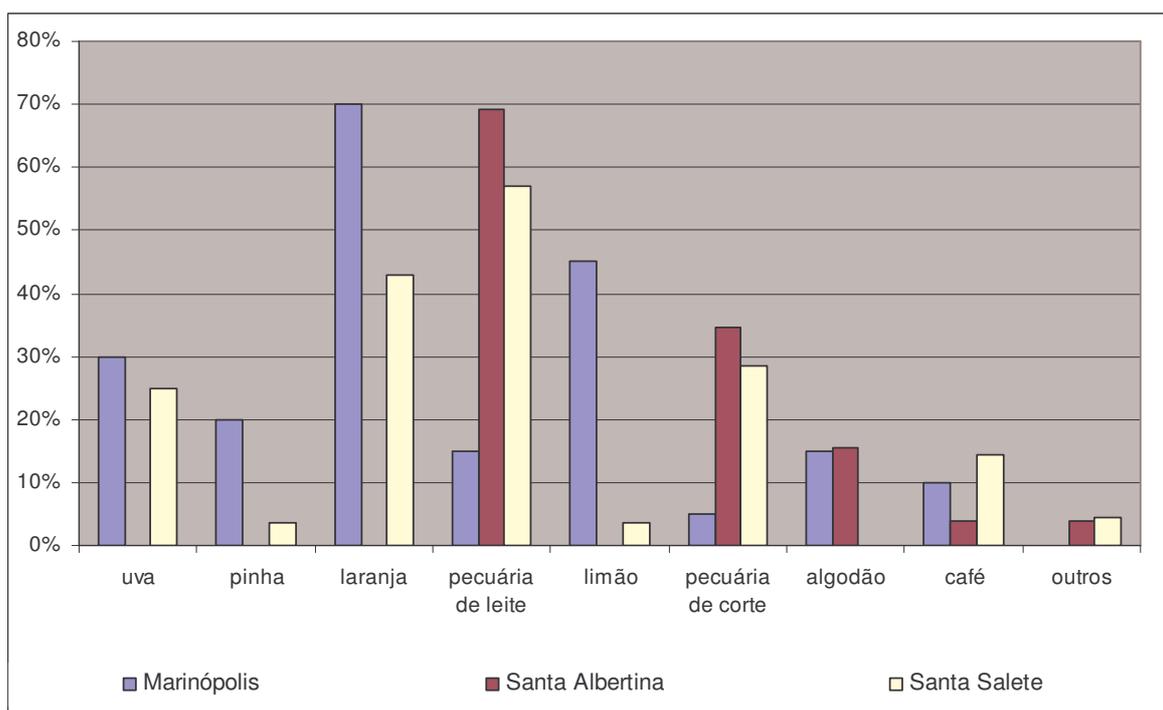


FIGURA 16 – Principais atividades desenvolvidas nas propriedades pesquisadas dos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete, maio de 2005.

COUTO (1999) analisa a diversificação da produção, tanto para autoconsumo como para produção comercial, como de grande importância em termos de estratégia de reprodução social, garantindo rendimentos em períodos sazonais de produção, minimizando os riscos de se ter uma só cultura, além de permitir uma alimentação, em termos de autoconsumo, mais variada.

Verificou ainda que se os produtores que diversificam suas culturas continuarem tal prática, eles darão continuidade à produção familiar, que no Brasil tem um papel fundamental em termos de abastecimento interno.

Santa Albertina foi o município que apresentou menor média de diversificação por propriedade, 1,31. O maior número de diversificação encontrado em Santa Albertina foi três e isso ocorreu em 3,85% das 26 propriedades pesquisadas, já o menor número foi de uma atividade, ocorrendo em 73,08% das propriedades. Dentre as atividades que se destacam no município, a pecuária de leite é a principal delas, presente em aproximadamente 70% das propriedades, seguida pela pecuária de corte com 35% e a cultura do algodão, presente em 15% das propriedades pesquisadas.

Dos produtores de Santa Albertina que produzem apenas leite, quase que a totalidade afirmou que estão na atividade por não terem alternativa, pois algumas culturas como algodão e milho, devido aos baixos preços, são inviáveis economicamente, como menciona um produtor:

“(...) se você vai plantá algodão, milho, você tá sujeito a perdê a propriedade que você tem, (...) então você tem que tirá leite, é o menos ruim hoje. É bom? Não é bom, é o menos ruim hoje. Não é que ele compensa, é o menos ruim. Hoje o leite não é uma alternativa boa, mas é uma que você não fica endividado e não pode, se você começa, quisé fazê besteira, muita coisa, você não consegue pagá as dívida, aí você tem que vendê as vaca, no fim caba com sua terra, é difícil, não é fácil” (LA54).

Segundo relatos dos produtores, a região de Santa Albertina teve muito algodão plantado, mas com a queda dos preços, muitos produtores se endividaram e abandonaram a cultura, quando não a propriedade, e partiram para outras atividades como o leite, por exemplo. Um fato que nos chamou a atenção, foi que dentre as vinte e seis propriedades visitadas, apenas uma tinha fruta plantada em escala comercial, sendo a grande maioria se dedicando só ao leite.

O fato de boa parte dos produtores se dedicarem exclusivamente ao leite é prejudicial, pois quando o preço do leite cai muito, seus rendimentos também vão diminuir e se essa situação é prolongada, muitos tem que abandonar a atividade, vender a propriedade e ir tentar a vida nas cidades. Então, a diversificação para a pequena propriedade é muito importante, pois sempre algum produto tem preço melhor do que outro, e isso permite ao produtor não ter muitas oscilações nos seus rendimentos, como menciona um produtor que realiza a diversificação em sua propriedade:

“Graças à Deus a gente tá contente, uma coisa eu sempre falo, a propriedade pequena tem que tê uma diversificação, tê uma coisa, tê outra, nunca tê só uma coisa. Se uma coisa não tá dando dinheiro, a outra dá né. Tem que sabê trabalhá, se não aprende trabalhá, sê não aprende economizá. Não se vive em lugar nenhum” (JD62).

Os produtores que diversificam suas atividades mencionam que o leite é importante, porque ele gera renda mensal, apesar de não ser alta, além do mais o bezerro pode ser considerado como lucro, que o produtor engorda e depois vende, ou até mesmo, no caso de fêmea, utilizando esse animal para futuramente se ter um aumento na produção da propriedade.

Já o município de Santa Salete apresentou resultados semelhantes ao de Marinópolis, em média foram 1,93 diversificações por propriedade e um máximo de quatro, o que ocorreu em 3,57% desses, no entanto, o número mínimo foi de uma atividade, ocorrendo em 39,29% das propriedades. A atividade com maior destaque dentre as 28 propriedades pesquisadas foi a pecuária de leite, que estava presente em 57% das propriedades, seguida pela laranja (43%), pecuária de corte (29%) e a uva, presente em 25%.

Analisando as atividades dos três municípios, conforme Figura 16, pode-se verificar que Marinópolis e Santa Salete apresentam uma grande diversificação por propriedade, em função da quantidade e distribuição percentual das atividades encontradas. Em Santa Albertina não se verificou tão grande diversificação, já que a maior parte, ou seja, 73% das propriedades pesquisadas têm apenas uma atividade, sendo ela a pecuária de leite. Tal fato pode estar relacionado à presença de uma associação de produtores rurais de leite no município, em que os produtores entregam seu leite e recebem um preço melhor do que se fossem comercializá-lo sozinhos.

Outro motivo pode estar ligado a questões culturais da região, no caso de frutas, ou devido ao fato do município estar localizado ao norte de Jales, onde se concentra a maior parte das empresas responsáveis pela intermediação de compra e venda de frutas. No caso do algodão, o município de Santa Albertina conta com duas beneficiadoras o que permite o escoamento da produção. Desta forma, os produtores têm dificuldades na venda de seus produtos frutícolas, pois alguns compradores não querem ir até Santa Albertina para buscar uma pequena quantidade de mercadoria. O produtor IM53 de Santa Albertina mencionou:

“Fruta é uma coisa difícil para vendê, se o povo tivesse mais união, eu penso assim, com essa associação nossa, uma comparação, hoje no leite tem uns cento e pouco associado no leite. Se juntasse pelo menos um grupo de 10 ou 15 pessoas, vamo plantá um tipo de fruta em 15, outros 15 planta outro tipo de fruta, outros 15 outro tipo. Quer dizê que era mais fácil para vendê hoje, porque aí pegava todo mundo, então tinha como um caminhão pegá essa fruta aqui e levá lá para São Paulo para vendê. Agora se eu planto sozinho, não compensa. Então se o pessoal tivesse mais união, era diferente as coisa, porque aí tinha condições do cara pô um caminhão aqui e levá em São Paulo, encaixava lá no CEASA, mas um sozinho não vira. Porque uma comparação, o sitinho da gente é pequeno, a gente não tem recurso para prantá uma quantia boa, suficiente para a gente levá lá, então não adianta a gente mexê. (...) quando surgiu aquele negócio do limão, eu plantei limão, trezentos e poucos pés, (...) mas deu limão, deu uma lavoura, tinha pé de limão de dá 15 caixa de limão, só que teve época de perdê, porque não achava de vendê, nem por cinquenta centavos a caixa, perdia, caía tudo no chão” (IM53).

A diversificação de culturas é uma estratégia produtiva de grande importância para os produtores, principalmente para os dos municípios de Marinópolis e Santa Salete, onde essa diversificação foi mais presente. A diversificação de culturas segundo os produtores é um meio de prover rendas alternativas quando determinado produto apresenta queda no preço ou até mesmo na produção, devido a fatores climáticos (falta de chuva, temperaturas elevadas) e a outros fatores, como doenças e pragas. Assim, como dizem os produtores: *“quando uma cultura fracassá, tem a outra para ajudá”*.

Há produtores, principalmente aqueles que realizam a diversificação de culturas, que acreditam que essa prática é de suma importância para eles, pois contribui no aumento da renda e em alguns casos, ela pode se tornar a principal atividade da propriedade, ainda que em situação provisória.

Um produtor mencionou que chegou a ter nove ou dez variedades de fruta em sua propriedade, porém devido há algumas doenças nas plantas e baixos preços recebidos por outras, ele foi erradicando as variedades, mas segundo ele é muito importante essa diversificação e proporciona bons resultados.

Os produtores acreditam que a diversificação é uma importante saída para se defenderem dos altos e baixos do mercado. Segundo um produtor de Santa Salete, foi devido a

diversificação de culturas que ele conseguiu formar um pequeno pomar de laranja, com a renda que ele ia obtendo, principalmente do limão, ele foi pagando o financiamento que ele tinha feito para plantar a laranja. De acordo com ele, quando se pensa em diversificação, a melhor escolha sem dúvida nenhuma é diversificar com frutas, pois culturas como algodão e milho estão dando prejuízos.

A diversificação em certos casos, dependendo da forma que é praticada, pode se caracterizar como uma adversidade para o produtor, pois se tendo várias culturas o produtor tem que dividir seu tempo para os tratos culturais de cada uma e sendo muitas, acaba que todas elas vão ficar com tarefas por fazer. Com isto pode incidir mais pragas, doenças, queda na produção e conseqüentemente, todas elas são prejudicadas pela falta de cuidados.

Como mencionou um produtor de Santa Salete, você não pode diversificar muito, pois caso contrário o efeito dessa prática pode ser negativo:

“A diversificação é importante, só que às vezes tem o outro lado também que é importante, do cara se especializá também. Às vezes se ele começá diversificá muito, ele não se especializa em nenhuma. Teve uma época que quando, porque aqui eu era sócio com meu irmão, viche, aqui ele vinha para tomá conta e eu ficava no outro sítio lá. Ele fez uma salada, tinha horta, ele fez plantação de pinha, caqui, tinha limão, tinha uva, então virou uma bagunça. Então, eu acho que diversificá muito também não é bom, às vezes você vê produtor que é monocultura né, especialista em uma coisa e vai bem, mas diversificação também... Mas diversificá demais também não é bom” (AN42).

Uma estratégia interessante que nos chamou a atenção foi a de um produtor, também de Santa Salete, esse produtor até 2004 tinha duas parreiras de uva e, não contente com os preços recebidos pela cultura, resolveu erradicar a mesma, porém, a estrutura⁴⁷ permaneceu no local. Aproveitando essas estruturas ele plantou milho, e devido a irrigação, ele consegue produzir milho o ano todo, desta maneira, ele adotou uma nova estratégia produtiva, que é a venda do milho verde já descascado para os mercados e quitandas da região. E ainda a

⁴⁷ A estrutura utilizada na região de Jales para o cultivo da videira é do tipo latada, ou seja, é feita uma estrutura com madeiras e arames, de forma que a planta se apóie sobre esta estrutura e os cachos possam ficar pendurados, evitando-se o contato desses cachos com galhos e folhas, o que poderia danificar as bagas. Segundo os produtores, este tipo de estrutura permite um melhor manejo da planta e também uma maior produtividade, tanto é que o sistema de espaldeira, muito utilizado na região de Jundiá para plantio da uva niagara, não é adotado na região.

utilização da planta e desses restos vegetais servindo como ração para o gado, conforme depoimento desse produtor.

“(...) minhas vaca tinha procedência, eu tirava leite e tinha vaca que dava 26 a 27 kg/dia e aí eu já ia acabá com a uva porque tava ruim o preço. Eu vou plantá milho verde, vou entregá nos mercado, prá usá o pé né, porque o leite tava bom (...). Então, onde eu tinha as parreira eu planto milho verde tabelado sabe, parcelado, vendo as espiga para o mercado, entrego nos mercado e aproveito os pé para fazer ração para o gado junto com a cana. Então direto eu tô, alá, eu tô cheio de pé de milho, aí eu vô lá na cana, trituro milho e cana, e fécho os coxo, eu sempre tô cortano uma tabela e colhendo outra, para aumentá, porque o leite tá ruim. E hoje você tem que tentá se virá” (IC50).

O produtor menciona que a idéia dessa sua estratégia, vender a espiga de milho e aproveitar o planta para tratar as vacas, surgiu porque ele conhecia pessoas que faziam isso. Quando começou, entregava o milho para uma pessoa que nem produtor era, e essa pessoa fazia pamonha e o milho mais novo ela entregava nos mercados, nisso ele percebeu que poderia ter um lucro maior se ele mesmo vendesse diretamente o milho para o mercado e assim procedeu. Tempo livre para fazer as entregas no mercado ele, que era após tirar o leite, então ele descasca o milho e entrega seu produto em vários mercados no município de Urânia e já está pensando em comprar uma empacotadeira e entregar o produto embalado em bandejas, com etiquetas falando das características nutricionais do produto, bem como seu nome e telefone.

Desta forma, essa sua estratégia, considerada uma renda secundária, está ajudando na composição da renda familiar:

“No momento o milho verde tá sendo melhor do que o leite. Eu acho até que se nós não tivesse mexendo com leite e ampliasse a parte do milho, hoje eu tinha feito melhor negócio, mas como você não pode ficá pulando de galho em galho toda hora, você tem que guentá no leite” (IC50).

Essa estratégia de diversificação adotada por esse produtor foi uma boa saída para manter a renda que até então ele vinha tendo com a uva, muitos produtores erradicam as

videiras e desmontam toda a estrutura⁴⁸, que acabam vendendo quase de graça ou deixando encostada em um canto da propriedade.

Porém esse produtor aproveitando essa estrutura⁴⁹ toda decidiu plantar milho verde e utilizar seu subproduto como ração para o gado. Essa estratégia, em virtude do preço do leite quando da segunda parte do trabalho de campo, estava se configurando como a principal fonte de renda da propriedade e sendo uma saída para o produtor, que até estava pensando em se especializar, ou seja, comprar uma máquina e embalar o milho em bandejas e colocar etiquetas com seu nome, o da propriedade e o telefone para contato. É em experiências como essas que os produtores vão conseguindo se manter na agricultura e ir, como mencionou o produtor “*sobrevivêno*”.

A respeito do que mais pesaria, ou melhor, o que os produtores levariam em consideração na hora de escolher determinada atividade, muitos relataram que seria a atividade que apresentasse melhor preço. Outros ainda, que a escolha ocorra em virtude da facilidade para venda ou ainda pela tradição da região.

Para alguns produtores a escolha por determinada atividade relaciona-se ao custo de produção, ou seja, aquela que apresenta menor custo e conseqüentemente melhor rentabilidade. Dependendo da cultura a ser implantada precisa-se realizar subsolação, aração, gradagem, com isto se tem grande dispêndio com petróleo e máquinas, também o custo da semente ou muda e só então se pensará na facilidade de venda e preço alcançado.

CHAYANOV (1974) menciona que a escolha das atividades a serem desenvolvidas nas unidades de produção, bem como a quantidade a ser produzida, depende da necessidade de consumo das famílias. Às que têm um grande número de pessoas precisam de atividades que tragam rendimentos suficientes para a manutenção de todos os seus membros e agregados e, garantindo, desta forma, a sua reprodução social.

Um produtor disse que já teve uva e na época que optou pela cultura, foi porque todo mundo na região estava plantando. A cultura estava indo bem e os preços recebidos eram

⁴⁸ Essa estrutura é composta por mourões, arames, irrigação, tela de polietileno entre outros materiais que somados, de acordo com valores levantados no final de 2005, totalizavam R\$53.000,00 para a área de 1 hectare.

⁴⁹ Em várias outras propriedades pôde-se observar parreiras abandonadas com toda a estrutura em perfeito estado de conservação, porém, como existiam outras atividades nas propriedades, os produtores mencionavam que não tinham decidido o que fazerem com aquela estrutura. Alguns pensavam em plantar uva novamente, já que o preço tinha melhorado, outros em vender para o pessoal que aparecia querendo comprar.

muitos bons, depois com o excesso de produção, os preços caíram e muitos produtores desistiram da atividade.

Assim, verificou-se que a decisão de plantio de determinada cultura ocorre basicamente em função da animação de outros produtores e comentários incertos de que esta alcançava bons preços no mercado.

Em certos casos o plantio de determinada cultura ocorre sem que o produtor, ao menos, tenha maiores informações sobre o sistema de cultivo, custos de produção e preços recebidos. Com isto, mesmo antes de entrarem em produção são erradicadas, talvez devido aos altos custos de produção ou algum outro fator endógeno. Porém há produtores, que antes de iniciarem o plantio e até mesmo compra das mudas, procuram maiores informações, seja com técnicos da casa da agricultura, vizinhos e até mesmo nos entrepostos de comercialização, como a CEAGESP e o CEASA.

KIOTA e GOMES (1999) relatam que o início de novas atividades é realizado gradualmente, com uma pequena aplicação de capital, sem tirar áreas das lavouras e com a utilização de força de trabalho disponível. No momento em que conseguem dominar os elementos da produção e comercialização, começam a aumentar o dispêndio dos fatores de produção nessa nova atividade.

6.2.7. Vida social

A abordagem das questões sociais permitiu verificar que no tocante ao acesso à informação, o maior contato que os produtores têm se dá através de dois veículos de comunicação: o rádio e a televisão, estando esses presentes em praticamente todas as casas, sendo que uma grande parte possui antena parabólica. No rádio gostam de ouvir a “Voz do Brasil” e ficam atualizados sobre os preços dos produtos agropecuários no mercado local, regional e nacional, sendo não menos importante as previsões do tempo.

A televisão, menos interativa, faz parte do cotidiano dos produtores, sendo os telejornais da noite seguidos diariamente, obtendo informações sobre a política, economia e também a previsão do tempo. Um programa que eles vêem bastante é o “Globo Rural”, principalmente aos domingos. Revistas semanais e jornais diários são raros os que lêem.

SANT’ANA (2003) e COUTO (1999), estudando agricultores familiares constataram estratégias de ajuda mútua entre vizinhos, em que se configuram, como menciona WOORTMAN (1995), em atividades não assalariadas, pois dada a recorrência do casamento intra-sítio, o vizinho é um parente potencial. Também chamado de sistema parentesco/compadrio, pois "aqui quem não é parente é compadre" (WOORTMAN, 1990).

Em Santa Salete foi significativo o número de famílias com parentes em propriedades vizinhas, porém, a rede de socialização que envolve as mesmas não é tão forte quanto a observada por COUTO (1999). O contato entre as famílias ocorre nas missas ou cultos realizados nas “igrejinhas” localizadas na área rural, próximas as propriedades, ocorrendo missas pelo menos uma vez por mês com a presença do padre, pois a igreja do município não tem padre fixo, então o padre de Urânia vem celebrar as missas.

Segundo alguns produtores é devido aos encontros religiosos, como as missas e cultos, que se realizam os contatos com outros produtores, aproveitando essas oportunidades para rever os amigos, ou então quando algum vizinho tem algum problema de saúde, nesse caso o apoio se faz necessário. De acordo com os produtores, como antigamente não existia televisão, o pessoal do sítio tinha mais tempo para ir com a esposa na casa do vizinho para bater papo, porém hoje, a televisão os prende mais em casa.

As novenas também foram mencionadas como ponto de encontro das famílias, novenas essas que antecedem datas religiosas festivas como o natal e a páscoa. Essas novenas, muito

comuns nas áreas urbanas e rurais das cidades do interior, foram observadas tanto em Santa Salete, como em Santa Albertina e Marinópolis.

Com relação a ir a cidade, os produtores não costumam deixar a propriedade com frequência para isso, quando ocorre é, geralmente, nos finais de semana, quando precisam fazer compras no supermercado, ou visitar os filhos. Em Santa Albertina e Marinópolis, houve produtores que mencionaram que no final de semana costumam ir aos domingo à noite nas missas, porém, outros disseram que nem isso mais eles estavam fazendo⁵⁰, pois na área rural não se tem descanso, é trabalho de segunda à domingo, de sol a sol.

Houve produtores que relataram que na área rural não existe descanso, pois se for descansar algum dia é porque se deixou de realizar alguma atividade, como menciona um produtor:

(...) folga? Não tem folga não, você faz a folga por conta, mas você deixou de fazê algum serviço. Leite não tem folga, não tem feriado, vaca come todo dia. Leite você tem que tirá todo dia, cêdo e à tarde. Não tem feriado, não tem natal, não tem domingo, não tem nada, leite é direto” (LA54).

Essa situação de não se ter dia de descanso foi observada mais naquelas propriedades em que o leite era a principal atividade, pois no caso do leite, todo dia tem que tirá-lo pois caso contrário a vaca pode diminuir a produção. Houve relato de um produtor que, juntamente com sua esposa, queria visitar a filha que morava em Goiás, mas isso não estava sendo possível, pois ele tinha que tirar leite todos os dias. Já naquelas propriedades em que a fruticultura é a principal atividade, principalmente a laranja, as horas de descanso são mais frequentes e sempre aos sábados e domingos, e segundo um produtor ele tem tempo até para ir pescar no final de semana.

A pecuária leiteira se configura como uma atividade que, apesar de não demandar muito tempo na ordenha, prende o produtor, pois pela manhã quando termina de tirar o leite, tem que tratar das vacas no côxo, depois no final da tarde tem que separar as vacas dos bezerros, para no outro dia começar a mesma rotina novamente, desta forma, apesar de não demandar muito tempo da pessoa, ela fica impossibilitada de algum dia de lazer.

⁵⁰ Como o período das entrevistas ocorreu no final/início do ano, estava vigorando o horário de verão e com isto o pessoal da área rural trabalha enquanto tiver sol. Assim, como o sol se põe por volta das oito da noite, eles perdem o horário da missa que, geralmente, é as sete horas da noite.

Observa-se também que não há muita frequência nas visitas entre os amigos, parentes e até vizinhos, seja semanal ou diariamente e que isso está se tornando raridade. Houve relatos de produtores mencionando que certos vizinhos nunca vieram em suas casas:

(...) você sabe qual os único vizinho que vem aqui? Como agora tem esses negócio de encontro de casal, então eles vem aqui, só no dia quando o encontro é na minha casa. Eu tenho um cumpadre que vem aqui direto, que mora numa chácara perto da vila, (...) e eu vou na casa dele, mas os outro só vem aqui na época do encontro. Tem um vizinho mais perto que é primo da muié, de vez em quando ele vem aqui conversá sobre alguma coisa, (...) mas dizê que vem ele, a muié e a menina conversá, passá uma hora, nunca veio. Já tem outro vizinho ali também que nunca veio com a esposa dele aqui para nós conversá, então tem muitas vezes que talvez na cidade você arruma muito mais amizade do que aqui” (IM53).

Um sentimento que os produtores expressavam é quanto a satisfação de morarem na área rural, muitos disseram que por nascerem no sítio e sempre terem vivido nesse local, não sentem nenhum desejo de morar na cidade. A violência das cidades grandes também foi um ponto muito destacado pelos produtores, o que fazia com que eles passassem a preferir ainda mais o campo:

“(...) numa cidade grande você já não vive tranqüilo, aquilo tudo agitado. Eu vou em Americana na casa da minha mãe, e cabô de visitá todo mundo eu não vejo a hora de vim embora. O ar aqui é outro, lá você tem o muro na cara, as casas tudo trancada na chave, meu cunhado lá, entra com o carro, já tranca, sai prá fora um pouquinho já tranca. Meu carro fica com a chave no contato, aberto” (RS60).

Houve produtores que mencionaram já terem morado na cidade, porém na área rural a qualidade de vida ainda é melhor, embora haja alguns inconvenientes, como no caso das pessoas idosas que com o tempo ficam sozinhas na propriedade. Isso ocorre devido os filhos saírem da propriedade, sejam porque se casam ou devido à busca de oportunidades de trabalho, desta forma, esses idosos necessitam de cuidados de alguma pessoa, geralmente um filho ou uma filha que mora na cidade, ou até mesmo em propriedades vizinhas.

6.2.8. A mulher e sua inserção nas estratégias familiares

É na família, organizada em estratégias e não ao redor do indivíduo em fuga solitária, que a mulher toma parte ativa, emprestando-lhe sua dinâmica e fornecendo-lhe seu suporte (TEDESCO, 1999, citando Almeida, 1985).

SANT'ANA (2003) concluiu que se as mulheres ganham espaço para opinar sobre os rumos da unidade familiar quando atuam na produção e/ou comercialização, porém, isso acarreta a um aumento da sua jornada de trabalho, pois ainda continuam responsáveis por grande parte do trabalho doméstico.

O afirmado pelo autor, em certa parte, pode ser aplicado para produtores da presente pesquisa, porém, houve casos que mesmos as atividades domésticas, entre elas, cozinhar, limpar a casa, lavar, passar e outras, sendo destinadas às mulheres, o chefe da família também ajudava quando necessário:

“Quando eu saio é ele, sabê fazê, ele sabe. Aqui em casa nós tem um jeito de trabalhá assim, se eu tô apertada com muita coisa que eu tenho que fazê, ele me ajuda e eu ajudo ele. Sempre foi assim, porque não tem essa história porque é homem não vai lavá roupa, eu operei as duas mão, até esses dia que eu tava operada, não veio empregada, não veio vizinho, não precisô de ninguém (...). Ele fez o serviço, ele fazia o dele e fazia o meu, do jeito que ele podia, então a gente tem um entendimento, nós dois assim, ele tá apertado, eu largo o quê eu tenho para fazê e vou ajudá ele, aqui em casa, eu não tenho condição de fazê por algum motivo, ele tá me ajudando. Então aqui, um ajuda o outro, sempre foi assim” (Esposa do produtor JD62).

TEDESCO (1999) menciona que mesmo nas propriedades em que o papel da administração, exploração e propriedade esteja centrada no homem-marido, isso não inviabiliza a co-participação da mulher em decisões, na elaboração de sugestões, de iniciativas de acompanhamento, as quais dão conformidade à relação hierárquica entre os cônjuges.

Porém, quando se tratava de herança da terra, a mulher sempre era excluída, pois a sua força de trabalho na agricultura era vista como uma simples ajuda relacionada ao seu papel de esposa, e além do mais por não ser tida como capacitada socialmente para exercer o papel de chefe da unidade familiar (CARNEIRO, 2004).

Hoje, porém, a participação da mulher seja nas decisões que são tomadas na propriedade, bem como na composição do trabalho familiar é de fundamental importância

para a propriedade familiar. Um produtor mencionou que sua esposa tem um papel fundamental na tomada de decisões da propriedade, sempre pede a opinião dela, pois, segundo ele, ela tem idéias melhores e que, geralmente, são sempre seguidas.

SANT'ANA (2003) relata que é possível a participação da mulher nas decisões, pois sua influência na construção das estratégias vai muito além do que é explicitado, e

“o que se observa com frequência é que a mulher participa ativamente nos bastidores da construção das decisões familiares, seja realizando a mediação entre os filhos e o marido, ou entre este e suas ações públicas”. (SANT'ANA, 2003, p. 164)

Da mesma forma como ocorreu com TEDESCO (1999), também neste trabalho, quando da segunda parte do trabalho de campo, era comum no momento em que se entrevistava o marido, as mulheres se aproximarem e darem sua opinião sobre determinado assunto, quando não estavam presentes desde o início. Pode-se notar, que quando elas participavam tinha-se uma maior riqueza de informações, pois elas eram mais determinadas que o próprio entrevistado e eram elas quem mais relatavam os fatos e até nos entrevistando sobre determinadas opiniões.

Em uma propriedade quando da conversa com o produtor, sua esposa que estava na cozinha ouvindo, veio e falou algo para o seu marido em voz bem baixa, pois ela sabia que estava sendo gravada, seu marido disse que era para ela não fazer barulho. Quando soube que também poderia dar suas opiniões, sentou-se à beira da mesa e de lá não saiu até o término da entrevista.

Nas entrevistas em que as mulheres também estavam presentes, em alguns casos, elas não davam muitas opiniões, era sempre o chefe da família quem mais falava e relatava sua vida, porém, quando surgia alguma indagação sobre os filhos, eram elas quem primeiro respondiam e isso via de regra foi em todas as propriedades.

O trabalho da mulher é de fundamental importância para a sobrevivência da família, contribuindo com os mecanismos de crescimento patrimonial. Observou-se que as esposas dos produtores, após o casamento sempre os ajudavam nas atividades da propriedade, porém, ainda como já mencionado em jornada dupla, com os trabalhos domésticos.

As estratégias dos recém-casados iam desde ao trabalho conjunto até o planejamento familiar, pois em alguns casos, a mulher estando grávida e algum tempo após ela ter o filho, não podia realizar muito esforço, com isto ocorria uma diminuição da mão-de-obra familiar.

Assim, para que isso não ocorresse, o casal adia a vinda dos filhos até que financeiramente a situação deles estivesse melhor:

“Quando a gente casô, nós ficamo uns 3 anos sem arrumar filho, era eu e ela né. Depois começou a vim os filhos né, aí já começou ela a tomar conta dos filhos, mas até esses tempo ela ajudava bem na colheita né, quando apertava a desbrota ela ía também (...)” (AN42).

Quanto ao trabalho conjunto do casal a esposa de um produtor mencionou:

“Teve uma época que nós dois sofreu muito,(...) mas a gente levantava de manhã, punha a égua no carrinho e enquanto ele fazia um pouco de serviço, eu fazia outro, a gente trabalhava por dia nessas fazenda vizinha, nós dois, porque só daqui não tinha como” (Esposa do produtor JD62).

Na jornada dupla desempenhada pelas esposas muitas tinham que deixar seus filhos com outros membros da família, como suas sogras ou as mães, por exemplo, conforme é relatado por um produtor:

“Eu morava no outro sítio, onde tá meu irmão hoje. Aí os filhos ficavam com a minha mãe, porque a minha mulher sempre me ajudou, mas ela ficava até umas oito, oito e pouco da manhã em casa, depois eu vinha de tirá o leite. Quando não, ela já saía, quando não ía tirá o leite. Quando dava setor de oito horas, ela, minha sobrinha, minha cunhada, a gente tava trabalhando na roça, aí ela já preparava o almoço, ía e já ficava o resto do dia, já levava merenda. Naquela época tocava 15.000 pé de café” (DM64).

Já outros casais não tendo com que deixar os filhos, tinham que leva-los juntos para a roça, e segundo depoimentos eram situações muito difíceis, como relata alguns produtores e esposas:

“Levava para roça, deixava debaixo da sombra do coqueiro. Então nós ponhava debaixo do pé de coqueiro e o sol ía andando, e a sombra vai andando também, e ele ficava lá no sol, aí tinha que ir lá e ponhá eles na sombra de novo, mas era difícil, coitados! A menina tem problema na bacia, ela não andava, então, nós dois trabalhando e ela no meio da roça, gatinhando no meio do amendoim. Eu falava fia, fica de pé para nós vê onde sê tá, aí ela levantava em pé e tornava sentá outra vez” (Esposa do produtor RS60).

A esposa de um produtor relatou que levou seu filho de dois anos na roça e deixou-o dormindo embaixo de um pé de café, porém, quando foi até o local onde ele tinha ficado, o menino tinha desaparecido. Viram suas pegadas em direção da estrada, seguiram até lá e viram

o rasto de um carro que tinha parado e possivelmente pego o menino, no entanto, quando chegaram em casa o menino estava lá, uma vizinha deles estava passando pela estrada, reconheceu o menino e o levou para casa.

Os produtores afirmaram que com 6 a 7 anos já iam para roça junto com os seus pais e ajudavam, principalmente, na cultura do café. Como eram crianças, e por consequência pequenas, entravam debaixo dos pés de cafés para tirar os brotos que nasciam nos troncos, além de outros serviços que já conseguiam fazer, como colher algodão.

6.3. Organização rural

6.3.1. A organização da produção

Ao lado do capital e do trabalho, a terra, sob o ponto de vista econômico, é também considerada como um dos fatores básicos de produção (PEREZ, 2000). Desde o período colonial, os pequenos produtores sempre procuravam novas formas de integração à economia local e regional. E, desde então, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe da propriedade, foi um objetivo comum e natural desses agricultores, muito embora, essa atividade esteja ligada ao autoconsumo (WANDERLEY, 1999).

Para LAMARCHE (1998) existe uma dependência dos agricultores familiares para com o mercado. Estes agricultores podem ser divididos em três categorias a partir desta dependência: os agricultores que produzem essencialmente para o mercado, ou seja, dedicam toda a sua produção à venda; outros ainda produzem tanto para a venda quanto para o autoconsumo, assim dedicam uma importante parte da produção para a venda e a outra para o consumo da família; e finalmente, há aqueles que produzem essencialmente para a subsistência, destinando o essencial de sua produção para o consumo familiar.

Segundo os resultados encontrados a produção das propriedades é destinada à venda, não representando necessariamente um excedente produzido além do necessário e sim uma quantidade que permite a complementação dos meios de vida e o alcance dos instrumentos e meios de trabalho.

Observou-se que na realização das atividades, a mecanização agrícola está presente na maioria das propriedades, mesmo aqueles produtores que não tem condições de possuir esses equipamentos, contratam de terceiros ou, como ocorre na maior parte dos casos, a associação de produtores ou a prefeitura municipal realiza as práticas agrícolas, pagando os produtores uma pequena percentagem pelo serviço.

No tocante a utilização de implementos de origem animal, essa é uma prática quase que em decadência nas propriedades pesquisadas. Há produtores que utilizam apenas em certos tratos culturais, como para cultivar o milho, ou quando se trata de áreas pequenas em que o plantio é para o próprio consumo e até mesmo para não ter que alugar alguma máquina ou implemento:

“Eu tô usando assim, no café e vão supor, para passar no milho quando eu planto, agora nós dá uma cultivada com a chapa na armação e no café, eu ando passando também

bem de levinha né, para não mexer com a terra, porque se você for pagá tudo também não sobra mais nada” (JC49).

Para WANDERLEY (1999) o agricultor familiar é a continuidade das formas anteriores, sendo um agricultor que tem como herança a tradição camponesa que se adaptou às novas exigências do mercado. É neste sentido que identificamos o agricultor familiar, o qual não surgiu como uma ruptura do modo de vida camponesa e sim a partir de uma adaptação ao novo cenário econômico, social e cultural vigente.

Os produtores dos três municípios mencionaram que, apesar de não utilizar mais implemento de tração animal, já ter utilizado na época que tinham café. Nessa época, como era difícil o acesso a máquinas agrícolas, os implementos de tração animal eram a melhor alternativa para os produtos, até mesmo os equipamentos de utilização manual, como as semeadeiras, conhecidas popularmente como “matracas”, como relata um produtor:

“Antigamente era tudo com animal, tombava com animal, chapeava com animal, plantava com animal, hoje não, hoje é tudo com trator. Ainda hoje eu vô plantá com o animal, é arroz, é pouquinho coisa, então tô plantando com animal. Então eu risco com o animal, 20 a 30 riscos, depois eu pégo uma carriolinha, vou adubando dentro do risco, prá depois í plantando, então eu passo 3 vezes dentro do risco, uma vez para riscá, outra para aduba e outra para plantá” (RS60).

As estratégias ligadas a organização da produção revelou que na maior parte dos casos a área da propriedade sempre foi a mesma, ocorrendo casos, porém, em que houve o aumento da área em decorrência da aquisição de partes de irmãos, ou até mesmo de vizinhos. Já a proporção de área cultivada sofreu mais alteração, vez que o café predominava na região e com sua decadência, muitas dessas áreas deram lugar à pastagem ou culturas, como relatam alguns produtores:

“Aqui nos 15 alqueire teve lavoura de café, aí foi acabando, acabando e passou para pasto. Hoje tem uns 3 alqueire de milho, pasto se tivé 1 alqueire, o resto é tudo cana e napiê, tudo para ração. (...) Financiado eu só tenho uma forrageira, que eu financiei esse ano, esse trator aí também é financiado, mais tem só uma parcela para acabá de pagá, esse financiamento é pelo Banespa e tenho um também no Banco do Brasil, um PRONAF” (PB57).

O financiamento agrícola, como se observou nos depoimentos é uma prática comum entre os produtores, sendo que boa parte destina-se ao custeio das atividades das propriedades.

Houve produtores que mencionaram ser o financiamento também destinado à aquisição de equipamentos que auxiliam nas atividades desenvolvidas, outros para melhorias no plantel de animais, como vacas de leite:

O principal órgão em que eles procuram o financiamento é o Banco do Brasil, sendo os benefícios do PRONAF o mais adquirido, além do PROGER.

Observou-se um produtor com uma estratégia de produção muito interessante, a propriedade dele é pequena, mora ele, a mãe, a esposa, e um filho solteiro que trabalha como diarista. A sua renda vem basicamente do leite, porém ele tem uma pequena área com mandioca e, de vez em quando, planta alguma outra cultura, como milho e algodão. Como a sua renda é muito pouca ele não tem condições de fazer adubação nas culturas e pastagem, assim, para reformar os pastos, ele vai mudando o local de plantio das culturas, como ele próprio menciona:

“A área plantada tem ano que aumenta, tem ano que diminui, não é sempre a mesma, o mesmo lugar. Eu vô mudando o lugar de plantio para ir reformando os pasto, a gente vai procurando sempre a parte de terra melhor para plantar né, onde tá mais descansado” (AA44).

O que se vê nesse caso assemelha-se a agricultura praticada no passado, de exploração, em que apenas os restos culturais serviam como fertilidade para a terra. A estratégia praticada por esse produtor é interessante na medida em que ele, não dispondo de recursos financeiros, planta determinada cultura e assim, os restos culturais servem de matéria orgânica, no intuito de aumentar a fertilidade para a instalação das pastagens nesse local.

Com isto, a cada ano, ele vai reformando as pastagens de sua propriedade e conseguindo extrair uma renda, ainda que mínima ou apenas para a subsistência, das culturas que ele planta no local onde será reformada a pastagem.

Outro produtor adota o mesmo sistema descrito acima na renovação das pastagens, porém a adubação é uma prática realizada:

A área de pasto sempre foi a mesma de quando eu comprei, porque uma parte fracassa, você prepara a terra para plantá uma roça, mais em seguida você substitui aquela roça para plantá um pasto. Então você tá sempre reformando, você vai sempre substituindo aquela área para ela não fazer falta no pasto né e também não acarretá muito a roça. Então hoje tem mais ou menos 50% de pasto e 50% de roça, porque tinha uma área que eu plantei

milho e uma parte que era pasto e fracassô, e eu já aproveitei a terra e esse ano preparô tudo roça (LA54).

Procurou-se abordar, ainda, qual seria a quantidade ideal de terra (área) para a exploração e assim a família pudesse prover meios de sobrevivência somente com a renda dessa área.

Alguns produtores mencionaram que dependendo da atividade a ser desenvolvida, como pecuária de corte, precisaria-se de uma grande quantidade de terra, em torno de 50 alqueires. Porém, informaram que, se a atividade a ser desenvolvida for ligada a fruticultura, com 5 alqueires (em torno de 10 ha.) ou até menos, no caso da uva, teriam condições de sobreviver só da produção da propriedade, mas desde que se seguissem as orientações técnicas.

“Depende do que ele quer fazer né, se ele for mexer com frutas, tem frutas que uma área maior é importante, que nem a uva uns 3 hectare dá, laranja um pouco mais, uns 10 hectare, para sobrevive. O preço que tá a laranja, não precisa sê uva não, já dá uma boa renda” (AN42).

Outros produtores disseram que a exploração dependeria muito do número de membros da família. Uma família numerosa seria difícil sobreviver com a renda só da propriedade, pois para se obter retorno da atividade hoje em dia está difícil. Com isto, não se pode perder nada, o produtor tem que saber conduzir bem seus gastos e administrar bem seus recursos, pois caso contrário ele está fadado ao abandono do campo.

Em pequenas áreas é possível a sobrevivência da família, mesmo ela trabalhando com a pecuária leiteira, porém, o produtor precisa estar integrado com as tecnologias do setor, e neste sentido, o acompanhamento dos técnicos da extensão rural é de fundamental importância.

“Hoje com esse negócio de piquete que tá surgino aí, você até com 1 ou 2 alqueires, você mantém um gado bom aí. Você sabe que você tem que segui esse povo da EMBRAPA né, orientação deles para podê mantê. Se o sujeito for na técnica, com 5 alqueire ele vive tranquilo, bem na técnica, porque hoje tá tudo moderno né. Antigamente o cara tinha uma propriedade, ele tinha aí, vamos supô, 15 alqueire, ele não pnhava mais do que 10 ou 20 vaca. Hoje que nem nós tem uma propriedade de 15 alqueire e tem 100, 120 vaca, sai a

média de mais de 10 cabeça por alqueire, dá para se vivê, mais é tudo na técnica né, então eu falo, o caboclo com 5 alqueire ele vive tranqüilo” (PB57).

A fruticultura, como mencionaram alguns produtores, é a principal alternativa para pequenas áreas, e que em uma propriedade onde se predomina a fruticultura, sendo essa bem conduzida, é possível ter toda a família trabalhando e conseguindo obter um bom retorno financeiro, mesmo em pequenas áreas, ao contrário de uma propriedade com grande quantidade de terra que explore pecuária de corte, cultivo de milho ou algodão, como menciona um produtor de Santa Salete:

“Tem nego que num alqueire de terra vive e faz grana prá caramba, e tem gente que com 10, 50 alqueire que vive aos tranco e barranco, sei lá. Depende do que ele quer fazer né, se ele for mexer com frutas, tem frutas que uma área maior é importante, que nem a uva uns 3 hectare dá, laranja um pouco mais, uns 10 hectare, para sobrevivê. Porque para ele ficá rico... Às vezes ele fica num ano, no outro ele fica pobre” (AN42).

Observou-se, tanto pelos depoimentos dos produtores, bem como da situação de exploração de cada propriedade, que o modo de viver, de conduzir a propriedade, está ligado a iniciativa de cada família, do modo de planejar e por em prática suas estratégias. Houve casos que em grandes áreas, como 20 a 40 alqueires, a família estava desanimada com o desempenho da agropecuária e outros em que, com apenas 10 hectares, a família estava sobrevivendo muito bem. Então, tudo depende da “criatividade” da família, da sua estratégia de vida.

Essa situação pode ser comparada à observada por LAMARCHE (1993). O autor menciona que agricultores melhores estruturados seguiram os caminhos da modernização, enquanto que os marginalizados, impedidos de integrar o processo das relações de produção agrícola, acabam por sofrer uma transformação no sistema de valores, indo buscar soluções, muitas vezes, fora do quadro de produção agrícola.

Os agricultores brasileiros têm estratégias econômicas articuladas em dois níveis complementares; de um lado está a atividade mercantil, onde os agricultores familiares possuem um produto ou produtos comercializáveis que são o carro-chefe do sistema produtivo, e por outro lado, essa atividade mercantil é acionada ao autoconsumo (WANDERLEY, 1999).

Dentre os produtores entrevistados apenas dois mencionaram realizar plantio de arroz, feijão e ter alguns outros alimentos para o consumo familiar, como relatado a seguir:

“Inclusive esse ano eu não plantei arroz, porque eu plantava um cantinho, meio que fora dos 30 metros, tenho até 13 saco aí, o cara da máquina..., tá difícil para depositá arroz, eu falei, tenho a casa grande, então reservei um cantinho e guardei, aí eu não plantei. O feijão no período da seca a gente sempre planta, então não compra, o que se compra é mais as outras coisas né. Carne também a gente não compra, porque a gente mata e guarda no freezer, coisas de horta a gente também sempre tem, umas fruta, abobrinha, maxixe, mandioca, galinha, ovo. Se tivesse que comprar tudo aí ia ficar difícil né. Finado meu pai sempre dizia, ah meus filhos, isso daqui você não morre em cima de pedra, tem que ter tudo” (DM64).

De acordo com os produtores, hoje em dia, está muito difícil para plantar arroz, pois se não for em locais baixos, não se produz nada, há necessidade de locais úmidos. Esses locais seriam os brejos, porém existe a legislação ambiental que proíbe o plantio dentro da área de preservação permanente, que pode chegar até uma faixa de 50 metros de largura a partir das margens dos córregos e brejos. Com isto, o pessoal deixou de plantar, pois antigamente plantava-se arroz nos brejos e hoje como a fiscalização está mais intensa os plantios diminuiram.

No caso do feijão, como boa parte dos produtores se dedica ao leite ou frutas, o plantio dessa cultura ou qualquer outro alimento fica um pouco de lado, pois eles teriam que desfocar-se da atividade principal e cuidar de uma atividade paralela, assim, muitos preferem ir ao mercado e comprar tudo embalado e pronto para o consumo, pois é mais cômodo.

Já a situação do leite é bem diferente, mesmo naquelas propriedades que se dedicam a produção de frutas ou alguma outra atividade, esse está presente, pelo menos para o consumo familiar. Os produtores sempre têm duas ou três vacas produzindo um pouco de leite, seja para o consumo *in natura*, como para produção de queijo e doces.

Da mesma forma que SOUZA (2002) também se observou que a aproximação dos produtores com o mercado é bastante clara, já que retiram para o autoconsumo apenas leite e ovos, além das pequenas criações, como frango, porco e algum novilho. Apesar da aparente variedade de alimentos, a maior parte dos produtos consumidos são oriundos de fora da propriedade.

6.3.1.1. O setor rural na visão dos produtores

Uma das questões recorrentes ligadas à produção relacionava-se à política agrícola do governo. Procurou-se abordar o que pensavam de tais políticas, se essas os favoreciam, caso não estivessem sendo beneficiados o que precisaria ser melhorado, bem como as medidas que eles achariam necessárias para que a agricultura, principalmente, da região, pudesse ser melhorada.

As respostas foram as mais variadas possíveis, ou seja, não se registrando um consenso de opiniões. Muitos acreditavam que essas políticas os ajudavam, que pouca coisa precisaria ser melhorada, porém, alguns outros acreditavam que nos últimos anos a agricultura tinha fracassado, estava de mal a pior, que o governo está bancando o país à custa dos agricultores e se não houvesse mudanças, de forma a melhorar a situação deles, as pequenas propriedades estarão condenadas ao fracasso.

Em uma das propriedades a esposa do produtor, que até então estava na cozinha fazendo o almoço, veio até a varanda (onde estava ocorrendo a entrevista) e em tom de desabafo mostrou seu descontentamento com a vida no campo:

“Você pode marcá no final desses papel aí, fala assim, o sítio tá na UTI, não tem alternativa mais, pode marcá. Se alguém vê esse papel aí, pode falá, o sítio tá na UTI e não tem alternativa. Porque olha, desde que eu era criancinha eu escuto deputado, eles tudo falando na televisão, áh, ano que vem vai melhorá, eu cresci e até agora não vi nada, nada, nada. Saúde? Que saúde, saúde já acabô faz tempo, se vai no posto de saúde, depende do lugar que sê vai, a receita tá pronta, pelo amor de Deus. Nem te olha na cara, é o que eu falo, que Brasil é esse? Não tem solução! O salário de um deputado é R\$25.000,00 reais, na roça você trabalha que nem um condenado e não faz nem a metade disso no final do ano. (Esposa do produtor VC51)”

Os produtores acreditam que o futuro da agricultura dependerá da iniciativa do governo federal e que se não houver mudanças, os pequenos começarão a abandonar o campo e vender suas propriedades. Com isto, um grande produtor poderá comprar essas áreas e tudo se tornar como antigamente, grandes fazendas.

Alguns produtores que consideram que os agricultores não deveriam ficar dependendo só da ajuda do governo, pois além do governo existem outros fatores que prejudicam a agricultura, como o tempo, a falta de chuva e as temperaturas elevadas⁵¹. Então, não adianta só esperar a ajuda do governo, o futuro dos agricultores depende deles mesmos, de suas próprias iniciativas. Uma dessas iniciativas seria a união deles em caráter associativo, como já vem ocorrendo nos três municípios, havendo, porém, ainda muita coisa para ser feita.

Um fato que pôde ser verificado é que em muitas propriedades vizinhas as visitadas, havia muitas casas vazias, isto é, sem habitantes. No deslocamento que se fazia entre as propriedades, era comum observar casas sem ninguém morando, porteiros com cadeados e o mato tomando conta dos pastos, sendo isso observado nos três municípios.

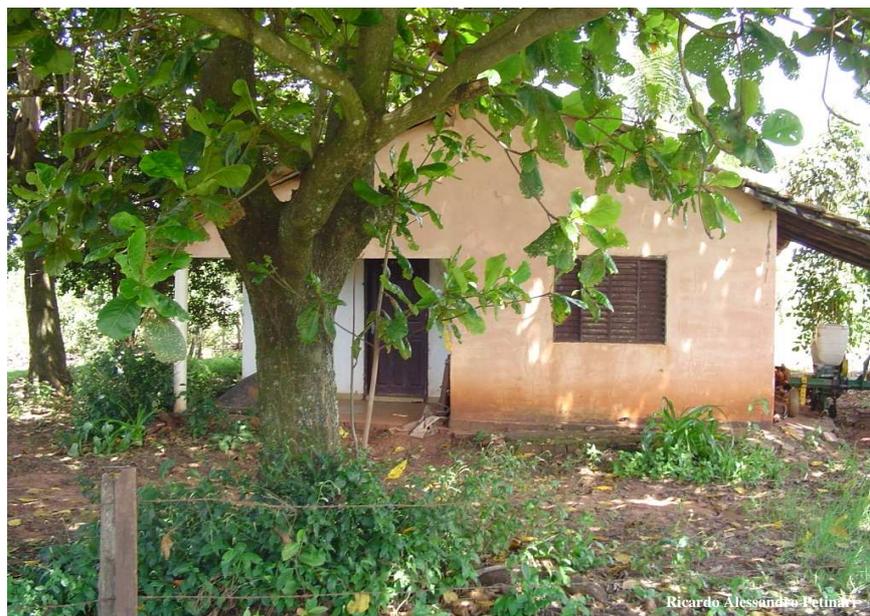


FOTO 6 – Casa sem habitação em uma propriedade do município de Santa Salete, 2006.

⁵¹ Na região a média anual de chuva é de 1.200 mm, valor considerado satisfatório, porém, o que vem ocorrendo nos últimos anos é que as chuvas estão se concentrando em certos períodos do ano, ou seja, a distribuição de chuvas durante o ano não ocorre. Chove muito no final e início do ano, para se ter uma idéia, durante a pesquisa, no município de Marinópolis no mês de janeiro de 2005, tinha chovido 800 mm, quase que o total do ano. Assim, a má distribuição dessas chuvas vem prejudicando muitos os produtores, além das temperaturas elevadas.

Esse fato sempre era comentado com os produtores que diziam ser isso comum, as pessoas estavam vendendo, ou até mesmo abandonando, as propriedades e indo para a cidade, pois ali não tinha mais condições de sobrevivência:

“(...) um sitinho de 5 alqueires tinha duas famílias, além do patrão. Tudo trabalhava e mantinha tudo e vivia bem. Agora você vai aí, anda nesses sitinho aí, tá tudo fechado, nem o dono mora. De primeiro tinha agricultura né, tinha o café, plantava algodão, todo mundo plantava roça, aqui nesse sítio mémo, aqui era 8 a 10 família, tudo elas tocava café e tocava roça, algodão e milho. Cadê? Não tem mais ninguém” (Esposa do produtor SP57).

Essas casas vazias representam uma situação que se iniciou em meados da década passada, o êxodo rural, e que continua a ocorrer nas propriedades dos municípios pesquisados. Pelo que já foi relatado pelos produtores, daqui a alguns anos a agricultura vai acabar e os pequenos produtores “*sumir do mapa*”. Pelo que se pôde observar, parece que isso já vem se configurando, pois os produtores estão desestimulados com os baixos preços recebidos pela venda de seus produtos, quando não outros fatores que interferem, como o clima e compradores que compram e não pagam.

A situação dos produtores familiares na região noroeste do estado de São Paulo, como se vê, está muito difícil, porém, naquelas propriedades em que a base produtiva está voltada para a fruticultura, observou-se que os produtores estão mais animados, conseguem boa produção e rentabilidade, quando em comparação àqueles que vivem da pecuária leiteira ou da exploração agrícola de culturas anuais, como o algodão e o milho.

6.3.2. A organização do trabalho na propriedade

A organização do trabalho familiar na propriedade dá-se de forma a suprir as necessidades do grupo doméstico, sendo clara a relação de dependência da família, seja em relação à mão-de-obra, seja em relação à sua própria estrutura interna (CHAYANOV, 1966).

A esposa de um produtor em sua fala, muito semelhante ao narrado pelo autor, menciona que,

“(...) numa propriedade pequena, tem que trabalhá os dono da propriedade, porque se falá, eu vou pagá um empregado, não vai sobrá nada. Porque mal dá prô casal vivê ali. (...) Se deixá a vaca í para o brejo, ela atóla, porque daí não sai mais” (Esposa do produtor JD62).

As estratégias familiares em torno da organização do trabalho se relacionam, então, à divisão do trabalho entre os diversos membros da família e à intensidade da utilização das diferentes frações de mão-de-obra, tanto na unidade de produção quanto fora dela, incluindo as migrações sazonais e temporais (ANTUNIASSI, 1993).

Dentre as tarefas do cotidiano familiar observou-se que de maneira geral, algumas eram exclusivas dos homens, como o trato dos animais, gado e porco, porém quando se tratava do trato das galinhas, essa prática relacionava-se as mulheres, assim como, o trabalho nas pequenas hortas próximas as casas, como se pode observar em alguns depoimentos:

“Tenho galinha, tem umas cinco vacas aí e um porco no mangueirão, a vaca tira leite só para o gasto, se sobra leite faz um queijo. As vaca, quando tem cana eu trituro e dô para elas, quando não tem elas fica no pasto, do porco sou eu que trato, agora das galinha e da horta quem trata é a mulher né, é dividido” (JC68).

Outro produtor também relata que é a esposa que cuida das pequenas criações e da horta, essa geralmente localizada próxima às casas:

“Eu crío porco, galinha, mais só para o gasto. Quem mais trata do porco é a mulher, ela gosta mais, tem uma hortinha também e ela que mais cuida, essas parte aí é mais ela né” (JP56).

MOURA (1978) menciona que esses tipos de atividades fazem parte do domínio da mulher, esse espaço denominado de quintal nada mais é do que uma extensão da cozinha. Quanto às tarefas da casa - cozinhar, arrumar, lavar, e passar roupa, cuidar das crianças - eram as mulheres que se encarregavam dessas tarefas.

COUTO (1999) estudando estratégias de reprodução de agricultores familiares também observou que algumas tarefas eram divididas entre os membros da família, praticamente de forma tradicional, ou seja, as tarefas ditas masculinas e as femininas, embora tenha sido observado que a maioria das mulheres, esposas e filhas, tem um papel fundamental no processo produtivo aliado às suas tarefas domésticas.

Em alguns depoimentos verificou-se que havia divisão de trabalho na propriedade, tanto entre marido e mulher, quanto entre as pessoas da família, porém, na maior parte dos casos essa divisão não ocorria, todas as pessoas realizam as mesmas atividades. Quanto àquelas atividades “penosas”, que exigiam um esforço físico maior, como a ordenha manual das vacas e gradear a terra, essas eram realizadas por homens, contudo, segundo algumas esposas, se precisar elas fazem esses serviços também.

A rotina de trabalho também foi um aspecto interessante que se pôde notar, o horário de início, o de almoço, assim como o horário para o término. De maneira geral, pôde-se perceber que há um planejamento das atividades, com hora para todas as etapas, ou seja, existe uma organização do trabalho, bem como uma estratégia de divisão:

“(...) Nós aqui levanta seis horas e tira o leite, aí depois a gente vai fazê o servicinho que tem no sítio, aí 10 horas a gente vem para o almoço, almóça, aí descansa uma hora, onze, onze e meia. Aí a gente volta para o trabalho outra veis, aí a gente vai até as 5 horas, agora quando tá no tempo de tratar das vaca, então quase que o dia inteiro só mexendo com vaca, tratando de vaca”.

Trabalhando com produtores familiares, TEDESCO (1999) observou que o dia de trabalho desses produtores tem duração média de nove horas, sem considerar os trabalhos de casa, tais como consertar objetos nos paióis, chiqueiros, aviários. Em certos períodos como plantar e colher, o trabalho é mais intenso e até aos domingos os produtores trabalham.

WOORTMANN (1995) relata que o ciclo agrícola representa uma sucessão ininterrupta de trabalhos a serem realizados em virtude da fase de desenvolvimento dos produtos. Desta forma, a natureza do ciclo de trabalho agrícola, bem como os meios colocados em prática (duração, penosidade, pressões de mercado, entre outros), relaciona-se ao modo de vida dos agricultores (TEDESCO, 1999).

Houve casos em que a organização do trabalho envolvia os filhos, porém, estabelecia-se um tipo de ordenamento das atividades, bem como uma retribuição pelo trabalho desenvolvido por eles:

“Quem trabalha é só eu e ela e o menino né. O meu menino mora no sítio que era da minha sogra, ali onde eu morava. (...) com ele eu faço assim, eu dô laranja para ele tocá comigo, dô veneno, dô adubo, e quando colhô arroz prô gasto eu dô, feijão, mas a laranja uma parte é dele, a parte que ele toca eu dô tudo pra ele, eu não cobro renda dele, ele trabalha para mim, mas o que ele toca fica para ele” (RS60).

Quanto à contratação de pessoas para auxiliarem no serviço da propriedade, essa prática foi pouco observada dentre os produtores, alguns mencionavam que quando havia acúmulo de serviço, aí eles contratavam algum diarista para normalização desse serviço, porém isso era realizado apenas por um ou dois dias. Mas na maioria dos casos, era a própria família quem realizava os serviços:

“(...) só eu ela que trabalha aqui, diarista é muito difícil, só mémo quando dá uma coisa muito difícil, a gente põe alguém por dia. Agora contratado também nunca tive. Daqui eu já fui trabalhá para os outros, eu já trabalhei muito de empregado para os outros para aumentá a renda né” (JD62).

Houve produtores que relataram que a renda proveniente da propriedade não é suficiente para a contratação de diaristas semanalmente ou mensalmente, e que essa contratação ocorre só em necessidades. Percebeu-se que os produtores ficam receosos em realizar determinados gastos, que posteriormente podem causar falta de recursos, como para pagar um financiamento agrícola. Desta forma, às vezes deixam de realizar determinadas atividades, elencando àquelas consideradas prioritárias para serem realizadas primeiramente, deixando algumas outras para quando a família tiver tempo de fazer.

Para CHAYANOV⁵² o conceito de auto-exploração está na quantidade de trabalho que cada família realiza de acordo com as suas necessidades. Deste modo é a família a responsável pela determinação da utilização de qualquer tipo de mão-de-obra na propriedade, pois é através da organização interna da família que irá dar respostas às suas necessidades.

GASSON e ERRINGTON (1993) consideram a alocação do trabalho como mais um elemento para caracterizar a agricultura familiar, em que a presença de trabalho assalariado

⁵² *Op cit* WANDERLEY (1998).

não é fator determinante, mas a existência e predominância de relações de trabalho familiares no interior da unidade produtiva.

Para SCHNEIDER (2003) essa alocação da força de trabalho não vai depender apenas das demandas objetivas das tarefas a serem realizadas no processo produtivo, mas da disponibilidade de membros familiares, que dependendo do número permite a ocorrência de períodos de maior ou menor capacidade de produção.

Em alguns casos, porém minoria, os produtores possuem pessoas contratadas ou parceiros, como é o caso de um produtor de uva⁵³, para os auxiliarem nos trabalhos da propriedade. Nesses casos as esposas, geralmente, não realizam outras atividades que não sejam relacionadas ao trabalho doméstico, ou seja, cuidam apenas da casa e dos filhos:

“Eu que trabalho aqui, a mulher cuida da casa e eu tenho mais uma pessoa que trabalha comigo, um parceiro na uva, às vezes eu trabalho com dois diaristas, esporadicamente. (...) no caso do parceiro eu pago a renda de 25% livre para ele, livre de tudo, ele só entra com a mão-de-obra, é assim que funciona na região, do tempo que eu estou aqui já passaram duas a três famílias no período, sempre nesse sistema” (AN42).

Ocorreram casos de produtores que ao invés de contratar algum diarista, trocam o dia de serviço com algum vizinho ou parente, para que essa pessoa favorecida venha ajudá-lo quando necessitar:

“Empregado eu nunca tive, diarista também nunca aconteceu, esse ano mémo para fazê o silo teve uma época pesada e também não paguêmo, a gente breganha com os parente. Eles ajudam, é o caso de hoje, meu filho tá trabalhando o dia breganhado com o trator para no período do silo o outro ajudá, para não tê que pagá. Hoje o outro paga o óleo e no dia que ele vem trabalhá aqui, se meu filho trabalha lá 10 horas, então ele devolve as 10 horas e nós põe o óleo no trator dele, então se lá for mais pesado, gasta mais horas, põe mais óleo. Então sei lá, se hoje eu for querê pagá e coisá, não dá conta, a renda da agricultura tá difícil” (DM64).

Um depoimento que muito nos chamou a atenção, no tocante ao trabalho na propriedade, foi o de um senhor de 83 anos de idade. Ele tem 250 pés de laranja e cuida sozinho dos tratos culturais:

⁵³ É muito comum na região a parceria na cultura da uva, em que o proprietário cede parte de suas parreiras para outra pessoa realizar os tratos culturais, sendo estabelecida uma porcentagem por essa participação. Depois ao final da colheita os lucros são repartidos na porcentagem combinada, conforme IAGUIU (1999).

“A laranja só eu que tóco, ela que me tóca, eu e mais ninguém, de primeiro quando a laranja tava pequena eu sempre passava veneno no costal né. Pra desbotrá a laranja é eu tudo suzim, agora carpi só embaixo do pé, em volta, já tá grande. No meio tá sujo, eu não tô carpino no meio, é capim colchão e rabinho de bujo, eu deixo muito baixo, porque senão a enxurrada vem e leva tudo embora, assim conserva mais. Pagá alguém para ajudá nunca aconteceu não, paga só para passá veneno agora que ta grande, quando era mais pequena eu mémo passava” (HZ83).

A organização do trabalho dentro da propriedade familiar mostra a importância da mão-de-obra feminina no processo produtivo, com o desenvolvimento de atividades até então desempenhadas pelos homens. A dupla jornada praticada pela mulher, o trabalho na lavoura e cuidar da casa, em certos momentos ainda é ampliado, com a participação em reuniões da associação.

Quanto à compra de alimentos, observou-se que essa tarefa é igualmente dividida entre o marido e a esposa, porém em alguns casos era só o marido quem realizava essa atividade, neste sentido uma esposa mencionou: *“eu faço a listinha e ele vai lá e compra”*. Hoje em dia está se verificando uma mudança na organização do trabalho familiar, as mulheres estão tendo uma participação nesse trabalho e sendo mais valorizadas, embora ainda conciliando com os serviços domésticos, porém, em alguns depoimentos os homens vêm realizando certos trabalhos domésticos.

Com relação as tarefas que se referem transações financeiras, venda da produção, compra de equipamentos, implementos agrícolas e insumos agrícolas, essas são realizadas somente pelo homem, ou seja, quando as atividades se desprendem do espaço da propriedade, estas são normalmente dirigidas pelos homens.

Desta forma, é importante compreender a organização familiar enquanto unidade de produção, pois a gestão do trabalho familiar é de fundamental importância para o gerenciamento das propriedades. E isso pôde ser observado naqueles com melhores condições de sobrevivência das famílias, em que essas estavam conseguindo bons desempenhos de suas atividades, mesmo com as adversidades do mercado. Já nas propriedades em que não ocorria a gestão familiar, observava dificuldades de sobrevivência da família e com tendência de mudança de atividade ou até mesmo o abandono da propriedade.

Na unidade produtiva a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a constante conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa, da família desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família, uma dimensão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Neste sentido, a família transforma-se em um trabalhador coletivo (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 33-34).

Na visão de TEDESCO (1999) o trabalho é a única condição de sobrevivência do agricultor, não sendo possível encontrar outra forma social de sobrevivência que não o trabalho. A cooperação familiar, a reprodução da força de trabalho familiar e as condições objetivas da mesma assemelham-se a um espírito mercantil do trabalho na ótica da precisão.

O trabalho nas propriedades é quase sempre desenvolvido por todos os membros da família, com a contratação eventualmente de alguns diaristas. Porém, a contratação permanente de funcionários para auxiliar as famílias nas tarefas foi pouco observada.

Muitos produtores declararam que hoje em dia não está mais compensando contratar pessoas para trabalhar e remunerá-las mensalmente, pois segundo eles, a legislação trabalhista está se constituindo um empecilho para isso. Muitos empregados trabalham alguns meses e por desentendimentos com os patrões, levam-nos a justiça trabalhista. Com isto, esses empregadores são obrigados a indenizar seus, então, empregados com fundo de garantia, INSS e outros mais, em função de não terem sido registrados.

Desta forma, os produtores não vêm contratando mais ninguém que não seja diarista, e com isto o desemprego aumenta no campo e nas pequenas cidades também, como é o caso dos três municípios estudados, por serem pequenos e viverem quase que exclusivamente da agricultura:

“Funcionário fixo eu nunca tive, não compensa. Você tem um funcionário, aí depois ele te leva na lei, tem que pagá, tem quase que vendê o sítio para pagá ele, é difícil, funcionário é eu e a muié mémo” (JP56).

O fato de a legislação trabalhista ser rigorosa está fazendo com que somente os membros das famílias desenvolvam as atividades nas propriedades, criando estratégias de organização do trabalho de modo que a contratação permanente de pessoas não seja necessária, além de se reduzir os gastos monetários, como também observou SANT'ANA (2003). Isso vem prejudicando a agricultura da região, pois está deixando de oferecer postos de trabalho como ocorria antigamente, fazendo com que as pessoas procurem cada vez mais as cidades.

TEDESCO (1999) também observou que além da pouca disponibilidade de força de trabalho no meio rural e de seu alto custo,

“as exigências trabalhistas, à falta de confiança que o “peão” inspira ao proprietário, entre outras, fazem com que se intensifique a força de trabalho da própria unidade familiar (mulheres e crianças) evitando contratar um trabalhador com tempo integral na sua propriedade” (TEDESCO, 1999, p.105)

Para tentar reverter essa situação deveria existir uma política de incentivo ao produtor, com a redução de impostos, de modo que aquele produtor que contratasse algum funcionário e o registrasse recebesse um incentivo fiscal e quanto mais funcionários contratasse, mais incentivos receberia. Com isto, a área rural poderia se constituir como um setor de geração de emprego e renda, principalmente para os pequenos municípios, como esses três da presente pesquisa, que tem sua base econômica voltada para a agropecuária.

6.3.3. O nível organizacional entre os produtores

A organização rural se constitui como uma prática em que se busca um objetivo comum, que é de trazer benefícios para todos os produtores. Isso se constitui na obtenção de melhores preços na venda de suas produções, ou redução dos preços na compra de determinada mercadoria e até mesmo no cotidiano de suas vidas nas propriedades.

A associação é uma das formas de organização rural, ela se caracteriza como uma instância de mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas (SILVA, 2004).

As associações de pequenos produtores são criadas, segundo a autora, para que eles possam, por meio delas, adquirir insumos, maquinários, obter financiamentos junto aos bancos e comercializar a produção, pois a produção para o mercado em pequena escala impossibilitava a comercialização dos seus produtos.

Nos municípios pesquisados verificou-se que em termos de organização rural, existe pelo menos em cada município uma associação de produtores rurais. Em Marinópolis há uma associação de produtores de máquinas e implementos agrícolas e outra de produtores de leite, o mesmo ocorrendo em Santa Albertina. Já em Santa Salete existe apenas uma, de produtores de leite, pois no que se refere aos implementos agrícolas, a prefeitura municipal tem uma “patrulha agrícola”, ou seja, uma equipe de funcionários que presta serviços agrícolas aos produtores, como aração, gradagem, construção de curvas de nível entre outras, a preço inferior ao praticado na região, portanto, bem acessível aos produtores.

A aplicação dos questionários nos três municípios, no que se refere à abordagem organizacional, mostrou que mais da metade dos produtores de cada município participa de cursos e palestras na casa da agricultura dos respectivos municípios, totalizando, aproximadamente, 60% em Marinópolis e Santa Salete e quase 54% em Santa Albertina (Figura 17). Esses dados mostram que os produtores estão interessados em se manter informados sobre o que acontece na agricultura, como novas tecnologias, programas entre outras.

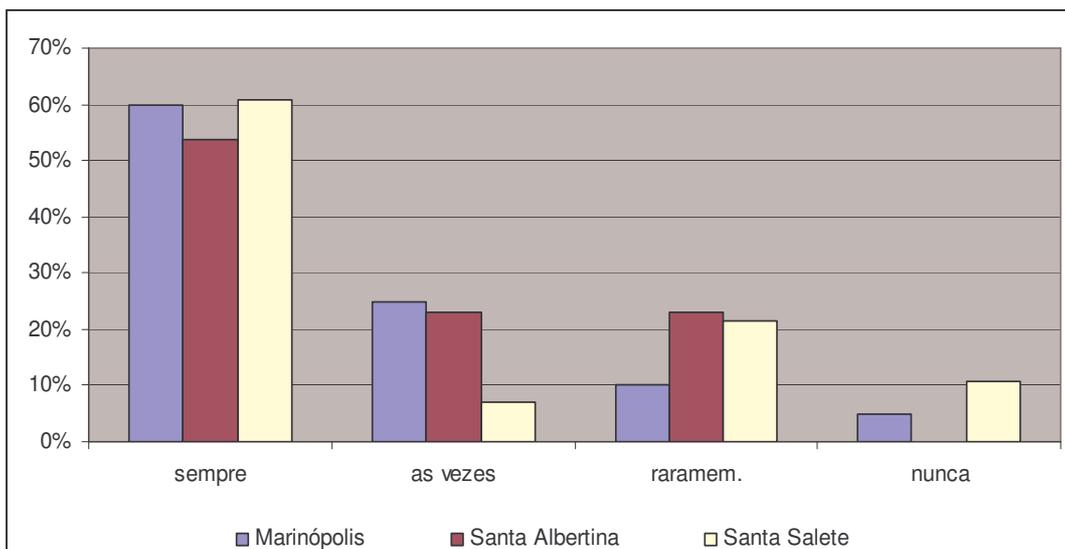


FIGURA 17 – Participação em cursos e palestras na casa da agricultura

Em um primeiro momento da pesquisa o caráter organizativo dos produtores teve um papel fundamental na seleção desses, pois se escolheu metade, em cada município, que participa do programa de microbacias hidrográficas, que de certa forma estimula os produtores a se organizarem seja coletivamente ou dentro de suas propriedades, e a outra metade que não participava do programa. Neste sentido, verificou-se que em Marinópolis 75% dos produtores participam de algum tipo de organização formal, e um dado interessante é que daquela metade dos produtores que, embora, não participa do programa de microbacias, 90% dos mesmos estão inseridos em algum tipo de organização rural, número superior ao da outra metade que participa do programa e que, teoricamente, teria maior tendência à organização, que foi de 60%.

No município de Santa Albertina verificou-se que em torno de 62% dos produtores participam de algum tipo de organização, já 46% daqueles produtores que não têm subvenção do programa de microbacias estão inseridos em alguma organização e dos que participam do programa, aproximadamente 77% desses participam de organizações rurais (Figura 18). Em Santa Salete constatou-se um baixo número de participação em organização rural, apenas 36% dos produtores participam de alguma organização rural, talvez devido ao fato de existir apenas a associação de produtores de leite no município ou de não existir nenhum tipo de organização relacionada a fruticultura, já que essa se destacou como a segunda principal atividade dentre os produtores pesquisados.

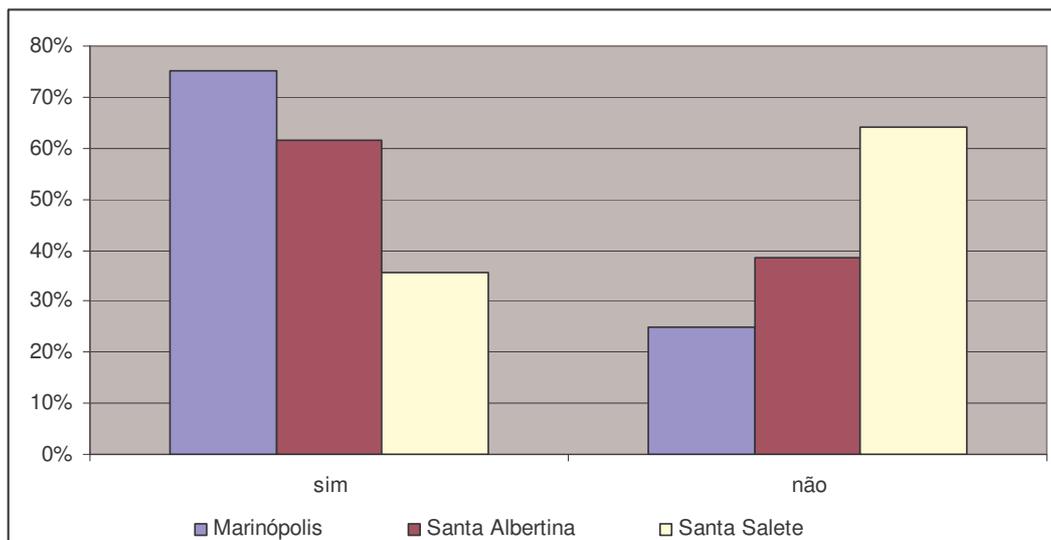


FIGURA 18 – Participação de algum tipo de organização.

Dos 20 produtores pesquisados em Marinópolis, verificou-se que 15 deles participam de algum tipo de organização rural e desses, 7% fazem parte de cooperativa, 100% da associação de produtores rurais de máquinas e implementos agrícolas e outros 20% da associação dos produtores de leite. Já em Santa Albertina, de um total de 26 produtores, 16 deles mencionaram participar além da associação de produtores rurais de máquinas e implementos agrícolas, também da associação dos produtores de leite do município. Em Santa Salete do total de 28 produtores, apenas 10 deles informou participar de alguma organização rural, sendo ela a de produtores de leite.

No caso dos produtores que não participam de organizações rurais, questionados sobre o motivo da não participação, a maior parte deles em Marinópolis, ou seja, 40% informaram ter todos os implementos agrícolas necessários para suas atividades, 20% disseram que dá prejuízo, outros 20% mencionaram a dificuldade de relacionamento com outros produtores e os 20% restante, não participam devido a outros motivos, porém não mencionados. Já em Santa Albertina a metade dos que não participa, ou seja, 50% informaram que não precisam do que é oferecido nas associações, talvez por só terem gado de corte ou um comércio na cidade, como ocorreu nesse município, 20% mencionaram que dá prejuízo, outros 20% disseram que era devido a outros motivos e os 10% restante que tinham todos os implementos agrícolas.

Em Santa Salete dos produtores que não participam 33% apontaram o motivo da não participação devido a essas organizações só darem prejuízo, 11% disseram que os produtores

são desunidos, 17% que não precisam, talvez devido ao fato de existir só a associação de leite no município e como já mencionado a fruticultura ser a segunda principal atividade, 28% que a associação não tem o que lhes interessa e 11% por só terem gado de corte.

Muitos produtores ficam receosos em participar de uma associação ou cooperativa, alguns acham que muitas pessoas juntas não dá certo, um sempre quer levar mais vantagem do que o outro, ou uma pessoa quer fazer uma coisa e a outra não concorda. Como exemplo de cooperativa que não deu certo citavam a AVIRJAL⁵⁴ de Jales, em que vários produtores da região eram filiados e hoje estão com uma enorme dívida.

Quanto à desunião dos produtores, a palavra que melhor poderia retratar essa falta de organização é a “INSEGURANÇA”. Os produtores estão muito inseguros, devido a vários fatores negativos que aconteceram com eles ou com conhecidos, como a falência de várias cooperativas, entre elas a CAFEALTA, em que muitos produtores tiveram que arcar com as dívidas da cooperativa. Então, acredita-se que os produtores sabem que a união entre eles é muito favorável, porém, os maus exemplos os intimidam.

Os produtores que participam da associação, no caso específico do leite em Santa Salete, mostraram-se descontentes com o desempenho que essa vem tendo. Segundo eles falta comando e organização. Relataram que vários objetos são encontrados dentro dos latões cheios de leite é uma falta de cuidado dos próprios produtores, reclamam eles:

“(...) tem um outro laticínio que tá querendo pegá o leite, mas essa associação nossa aqui tá muito mal organizada, não tem organização nenhuma. Você pode vê que tá tão organizado que dentro do latão já foi achado carteira de documento, maço de cigarro e carcinha de criança, vê se pode isso? (...) manga grandona dentro do latão, folha, folha de manga, cai assim e tudo isso” (SP57).

⁵⁴ Essa cooperativa abrangia boa parte dos produtores de uva da região de Jales, ainda hoje existe o prédio com as instalações dessa cooperativa no município de Jales, a estrutura dessa cooperativa tem desde classificação, padronização, embarque e desembarque de cargas, como também câmaras frias para resfriamento das uvas que eram destinadas à exportação, pois o foco principal era o mercado exterior. Mas talvez devido a problemas como o início do plano real em 1994, em que ocorreu uma desvalorização do dólar, as exportações tornaram-se inviáveis e toda aquela estrutura montada na cooperativa para o mercado interno não seria necessária, com isto os lucros da cooperativa eram quase nulos e os empréstimos feitos para aquisição, principalmente, das câmaras frias, deixaram de ser pagos e a cooperativa entrou numa dívida sem fim, conseqüentemente os produtores cooperados, e que está até hoje. Hoje a cooperativa ainda está em funcionamento, mas são poucos os produtores que, mesmo sendo cooperados ainda, comercializam sua uva através dela, é como dizem muitos produtores “fica lá aquele elefante branco parado”.

6.3.3.1. A necessidade do associativismo

Os municípios estudados têm suas economias voltadas para a agropecuária, com grande destaque para a pecuária de leite e a fruticultura, nessa se sobressaindo os citrus e a uva.

Na década de 50 o café predominava na região. Essa cultura possibilitava que várias famílias obtivessem boa remuneração em pequenas áreas. Os produtores afirmavam que nas propriedades, de 5 a 6 alqueires, três a quatro famílias⁵⁵, conseguiam sobreviver da renda do café:

“(...) Antigamente eu lembro quando era solteiro, rapaizinho novo, e meu pai morava aqui, cada sitinho de 5 alqueire tinha 5 a 6 família, mas porquê? Porque tinha café, tinha onde o povo tirá o sustento. (...) prá esses lado nosso aqui, quantas propriedade aqui que era puro café quando a gente veio para cá em 1965, era tudo café. Depois o café começou a ficar ruim e os povo vendê as propriedade, veio a geada, o café não tinha preço, começou as dificuldade e o povo achou que a cidade era a solução né” (Esposa do produtor JD62).

O produtor que trabalhava nas lavouras de café do Estado de São Paulo combinava suas forças de trabalho com as da família, assim trabalhavam juntos, os homens, as mulheres e as crianças com mais de sete anos. Esse produtor além de ter presente o caráter familiar do trabalho, também tinha na produção entre as linhas de café uma garantia ao sustento da família; plantava-se milho, feijão, arroz, batata, etc. Essa produção além de alimentar a família, algumas vezes era destinada à venda (o excedente) (MARTINS, 1983).

As pessoas que trabalhavam como meeiros no café conseguiam juntar algumas economias e comprar seus próprios sítios, deixando a qualidade de prestador de serviço e passando a ser proprietário:

“(...) lá no meu pai o sítio era 7,5 alqueire, tinha dois meeiro, morava 3 famílias, meu pai e mais as duas. Plantava 2.200 pés de café por alqueire e naquele tempo tinha ¼ de terra que era pasto, uma vaca ou duas para tirá leite par o gasto né, um animal, o resto era tudo café. Num sítio de sete alqueire morava dois meeiro de café, mais o proprietário, e eles

⁵⁵ Geralmente nessas propriedades morava o proprietário com sua família, mais as famílias dos empregados, porém, na maioria dos casos não eram chamados de empregados e sim de meeiros ou arrendatários, pois como disseram muitas dessas pessoas: “*eu tocava o café e pagava renda para ele*”.

mantinham. No 77 foi que deu aquela geada, no 80 três meeiros de café, cada um comprou um sítio com a renda do café” (LA54).

Porém, com o passar dos anos, meados da década de 80, foi ocorrendo a decadência do café em toda a região, e hoje pouco são os produtores que ainda tem essa cultura. Uma situação que expressa bem o que aconteceu na região é narrada por um produtor em Santa Albertina:

“A gente veio para cá e daí foi trabalhando, plantando café né, formou tudo café e o café foi bem até no 80, depois já começou preço ruim e as lavoura muito velha né, começou a cair a produção, aí começou a entrar já as pragas né, ferrugem, broca, aí já começou a usar defensivo, é adubo, herbicida, aí já começou a dificultar né, foi ficando inviável. Aí foi quando o meeiro começou a abandonar o café e ir para a cidade, aí começou-se a arrancar o café, foi arrancando, arrancando e no 85 acabou” (LA54).

Após o plantio do café, alguns tratamentos culturais foram realizados com o auxílio de implementos de tração animal, que hoje caíram em desuso. Com a escassez do café, ou seja, a baixa produção da cultura na região, pois como muitos disseram *“a terra ficou fraca”*, os produtores acabaram por optar por outras culturas. Ocorre que antes os solos eram férteis, por não terem sido explorados, pois eram cobertos por matas. As folhas das árvores que caíam iam formando uma camada de matéria orgânica sobre o solo e este correspondia muito bem ao plantio do cafeeiro. Porém, com o tempo, o solo foi se desgastando e perdendo a fertilidade natural e, como adubação não era uma prática tão comum, e também devido ao aparecimento das pragas e doenças, o café foi se acabando.

Com a substituição do café por outras culturas a necessidade de preparo do solo se tornava indispensável para um bom desenvolvimento das plantas, com isso a mecanização tornou-se essencial e para conseguir alguém que tivesse tais máquinas era difícil. Um produtor, de Santa Albertina disse que quando *“precisava de uma grade roma, tinha duas ou três pessoas no município com o trator grande, então era caro, era difícil para você conseguir...” (JD62).*

Em virtude disso os produtores reivindicavam uma resposta das prefeituras para tal dificuldade. Alguns produtores assessorados por agrônomos das Casas da Agricultura, resolveram se unir para tentar conseguir algo que pudesse ajudá-los.

Então, “quando foi para formá a associação se reuniu os produtores e começou a discutir a possibilidade de se formá uma associação de produtores rurais, mas no começo ela ficô ali no papel, porque não tinha um implemento, não tinha um trator, não tinha nada. Você conseguia alguma coisa para comprar um sal mineral, mas era tudo insignificante, depois conseguimos comprar trator, implemento, essas coisa, aí deslanchou. Logo em seguida já veio o trator traçado para fazer as parte mais bruta, aí começou a ter uma boa melhora” (JD62).

Desde o início, quando se deram as primeiras reuniões de produtores em Santa Albertina, no intuito de se formar uma associação, o agrônomo da casa da agricultura do município foi essencial para que a associação saísse do papel,

“(...) ele trazia pessoal de fora para dar palestra para nós, tentando mostrar alguma coisa né e o que ele via de bom ele trazia para a gente. Ele dizia, óh, eu vi em tal lugar, trazia o pessoal, tinha que montar aqui que dá certo, aí foi assim que a associação foi tomando força, ficou um certo tempo parada, por falta de equipamento para trabalhar. Tinha a associação, mas você ía comprar uma semente, então a associação ía lá brigava, brigava para ver se o preço melhora um pouco, aí você ía comprar uma ração né, através da associação, ou um adubo, um calcário, juntava lá, aí você conseguia um preço melhor (...)” (LA54).

O surgimento da associação de produtores rurais do município de Santa Albertina, “foi necessidade, a gente não faz as coisas se não tiver necessidade né, tem muito pequeno produtor, tava ficando difícil para se ter uma máquina para se trabalhar. Porque quem tinha a máquina, ele tem o serviço dele né, então não tem jeito dele ficá deslocando prá cá e prá lá para você. Então foi onde a gente começô e começô progredi pá te esses maquinário para ajudá.” (JD62).

E continua o produtor,

“Aí quando foi para montar a equipe, então eu fui um dos membros que ajudou a montar a equipe, que foi para ganhá o primeiro trator, então a gente foi um dos primeiro. Então montémo na hora ali, aí já saiu a diretoria da associação ali. Alí eu participei dois anos como presidente, depois foi o Neno”.

Com o interesse dos produtores, a prefeitura de Santa Albertina entrou com a infraestrutura da associação, cedendo um galpão para ser a sede da associação e também para

abrigo das máquinas e implementos. E hoje, o funcionamento da associação se dá da seguinte forma:

“(...) se eu pego um implemento da associação para usá, como um pulverizador por exemplo, e ele quebra comigo, eu tenho que pagá o conserto, agora se é a própria associação que vem aqui fazê o serviço para mim e o pulverizador quebra, eu só vou pagá as hora que eles trabalharam para mim, o conserto é por conta deles. Então compensa eu pagá a associação para fazê o serviço, do que eu pegá o meu trator e um implemento da associação. Claro que vai sair mais barato para mim, mas se o implemento quebrar comigo, aí o barato sai caro, então eu prefiro pagá quando é assim” (IM53).

A associação de produtores rurais de máquinas e implementos agrícolas de Marinópolis está em funcionamento há mais de oito anos. Os produtores que precisam realizar algum serviço em suas propriedades vão até a Casa da Agricultura do município, onde fica a pessoa responsável por coordenar os serviços com os equipamentos da associação, e agendam o dia que vão precisar do equipamento ou desse juntamente com o trator. Pelo serviço realizado o produtor paga apenas uma pequena taxa para cobrir os reparos, depreciações e outras despesas mais, além de uma contribuição semestral por ser associado.

Os produtores que têm trator e precisam só do implemento, ao final da utilização devem devolvê-lo limpo e lubrificado, para que assim outro produtor possa utilizar. Caso o implemento sofra algum dano, o produtor leva para o conserto, porém, é a associação quem assume o gasto.

“Se quebra você leva lá na oficina e a própria associação paga, faz a notinha de quanto ficô. Quando usa os implemento da associação o certo é acabô de usá, passá na prefeitura que tem lavadô, lava e engraxa na prefeitura” (RS60).

No caso da associação de Santa Albertina, para a compra dos tratores e implementos faz-se necessário que algum produtor “empreste” seu nome, ou seja, o equipamento é financiado e pago em prestações. Desta forma, alguém deve ficar responsável pelo equipamento quando este é comprado, precisa-se de garantias de que vai ser pago.

“(...) na reunião da associação eles falaram se tinha algum situante que quisesse tirar um trator no nome dele, mas o trator era para a associação. É difícil né, essa responsabilidade e o homem topou rapaz, eu falei gente, ele tá com muita coragem. Acho que

é muita responsabilidade, mas se não tivé umas pessoas assim, dispostas para ajudá não dá certo” (Esposa do produtor AM70).

6.3.3.2. Associação dos produtores de leite

O surgimento da associação dos produtores de leite em Santa Albertina foi mais fácil do que a de implementos, pois os produtores já tinham noção de como e onde conseguir as coisas, além do mais aproveitaram toda a estrutura já montada da associação de produtores rurais. Os produtores basicamente eram os mesmos que lutaram para a formação da associação, o que tornou as coisas um pouco mais fáceis.

“(...) a mesma diretoria da associação de produtores rurais começou a cuidar do leite. A associação do leite foi mais fácil né, porque tinha a estrutura da outra, a outra já tava caminhando, aí era só produzi o leite, pois já tinha o alicerce, vida própria né. A associação dos produtores rurais já tinha até como bancar alguma coisa, aí já comprou tanque, a prefeitura deu uma ajuda, ampliou o barracão, fez as instalação, então hoje tem uma estrutura razoavelmente até boa. Tem 3 tanques de 3.000 litros cada, uma plataforma, tudo para pegar o leite. Agora a dificuldade maior tá sendo o preço, que não consegue colocar no mercado, você briga com o laticínio em termos de preço e você não consegue” (LA54).

No município existem aqueles produtores que tiram o leite e colocam no latão, para depois o caminhão da associação ir de propriedade em propriedade recolhendo esse leite e aqueles que tiram o leite e armazenam em seus próprios resfriadores. Neste caso, é o caminhão do laticínio, equipado com resfriador, que faz a coleta.

Com relação à coleta do latão de leite nas propriedades, há muita coisa a ser melhorada, pois quanto maior o tempo decorrido entre a retirada do leite até o seu resfriamento, mais qualidade ele vai perdendo, devido a sua acidificação. Assim falou um produtor de Marinópolis:

“Quando o caminhão passa aqui já é fim de linha, eles sempre falam para tirar o leite mais cedo, mas como aqui é fim de linha, então a gente não tira muito cedo porque senão o leite vai perdendo a qualidade né, tiro um pouco mais tarde. Nove horas já era para o leite tá lá, então eu começo a tirá aqui, umas seis horas da manhã, aí eles passam numa hora que o leite não vai prejudicar muito” (AA44).

A associação de Santa Albertina cobra uma taxa dos produtores que não tem o resfriador na propriedade, que em dezembro/2005 era de R\$0,06 centavos de real por litro de leite. Neste valor está incluído o frete (da propriedade até a associação) e a taxa para resfriamento do leite na associação, mais as despesas da própria associação. O valor já vem descontado na fatura, que é emitida pelo laticínio que compra o leite. Desta forma, o valor de R\$0,06 centavos é descontado do produtor e repassado diretamente para a associação, esse foi um acordo feito entre a associação e a empresa, pois caso contrário a empresa teria que emitir uma única fatura para a associação e assim a associação repassar o valor da venda, descontado o custo de frete e resfriamento, o que se tornaria oneroso. Portanto, essa foi a solução encontrada e nunca deu problema, garantiu o presidente da associação.

O produtor que tem o resfriador deixa de pagar o frete do leite até o galpão da associação e também o valor para resfriá-lo, pois seu leite já está resfriado, além do fato do laticínio não cobrar nada a mais por buscar esse leite. Porém, desconta-se um centavo de real, por litro de leite, dos produtores que têm resfriador na propriedade, sendo esse valor revertido para a associação.

A associação dos produtores de leite de Santa Albertina começou há aproximadamente 2 anos e, segundo os produtores, há muita coisa ainda para ser melhorada. Uma delas é tentar agregar valor ao produto, como a fabricação de queijos, doces e iogurtes.

Dos 102 produtores que compõem a microbacia hidrográfica do Córrego do Cavalo, 54% dedicam-se à produção de leite e respondem por 47% do total de leite produzido no município de Santa Albertina, mostrando desta forma a importância que tem os produtores da microbacia na produção de leite do município.

Em Marinópolis, a microbacia hidrográfica do Córrego das Três Barras é composta por 68 produtores, 53% destes dedicam-se a produção de leite, valor próximo ao encontrado em Santa Albertina, porém, esses respondem por 22% do total de leite produzido, diferentemente de Santa Albertina onde o percentual era bem maior. No município de Santa Salete, tem-se um total de 109 produtores na microbacia hidrográfica do Córrego da Antinha e 28% destes dedicam-se a produção de leite, respondendo por apenas 9% do total de leite produzido no município de Santa Salete, valor muito inferior ao dos outros dois municípios.

A associação dos produtores de leite de Santa Albertina desempenha um papel muito maior em relação aos outros dois municípios, ou seja, os produtores se empenham ao máximo,

pois para eles a associação se constitui como uma grande esperança para melhorarem suas rendas familiares.

Esse é o papel essencial da associação, segundo QUEVEDO (1995), pois as determinações de um grupo de indivíduos só se concretizam como conjunto de ações articuladas quando o grupo transforma a realidade.

O valor bruto da produção do leite em Santa Albertina é outro indicador da importância do leite no município, girando em torno R\$3.600.000,00 no ano de 2005, de acordo com dados do EDR/CATI de Jales. Esse valor que supera o da maior atividade no município de Santa Salete, muito embora a área do município de Santa Albertina seja três vezes e meia superior a dos outros dois municípios. O valor bruto da produção do leite representa 17% do valor total da produção que foi de R\$21.422.011,00, enquanto que nos outros dois municípios o valor bruto da produção do leite representou de 3% e 10% do total, respectivamente para os municípios de Marinópolis e Santa Salete, em que o valor total foi de R\$11.910.805,50 e R\$8.904.708,00.

Os dados de valor bruto da produção do leite nos municípios vêm mostrar a importância que o leite representa em Santa Albertina e, talvez devido a isso também, que a associação dos produtores rurais de leite funcione bem e tenha uma boa infra-estrutura. Tal fato não quer dizer que nos outros dois municípios isso não ocorra, mas é que nesses, os produtores, além do leite, geralmente, têm outras atividades principais e com isto a associação dos produtores de leite passa a ser vista talvez em caráter secundário.

6.3.3.3. O desenrolar do processo associativista e as condições atuais

A associação de produtores rurais de máquinas e implementos agrícolas e também a do leite foram as grandes conquistas dos produtores rurais de Santa Albertina e de fundamental importância, principalmente, para os produtores familiares de leite. Isto porque produziam pouco leite, recebiam um valor menor por litro em relação àquele que produzia uma quantidade maior, pois antigamente os laticínios estabeleciam cotas de produção.

“Melhorou demais depois da associação, porque antigamente, na época da seca o leite era mais caro, aí falava cota, o que você entregava na seca, vamos supor junho/julho, então quando chegava na época das água aumenta, o que você entregava na seca, então eles baseava, vamos supor 20 litros. Então, se em janeiro você entregava 20 litros e na seca 20

litros, o que passava desse valor eles falava excesso, então aí pagava mais barato no excesso. Mas hoje em dia com a associação é um preço só, você tirá 10 litros ou você tirá 400 litros o preço é o mesmo para todo mundo” (IM53).

A associação dos produtores de leite em Santa Albertina conta com três tanques resfriadores, tanques estes que foram adquiridos e estão sendo pagos pelos próprios produtores, com a taxa que é descontada de cada um por litro de leite. Essa estrutura toda fez com que houvesse melhoras para todos, para o produtor porque começou a receber mais pelo seu leite⁵⁶ e para o laticínio também foi favorável, pois o leite é coletado em um só local, além de já estar resfriado, diminuindo custos com transporte e menores perda da qualidade do leite.



FOTO 7 – Associação dos produtores rurais de Santa Albertina, à direita onde se abriga as máquinas e implementos e à esquerda o local de resfriamento do leite, 2006.

⁵⁶ Em virtude de se ter uma melhor qualidade do leite, pois antigamente quando era o laticínio quem recolhia o leite nas propriedades esse leite chegava ao laticínio com uma qualidade bem ruim, ou seja, com muita acidez, pois muitos produtores tiravam o leite às cinco horas da manhã e esse leite ficava dentro do latão, muitas vezes no sol, até as 10 ou 11 horas da manhã, o que fazia com que o leite perdesse a qualidade. Outra melhora no preço é que acabaram as cotas, agora é uma coisa só, ou seja, se o produtor produzir 10 litros ou 100 litros o preço vai ser o mesmo, pois o que interessa para o laticínio é ter grande quantidade de leite e isso a associação tem.



FOTO 8 – Tanques para resfriamento do leite, 2006.

Os produtores de leite, principalmente de Santa Albertina e Santa Saete, são tecnificados, possuem boa experiência no setor leiteiro devido aos cursos fornecidos pela Casa da Agricultura local, e a maior parte deles, faz silagem de milho para poder tratar das vacas, principalmente, nos meses de falta de chuva.

A associação dos produtores de leite de Santa Albertina pode ser considerada um modelo de associação na região. Devido, principalmente, a experiências como estas é que na maioria dos municípios da região de Jales-SP, por serem essencialmente agrícolas e formados por pequenas propriedades, está surgindo associações de produtores de leite como a de Santa Albertina.

SOARES et al. (2000) já haviam constatado o aumento do número de associações nas regiões onde há predominância de agricultores familiares, pois eles vêm conscientizando de que unidos poderão alcançar melhores resultados.

CARVALHO (1998), em seu estudo sobre as formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil, verificou que as associações estavam desempenhando outros papéis, como o de coordenação política, mediações entre as famílias e os organismos de governo, além daqueles tradicionalmente de cunho econômico.

A associação de produtores de leite de Marinópolis é mais recente e está em funcionamento há cerca de seis meses⁵⁷, o mesmo ocorrendo em Santa Salete. Elas surgiram, assim como em Santa Albertina, em decorrência da instabilidade de preços que os produtores vinham recebendo pelo seu produto. Apesar de estarem no seu início, já é possível verificar alguns bons resultados, pois o preço do leite que, normalmente, diminuía na época das águas (setembro a fevereiro), agora se mantém quase que uma constante o ano todo, com algumas pequenas oscilações.

Os produtores estão se conscientizando da importância da união para os produtores rurais familiares. Um produtor de leite do município de Santa Albertina relata que *“a associação é favorável e é um caminho do pequeno, tuda a coisa pô pequeno tem que tê uma associação, tê um companheirismo né, porque sozinho você não tem jeito de caminhá, você sendo pequeno é difícil”* (JD62).

A associação de produtores rurais, ou seja, a de implementos e maquinários tanto em Santa Albertina como em Marinópolis⁵⁸ foi uma grande conquista dos produtores, pois hoje em dia o produtor que precisa realizar algum serviço em sua propriedade, vai até a associação e solicita a realização do serviço, pagando um valor bem menor do que se ele fosse alugar a máquina de um terceiro. O valor cobrado é bem menor e chega a ser de 30 a 50% inferior ao cobrado normalmente por quem realiza o mesmo tipo de serviço.

Porém, foram observados outros benefícios advindos do caráter organizacional, como a compra de insumos, ração entre outras. No município de Santa Salete, a associação vem realizando trabalhos neste sentido.

“Nóis já compramo adubo, compramo calcário em grupo devido a associação. O ano passado nóis adquirimo muitas toneladas, agora eu não me recordo, eu faço parte, mas não tomo frente, de adubo em grupo, para consegui direto da fábrica, já vinha caminhão, carreta né” (IC50).

Essa prática também foi observada por COSTA (2006) junto a produtores rurais de frutas do município de Valinhos-SP, em que a associação surgiu como uma forma de tentar reunir os pequenos fruticultores da região para aumentar seu poder de barganha, principalmente, no momento da comercialização. Porém, as vendas não vinham obtendo êxito,

⁵⁷ A associação teve início em junho de 2005.

⁵⁸ já que em Santa Salete existe a patrulha agrícola da prefeitura e essa realiza os mesmos serviços que as associações fazem nos outros dois municípios.

mas com a compra de insumos agrícolas estavam tendo uma grande economia, pois todos comprando juntos conseguem grande abatimento no preço, que se reverte em lucro para os produtores.

Segundo SILVA (2004) os produtores rurais vêm na cooperação uma estratégia capaz de garantir a reprodução do seu modo de vida, procurando entrelaçar suas tomadas de decisão aos interesses econômicos e ao patrimônio social que os mantêm. Assim, como a autora, também se acredita que através da cooperação agrícola é possível assegurar melhores condições de vida e de reprodução, possibilitando a permanência dos produtores familiares no campo.

As estratégias dos agricultores familiares no processo de comercialização é a combinatória entre as suas vontades subjetivas e as regras sociais, baseando-se nos elementos dados pelo universo social que têm à sua disposição, na interpretação que fazem deste universo e nos próprios interesses despertados. Essas estratégias são elaboradas levando-se em consideração os elementos que cada família tem à sua disposição naquele determinado momento (KIYOTA e GOMES, 1999).

Muito embora os municípios de Marinópolis e Santa Salete se destaquem na produção de frutas, não se verificou nenhum tipo de organização dos produtores no sentido de comercialização dessas frutas, ou compra de insumos, equipamentos, entre outras.

No caso de Marinópolis, os produtores comercializam seu produto com um intermediário que tem um galpão na cidade. Essa pessoa compra as frutas dos produtores e comercializa nos grandes centros, como São Paulo, Campinas, Curitiba, Campo Grande, entre outros. Um dos motivos para que não haja grupos ou associações de comercialização de frutas, pode estar ligado as más experiências ocorridas na região, principalmente no caso da AVIRJAL, uma grande cooperativa localizada no município de Jales que congregava grande parte dos vicultores da região, porém, devido a problemas administrativos acabou não dando certo e os produtores cooperados ficaram com as dívidas da cooperativa.

Também devido ao fato do intermediário ter pessoal próprio que vai até à propriedade do produtor e, no caso da laranja, limão, banana, efetua a colheita para o produtor, o que traz ainda maior comodidade a esse. Esse intermediário já é pessoa antiga na cidade, sempre comprou frutas e paga em dia, o que segundo eles, é o mais importante.

“Não ligo de vende mais barato para o Marin, porque eu sei que vô recebe certinho e ainda ele vem aqui com a turma dele e cõe a minha laranja, o limão e eu nem preciso me preocupá. Então, a gente confia nele e também ele é de família boa” (JI75).

Em Santa Salete ocorre a mesma situação de Marinópolis, porém, os intermediários que compram laranja e limão são mais numerosos. Os intermediários que compram uva ficam em Jales e visitam toda a região durante a safra e quando esta termina eles vão para outras regiões, principalmente no estado do Paraná.

No entanto, os produtores ainda acabam levando algum prejuízo com a venda para esses intermediários.

“(...) nego com uns 3.000 pé de laranja, vou te falá. O preço que tá a laranja, não precisa sê uva não, já dá uma renda boa. Que nem meu primo aqui ele tem laranja, mais 1.600 pé da laranja nova, que nem esse ano ele fez R\$45.000,00 de laranja, só que o cara comprô e não pagô. Aí também não adianta nada e vai sabê se vai recebê” (AF53).

Outros produtores preferem ganhar menos, porém, vendendo a laranja e recebendo à vista. As incertezas são grandes e um produtor relatando sobre o risco da venda da uva para esses intermediários, mencionou que antes de vender pergunta para os vizinhos sobre o intermediário. Verifica se já receberam algum pagamento dele, enfim tenta conseguir informações sobre a pessoa que está comprando sua mercadoria. Mas mesmo assim, resta o medo, pois houve casos de intermediário, como acabara boa parte da safra de uva na região, ter ido para o Paraná e de lá comprar a uva por telefone, sendo que o pagamento seria feito por depósito bancário.

Tentando evitar situações como a descrita acima é que os produtores estão se conscientizando da importância de se organizarem, revelando-se um instrumento para melhoria das condições de sobrevivência. Tal fato, porém, se mostrou mais evidente no município de Santa Albertina, em que há o predomínio da pecuária leiteira, e onde a associação dos produtores de leite tem papel fundamental na comercialização do produto dos agricultores.

Em Marinópolis e Santa Salete, devido talvez as associações de produtores de leite estarem há menos tempo em funcionamento, percebeu-se que a comercialização do leite não tem um caráter marcante para os produtores. Isso pode ser devido também a pouca infraestrutura que essas associações apresentam, como os tanques de resfriamento do leite, e

também pela maior parte dos produtores não se dedicarem exclusivamente ao leite, como ocorre em Santa Albertina, tendo outras atividades como a fruticultura.

Quanto à diferenciação entre os produtores participantes do programa de microbacias e aqueles não participantes, verificou-se não haver diferenças no tocante ao caráter organizativo, mesmo porque, em alguns municípios, os produtores não participantes do programa se destacavam mais na participação de associações.

A organização de produtores familiares para a comercialização dos produtos produzidos em suas propriedades é de fundamental importância, se constituindo uma importante estratégia para os produtores, pois através da união eles se fortalecem e conseguem lutar por melhores preços. Essa situação pode ser verificada nas associações de produtores de leite dos municípios pesquisados, porém, outros casos positivos dessa união na comercialização podem ser citados, como o de produtores de uva do município de Porto Feliz. Através da união eles conseguiram reunir, diariamente, certa quantidade do produto e assim poder abastecer uma grande rede de supermercados do Estado de São Paulo, fazendo com que melhorassem seus rendimentos.

Neste sentido, FLORES e CARDOSO (1999); SILVA (2004), também mencionam a importância da organização dos agricultores, pois quando organizados, adquirem condições de acompanhar os processos de transformações pelo qual a agricultura passa, não ficando em desvantagem quanto aos outros sistemas agrícolas mais organizados.

6.3.4. A organização na microbacia

Os projetos ligados ao meio rural, segundo BROSE (2000), vêm sofrendo alterações, ou seja, incorporando rótulos de décadas passadas, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, mediante abordagens de desenvolvimento local, sustentável, entre outros. Projetos são iniciativas transitórias em que se resolve fazer uma experimentação de algo novo por um tempo definido. Já os projetos públicos constituem-se de espaços interinstitucionais de aprendizagem organizacional que, por definição, são especiais. No caso desses projetos, eles sempre devem ser prioritários, pois as pessoas e instituições envolvidas querem aprender-fazendo. Contudo, as propostas e políticas para o meio rural devem passar, impreterivelmente, pelas famílias rurais, as principais interessadas.

As pessoas envolvidas nos projetos, quando de seu encerramento, voltam à rotina e acabam agregando o que aprenderam durante o projeto, ou seja, após o término de um projeto as pessoas e instituições envolvidas devem atingir em suas rotinas um novo patamar de qualidade e eficiência, superior ao que tinham.

O programa de microbacias espera auxiliar os produtores, incentivando-os, ou melhor, fazendo com que vejam que o caminho é a união e a cooperação entre eles, e que esse só assim poderão conseguir melhores condições para suas vidas.

Segundo GOUVÊA (1995), as políticas públicas devem ser resultados de processos sociais amplamente discutidos. As propostas que dão origem as políticas públicas precisam ter sustentação política e serem avalizadas por forças sociais, pois não existem soluções rápidas e fáceis para os complexos problemas sócio-econômicos. Porquanto, as políticas públicas só obtêm êxito se tiverem a ativa participação dos beneficiários, especialmente as voltadas ao desenvolvimento local, e isso significa bem mais do que, por exemplo, organizar um mutirão na comunidade a título de participação.

No Brasil, o desenvolvimento da agricultura foi e é condicionado pelas intervenções das políticas públicas e a inserção dos produtores no mercado é ditada pelas regras e parâmetros das instituições públicas e pela atuação de seus técnicos. Desta forma, necessário se fazem ações prioritárias de ajuste das políticas públicas para equilibrar os efeitos negativos e excludentes tanto do mercado como também do governo (BROSE, 2000).

Observa-se, no tocante as políticas públicas, especialmente com o programa de microbacias hidrográficas, que o Estado contribua para o desenvolvimento local de

agricultores familiares, auxiliando com subvenções e estimulando a organização. Já em outros casos, influenciando em mercados, fazendo com que a agricultura, especialmente a de cunho familiar não fique dependente do mesmo.

Segundo CONTERATO (2004) as políticas públicas voltadas para a agricultura, especialmente a de caráter familiar, tornam-se tão importantes que, para muitos agricultores familiares, talvez seja a única condição para viabilizar as atividades produtivas, uma vez que as rendas, principalmente a agrícola, quase sempre não possibilitam o auto-financiamento.

Neste estudo procuraram-se abordagens no tocante à organização proporcionada pelo programa de microbacias, como o porquê da participação ou não no programa, além da dinâmica das práticas organizativas comunitárias, como a compra de roçadeira, distribuidor de calcário e poço artesiano.

Nos três municípios pesquisados verificou-se que, dentre os produtores que possuem subvenção do programa de microbacias, não foi verificado nenhum tipo de dificuldade entre eles no tocante a utilização do equipamento, mesmo não havendo escalonamento de uso ou algo semelhante. Pôde-se perceber que a convivência entre esses produtores, que possuem subvenção, é de muita amizade e cordialidade e que se perfaz há muitos anos.

Em Marinópolis, com todos os produtores pesquisados, sem levar em consideração a utilização dos equipamentos oriundos da subvenção do programa de microbacias, não se percebeu nenhum caráter organizativo⁵⁹ seja para qual for a finalidade e uma prova disso é que comercializam suas produções agrícolas e compram os insumos de forma individual, sendo que a maioria faz parte da associação de máquinas e implementos e a utilizam somente para o uso desses equipamentos, muito embora estejam se esforçando para tentar mudar esse quadro, com por exemplo, a criação da associação de produtores de leite.

A organização dos produtores em Santa Albertina apresenta configurações diferentes, nesse município verificou-se que a participação na associação de máquinas e implementos tem um caráter que vai além da utilização dos equipamentos, pois essa associação, bem como a de produtores de leite, funciona em conjunto, ou seja, se interligam e os produtores pesquisados que participam da associação de equipamentos também fazem parte da de leite. Além de conseguirem, através da união, um melhor preço pelo leite, eles também adquirem ração para

⁵⁹ À exceção de dois produtores que fazem parte da associação dos produtores de leite e essa comercializa suas produções pecuárias.

tratar do gado por um preço bem inferior ao praticado no comércio, sendo todo o preparo realizado pela associação.



FOTO 9 – Preparo da ração que é utilizada no trato do gado, 2006.

Santa Salete vive uma situação diferente em relação aos outros dois municípios no tocante à organização rural, pois não existe associação de produtores rurais de máquinas e implementos agrícolas, a única existente é a de produtores de leite. Porém, boa parte dos produtores se dedica exclusivamente à fruticultura e para essa atividade não existe nenhum tipo de organização rural. Assim, dos produtores pesquisados, não se fazendo distinção entre os participantes e não participantes do programa de microbacias, pouco menos da metade participa da associação dos produtores de leite, a qual comercializa suas produções.

Constatou-se também que dos dez produtores que possuem subvenção do programa de microbacias em Marinópolis, três deles não participam de nenhum tipo de organização, seja grupo de comercialização, cooperativa ou até mesmo das associações do município. Uma das justificativas de não participação, no caso da associação de equipamentos, é a de que possuem todos os implementos em sua propriedade, além do trator, e que os da associação são antigos e difíceis de conseguir, em virtude de ter muita gente para utilizar. No município de Santa Albertina apurou-se que três produtores, de um total de treze que possuem a subvenção do programa de microbacias, não participam de qualquer caráter organizativo, sendo as mesmas justificativas apresentadas pelos produtores de Marinópolis para não participarem de

associações. Em Santa Salete foi onde se constatou um maior número de produtores que possuem subvenção e não participam de associações, foram oito num total de quatorze, e os motivos para não participarem de associações, em grande parte, se devem ao fato de não existir uma associação voltada a área frutícola no município.

Em relação aos produtores que possuem propriedade na microbacia, mas não participam do programa de microbacias, apenas um, em Marinópolis, não participa de nenhum tipo de organização, mas informou que já fez parte da associação do município quando da sua criação. Em Santa Albertina foram oito produtores que além de não participar do programa, também não participam de nenhum tipo de associação, já em Santa Salete esse número foi de sete produtores. Os produtores dos três municípios que não participam do programa afirmaram que assim procedem porque os benefícios oferecidos, como roçadeira, esparramador de calcário, arado, abastecedouros, práticas de controle de erosão⁶⁰, entre outros, não os interessavam, seja porque os tinham na propriedade ou devido a associação possui-los.

De modo geral, os produtores aprovaram a iniciativa do programa, pois conseguiram comprar implementos em grupo por apenas 30% do valor, sendo que o governo financiava até 70% do valor da compra.

“Esse negócio de microbacia foi bom, o governo deu 80% ou 70%, aí juntemo eu, o vizinho ali, o outro lá e dois de Salete. Aí eu falei vamo comprá é barato né, aí compremo, aí juntô a sociedade. (...) nós pagô R\$130,00 reais cada um, compramo roçadeira boa, uma carcareadeira boa e ficô barato. Se fô comprá suzinho, não tem dinheiro, não dá. Tem que entra em associação. (...) isso daí foi uma coisa boa que o governador fez.” (JC68).

Porém, houve produtores que no início ficaram inseguros quanto ao programa, pensavam que era mais uma manobra do governo para pegar os dados pessoais e da propriedade, que depois teriam que devolver o dinheiro que tomavam emprestado. Devido à insegurança, muitos não quiseram participar do programa, mas com o passar do tempo viram que esse programa era uma forma de incentivá-los. Assim, se interessaram pelo programa, mas como esse fica apenas dois anos em cada microbacia, muitos não conseguiram o benefício da subvenção:

⁶⁰ De acordo com o técnico da Casa da Agricultura, não foram utilizadas subvenções do programa para práticas de controle de erosão, vez que, anteriormente a instalação do mesmo, tinha sido feito o controle de erosão (terraçamento) na maior parte das propriedades da microbacia, e sendo bem manejados, os terraços podem durar anos.

“(...) que nem eu, que nem agora podia tê pegado aqui óh, prá calcário né, então a microbacia né, até aumentou o incentivo né. Só que eu tenho uma responsabilidade, eu tenho que cercá a beira do córrego né e já plantar árvore né⁶¹. Então eu podia tê aproveitado esse programa, mas a gente as veis... É que nem um rapaz que veio aí e falô, o cavalo passa arriado só uma vez né, talvez passa duas, mas três veis não passa. Então é que agora eu me arrependi né (...)”

Observou-se que não há problemas na utilização, em conjunto, dos equipamentos oriundos do programa de microbacia, porém, muitos produtores disseram que depois que acabar o programa não aceitariam comprar, em união com vizinhos, algum implemento agrícola, essa possibilidade se tornaria difícil.

“(...) outra coisa, implemento junto não dá certo, você sabe que não dá né? O certo é cada um tê o dele, mas aqui só deu certo, a gente era em 5 produtor, pegô 3 implemento e 2 produtor ficô sem implemento, porque um ficô com o implemento, eu fiquei com outro e outro vizinho ficou com um outro implemento, aí cada um pagou a diferença né. Então na prática deu certo né, teoricamente” (AN42).

Desta forma, assim como pela análise dos dados dos três municípios, pôde se constatar que a organização dos produtores que fazem parte do programa de microbacias, se dá em função dos benefícios oferecidos pelo mesmo, ou seja, devido ao auxílio por parte do poder público e não por um interesse de cooperação entre estes produtores.

SOUZA (2002) estudando estratégias de reprodução da agricultura familiar no Estado de São Paulo também constatou que a participação dos produtores em organizações comunitárias possui um caráter comercial e não social, servindo essa participação, apenas, para a compra de produtos agrícolas (adubos, sementes, agrotóxicos), pois sendo membros, conseguem descontos e o parcelamento do pagamento desses produtos.

⁶¹ No programa de microbacias quando uma propriedade necessita de construção de terraços, necessariamente, tem que se fazer o plantio de espécies nativas nas áreas de preservação permanente que margeiam os córregos, ou seja, 30 metros a partir das margens, e cercar essa área, pois esta é uma exigência do programa.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares tornam-se um importante mecanismo para a sobrevivência dessas pessoas. As atividades praticadas, que apresentam variadas configurações, revelam o modo como vivem esses agricultores e se articulam os mecanismos de geração de renda. A importância da agricultura familiar no Brasil vem expressa em inúmeros trabalhos da nossa literatura, pois geram emprego e renda para o país.

No estado de São Paulo, onde a agricultura familiar também tem grande destaque, o EDR de Jales, região noroeste do estado, é o único no estado em que a área das propriedades com até 50 ha. excede a metade do total, chegando a 77% das propriedades. Desta forma, o estudo das estratégias de reprodução, além das organizativas, desenvolvidas pelos agricultores nessa região é de fundamental importância para se entender os mecanismos de sobrevivência desses produtores.

A análise deste estudo centrou-se nas estratégias familiares, em três microbacias hidrográficas dos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete no EDR de Jales, que contam com o apoio do governo estadual, no intuito de melhorar as condições de vida dos agricultores, principalmente através da organização dos mesmos.

Pôde-se constatar, não só a diversidade de arranjos produtivos e organizativos desenvolvidos pelos produtores, como também entender as possibilidades e os ajustes por eles realizados, de modo a continuarem sobrevivendo no meio rural.

As condições de vida dos agricultores permitiram verificar que a agricultura familiar está perdendo as características de produção para o consumo da família. A maioria dos produtores tem suas atividades direcionadas somente para atender as exigências do mercado, apesar das produções ainda serem pequenas. Com isto, se tornam dependentes dos produtos oferecidos nas “prateleiras dos supermercados”. Há décadas passadas eles também produziam para o mercado, sendo o café o principal produto, porém os alimentos para o consumo familiar eram provenientes da própria propriedade, como o arroz e o feijão. Hoje, das setenta e quatro propriedades visitadas, esses alimentos ainda eram produzidos em duas delas. Já as hortas próximas às casas são mais comuns, bem como o leite para o próprio consumo. As pequenas

criações, como galinhas e porcos também foram verificadas, mas de modo geral, tudo era adquirido na cidade.

A análise conjunta de todas as estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares é de fundamental importância para se buscar entender o modo como vivem e se organizam. Desta forma, as estratégias observadas se dividem em reprodutivas e organizativas.

Como parte das estratégias reprodutivas verificou-se que no tocante aos filhos, há uma principal atenção dos pais, pois os filhos não estão permanecendo nas propriedades. Quando completam o segundo grau, geralmente, vão para a cidade, seja em busca de oportunidade de trabalho ou para cursar o ensino superior. Quando conseguem ingressar na Universidade é certo que não voltam mais, pois o campo de trabalho se restringe mais a área urbana. Os que atingem o segundo grau conseguem emprego na cidade, acabam morando próximo ao local de trabalho e também não voltam mais, pois o salário na cidade, mesmo em certos casos sendo baixos, não é tão incerto quanto a “renda da roça”.

A justificativa para esse “êxodo” dos filhos está na falta de oportunidade de trabalho na área rural, pois como as propriedades são pequenas não permitem um aumento da renda, capaz de suprir as necessidades de um jovem, que com o passar do tempo demanda sua independência financeira. Uma alternativa que se constatou para a permanência dos filhos foi a fruticultura, principalmente a uva, já que nas propriedades em que essa estava presente, a maior parte dos filhos não necessitava buscar oportunidades de emprego na cidade, pois conseguiam obter bons salários com a atividade.

As decisões nas propriedades são tomadas em conjunto pelos membros das famílias, porém, a escolha da atividade a ser desenvolvida fica a cargo do chefe da família, sendo essa escolha feita em função de sua viabilidade. Observou-se em alguns casos que os filhos estão tendo um importante papel na tomada de decisões, seja nas atividades a serem desenvolvidas, ou como na comercialização. Isto porque, tendo, geralmente, um grau maior de estudo do que seus pais possuem uma visão melhor do mercado, contudo a resposta final é sempre passada pelo crivo da família.

Diferentemente do constatado por outros autores, a divisão do patrimônio deverá ocorrer de forma igualitária entre os herdeiros, mesmo naqueles casos em que alguns filhos continuem na propriedade. Observou-se que a transferência do patrimônio para os filhos pode ocorrer ainda em vida, ou seja, alguns produtores admitiram vender a propriedade para ajudar

os filhos, outros pensam que a melhor forma de ajudar os filhos é trabalhando na terra e tirando dela o recurso necessário. Assim, a estratégia de divisão igualitária entre os herdeiros não exclui nenhum deles, evita as desigualdades e não burla o emanado no Código Civil, porém, pode levar a uma pulverização da unidade familiar, já que os filhos tendencialmente estão preferindo a cidade ao campo.

Os mecanismos de crescimento patrimonial se deram de forma gradual, pois com o passar do tempo os produtores obtinham algumas economias, o que permitiu a aquisição das propriedades. Em certos casos as propriedades foram sendo adquiridas ao poucos, até se chegar à área atual. Boa parte dos produtores expressou o desejo, caso tivessem condições financeiras, seja alguma economia ou o dinheiro resultante de uma boa safra, de adquirir novas áreas, pois consideram a aquisição de terras o melhor investimento. Os mecanismos de crescimento inserem-se além da aquisição de bens, como as estratégias que visem à manutenção desses bens, pois acreditam que a melhoria das condições da propriedade, proporcionaria um aumento de renda.

A renda familiar esta ligada as atividades agrícolas e pecuárias, com algumas pequenas variações por municípios. Em Marinópolis a renda dos produtores está mais voltada às atividades frutícolas, como a laranja e o limão, já em Santa Albertina a renda é proveniente, principalmente, da pecuária de leite e corte, e em Santa Salete há uma mescla entre a pecuária leiteira e a fruticultura, sendo porém, a renda ligada à fruticultura responsável por melhores resultados econômicos do que o leite. Entretanto, ambas as rendas mostraram-se capazes de suprir as necessidades mínimas dos produtores e com isso mantê-los no campo.

A obtenção de renda exterior à propriedade está ligada às atividades não agrícolas, em que algum membro da família, ou em certos casos mais de um, trabalha na cidade e contribui para a composição da renda familiar. As atividades, que até então eram agrícolas ou pecuárias estão dando lugar às atividades pluriativas, diminuindo com isto os limites entre o rural e o urbano.

Constatou-se também renda proveniente da previdência rural, que em alguns casos se constitui a principal fonte de renda familiar. A porcentagem maior de aposentados ocorreu em Santa Albertina, sendo que, geralmente, marido e mulher dispunham do benefício, e essas rendas, mesmo existindo algumas outras, se constituíam o principal fator de manutenção das famílias no campo.

A diversificação da produção é relevante em Marinópolis, sendo essa com frutas. Já em Santa Albertina, quase 75% das propriedades desenvolvem apenas uma atividade, a pecuária leiteira. Este fato reforça a idéia de que os produtores que trabalham com diversas frutas apresentam melhores perspectivas, em relação ao futuro da agricultura, do que aqueles que só trabalham com leite. Isso vem mostrar, aliado a outros fatores, que a fruticultura pode ser um bom negócio para manter os produtores familiares no campo, pois gera maiores rendas, empregos, além de permitir que os filhos continuem nas propriedades trabalhando com a família.

A abordagem das estratégias organizativas desenvolvidas pelos produtores englobou desde a organização interna na propriedade, bem como o caráter da organização comunitária. Na propriedade verificou-se que há um ordenamento das atividades, que se inicia antes do plantio das culturas, ou seja, ocorre um planejamento prévio das atividades, de acordo com as disponibilidades de cada produtor. Assim, se o produtor não disponibiliza de tecnologia adequada para o plantio e tratos culturais, como o uso de máquinas agrícolas, ele desenvolve alguma atividade com o recurso que ele tem disponível na propriedade, podendo eventualmente alugar um equipamento para realizar determinada operação.

Como se constatou, é a família a responsável pela maior parte do trabalho na propriedade, ou seja, não há divisão, na distribuição do mesmo, entre os membros da família, só em casos que se exige maior força física, que aí fica a cargo dos homens. Porém, as mulheres estão tendo uma participação muito grande na força de trabalho familiar, pois além de ajudar nas atividades desenvolvidas na propriedade, ainda realiza os serviços domésticos, desempenhando, com isto, a dupla jornada. No tocante à contratação de força de trabalho temporário (diarista), nota-se que isso só ocorre eventualmente, quando a família não dispõe de tempo hábil para realizar determinado trabalho que tenha necessidade de ser feito.

Desta forma, a organização do trabalho na propriedade ocorre de forma que a família seja considerada um trabalhador coletivo, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família.

A prática da organização comunitária mostrou configurações semelhantes nos três municípios, em que os produtores estão procurando buscar através da cooperação a melhoria das condições de vida, ou seja, estão se conscientizando da importância de se organizarem. A organização se constitui uma importante estratégia para os produtores, principalmente a

observada em Santa Albertina, pois nesse município, como os produtores se dedicam quase que exclusivamente ao leite, a associação tem papel fundamental, uma vez que atua na comercialização da produção desses produtores, garantindo melhores preços.

No EDR de Jales, onde a agricultura familiar mais se destaca em termos de pequenas propriedades familiares, o programa de microbacias vem estimulando os produtores a buscar melhorias nas suas condições de vida, através da solução em conjunto dos problemas que impedem o desenvolvimento da comunidade. Porém, essa prática organizativa está ocorrendo única e tão somente para o acesso aos benefícios do programa.

As estratégias dos produtores em muito se assemelham entre si e isso pode ser aplicado a todos os municípios pesquisados, pois além de guardarem certa similitude das trajetórias de vida, também, hoje, passam pelas mesmas dificuldades.

Os problemas enfrentados pelos produtores em parte se deve pela falta de apoio do Estado. Embora haja algumas políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, muita coisa ainda necessita ser feita, como por exemplo, ações no sentido de se proporcionar uma forte ajuda no setor de comercialização, pois a maior dificuldade enfrentada pelos produtores, como pôde ser observada na presente pesquisa, decorre da falta de conhecimento para comercializar seus produtos. Incentivar e dar apoio para criação de pequenas associações ou grupos de produtores a fim de realizarem práticas em conjunto, como a compra de insumos por preços inferiores aos praticados no mercado, já que comprariam em maior quantidade.

Outra forma de apoio do Estado aos produtores rurais e que indiretamente beneficiaria muitos trabalhadores, seria a redução de encargos trabalhistas. Assim, a contratação de pessoas com carteira assinada tornaria-se comum, gerando mais postos de trabalhos no setor rural. Com maior oferta de mão-de-obra no campo poderia-se ter um aumento na produção, já que muitos produtores mencionaram não poder ampliar a produção devido não terem mão-de-obra disponível.

Quanto às estratégias reprodutivas e organizativas desenvolvidas pelos produtores que participam do programa de microbacias e aqueles não participantes, não foram observadas diferenças significativas. O que se pode constatar é que aqueles que não fazem parte do programa, e que teoricamente não teriam uma tendência organizativa como os que participam, se constituem em maior número como participantes de associações dos três municípios, a exceção de Santa Albertina. Quando, o esperado, seria que os participantes do programa

tivessem apresentado esta maior tendência, pois o caráter do programa é o da organização entre os produtores.

As diferenças que ocorrem só podem ser percebidas quando se analisa o produtor individualmente, porém, certas estratégias como a organização do trabalho são muito semelhantes. Contudo, verificou-se certa inclinação com relação a algumas estratégias, já que as atividades desenvolvidas apresentaram variações em virtude das características das famílias e do tipo de atividade, como frutas em Marinópolis, leite em Santa Albertina e uma combinação dessas duas atividades em Santa Salete.

Deste modo, pode-se concluir que, das diferentes configurações desempenhadas pelos produtores, não se deve determinar um padrão geral para a permanência/resistência dos mesmos no campo, e sim uma tendência que, em função de cada região, seja a melhor maneira dessas pessoas obterem sucesso em suas vidas, em que o *“agricultor familiar viva a agricultura familiar, porque a agricultura familiar tem que ser a família inteira lutando”* (JD62).

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.11, n.2, p.73-78, abr/jun. 1997.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo (RS): EDIUPF, 1999. p.149-175.

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. **Paz e Terra**. Rio de Janeiro, 2ª ed.,1986, 179p.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Imprecisões, ambigüidades e contradições: das sociologias do rural às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995, Curitiba. *Anais* . . . Curitiba: SOBER, 1995.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Estratégias familiares na organização do trabalho em núcleos de reforma agrária. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.23, (Supl. 1), 17-21, 1993.

BAIARDI, Amílcar. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu, *Anais...* , Foz do Iguaçu, 1999. Cd-rom.

BAPTISTA, Ferando Oliveira. Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 4, 1994, Concepción-Chile, *Anais...* , Concepción, 1997.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n.2/3, p. 167-177, 1995.

_____. Família e trabalho no Brasil e no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.23, (Supl. 1), 7-16, 1993.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: UFPR, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual Operacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2002.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, 347p.

BRUMER, Anita, ARISTIMUNHO, Edgar da Silva. Terra e Produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n.2/3, p. 58-69, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1997. 224p.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v.45, n.1, p. 1-15, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, 1995, Natal (RN). **Anais...** Natal: SOBER, 1997. p. 147-85.

_____. Herança e Identidade de Gênero entre Agricultores Familiares Brasileiros. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban14.html>, 21/10/2004.

CARVALHO, Horácio. **Formas de Associativismo Vivenciados pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Reforma Agrária no Brasil**. 1998. Disponível no site: <http://www.dataterra.org.br/documentos/horacio.htm>. 10 outubro 2003.

CARVALHO, Yara, KUHN, V. Agricultura familiar no estado de São Paulo: política e condições econômicas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.29,n.8,p.15-51, 1999.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004, 272p. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de pós-graduação em desenvolvimento rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul.

COSTA, Anita Aline Albuquerque, RIBEIRO, Tereza Cristina Almeida. O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro, *Anais...*, Rio de Janeiro: SOBER, 2000. Cd-rom.

COSTA, Fátima. Casamento de interesses. **Revista Rural**. São Paulo, v.9, n.96, p. 22-27, 2006.

COUTO, Andréia Terzariol. **Produção Familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais**. 1999. 240p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

CHAYANOV, Aleksander Vaslevitch. **La organización de la unidad económica campesina**. Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974. 342p.

_____. **The theory of peasant economy**. Richard D. Irwing, Inc., 1966.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José, STOLCKE, Verana (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

DELGADO, Guilherme. A pesquisa de avaliação da previdência social rural contextualizada. In: DELGADO, Guilherme; CARDOSO JÚNIOR, José Carlos. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000, p. 18-40.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO JÚNIOR, José Carlos. Condições de reprodução econômica e combate à pobreza. In: _____. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000, p. 64-75.

D'INCAO, Maria Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.23, p.83-106, mar. 1991.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. São Paulo: PIONEIRA, 4. ed., p. 9-13, 1974.

FAYET, Luís Antônio. **Virando o jogo com a fruticultura**. Disponível no site <http://www.parana-online.com.br>. 10 julho 2001.

FERRANTE, Vera Lúcia S.Botta. Assentamentos rurais em São Paulo: passando a limpo 15 anos de experiências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, 2001, Recife, *Anais...*, Cd-rom.

FLORES, Cláudia Silveira Mendes, CARDOSO, Ivan dos Reis. Agricultura familiar e cooperativismo: desenvolvimento e complementariedade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu, *Anais...*, Foz do Iguaçu, 1999. Cd-rom.

FRANCISCO, Vera dos Santos et al. Censo Agropecuário no estado de São Paulo: resultados regionais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.27, n.11, p.75-77, 1997.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UNB/MCT/CNPq, 1989. 285p.

GASSON, Ruth, ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Wallingford, UK, 1993, 290p.

GERMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.31, n.1, p. 47-62, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 323 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, 1996, Aracaju. *Anais . . .* Aracaju: SOBER, 1996.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.31, n.1, p. 31-45, 2002.

GOUVÊA, Gilda. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. São Paulo: PAULICÉIA, 1995, p.64.

GUANZIROLI, Carlos Henrique et al. Desenvolvimento sustentável e produção familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro. **Anais . . .** Rio de Janeiro: SOBER, 2000. (Cd-rom)

_____. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 74p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IAGUIU, Elton. **Produção de uva 'centennial seedless' na região de Jales-SP: custos e lucratividade de diferentes contratos de mão-de-obra**. Ilha Solteira, 1999. 44p. Trabalho de Graduação (Curso de Agronomia) - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Disponível no site <http://www.incra.gov.br>. 05 setembro 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. Disponível no site <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. 02 julho 2004.

KAGEYAMA, Ângela. **O emprego agrícola em 1985: análise preliminar**. Campinas, UNICAMP/IE, 1991. (mimeo).

KAMEYAMA, Nobuco. Histórico da ocupação e colonização do oeste paulista. **Revista Vozes**, Petrópolis, v.63, n.8, p. 683-700, 1969.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, 328p.

KIYOTA, Norma, GOMES, Marcos Affonso Ortiz. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – região sudoeste do Paraná. **Organizações rurais e Agroindustriais**, Lavras, nº 2, v.1, p.43-54, Ago/Dez 1999.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **Agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, 336p.

_____. **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, 348p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **The development of capitalism in Rússia.** Select works, v. 1, Lawrence & Wishart, 1936.

LOBO, Elizabeth Souza. Caminhos da sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p.7-15, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 2. ed, 1983, 185p.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Escriba, 1968, 146p.

MATTOS, Alexandre Morgado. **Organização: uma visão global.** Rio de Janeiro: editora da FGV, 1975, 349p.

MEDINA, Luis Garrido, CALVO, Enrique Gil. El concepto de estrategias familiares. In: _____. **Estrategias familiares.** Madrid: Alianza Editorial, 1997, 2ª ed., p.13-34.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MILLER, Francisca de Souza. **A organização social de uma comunidade de pescadores-agricultores do litoral sul do Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Antropologia). Curso de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

OLIVETTI, Mário Pires de Almeida, NOGUEIRA, Elizabeth Alves, MELLO, Nilda Tereza Cardoso. Emprego e renda: o processo participativo como instrumento para o desenvolvimento regional. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.30, n.10, p.25-31, 2000.

OTANNI, Malimiria Norico et al. Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.31, n.4, p.43-74, 2001.

PELINSON, Gilberto José Baptista. Importância da viticultura na região noroeste do estado de São Paulo. In: BOLIANI, Aparecida Conceição., CORRÊA, Luís Souza. (Coords.). **Culturas de uvas de mesa: do plantio à comercialização.** Piracicaba: ALGRAF, 2000, p. 21-34.

PÉREZ, José. Imperfeições atuais no mercado de terras In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro, *Anais...*, Rio de Janeiro: SOBER, 2000. Cd-rom.

PERONDI, Miguel Ângelo, KIOTA, Norma. Estratégias de reprodução de sitiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro, *Anais...*; SOBER, 2000. Cd-rom.

PICOLI, Fiorello, SGUAREZI, Sandro Benedito. **Organização rural familiar**. Disponível no site http://200.101.6.26/revista/vol01/org_rural.php. 12 dezembro 2003.

PINAZZA, Luis Antônio. Resgatando o sonho. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.12-17, jan. 1999.

PINO, Francisco Alberto et al. (Orgs). **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola (LUPA)**. Instituto de Economia Agrícola, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, v.4, 1997.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O campesinato Brasileiro**. São Paulo: Vozes, 2 ed. 1976, 224p.

_____. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). São Paulo: Vértice, 1988.

QUEVEDO, José Miguel Garaido. **Organização de pequenos produtores em Itaberá-SP: análise de um processo de intervenção**. 1995. 147p.. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Produção Agropecuária) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RIBEIRO, Esio Macedo. **Os Fazendeiros da cultura: estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização na região mineira dos cerrados**. 1986. 226p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

RIGOLIN, Márcia. Cooperativismo: uma alternativa para o pequeno produtor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro, *Anais...*, Rio de Janeiro: SOBER, 2000. Cd-rom.

RUGGIERO, Carlos (Ed.). Programa setorial integrado de promoção de exportações de sucos tropicais. **Informativo Sociedade Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v.20, n.2, p.4-5, jun. 2001.

SAMPAIO, Cláudia Pereira da Silva. **Estratégias de reprodução da agricultura familiar na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Litoral Norte do Paraná**. 2004, 177p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

SANT'ANA, Antônio Lázaro, TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo, COSTA, Vera Marisa Henriques Miranda. Caracterização das estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro, *Anais...*, Rio de Janeiro: SOBER, 2000. Cd-rom.

SANT'ANA, Antônio Lázaro. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. 2003. 215p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SÃO PAULO. **Seção operativa do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: 1998.

SCHIAVO, Sílvia França. **Sendas da Transição: estudo sobre um grupo de pequenos produtores rurais no distrito de Lumiar – Nova Friburgo**. Niterói: EDUFF, 1997.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: CORTEZ, 1981, p. 11-40.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995, Curitiba. *Anais . . .* Curitiba: SOBER, 1995.

SILVA, Enid Rocha Andrade Silva; DELGADO, Guilherme. Condições de Efetividade e universalização da previdência rural. In: DELGADO, Guilherme; CARDOSO JÚNIOR, José Carlos. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000, p. 42-61.

SILVA, Tânia Paula. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. 2004, 160p. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 124 p.

SOARES, Murilo Rodrigues et al. Associativismo e cooperativismo entre produtores familiares na região de Monte Carmelo-MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro, *Anais...*, Rio de Janeiro: SOBER, 2000. Cd-rom.

SOUZA, Vanilde Ferreira. **Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. 2002, 121p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SPERRY, Suzana. A importância da interdisciplinaridade na execução dos diagnósticos sobre a agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu, *Anais...*, Foz do Iguaçu, 1999. Cd-rom.

SUGAMOSTO, Marisa; DOUSTDAR, Neda Mobtadi. Impactos da previdência rural na região sul: ênfase nas características mesorregionais. In: DELGADO, Guilherme; CARDOSO JÚNIOR, José Carlos. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000, p. 132-64.

TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. **Avaliação econômica da cultura da videira na região de Jales-SP**. Ilha Solteira, 2001. 121p. Tese (Livre Docência em Agronomia) - Faculdade de Engenharia, UNESP.

TAVARES DOS SANTOS, José. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família: *ethos* e racionalidade produtiva no cotidiano camponês**. 1998. 389p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro**. 1998. 183p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras em São Paulo. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 53-93, 1992.

TERRA, Maurílio Monteiro. **Tecnologia para produção de uva ‘Itália’ na Região Noroeste do Estado de São Paulo**. Campinas: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, 1997. p. 2-4. (Boletim técnico, 97)

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, n.2/3, p. 37-57, 1995.

_____. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas. **Cadernos IFCH – Universidade Estadual de Campinas**, dez, 1998.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo (RS): EDIUPF, 1999. p.23-56.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995. 336p.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: UNB, 1990, p. 11-73.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
Faculdade de Engenharia Agrícola

Questionário Sócio-Econômico

Município:

Microbacia:

Data:

Hora de início:

Hora de término:

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

a) Nome da propriedade:

b) Área total da propriedade:

c) Área explorada pelo produtor na propriedade:

d) A propriedade é: () própria () arrendada () da família (irmãos..) () Outros _____

e) Endereço da propriedade (px. Km "X" da estrada "Y")

2. IDENTIFICAÇÃO DO(A) PRODUTOR(A) ENTREVISTADO(A)

a) Nome:

b) Naturalidade:

Estado:

c) Reside no propriedade: () sim () não

d) Se residir fora, qual o local de residência: Distância da propriedade:

e) Tempo na propriedade:

f) Tempo na região:

g) Anos de experiência na agricultura:

Onde a obteve: _____

h) Região de origem:

i) É CASADO (A)? () sim () não → Caso não ir para item "3"

j) Naturalidade do cônjuge:

Estado:

3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Parentesco	Idade	Grau Escolar	Estado Civil	Local Moradia	Profissão	Trabalha no Estabel. (*)

(*) asterisco indica que trabalha eventualmente na propriedade, tendo outra atividade principal (apenas finais de semana)

C – casado/ S – solteiro/ P – propriedade/ A – agricultor/ L – do lar

4. ORGANIZAÇÃO

a) Participa do programa de MBH? sim não

Caso não ir para letra “g”

b) Participa em: cursos palestras dias de campo outros _____

c) Participa de prática(s) (ou subvenção)? Se sim, qual(is): _____

d) Qual a finalidade que o (a) levou a solicitar a ajuda (subvenção) do programa?

- Necessidade de melhorias na propriedade/conservação do solo
- Facilidade de obtenção dos recursos
- Insistência dos técnicos
- Para ajudar os vizinhos na obtenção do recurso
- Porque gosta de participar de implantar novas técnicas e descobertas
- Porque sempre participa de práticas organizativas
- Outros (especificar) _____

e) Caso participe de alguma prática comunitária do PMBH, como funciona o uso do equipamento?

uma semana com cada 1 quem precisa usa escalonamento (forma)___ outros__

f) Em relação a dividir com outro produtor o uso do equipamento, o senhor?

- Não tem dificuldade Tem dificuldade Já teve dificuldade

Caso participe do PMBH ir para letra “h”

g) Qual o motivo de não participar do programa?

- Não vê necessidade de melhorias na propriedade. O oferecido não interessa
- Não pretende investir no aumento da produção
- As práticas/itens oferecidos não lhe interessa
- Dificuldade na obtenção dos recursos
- Não possui recursos próprios para dar contrapartida
- Não conheço o programa
- O programa consiste só em propaganda política
- O programa na prática “não funciona”
- Outros (especificar) _____

h) Participa de cursos e palestras promovidos pela Casa da Agricultura?

sempre às vezes raramente nunca

i) Participa de algum tipo de organização? sim não. → Caso não, ir para letra “m”

j) De que tipo? formal informal

k) Qual denominação e tempo de participação em anos ou meses?

- () associação _____ () grupo de comercialização _____
 () cooperativa _____ () outros _____
 () sindicato _____

l) Acha importante realizar atividades em conjunto com outros produtores? () sim () não

m) Por que?

- () Porque em grupo se consegue as coisas mais facilmente
 () Porque sempre tem alguém com idéias melhores
 () Um ajuda o outro
 () Tem-se mais lucros
 () Forma-se novas amizades
 () Outros (especificar) _____

5. RENDA FAMILIAR

a) O Sr. cultiva os alimentos para:

- () venda () próprio consumo () ambos (em que proporções) _____

b) Com relação à produção agrícola, em qual(ais) a propriedade se destaca?

- () Frutas (especificar) _____
 () Gado (especificar) _____
 () Produtos hortícolas (especificar) _____
 () Grãos (especificar) _____
 () Outros (especificar) _____

7. ESTRATÉGIA PRODUTIVA

a) Quem era o dono anterior da sua propriedade?

- () Pai () Sogro () Outra pessoa da família (especif.) _____ () Outra pessoa (especif.) _____

b) Seus pais eram agricultores?

- () sim () não

c) Como o Sr. avalia cada um dos itens em relação a se obter sucesso na propriedade?

1-muito 2-médio 3-pouco

Itens	Grau de importância
Diversificar a produção	
Acesso à informação técnica	
Investir na propriedade e nos meios de produção	
Ter formação técnica	
Ter conhecimento dos preços dos produtos comercializados no mercado	
Ter acesso facilitado para o transporte de mercadorias	
Conseguir vender diretamente ao varejo e/ou ao consumidor	
Utilizar cada vez mais máquinas e insumos agrícolas	

Fazer parte de uma associação de pequenos produtores e/ou cooperativa	
Ter rendas externas complementares às da propriedade	
Aumentar a área da propriedade	
Ter uma família numerosa	
Agregar valor aos produtos	
Outros (especificar)_____	

8. ESTRATÉGIA FUNDIÁRIA

a) Como adquiriu esta propriedade? → Caso seja arrendatário, ir para letra “a”, item 9.2.

- () Herança
 () Comprada de parentes
 () Comprada de terceiros
 () Outros (especificar)_____

9. ESTRATÉGIA FAMILIAR

9.1. Sucessão na propriedade

a) Para o senhor, a propriedade é um patrimônio que quer transmitir para os filhos?

- () sim () não

b) Com relação à sucessão da propriedade, como o senhor fará?

- () Distribuir igualmente para filhos e filhas
 () Somente os filhos terão direito, compensando as filhas de outra forma
 () O filho mais velho herdará tudo
 () As filhas herdarão
 () Vou escolher um sucessor e compensar os outros (indicar o critério para a escolha)
 () Vou escolher um sucessor e não vou compensar os outros (indicar o critério e a razão)
 () Não tem sucessor
 () Não decidiu como proceder
 () Outros (especificar)_____

9.2. Pluriatividade

a) Exerce alguma atividade agrícola fora da propriedade? () sim () não

b) Qual o motivo?

<u>No caso da resposta ser Sim</u>	<u>No caso da resposta ser Não</u>
() Necess. para o complemento da renda familiar	() Não vê necessidade
() É a principal fonte de renda familiar	() Não quer
() Única forma para não abandonar o campo	() Não sabe fazer outra coisa além da ativ. agrícola
() Outros (especificar)_____	() Não tem tempo
	() Outros (especificar)_____

c) E atividade não agrícola na propriedade ou fora dela? () sim () não

d) Qual o motivo?

<u>No caso da resposta ser Sim</u>	<u>No caso da resposta ser Não</u>
() Necess. para o complemento da renda familiar	() Não vê necessidade
() É a principal fonte de renda familiar	() Não quer
() Única forma para não abandonar o campo	() Não sabe fazer outra coisa além da ativ. agrícola
() Outros (especificar)_____	() Não tem tempo
	() Outros (especificar)_____

e) Qual a principal renda não agrícola obtida fora da propriedade?

() trabalhador do comércio na cidade

() Pedreiro

() Autônomo

() Diarista

() Professor

() empregada doméstica

() Outros (especificar)_____

f) E na propriedade? Especificar_____

g) Gostaria de uma palestra na Casa Agric. sobre os resultados destes questionários? ()
sim () não

ANEXO 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Inicialmente explicar que se trata da segunda fase do trabalho e que ele (produtor) foi escolhido devido a alguns critérios (explicar esses critérios);

Bloco 1 – Trajetória de vida

Pedir ao entrevistado para que relate a história de sua vida desde a infância até os dias atuais.

Bloco 2 - Estratégias

Indagar os produtores sobre questões específicas das estratégias familiares ligadas a:

- a) Projeto/êxodo dos filhos(as);
- b) Decisão/hierarquia,
- c) Padrão sucessório,
- d) Os mecanismos de crescimento patrimonial,
- e) Renda familiar;
- f) A diversidade (diversificação da produção);
- g) À vida social: aos valores e à cultura dos produtores (relações familiares, relações comunitárias tradicionais, migração e outros.) e,

Bloco 3 – Práticas organizativas

Realizar perguntas procurando abordar as práticas organizativas dos produtores, tais como a organização do trabalho, a da produção e a organização comunitária.